

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PANTANAL: UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO

ANA PAULA CORREIA DE ARAUJO

**Rio de Janeiro
2006**

PANTANAL: UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO

ANA PAULA CORREIA DE ARAUJO

Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências (Geografia).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria de Souza M. Bicalho

Rio de Janeiro
2006

Araujo, Ana Paula Correia de

Pantanal: um espaço em transformação. Ana Paula Correia de Araujo – Rio de Janeiro: 2006

315 f.

Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

- 1- A organização do espaço do Pantanal de Mato Grosso do Sul
- 2- O processo de modernização da pecuária de corte pantaneira
- 3- O desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Tese **Pantanal: um espaço em transformação**, foi apresentada por Ana Paula Correia de Araujo, foi aprovada e aceita como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria de S. M. Bicalho
Presidente da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Júlia Adão Bernardes
Examinadora

Prof. Dr. Scott William Hoefle
Examinador

Prof^ª. Dr^ª. Edna Maria Facincani
Examinadora

Prof. Dr. Glaucio José Marafon
Examinador

Rio de Janeiro, ___/___/___

Dedico este trabalho ao amigo Manoel Rothier, que me ensinou o caminho e esteve sempre ao meu lado. Com todo o meu coração, abrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Profa. Ana Maria Bicalho, pela orientação deste trabalho, por sua conduta e competência, sempre indicando vasta bibliografia, chamando a atenção para o enfoque geográfico, incentivando novas reflexões e impulsionando o desenvolvimento da pesquisa. Sua orientação foi fundamental para a realização desta tese. Agradeço, também, por sua compreensão e por tudo aquilo que tem feito pelo meu crescimento profissional.

Agradeço a amiga Glauciena Santi presidente da ABIH/MS pela ajuda na obtenção de dados referente ao turismo em Mato Grosso do Sul, pelo contato com os profissionais do turismo e com as Secretarias de governo. Agradeço, sobretudo, pelo incentivo, carinho e pela força nos momentos difíceis.

Sou grata à dedicação da Dra. Inês B. C. Costa e Almeida, médica veterinária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pelas explicações técnicas referentes à pecuária de corte, pelo fornecimento de dados, pela colaboração nos trabalhos de campo e pelos contatos com os pecuaristas da região.

À Profa. Edna Maria Faccincani, do Departamento de Geografia da UFMS, pelos ensinamentos sobre a Geografia Física do Pantanal Sul e pela colaboração nos trabalhos de campo.

Devo agradecimentos aos pecuaristas, administradores, veterinários de campo, técnicos e gerentes das fazendas estudadas pelo carinho, atenção e fornecimento de informações e de dados sem os quais esta pesquisa não seria possível.

Agradeço, também, aos empresários do turismo e aos turismólogos que trabalham na região pelos ensinamentos e pelas informações prestadas, de vital importância para a compreensão da atividade no espaço rural pantaneiro.

Aos Presidentes de Associações ligadas à pecuária de corte e atividade turística em Mato Grosso do Sul que sempre me receberam com atenção e interesse.

À Diretoria do IAGRO, e a seus médicos veterinários e técnicos, dos municípios visitados, que sempre nos atenderam prontamente quanto ao fornecimento de dados contribuindo para um melhor conhecimento da região estudada.

À Embrapa Pantanal e a Embrapa Gado de Corte pelos dados e explicações técnicas. Agradeço, ainda, aos técnicos da FAMASUL e da CNA pelas informações prestadas.

À Secretaria de Produção e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul pelos dados estatísticos referente à atividade turística no estado e no Pantanal Sul.

À UFMS, que gentilmente cedeu inúmeras vezes sua base de pesquisa no pantanal viabilizando a realização deste trabalho. Aos funcionários desta instituição pela gentileza no atendimento e pela atenção.

À ABIH/MS pelo fornecimento de dados, pelo contato com os hoteleiros e pelas informações atualizadas.

Ao Daniel pelos trabalhos de informática quando o tempo era escasso.

Agradeço ao PPGG/UFRJ em especial aos Professores do Programa de Pós Graduação da UFRJ pelos ensinamentos.

À Dona Idione e Nildete, secretárias do Curso de Geografia, pelos esclarecimentos prestados. Um agradecimento especial ao pessoal da biblioteca.

À CAPES pelo apoio financeiro sem o qual este projeto não poderia ser realizado.

À UFRJ e ao Departamento de Geografia, por tudo.

Aos meus amigos e familiares pelo incentivo e carinho. A todos o meu sincero afeto e agradecimento.

ARAUJO, Ana Paula Correia de. **Pantanal: um espaço em transformação**. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

RESUMO

Este trabalho busca provar que o Pantanal é um espaço em transformação. O isolamento que sempre caracterizou a região ao longo dos 300 anos de ocupação, está se rompendo nos últimos quinze anos por novas vias de acesso, pela construção de aeroportos, pela ampliação do sistema portuário, pela chegada da luz elétrica, do telefone, do fax e da internet. O sistema tradicional de produção pecuária, baseado na experiência de sucessivas gerações, está cedendo lugar a um novo sistema de produção que emprega técnicas modernas voltadas para o aumento da produção e, conseqüentemente, da competitividade local. Em paralelo, o turismo – rural e ecológico - surge na região como uma atividade nova, desenvolvido de forma integrada à atividade pecuária, agregando valor à propriedade rural e dotando a região de uma nova função: a função turística. Como conseqüência há alterações na organização espacial, que passa a se adequar às transformações sociais. Novos atores hegemônicos imprimem uma nova racionalidade ao lugar, vinculada à máxima eficiência produtiva através do aumento da produtividade e da competitividade no conjunto do sistema espacial. Essas transformações, suas causas e conseqüências precisam ser compreendidas pela ciência. Neste sentido, este trabalho representa um dos olhares possíveis para as mudanças em curso no Pantanal, um olhar sobre as duas atividades econômicas e a organização do espaço regional.

ARAUJO, Ana Paula Correia de. **Pantanal: um espaço em transformação**. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ABSTRACT

The aim of the present study is to show that Pantanal is a changing area.

During 300 years of colonization, the place stood isolated up to 15 years ago. Since then, the situation changed due to the improvement of the road systems, the construction of new airports, the development of harbors, and the arrival of new technologies concerning electric light, telephone/fax connections and internet. Besides all these innovations, the traditional way of raising cattle, based on old methods, was replaced by fashionable technology which increased the local competitiveness. At the same time, an additional economical activity arose in this area: a rural and ecological tourism, developed in a integrated way with the cattle activity, increasing the value of the rural property, enabling the region in a new functioning way: the tourist function.

As a consequence of that there are many differentiations at the local space organization, which becomes adapted to social alterations.

Therefore, those recent factors of hegemony have brought a new rationality to Pantanal, linked to the maximum efficient productivity. Consequently, these changings, their causes and consequences, should be deeply analyzed by the searchers.

Considering all the aspects mentioned above, this study intends to bring another focus to those changings occurring at the Pantanal, and to those two economical activities and area organization.

LISTA DE FOTOS

FOTOS

Introdução

Foto 1 – Amanhecer no Pantanal Sul	20
Foto 2 – Dificuldade de acesso ao interior da região.....	24

Capítulo – Pantanal

Foto 3 - Marcação do gado em sistema tradicional de produção	43
Foto 4 – Peão de boiadeiro conduzindo a boiada	44
Foto 5 – Formas de relevo peculiares ao Pantanal	62
Foto 6 – Baía, Corixo, Salina do Pantanal.....	63
Foto 7 – Processo de bagualeação	80
Foto 8 – Carro-de-boi	83
Foto 9 – Produção de charque no Pantanal.....	87

Capítulo – Pantanal Sul: transformações geoeconômicas

Foto 10 – Ponte sobre o rio Paraguai inaugurada em 2004	141
Foto 11 – Fazenda Santa Inês	148

Capítulo – O Pantanal Sul e a pecuária

Foto 12 – Sistema de confinamento utilizado para engorda de bovinos	187
Foto 13 – Touro Bragus	190
Foto 14 – Sistema de rastreamento de bovinos - Sisbov	203
Foto 15 – Cerca perpendicular ao curso d'água – Pantanal Sul	205
Foto 16 – Queimada – Pantanal da Nhecolândia	207

Capítulo – Turismo no Pantanal Sul

Foto 17 – Atividade turística no Pantanal Sul234

Foto 18 – Conforto das fazendas-hotéis – Pantanal Sul238

LISTA DE MAPAS

MAPAS

Capítulo - Pantanal

2.1 Municípios pantaneiros de Mato Grosso do Sul.....	37
2.2 Bacia do Alto Paraguai.....	46
2.3 Mapa de temperatura da região Centro-Oeste.....	53
2.4 Mapa de precipitação média anual da região Centro-Oeste.....	55
2.5 Tipologia climática da região Centro-Oeste.....	56
2.6 Pantanal – Sub-regiões.....	64

Capítulo – Pantanal Sul: transformações geoeconômicas

4.1 Espacialização da Indústria Frigorífica no estado de Mato Grosso do Sul.....	144
--	-----

Capítulo – O Pantanal Sul e a Pecuária

5.1 Representação esquemática referente ao processo de implantação da zona livre de febre aftosa com vacinação, Brasil, 1998-2005.....	161
5.2 Efetivo de bovinos no país, segundo os dez principais municípios produtores.....	172

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Capítulo – Pantanal

2.1 Efetivo da pecuária bovina no Mato Grosso do Sul e do Pantanal Sul	38
2.2 Pantanal Sul – População	40
2.3 Saladeiros produtores de charque em Mato Grosso na década de 1920	87
2.4 Principais municípios produtores de gado bovino em Mato Grosso (cabeças de gado) – 1920	89

Capítulo - Pantanal Sul: Transformações Geoeconômicas

4.1 Estrutura fundiária do município de Aquidauana (Pantanal Sul)	146
---	-----

Capítulo – O Pantanal e a Pecuária

5.1 Exportação de carne bovina por país importador	165
5.2 Balanço da pecuária bovina de corte – 2000 a 2005	167
5.3 Rebanho bovino por estado	171
5.4 Evolução das exportações de carne de Mato Grosso do Sul	173
5.5 Valor da terra no estado de Mato Grosso do Sul – pecuária de corte.....	175
5.6 Estrutura fundiária – Pantanal Sul	176
5.7 Área de pastagem natural e plantada Mato Grosso do Sul	182
5.8 Capacidade de suporte das principais espécies exóticas utilizadas no Pantanal Sul	184
5.9 Capacidade de suporte em pastagem natural e plantada – Pantanal Sul.....	185
5.10 Ganho de peso esperado por cabeça na engorda em sistemas de suplementação alimentar	187
5.11 Efetivo de bovinos, por municípios pantaneiros.....	191
5.12 Fases de criação de bovinos.....	195

Capítulo – Turismo no Pantanal Sul

6.1 Principais países receptores de turistas internacionais – 2004	217
6.2 Participação das chegadas de turistas internacionais na América do Sul, Mundo, e Brasil.....	219
6.3 Entrada de turistas no Brasil segundo a região de residência permanente	221
6.4 Agências de turismo e prestadores de serviços cadastrados no Ministério do Turismo, por regiões do Brasil	223
6.5 Crescimento da população	243

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

Capítulo – Pantanal

2.1 Distribuição espacial e crescimento da população do Pantanal Sul	41
--	----

Capítulo – O Pantanal e a Pecuária

5.1 Evolução do rebanho bovino brasileiro	163
5.2 Evolução das exportações brasileiras de carne bovina	164
5.3 Rebanho bovino por regiões	169
5.4 Rebanho bovino por regiões – percentual	170
5.5 Total das exportações de carne bovina (MS).....	174
5.6 Condição do produtor – Pantanal Sul	180
5.7 Densidade de matéria orgânica por período do ano	186
5.8 Evolução do efetivo de bovinos Pantanal Sul.....	192
5.9 Total de bovinos abatidos oriundos do Pantanal Sul	201
5.10 Animais vacinados contra a febre aftosa – Pantanal Sul	202

Capítulo – Turismo no Pantanal Sul

6.1 Fluxo de turistas em receita gerada com o turismo internacional	214
6.2 Chegada de turistas internacionais por regiões.....	216
6.3 Entrada de turistas estrangeiros no Brasil.....	220
6.4 Geração de receita.....	220
6.5 Evolução do fluxo de turistas domésticos em aeroportos do Brasil	222
6.6 Entrada de turistas estrangeiros no Mato Grosso do Sul	224
6.7 Número de guias de turismo em Mato Grosso do Sul	225
6.8 Fluxo de turistas de pesca	230
6.9 Número de turistas nacionais e estrangeiros hospedados no Pantanal Sul	241

6.10 Fluxo de turistas nacionais para o Pantanal Sul segundo o estado de origem do turista – 2004	244
6.11 Principais países emissores de turistas para o Pantanal Sul – 2004	244

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

Capítulo – Pantanal

- 2.1 Mapa digital do relevo – Bacia do Pantanal47
- 2.2 Esboço geológico da faixa paraguaia49

Capítulo – Pantanal Sul Transformações Geoeconômicas

- 4.1 Obras de ampliação da estrutura portuária de Porto Murtinho142

Capítulo – Pantanal Sul e a Pecuária

- 5.1 Cadeia de produção da bovinocultura de corte159
- 5.2 Mapeamento das subdivisões de pastagem no Pantanal Sul189
- 5.3 Subdivisões de pastagem.....189
- 5.4 Ciclos da produção de bovinos193
- 5.5 Rede de fazendas multilocalizadas196
- 5.6 Especialização da produção por unidades produtivas197
- 5.7 Articulação da produção – planície e planalto197
- 5.8 Modelo de sistema de manejo tradicional208

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Questionário pecuário.....	281
Apêndice B – Questionário turismo	282
Apêndice C – Roteiro de entrevista - pecuarista	283
Apêndice D – Roteiro de entrevista - técnicos da produção pecuária	285
Apêndice E – Roteiro de entrevista - SODEPAN	287
Apêndice F – Roteiro de entrevista - trabalhador da atividade pecuária	288
Apêndice G – Roteiro de entrevista - trabalhador do turismo	289
Apêndice H – Roteiro de entrevista - empresário do turismo	290
Apêndice I – Roteiro de entrevista - Associação das pousadas pantaneiras.....	291
Apêndice J – Roteiro de entrevista - órgãos ambientais	292
Apêndice K – Roteiro de entrevista - Secretaria de Produção de Mato Grosso do Sul.....	293
Apêndice L – Localização das fazendas estudadas	294
Apêndice M – O Pantanal na América do Sul	295

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	20
1.1 Área de estudo	23
1.2 Procedimentos operacionais	29
II – PANTANAL	35
2.1 Características gerais	35
2.2 Aspectos físicos	45
2.3 O processo histórico de ocupação do Pantanal.....	75
2.4 Crescimento econômico e organização de espaço	81
III – O ESPAÇO E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNDO CAPITALISTA	99
3.1 O conceito de espaço para a geografia	99
3.1.1 Os processos espaciais responsáveis pela organização do espaço.....	103
3.2 A organização do espaço capitalista	111
3.2.1 Regiões: espaços diferenciados	111
3.2.2 Sistema mundo e a organização do espaço	120
3.2.3 Articulação do espaço regional com o espaço global.....	126
IV – PANTANAL SUL: TRANSFORMAÇÕES GEOECONÔMICAS	133
V – O PANTANAL SUL E A PECUÁRIA	156
5.1 A pecuária bovina brasileira	156
5.1.1 Produção	157
5.1.2 Mercado	163
5.1.3 O mapa da carne	169
5.2 A pecuária de corte do Pantanal Sul	175
5.2.1 A modernização da pecuária pantaneira	178
5.2.1.1 O sistema de produção moderno	182
5.2.1.2 O sistema tradicional de produção.....	203

VI – TURISMO NO PANTANAL SUL	210
6.1 O crescimento a atividade turística no mundo.....	213
6.2 Turismo no Pantanal Sul.....	229
6.2.1 As modalidades recentes de desenvolvimento turístico no Pantanal Sul: o ecoturismo e o turismo rural.....	232
CONCLUSÃO	248
BIBLIOGRAFIA	256
APÊNDICES	280

I – INTRODUÇÃO

Pantanal, “wetlands”, terras alagadas. É assim que se define a maior planície de inundação do mundo, localizada no extremo oeste do Brasil, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, alcançando terras do Paraguai e da Bolívia (apêndice). Uma região belíssima, extremamente rica e complexa, que apresenta uma fauna e uma flora exuberante, orquestrada por um sistema de inundações de origem fluvial e pluvial, que avança sobre os vastos campos de vegetação limpa, cobrindo-os parcialmente na estação das chuvas.



Foto 1: Amanhecer no Pantanal Sul. Rio Miranda, base da UFMS, trabalho de campo / maio de 2004.

No Pantanal tudo depende das águas. São elas que condicionam os diversos tipos de vida, modificam os solos, nutrem as pastagens, obrigam os bichos a migrarem. A atividade das águas, marcada por períodos de seca e de enchente, processo conhecido como pulso das inundações, comanda a riqueza, a abundância e a diversidade de vida na região.

Neste universo marcado por uma natureza inconstante, a pecuária bovina de corte tornou-se a principal atividade econômica, sendo considerada a grande responsável pela ocupação e expansão geográfica do Pantanal. A vegetação de cerrado,

rica em pastagens naturais e os imensos campos limpos são os componentes fundamentais para o seu desenvolvimento.

Para criar gado no Pantanal, o homem desenvolveu um sistema tradicional de produção, com técnicas próprias de manejo adaptadas às condições ecológicas locais. A base desse sistema é a prática extensiva, com os animais criados soltos nos vastos campos de pastagens naturais, com pouca interferência humana. Em função das condições naturais impostas pelo ambiente, a maior parte do Pantanal tem aptidão para a fase de cria, e desta forma, os produtores rurais sempre se concentraram na produção e venda de bezerros. Este tradicional modelo de produção apresenta um baixo nível tecnológico e uma baixa produtividade, sendo pouco competitivo. A grande extensão das unidades de produção, apesar da baixa produtividade da terra, garante a manutenção de renda aos proprietários e às famílias dos empregados.

Em consequência do desenvolvimento da pecuária como principal atividade econômica da região, o espaço regional foi organizado em grandes propriedades rurais, poucos núcleos urbanos e reduzida população. As fazendas são isoladas umas das outras e mantêm um relativo distanciamento dos centros urbanos. A concentração da população nas cidades pantaneiras e em torno das sedes das fazendas, contrasta com grandes áreas vazias. As distâncias enormes, agravada pela dificuldade de acesso ao interior da região, sobretudo no período das cheias, são os fatores que dificultam a integração e o desenvolvimento, característica que reflete um caráter mais estático do que dinâmico à organização do espaço.

Entretanto, nos últimos quinze anos o Pantanal passa por um processo de transformação, justamente no momento em que o capitalismo mundial se reestrutura, lançando-se para uma nova divisão do trabalho onde o espaço local é valorizado.

Nesta valorização da escala local, o Pantanal se destaca como uma área de produção de carne bovina, sendo fortalecida uma função tradicional, mas que passa por um processo de modernização com a finalidade de criar as condições necessárias para a inserção da região no capitalismo mundial em sua fase atual.

Dentre as mudanças em curso, percebe-se a intensificação do processo de produção da pecuária bovina de corte, principal atividade econômica da região, com a introdução de novas técnicas e de novos modelos de administração e de gerência, que

possibilitam o aumento da produção e da produtividade local e a diversificação da produção.

Em paralelo, há um crescimento da atividade turística no Pantanal, em suas modalidades mais recentes: o ecoturismo e o turismo rural. A valorização do espaço local pela atividade turística ocorre em função da beleza natural da região, propícia ao “lazer ecológico” e ao modo de vida rural fundamentado nas tradições da pecuária de corte que caracteriza o Pantanal. Esta expansão representa mais um elemento que possibilita a participação e a inserção da região no mundo globalizado.

A introdução desta “nova” atividade na economia da região produz transformações sociais e espaciais significativas, alterando as relações locais (sociais e com a natureza) e destruindo a forma como o espaço foi construído até então. O desenvolvimento do turismo no Pantanal está diretamente vinculado à sua capacidade de inserção no mercado global e, obviamente, à sua capacidade de competir com outros lugares turísticos.

Neste processo, o espaço regional é alterado, tanto pela atividade turística quanto pela pecuária moderna, adquirindo novas formas, funções e estrutura, complementando um quadro de mudança que viabilize a entrada da produção local no comércio mundial.

Como o espaço é o suporte das atividades produtivas dos grupos humanos (Santos, 1997), este trabalho tem como **objetivo central** analisar e explicar o processo de modernização da bovinocultura de corte e do desenvolvimento da atividade turística no Pantanal e as suas conseqüências na organização do espaço regional e rural. Para tanto, pretende-se caracterizar e identificar os processos espaciais responsáveis pela organização do espaço rural e regional do Pantanal Sul, analisar o processo de modernização da pecuária de corte e de desenvolvimento da atividade turística, tendo como fim compreender a organização do espaço rural e regional nos últimos quinze anos.

Atendendo aos objetivos propostos, foram elaboradas as seguintes hipóteses que orientarão o desenvolvimento do trabalho:

- 1- A modernização da pecuária é fundamental para a inserção competitiva do Pantanal na divisão territorial do trabalho, provocando mudanças na

estrutura produtiva, face a exigência de capital, tecnologia e trabalho qualificado, necessárias para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção;

- 2- O desenvolvimento da atividade turística no Pantanal se explica pela possibilidade de crescimento econômico, gerando uma valorização da natureza, da cultura local e do modo de vida rural, aspectos que passam a ser valorados e, ao mesmo tempo, sofrem alterações para atender as necessidades do mercado;
- 3- As transformações em curso são responsáveis por uma nova dinâmica espacial, através da incorporação de uma nova ordem que garanta a otimização do desempenho produtivo, aumentando a competitividade do espaço regional.

1.1 – Área de estudo

O Pantanal é uma região muito extensa, com aproximadamente 150 mil km² no Brasil, ocupando os estados de Mato Grosso do Sul (89 318 km²) e Mato Grosso (60 682 km²). É, também, uma região de difícil acesso, em função da presença de terrenos arenosos, campos inundáveis e ambientes aquáticos, como lagoas, baías, vazantes e corixos.



Foto 2: dificuldade de acesso ao interior da região. Na primeira foto os terrenos arenosos do Pantanal da Nhecolândia, trabalho de campo, 2004. A segunda demonstra a dificuldade de acesso nas áreas mais alagadas. Pantanal do Paiaguás, trabalho de campo, 2003.

Possui variações internas marcadas pelas diferenças de duração das enchentes, de tipo de solo e de composição da vegetação, sendo dividido em 11 sub-regiões: Barão do Melgaço, Cáceres e Poconé, no estado de Mato Grosso; Abobral, Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho, Nabileque, Paraguai, Paiaguás e Nhecolândia, no estado de Mato grosso do Sul.

O relevo da região, em virtude do nível de inundação e de outras características, pode ser dividido em três tipos principais de habitats: Alto Pantanal, com áreas esparsas de inundação (seus campos inundáveis cobrem cerca de 20% da área e a inundação dura de 2 a 3 meses por ano, com profundidade de aproximadamente 30 a 40 cm); Médio Pantanal, uma zona de transição com inundações mais profundas (durante 3 a 4 meses do ano); e Baixo Pantanal, área extremamente plana com inundações mais profundas e duradouras (o período das enchentes pode chegar a 6 meses e algumas áreas se encontram permanentemente alagadas).

Esta planície sedimentar limita-se a leste e ao norte pelo Planalto dos Parecis, a leste pela serra de Maracaju e Campo Grande, ao sul pela serra da Bodoquena e a oeste pelas morrarias do Urucum/Amolar. A vegetação é variada, composta por florestas e cerradões sem alagamentos periódicos, e campos inundáveis e ambientes aquáticos. A fauna destaca-se pela abundância e diversidade de espécies. A riqueza de sua vida selvagem é uma das suas principais características.

Em função desta complexidade, a área de estudo se limita ao Pantanal de Mato Grosso do Sul, o que corresponde a uma área de 89 318 km², composta pelas sub-

regiões de Abobral, Miranda, Aquidauana, Porto Murtinho, Nabileque, Paraguai, Paiaguás e Nhecolândia, e que ocupa os seguintes municípios do estado: Aquidauana, Miranda, Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Rio Verde e Coxim.

O Pantanal Pertence aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entretanto é uma unidade geográfica, uma região bem caracterizada tanto ao que se refere à sua geografia física quanto humana, envolvendo sistema de produção e os aspectos econômicos, sociais e culturais. Por isso, a divisão político-administrativa não deve significar regiões diferentes ou separadas. Pelo contrário, o Pantanal representa um fator de unidade e integração entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Neste trabalho, entretanto, o foco de observação e análise é o Pantanal de Mato Grosso do Sul.

A opção pelo Pantanal de Mato Grosso do Sul se deu por dois fatores: o primeiro refere-se ao fato de que a maior área de Pantanal localiza-se neste estado, cerca de 60% do Pantanal brasileiro; em segundo lugar, o estado de Mato Grosso do Sul é referência na produção de carne bovina e a atividade turística, em suas novas modalidades, é idealizada e difundida como capaz de proporcionar o crescimento econômico de áreas estagnadas.

Em relação à pecuária, Mato Grosso do Sul apresenta uma forma de reprodução de capital muito próxima das relações de produção existentes no Sudeste brasileiro. O estado incorporou o modo de produção moderno na década de 1970, com os programas e políticas públicas destinados à integração da região Centro-Oeste ao circuito produtivo nacional. Os pólos de desenvolvimento pecuário se concentraram nas regiões norte e sul do estado. As mudanças iniciam-se com a expansão da pecuária de corte no estado e com alterações nos mecanismos que determinam sua reprodução. Há uma modernização nos sistemas de criação, inicia-se a fase de engorda de gado, novas pastagens são introduzidas para melhorar as gramíneas naturais, formam-se áreas de pastos artificiais, ocorre a divisão dos pastos, frigoríficos são instalados e há uma preocupação crescente com o controle sanitário dos rebanhos.

Hoje o estado é o segundo maior produtor de carne bovina do país. A produção volta-se, prioritariamente, para a pecuária bovina de corte. O efetivo total do rebanho bovino do estado é de aproximadamente 22 milhões de cabeças (IAGRO, 2004), o que representa 15 % do rebanho brasileiro. Deste total, são abatidas cerca de 4

300 000 cabeças por ano, recriadas ou engordadas dentro e fora de Mato Grosso do Sul. Este abate significa uma produção de 860 000 toneladas de carne, com um valor de mercado de US\$ 1,4 bilhões (Zimer et. al., 1998).

São aproximadamente 40 mil pecuaristas ocupando uma área de 21 810 708 hectares (IBGE, 1996), com um faturamento bruto anual médio de 300 milhões de reais, e gerando um total de 130 mil empregos diretos e um volume importante de empregos indiretos (FAMASUL, 2004¹).

Além da bovinocultura, a pecuária sul-mato-grossense conta ainda com outros dois segmentos importantes: o setor de suínos e o setor de aves. Em ambos os setores, têm sido crescentes o aporte de novas tecnologias e insumos, fortalecendo o dinamismo do conjunto da atividade pecuária do estado.

No Pantanal Sul² a bovinocultura de corte, base da economia da região, manteve sua estrutura de produção, com baixos índices de produtividade e de competitividade. Na década de 1970, em função da modernização da pecuária no estado, foram introduzidas algumas inovações, como a melhoria das pastagens e o controle de doenças, o que possibilitou o crescimento contínuo do rebanho bovino. Porém, esta evolução não acompanhou o crescimento da produção do estado, o que resultou na diminuição da participação do Pantanal no total da produção pecuária de Mato Grosso do Sul.

No período de 1980 – 1990 a pecuária pantaneira passou por uma série de dificuldades econômicas devido à queda de preços do boi gordo aliado à elevação dos custos de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de investimentos e de custeio dos produtores e, em consequência, ocorreu uma forte descapitalização do setor.

Paralelamente, o período de 80 – 2000 registrou três das quatro maiores cheias da região: a cheia de 1982, de 1988 e de 1995. Estas inundações agravaram os problemas sociais e econômicos do Pantanal.

Com a reestruturação do capitalismo que implicou em uma nova configuração espacial da economia mundial, e levou à valorização da escala local no processo de internacionalização e integração, associado à valorização da carne nos mercados interno e externo, o Pantanal Sul passa a ser valorizado como uma área de

¹ Dados de campo.

² Denominação que se dá ao Pantanal de Mato Grosso do Sul.

produção de carne bovina. Neste processo, surgem novos atores sociais, em geral empresários rurais de fora da região que imprimiram uma nova dinâmica à produção pecuária local. Muitos pecuaristas locais, descapitalizados, venderam suas propriedades. Outros diversificaram suas atividades no interior das unidades de produção.

Os anos de 1990, sobretudo a partir da segunda metade dessa década, foram marcados por transformações mais amplas e profundas na atividade pecuária desenvolvida na região. Tais mudanças vinculam-se a fatores macroeconômicos, como a abertura do mercado internacional da carne e a elevação da renda nacional, que produziu a expansão do mercado interno. Como consequência, os sistemas de produção se modernizam levando a reorganização da estrutura produtiva interna com o objetivo de atender as exigências do novo momento do modo de produção capitalista, marcado, dentre outras características, pela mundialização da produção e do produto e pela unicidade técnica (Santos, 1997).

Na era da globalização os processos que levam à reprodução ampliada do capital invadem as fazendas pantaneiras, alterando os sistemas de produção e os modos de vida baseados na experiência de sucessivas gerações, presentes no Pantanal Sul desde o século XVIII.

Quanto ao turismo, o desenvolvimento desta atividade no estado de Mato Grosso do Sul estava centrado no turismo de negócios e de pesca até a década de 1990. A partir deste momento, a atividade turística é incrementada com as modalidades de turismo de natureza e de turismo rural. Nos “pacotes” turísticos nacionais e internacionais, Mato Grosso do Sul é representado como sendo um lugar que apresenta paisagens exóticas e costumes tradicionais baseados na pecuária de corte.

Deve-se ressaltar que o turismo é um fenômeno de crescimento no mundo inteiro, e desponta como sendo uma atividade de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico de países periféricos.

É justamente neste momento, e neste contexto, que o Pantanal Sul passa a ser valorizado como uma área turística, sendo difundido pela mídia nacional e internacional como um “santuário ecológico”. A tradicional atividade econômica da região - a pecuária - sinalizava uma situação de crise, impondo uma diversificação da economia local. A conjuntura econômica associada à valorização da natureza e do modo de vida rural são os fatores determinantes para o surgimento do turismo como uma

atividade promissora para o desenvolvimento regional, capaz de manter os proprietários tradicionais na região com o incremento da lucratividade das propriedades rurais e, ainda, gerar emprego e renda aos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, o ecoturismo e o turismo rural representam duas atividades supostamente condizentes com os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Um conjunto de ações governamentais e de empresários do setor são implementadas para planejar, estruturar e dinamizar a atividade na região. Como resultado, surge uma nova forma de produção do espaço, vinculado às necessidades deste novo mercado. Neste processo, o lugar é artificializado para ser vendido, contrariando o que se esperava.

O Pantanal vive, portanto, um processo de reestruturação econômica e espacial que leva à criação de novas paisagens produtivas, gerando a possibilidade de participação e inserção desta região na produção globalizada. Com isso surgem alterações nas relações de trabalho, nas formas de trabalho, na cultura, nas relações sociais, nas relações com os elementos da natureza e na organização espacial. As relações sócio-espaciais existentes são modificadas para atender as transformações do mundo do trabalho, que passa a ser definido por uma nova racionalidade.

O dinamismo do capitalismo em sua fase atual, vinculado aos processos de reestruturação e expansão geográfica, produz uma nova espacialidade no Pantanal Sul, onde as relações sociais historicamente construídas, e que garantiram a sustentabilidade deste ecossistema por mais de 300 anos são alteradas, comprometendo o equilíbrio do sistema como um todo.

Mesmo mantendo “bolsões” primitivos de produção, a região vem se transformando nos últimos 15 anos, criando uma imagem de modernidade. O tempo é acelerado, num lugar que sempre apresentou uma inércia espacial, característica que conservou na organização do espaço pantaneiro uma forma-conteúdo específica, avaliada como região dedicada à pecuária extensiva tradicional e identificada por um sistema sócio-econômico e produtivo próprio.

O surgimento do novo no Pantanal provoca novos questionamentos para a ciência (o que muda; onde; como; por que; quais os resultados deste processo) e exige novas reflexões sobre a questão local e sua articulação com a escala mundial. Este

trabalho pretende contribuir com respostas a estes questionamentos, destacando os aspectos geoeconômicos.

1.2 – Procedimentos operacionais

Com a definição do objeto de estudo e da área de estudo, as principais etapas metodológicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa são apresentadas a seguir:

1 - Análise de informações bibliográficas e coleta de informações secundárias.

Para o desenvolvimento da tese, a pesquisa recorreu a um amplo levantamento bibliográfico obtido através de livros, teses, artigos e periódicos, sobre os assuntos que compõem o objeto de estudo. Neste sentido, os fundamentos teóricos utilizados, se constituem em recursos multidisciplinares, tendo como base a Geografia, mas englobando a História, a Sociologia, a Economia, a Veterinária e a Agronomia.

Os referenciais teóricos aqui adotados não pretendem ser únicos e exclusivos para dar conta da realidade cada vez mais complexa e multifacetada. Foram utilizados com o objetivo de capacitar para a análise dos aspectos relevantes da realidade.

Assim, buscou-se uma análise e discussão de material bibliográfico sobre espaço, organização espacial, desenvolvimento capitalista, estrutura espacial brasileira e desenvolvimento capitalista no Brasil, procurando-se ater tanto a questões teóricas quanto metodológicas, visando estabelecer os balizamentos teóricos mais amplos da pesquisa, aprofundando conceitos e categorias para a formulação de uma base teórica capaz de sustentar a argumentação do trabalho.

Ao lado do processo de construção teórica houve uma ampla revisão bibliográfica sobre o Pantanal, sua geografia física e humana, buscando conhecer melhor a região.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica centrou-se em temas relacionados à pecuária bovina de corte e ao turismo, com o objetivo de compreender a organização das atividades no Pantanal Sul e o grau de inserção da região na economia mundial em sua fase atual.

A coleta de material bibliográfico estatístico foi obtida junto a órgãos governamentais, no nível federal e estadual, e não governamentais, dos quais se destacam:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
- Ministério do Turismo.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.
- Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul – IAGRO.
- Secretaria Estadual de Produção/MS – SEPROD.
- Secretaria Estadual de Turismo/MS – SEPROTUR.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.
- Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul – FAMASUL.
- Associação dos Produtores do Pantanal – SODEPAN.
- Associação Brasileira da Indústria Hoteleira de Mato Grosso do Sul – ABIH/MS.

O material bibliográfico para análise de políticas públicas e projetos de desenvolvimento para o Pantanal de Mato Grosso do Sul foi obtido em órgãos governamentais e não-governamentais, tais como:

- Base de Dados do Governo Federal.
- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Pecuária e Abastecimento.
- Ministério das Minas e Energia.

- Ministério do Meio Ambiente.
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério do Turismo.
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Ministério dos Transportes.
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA.
- Governo Estadual de Mato Grosso do Sul.
- Associação das Pousadas Pantaneiras – APPAN.
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.
- Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul – FAMASUL.
- WWF – Brasil.

2 - Levantamento e análise de dados de campo.

A pesquisa sobre as transformações geoeconômicas no Pantanal Sul apoiou-se em exaustivo trabalho de campo, que cobriu a totalidade e a complexidade da área de estudo. Entretanto, operacionalizar atividades de campo no Pantanal não é uma tarefa fácil. A região é extensa e em alguns lugares o acesso é extremamente difícil, só sendo possível por meio de caminhonete com tração 4x4 e, em algumas áreas, somente através de barco ou avião, o que torna a pesquisa de alto custo. Ao mesmo tempo, muitas propriedades rurais ficam isoladas no período das cheias, deixando o próprio pesquisador isolado em alguma fazenda, por uma ou duas semanas, devido à quebra de alguma das inúmeras pontes que fazem a comunicação das áreas mais baixas e alagadas, com as áreas mais altas, não inundáveis, que bordeiam o Pantanal, razão pela qual o tempo de duração da pesquisa de campo se torna imprevisível.

Uma outra dificuldade é que a região do Pantanal não é uma unidade fisiográfica homogênea. Seu relevo engloba áreas de planície sedimentar, periodicamente alagada e áreas de planalto não inundáveis. Tal característica leva aos questionamentos sobre os limites que devam ser estabelecidos como área de estudo. A partir dos primeiros trabalhos de campo, ficou evidenciado que as áreas de planalto e de planície estão articuladas não só economicamente, como também socialmente, politicamente e culturalmente, sendo fundamental a análise do todo, o que corresponde

aos limites políticos – administrativos dos municípios pantaneiros. No Mato Grosso do Sul, esses municípios são: Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Miranda e Aquidauana³ (mapa 2.1), e representam o Pantanal Sul.

Segundo a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul – IAGRO, o número total de propriedades rurais, voltadas à atividade pecuária bovina de corte como principal atividade econômica no Pantanal Sul é de 5 267 propriedades, das quais 2 657 estão na planície e 2 610 estão no planalto. A distribuição por municípios apresenta-se da seguinte forma:

Municípios do Pantanal Sul	Planície (Nº. de Fazendas)	Planalto (Nº. Fazendas)	Total
Coxim	101	687	788
Rio Verde do Mato Grosso	364	632	996
Corumbá	1 346	-	1346
Ladário	44	-	44
Porto Murtinho	318	312	630
Miranda	25	448	473
Aquidauana	459	531	990
Total	2 657	2 610	5 267

Fonte: IAGRO

Como os dados básicos da pesquisa são de natureza primária coletados diretamente em campo e complementados por informações estatísticas, cartográficas e de imagens, num nível de investigação mais geral, foram aplicados questionários, levantando-se informações sobre a temática proposta. O número total de questionários aplicados foi de 422, sendo 331 para a atividade pecuária e 91 para a atividade turística (apêndices).

³ A divisão do Pantanal Sul por municípios varia de acordo com o critério estabelecido pelo pesquisador ou órgão de pesquisa, podendo incluir mais ou menos municípios. Neste trabalho é utilizado o critério área alagada, estabelecido pelo Agencia Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul – IAGRO.

Considerando a atividade pecuária, dos 331 questionários aplicados, 321 foram aplicados no Pantanal Sul, sendo 306 na planície, 15 nas áreas de planalto dos municípios pantaneiros. Nos municípios peripantaneiros de Jardim e Bonito, foram aplicados 10 questionários. No Pantanal Sul, os questionários foram assim distribuídos entre os municípios: Coxim (20), Rio Verde do Mato Grosso (40), Corumbá (104), Ladário (5), Porto Murtinho (42), Miranda (35) e Aquidauana (75). O critério tecnológico foi o definido para a seleção das propriedades rurais estudadas. As propriedades rurais localizadas no planalto foram selecionadas a partir da relação de produção estabelecida com as propriedades rurais na planície. Foram estudadas, ainda, 7 propriedades rurais no município de Jardim e 3 no município de Bonito (mapa 2.1), articuladas à economia pantaneira de Porto Murtinho.

Em relação ao turismo, foram aplicados 91 questionários, sendo 82 em propriedades rurais do Pantanal Sul, 6 em fazendas de Bonito, 2 em Jardim e 1 em Bodoquena. No Pantanal Sul, os questionários sobre a atividade turística, foram assim distribuídos entre os municípios: Coxim (6), Rio Verde de Mato Grosso (-), Corumbá (30), Ladário (-), Porto Murtinho (2), Miranda (20) e Aquidauana (24). Deve-se destacar que na grande maioria das fazendas estudadas, a atividade turística desenvolve-se paralelamente à atividade pecuária.

Num nível mais específico de estudo, foram realizadas entrevistas. As entrevistas foram desenvolvidas de forma semi-estruturadas, seguindo um roteiro previamente estabelecido (apêndices), junto a pecuaristas, empresários do turismo, agrônomos e veterinários vinculados ao Pantanal Sul; junto a técnicos de órgãos governamentais de Mato Grosso do Sul, como o IDATERRA, o IAGRO, o IBAMA, a EMBRAPA, a SEPROTUR e a SEPROD e junto a órgãos não governamentais, como a APPAN, a SODEPAN e a Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul – FAMASUL e ABIH. Ao todo foram aplicadas 24 entrevistas, sendo 15 para a atividade pecuária e 9 para a atividade turística.

Os principais objetivos desta coleta de dados primários são: identificar e analisar os sistemas de produção da pecuária de corte desenvolvida na região, suas peculiaridades e singularidades, e suas mudanças recentes; entender a atividade pecuária brasileira, suas dificuldades, avanços e perspectivas; compreender as linhas de atuação do governo e de entidades privadas; conhecer as políticas ambientais referentes ao

Pantanal Sul; e analisar as políticas de desenvolvimento para a região, formando um conjunto de informações sobre a região que atuem na complementação dos trabalhos de campo e de escritório.

O trabalho foi estruturado em 7 capítulos. Após a introdução, com os objetivos do trabalho, a caracterização geral da área de estudo e a operacionalização com a definição dos procedimentos necessários para a compreensão do objeto de estudo, o capítulo 2, intitulado “Pantanal” apresenta uma ampla e detalhada descrição e caracterização da região pantaneira, contendo aspectos de sua geografia física e humana e aspectos de sua história, desde os primórdios da ocupação até os dias atuais.

O capítulo 3 apresenta os fundamentos teóricos que embasaram o estudo empírico. Neste capítulo as reflexões centraram-se na organização do espaço geográfico, com a descrição dos processos espaciais responsáveis por esta organização e a análise crítica da organização espacial capitalista, com ênfase na fase atual definida comumente como globalização. Ainda no capítulo 3 são apresentadas reflexões sobre a inserção do local, o Pantanal Sul, no chamado mundo globalizado.

Nos capítulos seguintes são discutidos mais detalhadamente os temas relacionados às transformações econômicas e espaciais dos últimos quinze anos no Pantanal Sul, necessárias à inclusão do local no global. O capítulo 4 analisa as mudanças na organização do espaço regional vinculadas ao processo de modernização da pecuária bovina de corte e ao desenvolvimento da atividade turística. Alterações que ocorrem de acordo com os interesses dos atores sociais privados e públicos para proporcionar maior eficiência econômica. O capítulo 5 analisa o processo de modernização da pecuária de corte pantaneira detalhando as mudanças ocorridas na produção, nas relações sociais de produção e no espaço local. O capítulo 6 discute o desenvolvimento da atividade turística na região, abordando, sobretudo, as propostas do ecoturismo e do turismo rural, apresentadas como integrante de um suposto modelo de desenvolvimento sustentável para o Pantanal. Por fim, o capítulo 7 contendo a conclusão, traz uma síntese das mudanças espaciais, enfocando os processos espaciais que estão em atuação na região, atendendo aos objetivos ao questionamento da pesquisa.

Esta estrutura do trabalho procura dar conta da temática proposta, que analisou um caso concreto de transformação interpretado à luz do corpo teórico-conceitual estabelecido, que por sua vez foi enriquecido pelo estudo empírico.

CAPÍTULO II – PANTANAL

Nossa viagem não é ligeira, ninguém tem pressa de chegar. A nossa estrada, é boiadeira, não interessa onde vai dar. Onde a Comitiva Esperança, chega já começa a festança. Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás. Vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai Tá de passagem, abre a porteira, conforme for pra pernoitar. Se a gente é boa, hospitaleira, a Comitiva vai tocar. Moda ligeira, que é uma doideira, assanha o povo e faz dançar. Oh moda lenta que faz sonhar. Onde a Comitiva Esperança chega já começa a festança. Através do Rio Negro, Nhecolândia e Paiaguás. Vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai. É, tempo bom que tava por lá, nem vontade de regressar. Só vortemo eu vô confessar. É que as águas chegaram em Janeiro, deslocamos um barco ligeiro. Fomos pra Corumbá

Almir Sater

2.1 – Características Gerais

Pantanal é a denominação que se dá a uma vasta planície periodicamente alagada. Um *hábitat* úmido, cuja alternância dos ciclos das águas e do estio preside as condições de vida local, garantindo o equilíbrio do sistema ecológico.

Localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, entre as coordenadas 16° e 22° de latitude sul e 55° e 59° de longitude oeste. Seus limites não foram precisamente demarcados. Sabe-se, contudo, que ultrapassam as fronteiras brasileiras, alcançando

áreas do Paraguai e da Bolívia (Apêndice M). Sua área total é de aproximadamente, 192 600 km², dos quais 150 000 km² compõem a porção brasileira, o que representa cerca de 78% da área total, ocupando o noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, onde abrange uma área de 89 318 Km² (60% da área total em território brasileiro) e sudoeste do estado de Mato Grosso, com uma área de 60 682 Km² (40% da área total no Brasil). Possui no sentido norte-sul 400 a 500 Km de extensão e, no sentido leste-oeste, 200 a 300 Km de extensão (IBGE, 1977).

No estado de Mato Grosso do Sul, o Pantanal Sul como é comumente conhecido, localiza-se entre as coordenadas 17° e 22° de latitude sul e 55° e 59° de longitude oeste. Abrange os municípios de Corumbá⁴, Ladário, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Coxim e Rio Verde, correspondendo a área de estudo da pesquisa (mapa 2.1).

⁴ No município de Corumbá situa-se a maior área da planície pantaneira no estado de Mato Grosso do Sul, 62 561 km² o que corresponde a 70% do Pantanal Sul e 41.7% do Pantanal brasileiro.

Tabela 2.1

EFETIVO DA PECUÁRIA BOVINA DE MATO GROSSO DO SUL E DO
PANTANAL SUL

Efetivos de Bovinos	1996	2004
Mato Grosso do Sul	19 754 356	21 772 447
Pantanal Sul	4 392 518	4 688 117

Fonte: IAGRO, 1996 /2004

O rebanho é constituído, principalmente, de gado Zebu com vários graus de sangue, predominando a raça Nelore, que por suas características de rusticidade, precocidade e capacidade de produzir carne, adaptou-se facilmente às condições físicas do Pantanal (clima tropical, relevo plano periodicamente alagado). Hoje, com quase 5 milhões de cabeças de gado, a região tornou-se importante produtora de carne. De maneira geral, a cultura de bovinos não é considerada prejudicial ao ambiente. A ocorrência das grandes enchentes, no entanto, limita o tamanho dos rebanhos e os mantém dentro dos limites de uma economia ecologicamente sustentável. Na ausência de outros mamíferos pastadores, além dos poucos cervídeos, os bois Nelore não são competidores da fauna original. Eles se tornaram parte integrante da paisagem pantaneira.

Os sistemas de produção, em geral, envolvem as três fases: cria, recria e engorda, sendo a cria predominante no Pantanal. Os sistemas são, normalmente, extensivos, conduzidos por pastagens nativas, ou em associação destas com suplementos alimentares. Nos últimos anos cresce a área com pastagem cultivada, mesmo em terrenos alagados.

Tendo como base econômica a pecuária bovina de corte, tradicionalmente desenvolvida de forma extensiva, o espaço agrário da região foi sendo construído com base em enormes latifúndios e população reduzida. A estrutura fundiária local apresenta um caráter concentrador, com duas tendências antagônicas ocorrendo na região nos últimos 15 anos: a fragmentação de terras e a reconcentração nas mãos de novos proprietários rurais.

As lavouras têm uma importância econômica pequena para o Pantanal Sul. São poucas as áreas onde pode ser encontrada a atividade em escala comercial. O destaque é o cultivo de arroz no município de Miranda, soja e milho nos municípios de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso⁵. Outras atividades econômicas desenvolvidas na região são: a mineração, com produtos como o ferro, manganês e calcário; a pesca, com capacidade de produção de 263 000 toneladas por ano; e o turismo, que vem se desenvolvendo nos últimos 15 anos. Nos núcleos urbanos, sedes municipais, destacam-se os setores de comércio e serviços.

O Pantanal não é uma região populosa. Sua população total é de 239 781 habitantes, o que representa 11,5 % da população total do estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2000). É também pouco denso, com uma população relativa de 3,3 hab./Km². A concentração demográfica na região situa-se nos núcleos urbanos locais e em torno das sedes das fazendas, e contrasta com imensas áreas desabitadas.

A distribuição da população por município não é homogênea (tabela 2.2). O município de Corumbá detém a maioria da população da região, o que pode ser explicado pelo seu dinamismo econômico, centrado nos três setores da economia. O setor primário de Corumbá destaca-se na produção pecuária e na atividade pesqueira, no setor secundário o destaque é a mineração⁶, e no setor terciário, o comércio, o turismo e o transporte são desenvolvidos. A cidade de Corumbá conta com universidades, agências bancárias, casas de importação e exportação, comércio variado, indústrias, um porto fluvial com capacidade de movimentação de 2 048 089 t. No porto de Corumbá os principais produtos de exportação são: ferro, manganês, cimento, gesso, gado, soja e açúcar.

⁵ A produção de soja e milho se desenvolve nas áreas de planalto desses municípios. Quanto ao cultivo de arroz, a fazenda São Francisco localizada no Pantanal de Miranda concentra a produção em escala comercial.

⁶ O maciço do Urucum, importante jazida de ferro e manganês, localiza-se no município de Corumbá, nas proximidades da cidade.

Tabela 2.2

PANTANAL SUL – POPULAÇÃO

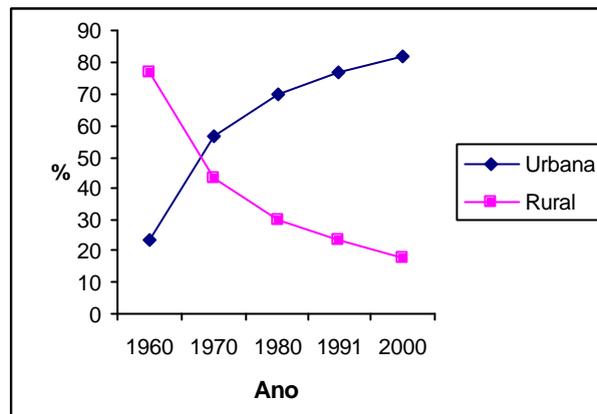
Município	População total	População urbana
Total	239 781	196 673
Aquidauana	43 440	33 816
Corumbá	95 701	86 144
Coxim	30 866	27 419
Ladário	15 313	13 480
Miranda	23 007	12 059
Porto Murtinho	13 316	8 339
Rio Verde	18 138	15 416

Fonte: IBGE, 2000

Mesmo apresentando uma economia calcada no rural, os municípios pantaneiros concentram a maior parte de sua população nas cidades. A população total do Pantanal Sul é de 239 781 habitantes, dos quais, 17,9% residem na área rural e 82,1% na área urbana (IBGE, 2000). O município de Miranda apresenta o maior índice de população residente na área rural (47,6%) e Corumbá, o menor (9,98%). A população vem crescendo nos últimos 40 anos, sobretudo nas áreas urbanas como demonstra o gráfico 2.1.

Gráfico 2.1

Distribuição espacial e crescimento da população do Pantanal Sul - 1960 – 2000



Fonte: IBGE

A mobilidade populacional pode ser explicada pelo modo como se realiza a acumulação de capital, tanto na geração quanto na redução das oportunidades de trabalho (Gusmão *et. al.*, 1990). Na medida em que a expansão do capital se dá de forma diferenciada no espaço, provoca o direcionamento da mobilidade do trabalho e, conseqüentemente, define os fluxos migratórios (Gaudemar, 1976). Assim, segundo Gusmão *et. al.* (1990), o fato de que essa acumulação de capital se dá de forma mais intensa nas áreas urbanas do que nas rurais, contribui para o aumento da demanda por mão-de-obra nas cidades. Já as atividades agrícolas, na medida em que se capitalizam, reduzem o uso do fator trabalho humano em função da intensificação do processo produtivo que cada vez mais emprega tecnologias modernas provocando, portanto, a migração dos trabalhadores rurais para as cidades ou para novas áreas agrícolas. Ao mesmo tempo, a pecuária de corte desenvolvida no Pantanal Sul sempre teve como característica o fato de empregar pouca mão-de-obra.

As cidades, sedes dos municípios, são centros de poder político concentrando os bancos, o comércio especializado, o comércio de produtos agrícolas e a mão-de-obra especializada voltada para o trabalho nas fazendas, como agrônomos, veterinários, pilotos agrícolas, etc. O trabalhador rural menos especializado mora, em sua maioria, nas próprias fazendas.

A vida no Pantanal é, de qualquer forma, essencialmente rural, semelhante aos modos de vida rurais do restante do país. Particulariza-se, entretanto,

por fundamentar-se nas tradições da pecuária de corte, desenvolvida num ambiente de extrema complexidade.

No interior das fazendas, a estrutura familiar nas comunidades pantaneiras baseia-se em dois modelos extremamente diferenciados e distanciados nos últimos tempos, mas que se assemelhavam no início da ocupação, quando o patrão e o peão possuíam o mesmo grau de instrução, às vezes, as mesmas condições de vida.

Hoje, é sensivelmente diferente a situação familiar do patrão ou fazendeiro, que comumente passa a maior parte do ano na sede do município, onde se situa sua propriedade, ou na capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, ou nas grandes metrópoles do país. Possui poucos filhos, que ao atingirem idade escolar, são matriculados nas escolas de Campo Grande, ou nos grandes colégios do Rio de Janeiro, São Paulo e, até mesmo do exterior. A família vive, portanto, fora do Pantanal.

As grandes fazendas, que são propriedades de grupos econômicos mais poderosos ou de empresários externos à região, geralmente do sudeste, organizam-se dentro dos moldes empresariais, possuindo superintendentes, diretores administrativos, assessores, supervisores, gerentes, veterinários, técnicos em agropecuária, etc. Capatazes de campo e peões residem na propriedade o tempo todo, os demais vivem, geralmente, nas áreas urbanas.

Nas fazendas típicas, os gerentes ou capatazes formam uma classe intermediária, apresentam melhores condições de vida do que o peão comum, e mantêm contato direto com o fazendeiro residindo na propriedade.

No universo cultural do Pantanal Sul há uma interação fortíssima entre o homem e o seu mundo de terra, água e gado. Pode-se dizer que Pantanal e Pantaneiro⁷ representam dois elementos distintos que se fundem numa mesma realidade antropogeográfica única (Nogueira, 2002). O espaço pantaneiro serve de referência ao grupo social que o constrói e, portanto, nele se imprime e se reflete. Claval (2001) cita que neste processo, nasce no indivíduo e no grupo um sentimento de pertencer a um determinado recorte territorial, carregados que estão de simbolismo na construção da identidade sócio-territorial. Portanto, o homem do Pantanal apresenta-se como um elemento fundamental na sobrevivência do ecossistema local.

⁷ O homem pantaneiro inclui o elemento nativo da região ou aquele que nele vive há mais de 20 anos, tanto na condição de vaqueiro, quanto na de proprietário rural (Nogueira, 2002).

Vivendo num ambiente onde as secas prolongadas e as grandes enchentes se alternam, nem sempre com a regularidade que se espera, o homem do Pantanal aprendeu ao longo do tempo a fazer suas próprias previsões, alicerçadas na interpretação dos fenômenos naturais. Neste sentido, pode-se dizer que o pantaneiro é, por experiência, um geógrafo, um biólogo, um veterinário, um botânico, um zoólogo, um astrônomo, um meteorologista, acostumado à leitura da natureza, com a qual aprendeu a conviver. Através da observação do comportamento dos animais, da flora e das condições atmosféricas, sabe o que fazer em relação ao manejo do gado, ao plantio, à colheita. Aliás, o pantaneiro conhece como ninguém toda a lida rural desta região extremamente complexa.



Foto 3: Marcação do gado em sistema tradicional de produção, Fazenda Rio Vermelho - Pantanal Sul, trabalho de campo, novembro de 2004.

A lida no campo inclui todo o manejo do gado, andar a cavalo, tocar o gado de um pasto a outro ou em direção aos frigoríficos, sair em comitiva⁸, manejar o barco, desenvolver as atividades de rodeio, de doma, de carneada, de apartação, e ter agilidade com o laço.

“É assim que sobrevive, de sol a chuva, este caboclo civilizado, que festeja São Sebastião, o padroeiro dos criadores, que o protege contra a fome, a doença e a guerra; quebra-torto com arroz carreteiro e toma chá com queijo, come farofa e bebe leite com mandioca aferventada. Anda léguas para dançar um baile⁹, desde que haja muita polca, rasqueado, chamamé, churrasco e

⁸ Grupo de vaqueiros condutores de boiada, ou dos trabalhos de gado.

⁹ Dançar um baile é expressão muito comum na região.

tereré. Alimenta-se, basicamente, de carne bovina que consome nas três refeições diárias, mas aprecia uma caça. Se lhe sobra tempo, pesca nos rios ou corixos. Além da carne, conta com arroz, feijão e farinha. Fruta é artigo de luxo nas fazendas, onde o que mais se vê nos quintais são mangueiras” (Nogueira, 2002: 39).

A mobilidade é uma característica importante do pantaneiro. Além das viagens frequentes conduzindo boiadas de um local para outro, são “nômades” pela própria natureza do ofício, sobretudo, pelas condições socioeconômicas, advindas da pecuária. Os peões, por exemplo, trocam de fazenda com uma certa frequência, em busca de melhores salários, mas dificilmente saem do Pantanal. No passado, este era um processo comum que não implicava em gastos, pois havia laços sociais e ideológicos entre o patrão e o peão pantaneiro, numa relação de compadresco fortíssima. Entretanto, hoje, com a transformação de muitas fazendas em empresas rurais, a mudança pode representar custos com as despesas oriundas da mudança.



Foto 4: peão de boiadeiro conduzindo a boiada. Pantanal Sul, trabalho de campo, 2004.

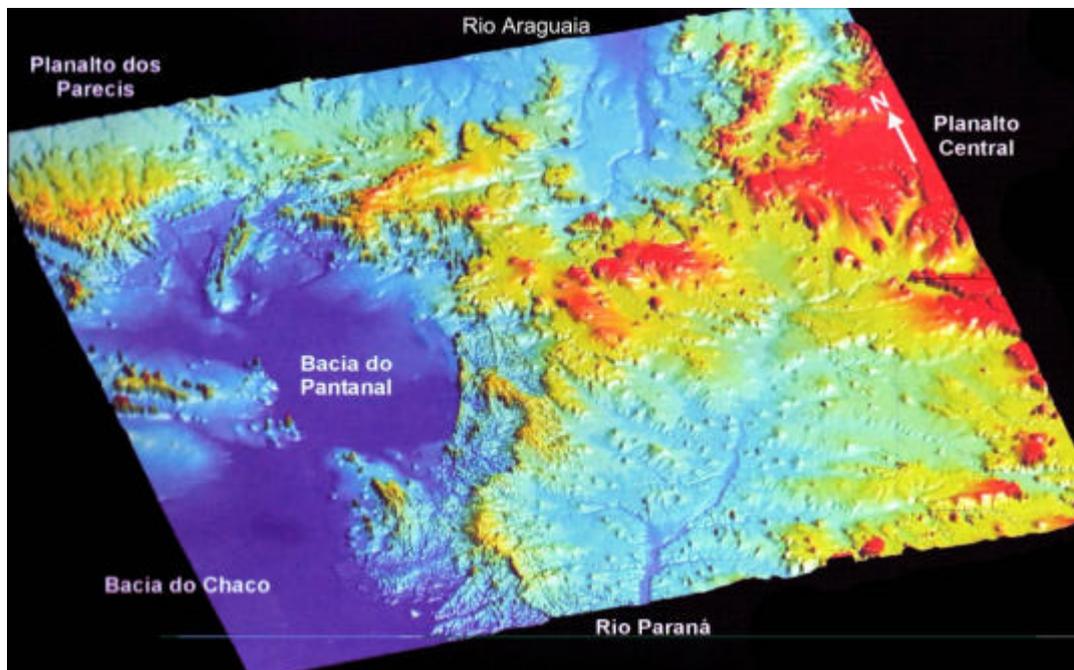
2.2 - Aspectos Físicos

O Pantanal é uma planície de inundação, sítio de importante ecossistema, mundialmente conhecido por sua grande biodiversidade. Possui características singulares que o individualizam e o tornam uma unidade fisiográfica e morfológica única.

Corresponde a uma bacia sedimentar quaternária embutida em uma grande feição geomorfológica denominada Bacia hidrográfica do Alto Rio Paraguai (coordenadas: 14° e 22° de latitude sul e 53° e 59° de longitude oeste) (mapa2.2). Esta bacia abrange 496 000 km² em áreas do Brasil, Paraguai e Bolívia, mas sua maior dimensão, 396 800 Km², está na região Centro-Oeste do Brasil, em partes dos estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e uma pequena parte no estado de Goiás (GO). O Pantanal ocupa 39% da área total da Bacia do Alto Paraguai, sendo uma área deprimida, circundada pelos planaltos de Maracajú – Campo Grande e Taquari – Itiquira a leste, Guimarães e Parecis a norte, Urucum – Amolar a oeste e Bodoquena ao sul e conectada a sudoeste com a Bacia do Chaco (Figura 2.1) (Assine, 2004).

Figura 2.1

MAPA DIGITAL DO RELEVO – BACIA DO PANTANAL



Fonte: Assine (2004: 63)

Constitui uma extensa superfície de acumulação, de baixa inclinação, com altitudes variando de 80m a 190m acima do nível do mar, e com complexa rede hidrográfica, sujeita a inundações periódicas. O rio Paraguai é o principal eixo de drenagem regional, coletor das águas de vários leques aluviais, tais como leques dos rios Taquari, Aquidauana, Cuiabá e São Lourenço. Dentre os leques aluviais, o mais notável é o megaleque do Taquari (Assine, 2004).

A origem desta bacia sedimentar foi atribuída por Almeida (1959) à orogenia andina que provocou soerguimento na plataforma brasileira reativando as falhas pré-existentes na faixa paraguaia. Segundo o autor, este soerguimento foi seguido de intensos processos erosivos que ainda hoje atuam acompanhados de subsidência da área pantaneira.

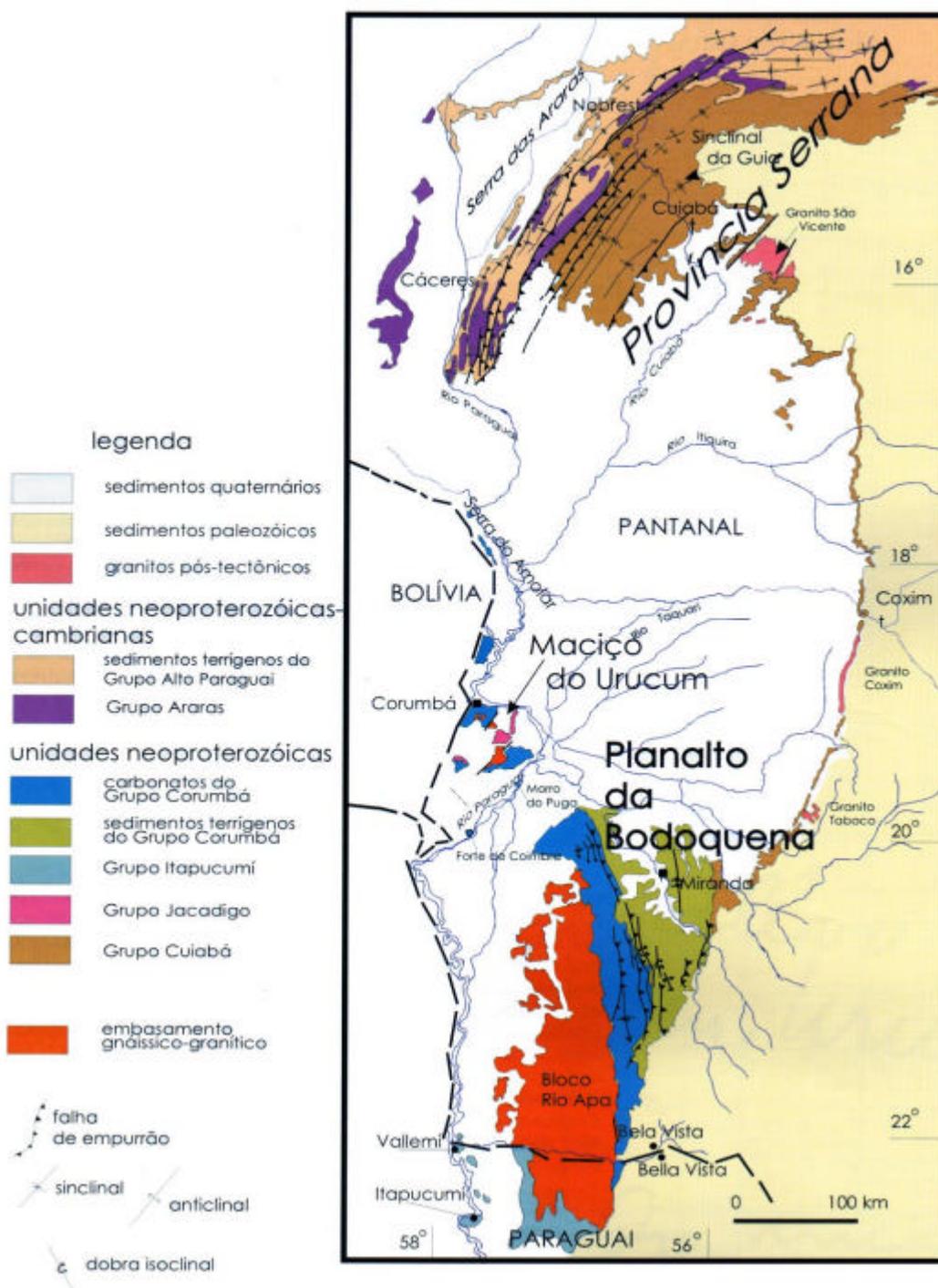
“No Neogeno, à medida que se processavam as derradeiras fases dos movimentos orogênicos no geossinclíneo andino, e o

conseqüente seguimento da cadeia, extensa faixa a oriente dela sofria abatimentos para receber importante sedimentação que ainda hoje vem se processando” (Almeida e Lima, 1959: 54).

A maior parte da Bacia do Pantanal está posicionada sobre o arco estrutural entre a Bacia do Paraná e a Bacia de Antepaís Frontal ao cavalgamento Andino sobre a Plataforma Sul-Americana (Shiraiwa, 1994). O embasamento desta bacia, exposto a sul, norte e oeste é formado por rochas metamórficas gnássicas antigas (Arqueano), por faixas metamórficas de xisto e filitos meso e neoproterozóicos (Grupo Cuiabá) e sedimentos siliciclásticos e carbonáticos neoproterozóicos (Grupo Corumbá). Na parte oeste, afloram rochas arenosas do fanerozóico da Bacia do Paraná (figura 2.2).

Figura 2.2

ESBOÇO GEOLÓGICO DA FAIXA PARAGUAIA



Fonte: Boggiani (2004: 114)

Já o preenchimento da Bacia do Pantanal é composto de sedimentos siliciclásticos (Weyler, 1962 *apud* Assine, 2004) oriundos da erosão dos planaltos vizinhos e conduzidos pela rede de rios da bacia hidrográfica do Alto Paraguai (Shiraiwa, 1994). Estes sedimentos são individualizados sob a denominação de Formação Xaraiés, Depósitos Dentríticos, Formação Pantanal, Aluviões Antigos e Aluviões. Shiraiwa (1994) apresenta os sedimentos:

Formação Xaraiés

É um depósito calcário, fossilífero, que corre na região de Corumbá, cobrindo discordantemente rochas do Grupo Corumbá e Jacadigo com uma espessura máxima de 16m (Almeida, 1945). Foi formado no período Pleistoceno, tendo como ambiente de sedimentação o clima semi-árido e flúvio-lacustre.

Depósitos Dentríticos

Corresponde aos sedimentos originados da erosão e intemperismo do desmantelamento das escarpas do planalto e das encostas, constituindo-se de sedimentos grosseiros (lateritos ferruginosos), formado por fluxos gravitacionais do tipo fluxo de detrito (*Debris flow*), circundando as serras e escarpas do Pantanal. São considerados depósitos Quaternários.

Formação Pantanal

Esta unidade geológica está presente em quase toda a planície do Pantanal, sendo constituída de sedimentos conglomerados na porção basal e arenosos, silticos-argilosos e argilosos na parte superior, semi-consolidados a inconsolidados, com uma espessura que varia de 62m a 425m. Suas relações de contato são feitas de maneira discordante com as rochas pré-cambrianas.

Nas lagoas alcalinas são encontradas rochas compactadas onde os arenitos são consolidados com cimento salino ou limonítico, acumulado devido a forte insolação e a pouca lixiviação. Existem, também, lagoas salinas com água carbonatadas,

cloretadas. O ambiente de sedimentação flúvio-lacustre ocorre até hoje (Del'Arco *et. al.*, 1982. In: Shiraiwa, 1994).

O ambiente no qual se depositou a Formação Pantanal foi, segundo Almeida (1959), “uma imensa planície aluvial, ainda em processo de entulhamento”, com sedimentação fluvial e lacustre. Quando da abertura da depressão do rio Paraguai, predominava na região um clima semi-árido, responsável pela elaboração do Pediplano Pleistocênico, da formação Xaraiés e dos Depósitos Dentríticos .

Os sedimentos da bacia do Pantanal estão, portanto, associados a dois ambientes deposicionais distintos: fluvial e lacustre.

Aluviões

Esses depósitos são encontrados ao longo dos principais rios na planície de inundação. Foram individualizados por Marini *et. al.* (1984) em: Aluviões do Pleistoceno-Holoceno constituído de sedimentos argilo-arenosos, encontrados nos vales do rio Negro, Taquari, Nabileque, Cuiabá e Paraguai; Aluviões do Holoceno, caracterizados por sedimentos arenosos e argilo-arenosos com níveis conglomeráticos que preenchem as planícies aluviais fluviais recentes e bordejam todos os rios. Possui uma espessura de 2m.

Portanto, na bacia do Pantanal o empilhamento estratigráfico mostra afinamento textural para o topo. Na parte inferior predominam arenitos grossos e conglomerados, enquanto que na parte superior ocorrem principalmente areias quartizosas finas a médias, localmente grossas. Possivelmente a sedimentação começou no Pleistoceno, depois do soerguimento e dismantelamento da superfície sul-americana e subsidência tectônica da região do Pantanal.

Durante os últimos 10 milhões de anos, a bacia constituiu uma área de subsidência, tendo acumulado em torno de 500m de espessura de sedimentos Pleistocênicos e Holocênicos arenosos em uma calha quase Norte – Sul, associada a falhas ativas atualmente (Assine, 2004).

CLIMA

A forma e a posição geográfica do Pantanal têm profunda repercussão em suas condições climáticas. A região se apresenta como um grande anfiteatro, situada entre as latitudes 17° e 22° S, ficando submetida ao clima tropical.

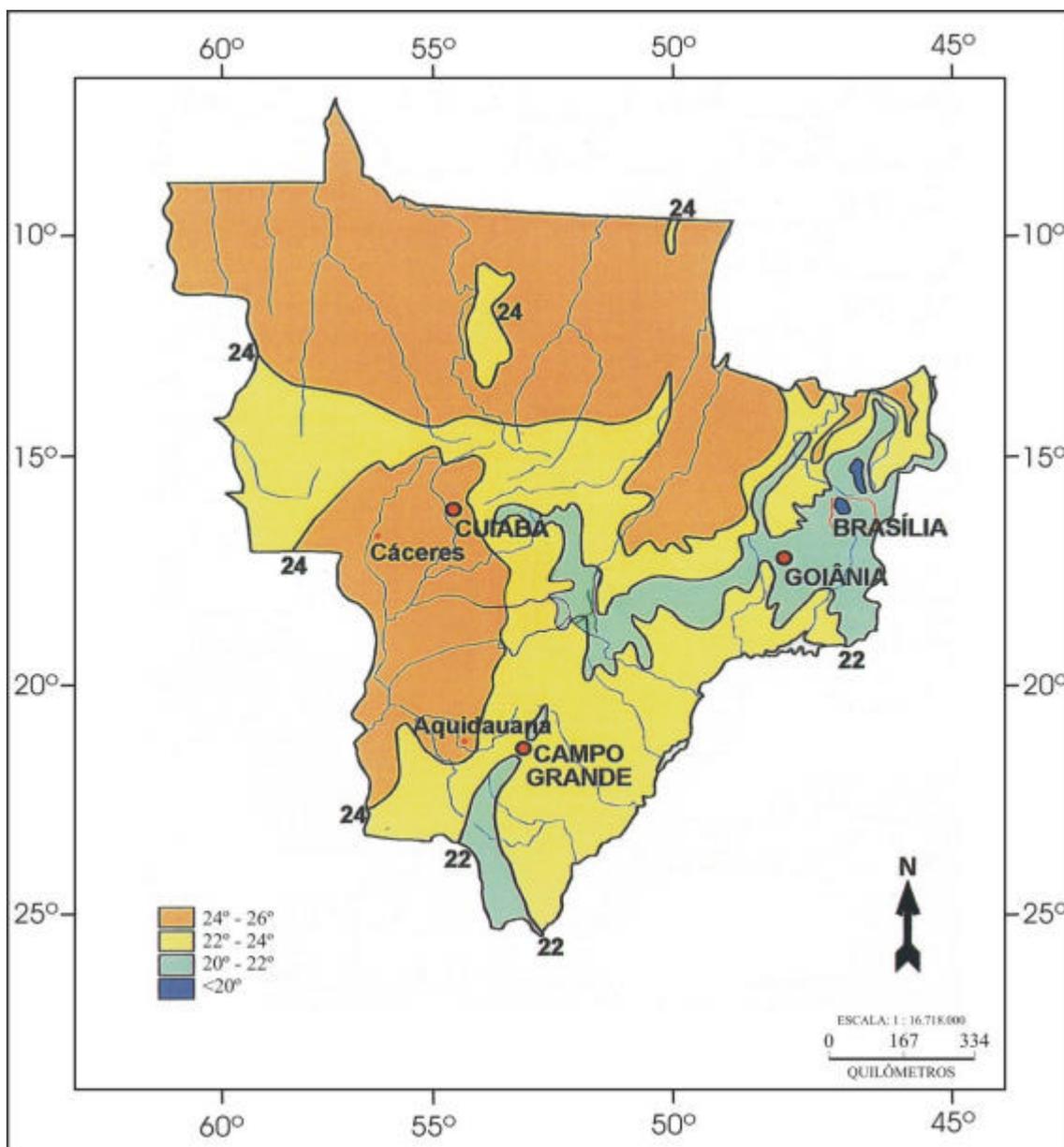
A temperatura apresenta média anual entre 12° e 16°C no inverno e 23° e 25°C no verão, embora as máximas diárias sejam superiores a 40°C no verão e as mínimas atinjam até 0°C no inverno, podendo ocorrer geadas no Pantanal Sul (IBGE, 1980). Outubro é o mês mais quente e julho, o mais frio.

A precipitação média na Bacia do Alto Paraguai (BAP) varia de 800 a 1600mm, estando sua distribuição espacial diretamente relacionada com o relevo da região. No planalto a precipitação média anual é de 1500mm. Já no Pantanal, que constitui a parte mais baixa da Bacia do Alto Paraguai, a precipitação média anual varia de 800 a 1200mm. O regime de chuvas na região do pantanal é tipicamente tropical, com dois períodos distintos: um chuvoso e outro seco. A estação chuvosa inicia-se em outubro e estende-se até março, alcançando cerca de 70% do total anual das chuvas. Já a estação seca ocorre no período de abril a setembro. Julho é considerado o mês mais seco, com média de 10 a 40mm de chuvas.

Segundo Nimer (1989), os diversos fatores físicos-geográficos (posicionamento continental, extensão latitudinal e relevo) e dinâmicos (circulação atmosférica decorrente do posicionamento dos centros de alta pressão) são responsáveis pelo comportamento da temperatura em toda a região Centro-Oeste como um todo. Assim, enquanto no extremo norte da região a temperatura anual dominante situa-se em torno de 26°C, no extremo sul é de, aproximadamente, 22°C (mapa 2.3).

Mapa 2.3

MAPA DE TEMPERATURA DA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: Nimer, 1989.

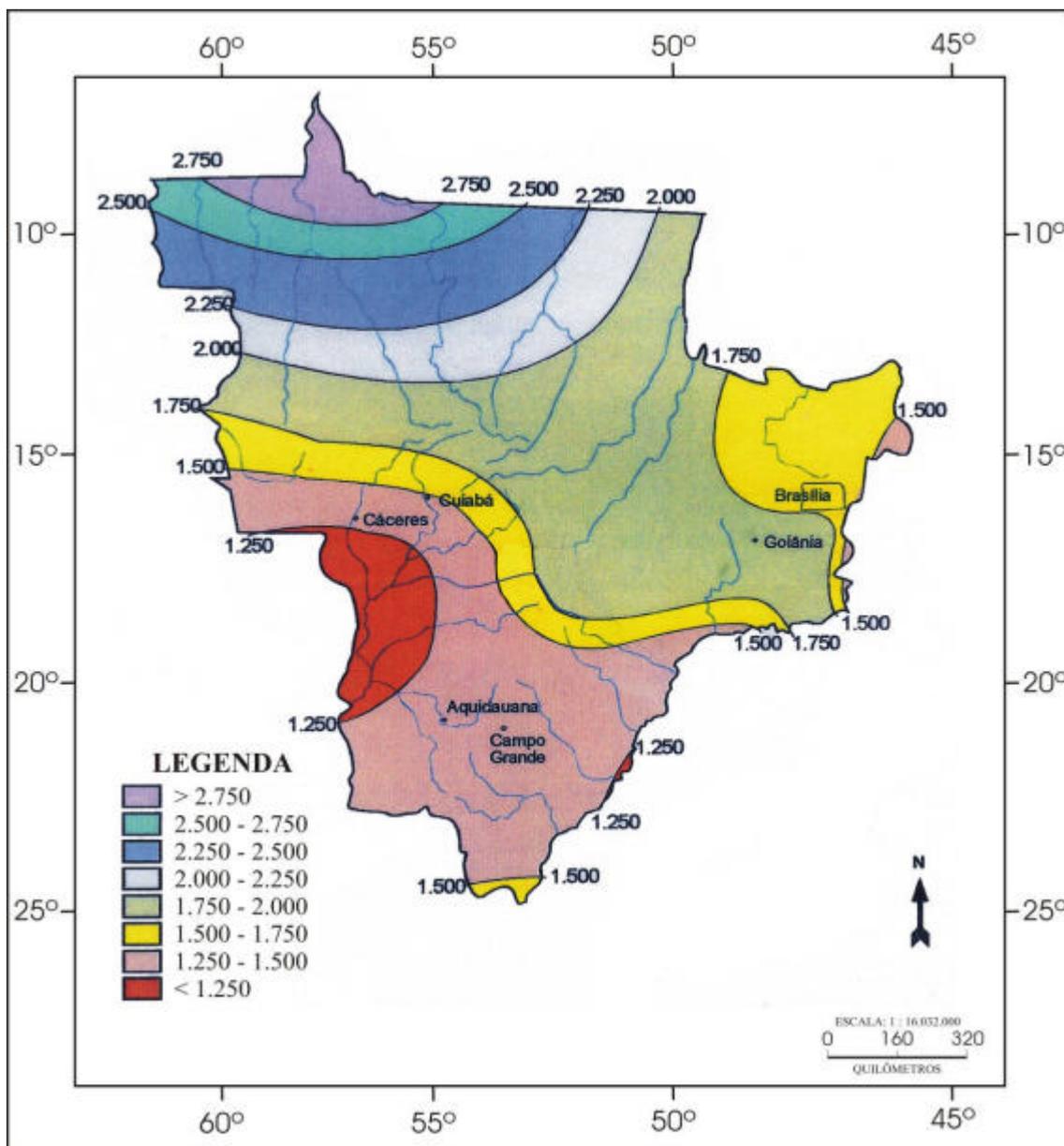
Devido ao seu posicionamento tropical e a dificuldade de penetração da massa de ar polar, durante a primavera e o verão as temperaturas são elevadas, variando

entre 30°C e 35°C. Enquanto na primavera e no verão o calor é constante, no inverno, graças à continentalidade da região Centro-Oeste e a baixa umidade do ar, são comuns dias frios, sobretudo em junho e julho, com médias mínimas anuais variando entre 10°C e 18°C.

O regime de chuvas na região Centro-Oeste deve-se quase que exclusivamente aos sistemas regionais de circulação atmosférica, predominando uma área mais chuvosa ao norte de Mato Grosso, com média anual em torno de 2000 a 3000mm, enquanto que decresce para leste e sul, até 1500mm, nos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com precipitação inferior a 1200mm, em média (mapa 2.4) (Nimer, 1989).

Mapa 2.4

MAPA DE PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA REGIÃO CENTRO-OESTE



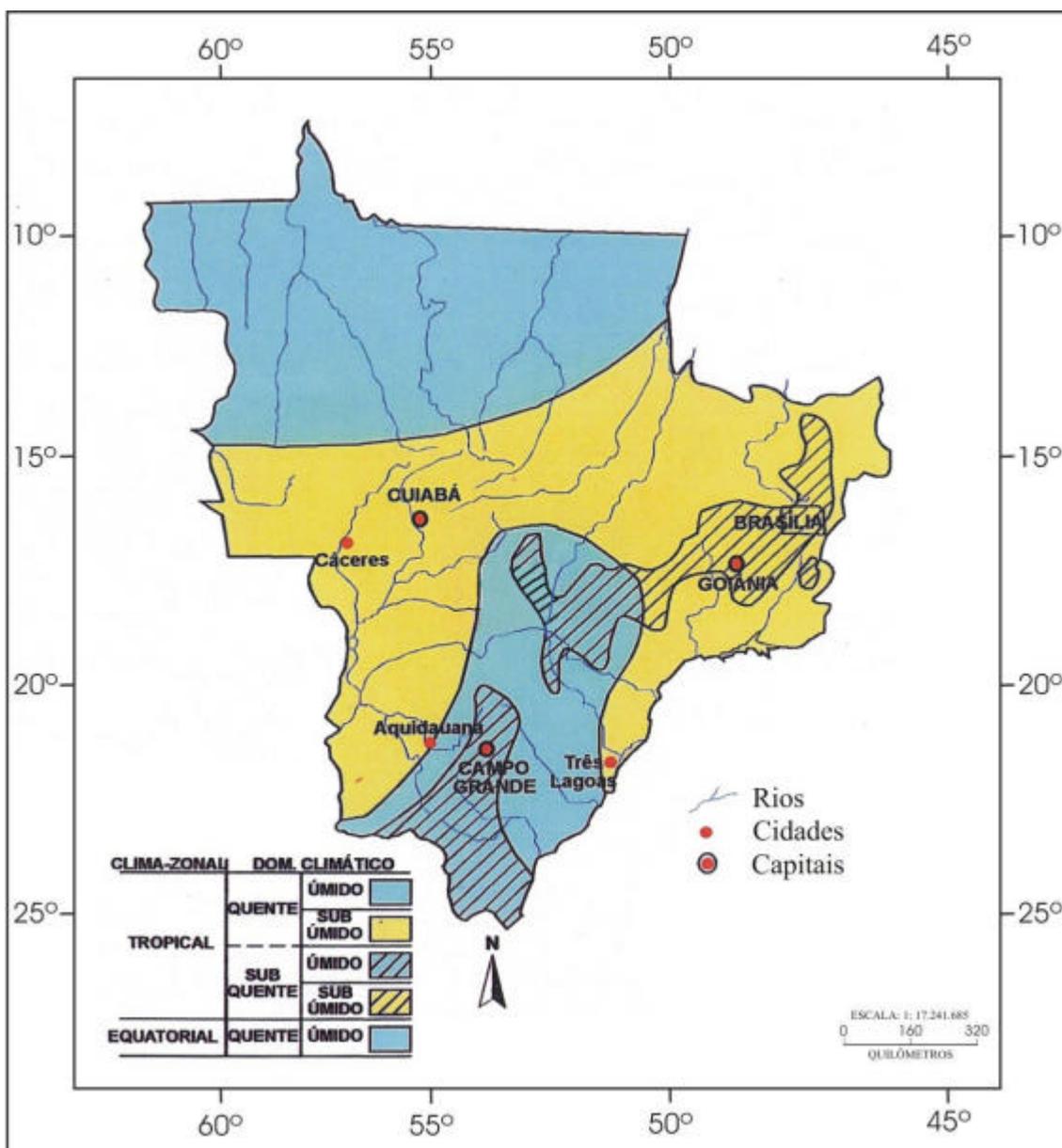
Fonte: Nimer, 1989.

Considerando-se em conjunto o regime da temperatura e o regime sazonal de chuva, Nimer (1989) distinguiu duas zonas climáticas para a região Centro-Oeste do Brasil: a tropical e a equatorial, as quais foram classificadas em domínios

climáticos. A primeira, onde se localiza o Pantanal constitui um vasto domínio de clima tropical quente e sub-quente envolvendo toda a região, podendo ser úmido e subúmido (mapa 2.5).

Mapa 2.5

TIPOLOGIA CLIMÁTICA DA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: Nimer, 1989.

SOLOS

A descrição e caracterização dos solos na área de pesquisa são feitas de acordo com o PCBAP (1997). O projeto PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai de 1997, disponibiliza vários trabalhos sobre o tema na área de estudo com elaboração do mapa pedológico do Pantanal.

Como resultado, ocorre na área de estudo a presença de solos hidromórficos diversos, com características distintas e que, no entanto, apresentam em comum, normalmente, baixa fertilidade natural, a textura arenosa e, principalmente, a intensa influência exercida pela água, quer através do transbordamento de corpos d'água, quer da subida do lençol freático à superfície.

De acordo com o PCBAP (1997), no pantanal predominam solos hidromórficos, nos quais constam Solonetz Solodizados, Planossolos e Vertissolos, Plintossolos e Planossolos, Glei Pouco Húmico, Glei Húmico, Podzol Hidromórficos, Areias Quartzosas e Areias Quartzosas Hidromórficas. A predominância de solos hidromórficos é reflexo da deficiência de drenagem generalizada e da forte tendência para inundações periódicas e prolongadas.

Solonetz Solodizados: Solos minerais, geralmente hidromórficos, facilmente alagados. São originários da Formação Pantanal, datando do Quaternário, com litologia areno-argilosa. São desaconselháveis para a atividade agrícola, mas podem ser utilizados para a prática da pecuária. Clima: Aw de Koppen; vegetação: campos.

Plintossolos: Solos minerais, hidromórficos ou não, sujeitos a condições de forte restrição à percolação da água. São originários da Formação Pantanal, datando do Quaternário, possuindo textura arenosa. O alagamento constante dificulta o seu uso com lavouras. (Clima: Aw de Koppen; vegetação de savana arbórea aberta).

Glei Húmico: Nesta classe estão compreendidos os solos minerais hidromórficos que apresentam horizonte Gleis, desde que não simultâneo com B textural ou plíntico. Tem limitações ao uso agrícola por se apresentarem em locais sujeitos à inundações, o que dificulta o manejo e a mecanização. Como alternativa verifica-se o aproveitamento das espécies naturais de gramíneas com pastagem natural.

Glei Pouco Húmico: Esta classe compreende os solos minerais hidromórficos, diferentes do anterior pela expressão do horizonte superficial, mais claro ou menos espesso. São característicos de locais planos ou abaciados, sujeitos a inundações constantes. Esta classe apresenta má drenagem e são originários de sedimentos muito recentes do Quaternário. O uso deste solo é dificultado pelas condições de má drenagem, sendo apropriado à exploração da pecuária, com pasto natural. Apresenta textura argilosa, data do Holoceno e sustenta vegetação de cerrado e campo de várzea.

Areias Quartizosas Hidromórficas: esta classe compreende os solos minerais hidromórficos, com seqüência de horizontes A e C e com composição granulométrica nas classes texturais areia ou areia fraca. Está sujeito a alagamentos periódicos, com presença de lençol freático próximo à superfície do terreno. Data do Quaternário e sustenta vegetação savana arbórea aberta.

Areias Quartizosas: nesta classe estão compreendidos os solos minerais não-hidromórficos, de textura arenosa. No pantanal, mais especificamente no leque do Taquari, estão associadas a Podzóis Hidromórficos e Areias Quartizosas Hidromórficas. São permeáveis, excessivamente drenados, com baixa capacidade de retenção de umidade, intensa lixiviação e elevada susceptibilidade à erosão, sobretudo quando sujeitos a fluxo concentrado de água, que pode provocar a instalação de grandes voçorocas. São inviáveis para a agricultura, sendo sua utilização restrita à pastagem, desde que bem manejadas.

Podzól Hidromórfico: solos minerais hidromórficos, com textura arenosa ao longo do perfil. São encontrados no pantanal, com maior ocorrência na região do leque do Taquari, especialmente nas áreas da Nhecolândia, caracterizadas por grande concentração de lagoas, regionalmente conhecidas como baías, entre campos e cordilheiras, em associação com Areias Quartizosas e Areias Quartizosas Hidromórficas. São solos pobres, ácidos, utilizados para pastagem natural.

Planossolos: solos minerais, geralmente hidromórficos. No solo seco formam-se fraturas de separação dos horizontes, com drenagem ruim ou imperfeita. São solos típicos de relevo plano e ocorrem em todo o pantanal, desde o norte até o sul, originários de depósitos sedimentares da Formação Pantanal. Vegetação: savana arbórea aberta; clima: Aw de Koppen.

Vertissolos: esta classe corresponde a solos minerais hidromórficos, com restrições à percolação da água, contendo 30% de argila e quantidades apreciáveis de minerais de argila. No período seco, apresenta fendas que se abrem na superfície. São encontrados a partir de sedimentos da Formação Pantanal (Quaternário), na parte sul dos rios Aquidauana e Paraguai e, ao norte, próximo ao rio Cuiabá na região de Poconé. É rapidamente encharcado quando molhado. Vegetação: savana. (Clima: Aw).

VEGETAÇÃO

A vegetação é do tipo savana e tem como característica a interpenetração das floras da Amazônia, do cerrado e, ainda, da mata atlântica, indo desde formações de aspecto homogêneo, constituídas quase só por uma única espécie arbórea, até verdadeiros complexos vegetacionais, onde convivem espécies de quase todos os ecossistemas brasileiros.

Predominam nas áreas mais baixas e alagadas uma infinidade de plantas aquáticas, tais como os aguapés e a vitória régia. Nas matas que bordeiam as margens dos rios, encontram-se numerosas espécies arbustivas e de trepadeiras que se entrelaçam nas árvores de médio e grande porte como o jenipapo e o tucum. Nas baías e lagoas permanentes, os ambientes de brejo fazem florescer a taboa, o papiro, a cruz da malta e o algodão do pantanal. Nas partes mais altas, não inundadas, surgem os capões do mato, com suas aroeiras, ipês, jatobás e algumas árvores típicas do cerrado (Machado, 1997).

A vegetação nesta área está em bom estado de conservação, em relativo equilíbrio com a ocupação pela pecuária de corte, que pouco alterou a fitofisionomia, uma vez que o bovino consome gramíneas, preferencialmente, cuja oferta excede a procura, excetuando-se as áreas de cerradão (savana mais densa). Neste sentido há uma certa preservação da vegetação no Pantanal Sul, entretanto, com o processo de modernização da atividade pecuária essa característica pode sofrer alterações em função da intensificação da atividade.

No pantanal predominam os campos inundáveis (savanas), com formações pioneiras como cambarazal, principalmente no pantanal do Paraguai. Nesta unidade ocorrem grandes lagoas, praticamente sem vegetação aquática. No pantanal da

Nhecolândia/Paiaguás, chama a atenção na paisagem as numerosas pequenas lagoas subcirculares associadas a vegetação aquática diversa.

Na paisagem do pantanal do Miranda, destaca-se a fisionomia paratudal, que se estende até o Nabileque. No Nabileque e no pantanal de Porto Murtinho/Apa, é marcante a grande ocorrência de carandazais (palmeira *Copernicia Alba*). A ocorrência de savana estépica ou chaco no pantanal de Porto Murtinho e Nabileque é a única no Brasil.

HIDROGRAFIA

O Pantanal apresenta uma complexa rede hidrográfica, sendo o rio Paraguai o principal eixo de drenagem regional. Os afluentes principais são os rios Taquari, Negro, Aquidauana e Miranda, Itiquira, Correntes, São Lourenço e Cuiabá, estes quatro últimos no Estado do Mato Grosso.

A planície é a bacia de recepção dessa drenagem e, em consequência da planura e das características dos solos arenosos da região, verifica-se a má drenagem do terreno, dificultando o escoamento das águas.

Assim, as inundações periódicas na extensa planície ocorrem em função do baixo gradiente topográfico, seu relevo apresenta, no máximo, 0,5% de declividade, e do lento escoamento superficial das águas, sendo por isto sazonalmente inundável nos meses de verão (de novembro a março), período de intensa concentração de chuvas (Assine, 2003).

No período das chuvas, o rio Paraguai expande-se em uma faixa de até 20 km de largura, invadindo as terras baixas da planície pantaneira, regenerando temporariamente o "mar dos Xaraiés"¹⁰ dos antigos climas chuvosos. O rio Paraguai e os outros rios pantaneiros apresentam pouca declividade, da ordem de 20-30 cm por quilômetro, o que também contribui para que as águas que se acumulam nos períodos de chuvas intensas, escoem com muita lentidão. Em consequência, as enchentes, que são máximas ao norte nos meses de março e abril, chegam ao sul do Pantanal somente em julho e agosto. Enquanto isso, imensas quantidades de água, provavelmente centenas de quilômetros cúbicos por ano, perdem-se por evaporação direta para a atmosfera. O

¹⁰ Antiga denominação dada ao Pantanal.

Pantanal pode ser, com justiça, considerado a maior "janela" de evaporação de água doce do mundo.

Toda a vida e a atividade econômica estão ligadas a este sistema de inundações. A região é um interessante paradoxo aquático em uma área de clima continental. Sem o abundante e raso lençol freático e os aluviões deixados pelas enchentes, a vegetação terrestre seria parecida com a do cerrado ou com a do Chaco boliviano. Igualmente, a rica fauna de aves e mamíferos depende, na sua grande maioria, da alimentação aquática. O Pantanal pode ser visto, então, como uma grande e dinâmica interface entre o mundo aquático e o terrestre.

A rede hidrográfica tem, portanto, um papel determinante na vida deste lugar. A pecuária, principal atividade econômica da região, teve sua expansão relacionada à hidrografia. Inicialmente, no processo de povoamento, os vales fluviais balizaram a penetração desta atividade e a localização dos núcleos urbanos que dela se originaram.

Paralelamente, os rios sempre foram utilizados como vias de transporte, facilitando o deslocamento e permitindo a penetração no interior desta extensa região, sendo mais econômico e adequado à integração.

Em função das inundações provocadas pelas cheias dos rios Paraguai os rebanhos são obrigados a migrar para terrenos mais elevados, fora do alcance das águas, sendo transferidos para as áreas não alagadas da planície e para o planalto. Por outro lado, o retorno deste rebanho é recompensado no período da estiagem, com a renovação das pastagens, que adquirem um excelente valor nutricional.

Como resultado do ciclo das águas, surgem formas de relevo peculiares aos Pantanaís, conhecidas regionalmente como baías (imensas lagoas que invadem os campos limpos), corixos (cursos de água que sempre resistem ao estio prolongado e que, normalmente são recobertos de vegetação aquática, como aguapés, camalotes, etc.), "cordilheiras" (elevações com cerca de 2 metros de altura, entre duas baías, que serve de sede para as fazendas e abrigo para o gado), vazantes (entre as cordilheiras, intermitentes ou perenes, funcionam como áreas de escoamento dos rios e baías, alcançando vários quilômetros de extensão).

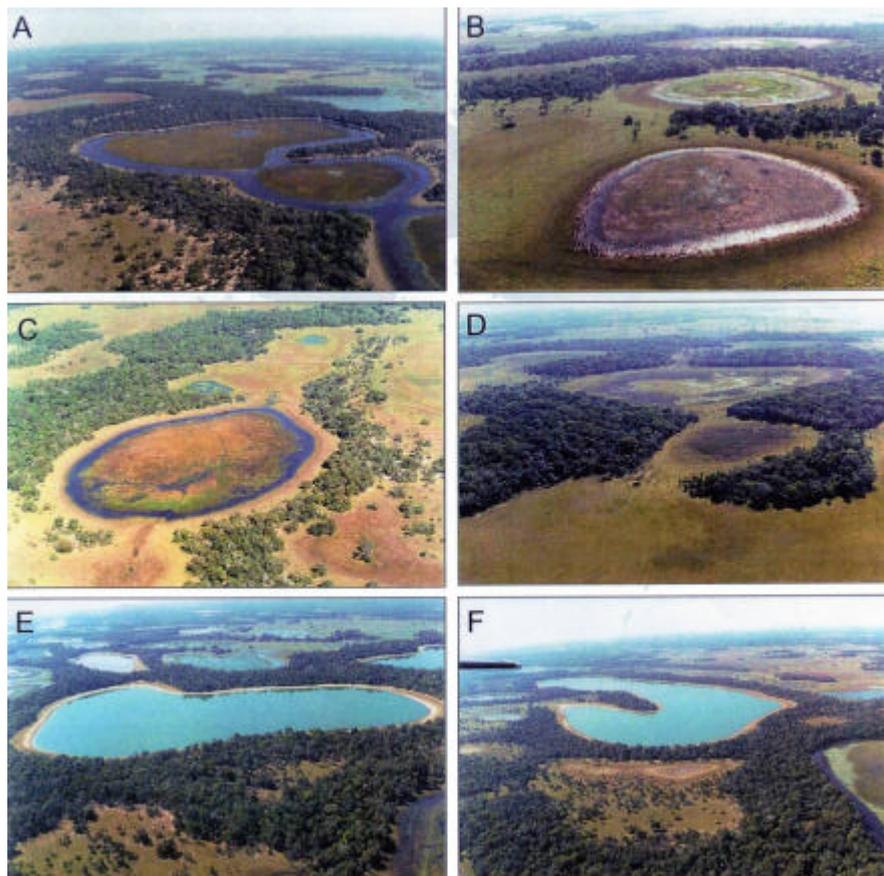


Foto 5: este conjunto de fotos extraído de Assine (2004: 73) revela as formas de relevo peculiares ao Pantanal. Representam cordões arenosos cobertos por vegetação arbustiva/arbórea conhecidos na região pelo nome de cordilheiras, ocorrendo tanto em torno de lagoas de água doce (A,B,C e D) quanto de salinas (E e F).

Nas cheias, os rios que formam a bacia do Paraguai extravasam seus limites permitindo que lagoas apareçam, outras de caráter permanente ampliam-se, áreas ficam submersas e braços d'água interligam-se. As lagoas possuem formas diversas (circulares, elípticas, piriformes, crescentiformes e irregulares). Podem ocorrer alinhadas e conectadas, recebendo contribuição de águas superficiais durante as cheias, de forma que suas águas são doces. Algumas lagoas são isoladas da drenagem atual, muito raramente invadidas por águas de inundação e caracterizada pela presença de águas salobras, recebendo a denominação local de salinas (Assine, 2004). As lagoas maiores são denominadas pelos pantaneiros de baías. Quando as cheias são mais violentas as baías ampliam-se e ligam-se umas às outras através de canais denominados corixos, constituindo assim as vazantes.

As salinas e lagoas têm cordões de areia fina e frouxa de origem eólica em suas bordas chamadas de cordilheiras. O sistema de cordilheiras permanece a salvo das enchentes por se encontrarem num plano mais elevado, com altitude variando de 3 a 6 metros acima do nível da planície (Valverde, 1972; Assine 2004).



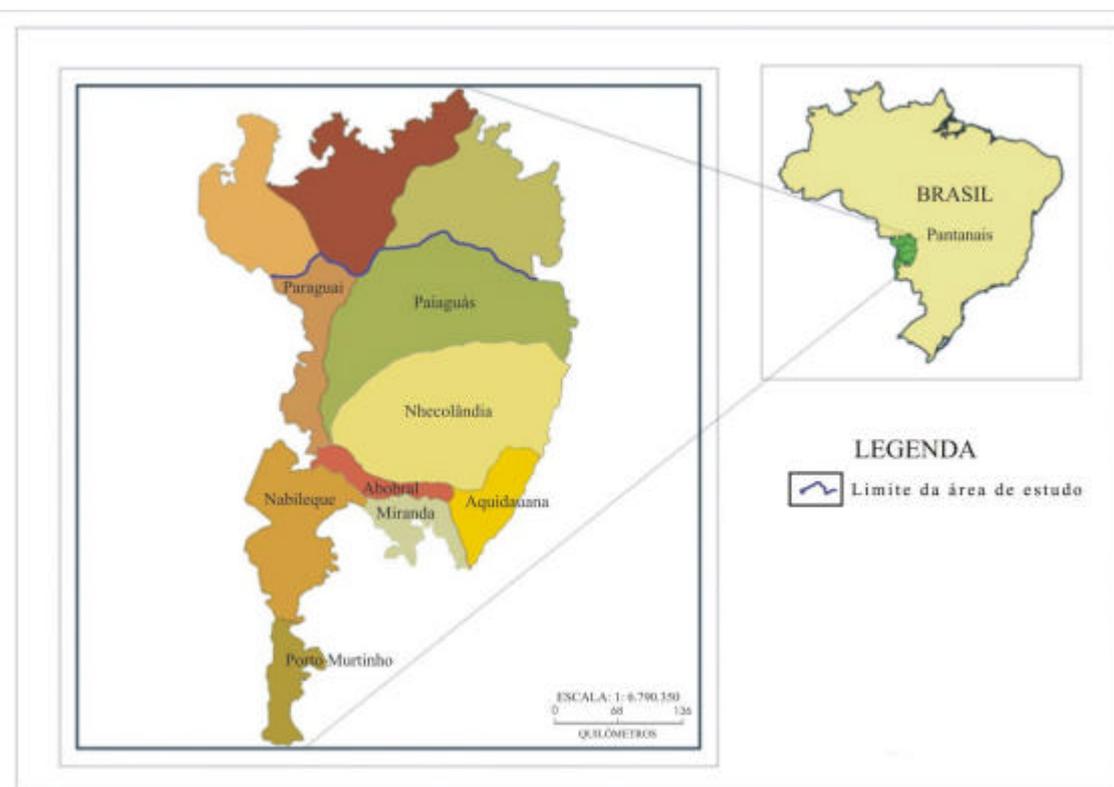
Foto 6: Baía, Corixo, Salina do Pantanal Sul (Lacerda, 2004).

Destacam-se, ainda, as planícies fluviais dos rios Paraguai, Itiquira/Piquiri e Negro. A planície fluvial do rio Paraguai, especialmente a norte da cidade de Corumbá, tornou-se um típico sistema meandrante com inúmeras pequenas lagoas, cujos níveis d'água flutuam em resposta aos ciclos anuais de inundação.

Com base nas características das inundações, nos tipos de solo e de composição da vegetação, o Pantanal tem sido subdividido em vários pantanais, subdivisões que refletem a compartimentação geomorfológica da planície, destacando o pantanal do Paiaguás, Nhecolândia, Paraguai, Nabileque, Porto Murtinho, Abobral, Miranda, Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, e Cáceres, Poconé e Barão do Megalaço, em Mato Grosso (mapa 2.6).

Mapa 2.6

PANTANAL – SUB-REGIÕES



Fonte: Parque Regional do Pantanal.

Os Pantanais

Os pantanais constituem-se por planícies dispostas entre 80 e 150 m de altitude, desenvolvidas por depósitos de sedimentos transportados pelos rios cujas nascentes e altos cursos estão no planalto, serras e depressões que as circundam. Assim as fisionomias das planícies do pantanal são diferenciadas em função das regiões e dos rios que as formam. Também ocorre com os solos e a cobertura vegetal, que apresentam algumas diferenças de uma região para a outra, contribuindo com as principais características das sub-regiões do Pantanal de Mato Grosso do Sul.

Pantanal de Porto Murtinho/Apa

Sua geologia vincula-se às Alcalinas Fecho dos Morros (sienitos e traquitos) e aos sedimentos inconsolidados e semi-consolidados da Formação Pantanal e Aluviões Fluviais (PCBAP, 1997).

Situa-se ao longo do rio Paraguai, na porção sul, tendo como limites os rios Aquidauana, a norte; e Apa, a sul. Os solos são hidromórficos e argilosos, predominando os Solonetz Solodizados e os Planossolos.

Suas cheias são vinculadas aos rios Paraguai e Nabileque e seus afluentes, mantendo-se inundado por um período de 4 a 6 meses. A inundação é fraca e o escoamento da água é realizado através de vários canais temporários naturais.

A vegetação predominante é a savana sem floresta de galeria, e vastos campos repletos de carandá e densas palmeiras. No pantanal de Porto Murtinho/Apa, e no pantanal do Nabileque, há a ocorrência de savana estépica ou chaco e de aves charquenhas.

Nesta unidade, a atividade pesqueira é muito praticada e precisa ser regulamentada. O turismo é pouco explorado. A pecuária, principal atividade econômica, vem se modernizando rapidamente e estabelece relações intensas com o planalto, num sistema de divisão e especialização da produção.

Pantanal do Nabileque

Localiza-se no extremo oeste do estado, entre os municípios de Porto Murtinho e Corumbá, estando sob a jurisdição de Corumbá, sendo um distrito do município. A área do pantanal de Jacadigo é também incluída neste pantanal.

Limita-se ao norte pelo rio Miranda, pelas terras não inundáveis dos residuais do Urucum e pelo pantanal do Abobral. Esta unidade estende-se ao sul comprimida entre a Serra da Bodoquena, o pantanal de Porto Murtinho/Apa e os relevos residuais do Complexo Rio Apa; a leste, pelo pantanal de Miranda; e a oeste, pelas fronteiras da Bolívia e do Paraguai.

Compreende uma associação variada de litologias, em que predominam os sedimentos não - consolidados e semi-consolidados da Formação Pantanal. São

observados, ainda, rochas pertencentes à Formação Coimbra (arenitos), Bocaina (calcário), Santa Cruz (*Jaspelitos ferruginosos*) e ao Complexo Rio Apa (granito, gnaisse, quartzito e xisto) (PCBAP, 1997).

Os solos do Nabileque são principalmente argilosos, predominando na área os Planossolos Sólidos, Solonetz Solodizados e Vertissolos. Estes solos em geral encontram-se associados, ora com predominância de um, ora com predominância de outro, embora o Planossolo ocupe a maior extensão territorial da unidade. Em menor proporção, ocorrem, ainda, os solos Glei Pouco Húmico junto às planícies de inundação dos rios Miranda e Paraguai e do Córrego Mutum.

A vegetação do Nabileque é do tipo savana. É marcante a grande ocorrência de carandazais (*palmeira Copernicia Alba*), onde predomina a palmeira carandá. Visto do alto, o pantanal do Nabileque parece ter vegetação de mata, tamanha é a concentração de carandá. Mas no solo, percebem-se os espaços entre as árvores, onde a pastagem nativa se desenvolve.

Segundo os especialistas, o Nabileque possui excelente forragem e em número apreciável. As espécies de forrageiras presentes são: *Paspalum Virgatum*, (capim-navalha ou capim-santa-fé) excelente forrageira que se desenvolve em solos argilosos e é resistente a falta de água, porém, é pouco pastada por causa da presença de folhas com bordas cortantes, *Paspalum Plicatum*, o *Panicum Laxum*, *Hymenachne Amplexicaulis*, *Leptochola Virgata*, dentre outras.

O pantanal do Nabileque é um dos primeiros a inundar, em boa parte devido ao seu solo argiloso, pouco permeável e de drenagem lenta. As inundações duram um período superior a 6 meses. A pequena declividade, decorrente de altimetrias inexpressivas, possibilita um grande alagamento da área.

O processo de modernização da atividade pecuária, que vem se intensificando no pantanal como um todo, é mais lento no Nabileque devido, principalmente, ao longo período em que permanece alagado. Na tentativa de resolver este problema, os cursos fluviais e suas margens são alterados, desencadeando processos de degradação do ambiente.

Muitos proprietários de outras sub-regiões pantaneiras possuem terras nesta unidade, e as utilizam num sistema de rodízio para complementação alimentar do gado de cria, em função do pasto natural de boa qualidade. O turismo também é pouco

desenvolvido nesta área, embora haja potencial para o crescimento desta atividade. A pesca destaca-se como uma modalidade importante de desenvolvimento.

Pantanal do Paraguai

As litologias presentes são formadas por sedimentos arenosos não - consolidados e semi-consolidados da Formação Pantanal e dos Depósitos Aluviais do Holoceno.

A região corresponde, em sua maior parte, à extensa planície de inundação do Rio Paraguai, desde a ilha de Caracará, nos limites do pantanal de Cáceres (MT), até as bordas do Maciço do Urucum, ao sul de Corumbá. Caracteriza-se pela grande incidência de baías e de grandes lagoas praticamente sem plantas aquáticas. O período de inundação é longo, se estendendo por mais de 6 meses, sendo que uma boa parte desta área fica permanentemente alagada, semelhante ao que ocorre no Pantanal de Nabileque.

Os solos deste pantanal são arenosos e areno-argilosos, com destaque para o Gleí Pouco Húmico, Gleí Húmico, Planossolos, Vertissolos e Solonetz Solodizados, os três últimos ocorrem em menor escala.

A vegetação predominante é a savana. É uma unidade com alta concentração de fauna, sendo uma área de reprodução em sistema de piracema para espécies como o pintado, o pacu, o cachara, o barbado, o dourado e o curimbatá. Nesta unidade encontra-se o Parque Nacional do Pantanal e a Estação Ecológica Taiamã.

Além da pecuária extensiva, voltada para a fase de cria de bovinos, o turismo é uma atividade importante nesta unidade, que tem na cidade de Corumbá um centro de serviços. A pesca se destaca como atividade turística. Entretanto, o turismo praticado na área gera uma certa degradação da qualidade de vida da população rural, em função da desorganização do setor e do aumento da violência.

Como o período de inundação é prolongado neste pantanal, muitos proprietários alteram as condições naturais existentes, buscando diminuir o volume de água. Dentre as práticas comuns observam-se obras de alargamento ou rebaixamento de leito, para aumentar a capacidade de descarga; alterações nos cursos dos rios e suas margens, com a criação de canais retilíneos, a dragagem e a interrupção de fluxo de

água, com o objetivo de reduzir a extensão das áreas inundadas e o tempo de permanência da água. Soma-se a isto, o fluxo de arrombados¹¹ presentes na unidade.

Pantanal do Paiaguás

O pantanal do Paiaguás situa-se na margem direita do rio Taquari, na parte norte do macroleque deste rio. Juntamente com o pantanal da Nhecolândia (ao sul) formam a unidade morfoestrutural do pantanal do Taquari (PCBAB, 1997), constituindo o maior leque fluvial do mundo, alimentado pelos sedimentos arenosos transportados e depositados pelo rio Taquari (Assine, 2004).

Apresenta como limites os pantanais de Poconé (MT) e Barão do Megalaço (MT), ao norte; o pantanal do Paraguai, a oeste; o pantanal da Nhecolândia, ao sul; e a borda da Bacia do Paraná, a leste. A unidade do Piquiri situa-se neste pantanal.

A vegetação do Paiaguás é do tipo savana (campos inundáveis) e, em terrenos mais secos predomina a savana mais densa (cerradão). A pastagem natural é composta por capim-mimoso (*Axonopus purpusii*) e capim-bananal (*Axonopus compressus*). Nas áreas mais densas usa-se pastagem cultivada, mas a pastagem natural é predominante nesta unidade.

Os solos são arenosos na maior parte da área e argilosos nas proximidades de alguns rios. Predominam Planossolos e Plintossolos, utilizados para a atividade de criação de bovinos. As inundações duram de 3 a 4 meses, em média, mas pode ser permanente em alguns pontos, sendo mais profundo em termos de nível da água. Neste pantanal há grande concentração de fauna, sendo uma área de recarga de aquíferos.

A atividade econômica principal é a pecuária de corte, tradicionalmente praticada de forma extensiva em pasto nativo na maioria das propriedades rurais. Há um processo de modernização da atividade nos últimos anos, com a introdução de novas técnicas de manejo e a ampliação da área de pastagem plantada, sobretudo na porção leste desta unidade, nas margens da borda da Bacia do Paraná, onde a cobertura vegetal é de cerradão (savana arbórea densa).

¹¹ Desvio natural que ocorre num rio em direção a uma planície, por assoreamento, por exemplo.

Pantanal de Nhecolândia

O pantanal de Nhecolândia é o segundo maior do complexo do pantanal, contendo 19,48% da área do pantanal brasileiro (perdendo apenas para o pantanal do Paiaguás, com 19,60% da área). A maior parte de sua área está situada dentro do município de Corumbá, ficando uma pequena parte, mais a oeste, sob a jurisdição de Rio Verde de Mato Grosso. Seus limites são: ao norte, o pantanal do Paiaguás, sendo o rio Taquari o ponto de referência para a divisão; ao sul, os pantanais do Abobral e de Aquidauana; a leste, o Planalto Central Brasileiro; e a oeste, o rio Paraguai.

As litologias presentes estão associadas aos depósitos Quaternários da Formação Pantanal e dos Aluviões Fluviais, com sedimentos arenosos, predominantemente, sílticos-argilosos e argilo-arenosos. Os Aluviões Fluviais exibem areia, silte, argila e cascalho. Caracteriza-se, assim, por uma extensa área flúvio-lacustre, cuja sedimentação está vinculada a cursos intermitentes e defluentes do rio Taquari no período de cheias.

Sua paisagem apresenta um grande número de baías e lagoas circulares. Algumas baías são salinas, sem vegetação aquática, outras são de água doce, com vegetação de aguapé (*Eichhornia crassipes*), camalotes (*Pontederia cordata*), sambambaias pequenas (*Azolla sp.*, *Marsilea polycarpa*), chapéu-de-couro (*Echinodorus Paniculatus*), erva-lanceta (*Sargitaria montevidensis*).

Durante a fase mais crítica da estação seca (agosto/setembro), algumas destas baías secam ou diminuem consideravelmente de volume. Ao redor das baías, a vegetação predominante é a pastagem natural, com destaque para o capim-mimoso (*Axonopus pirusi*) e o capim-mimosinho (*Reinardochloa brasiliensis*). As baías e as lagoas são circundadas por cordilheiras e a conexão entre uma baía e outra se dá através das vazantes. A fisionomia do pantanal de Nhecolândia apresenta, ainda, salinas, campos limpos, bosques, savanas e barreiros¹², corixos e vazantes. Concentrações da palmeira carandá (*Copernicia alba*) surgem com certa frequência neste pantanal. Nos solos arenosos de Nhecolândia destacam-se também as palmeiras de nome acuri (*Attalea phalerata*), bocaiúva (*Acrocomia totai*) e tucum (*Bactris glaucescens*)

¹² Os barreiros são depressões do terreno, tendo em torno de 100 a 200m² de área.

Na área há o predomínio de solos Podzólicos Hidromórficos, os quais favorecem o desenvolvimento da vegetação de campos limpos que se altera com a vegetação de savana. Ocorre, secundariamente, Areias Quartzosas Hidromórficas. Em seus limites e ao longo do rio Taquari, ocorrem Planossolos e Plintossolos e, nas áreas não inundáveis, no limite leste desta unidade, predominam os solos Podzólicos Vermelho-amarelo.

É uma região extremamente arenosa e a água não apresenta profundidade, o tempo de permanência das inundações oscila de 3 a 4 meses. A areia dificulta o acesso ao interior deste pantanal.

A geoeconomia local baseia-se na pecuária bovina de corte, desenvolvida em solos arenosos profundos e hidromórficos em relevo de planície e vegetação de cerrado. No período das chuvas, as águas renovam as pastagens naturais que servirá de alimento altamente nutritivo para o gado no período seguinte. Mas, por outro lado, geram a necessidade de remoção do gado para as áreas não alagadas.

Há uma expansão do pasto plantado em áreas não alagadas, o que representa um processo de modernização da atividade pecuária, processo este que vem se intensificando nos últimos anos e que ocorre nas bordas desta unidade em direção ao seu interior, onde o sistema de produção é extremamente extensivo, com enormes invernadas de pastagem nativa, cujo tamanho pode chegar a 3 600 hectares de terra com apenas 1000 cabeças de gado. Muitas vezes esse número é ainda menor em função da falta de alimentação para os bovinos, no período das chuvas, o que tem levado a alguns proprietários a diminuir a lotação de seus campos para evitar perdas.

A partir de um conhecimento empírico, o pantaneiro sabe como enfrentar os problemas que a Nhecolândia apresenta. Como regra pantaneira quanto maior for a invernada, melhor será a oferta de alimentos, independentemente da estação do ano, embora este método não seja considerado uma técnica “moderna” de criação. As invernadas são divididas no sentido transversal àquele em que ocorrem as águas, sendo esta a maneira mais provável de oferecer, a todas as áreas resultantes, as mesmas variações alimentares.

Esse sistema de produção, considerado mais tradicional, sofre forte pressão na busca de maiores índices de produtividade e do desenvolvimento sócio-econômico da unidade. Por outro lado, vem garantindo a conservação do ecossistema

natural da Nhecolândia, o que contribui para o desenvolvimento potencial de uma segunda atividade econômica: o turismo. A grande concentração da fauna, a preservação do cerrado nativo, a paisagem exuberante, com milhares de lagoas, baías, corixos, campos com água e vazantes que se enchem periodicamente, fertilizando os lagos e abastecendo de peixes as baías, somam-se aos aspectos culturais do pantanal como um todo, e constituem um cenário ideal para tal atividade, que vem crescendo na região.

Pantanal de Aquidauana

O Pantanal de Aquidauana abriga a bacia superior dos rios Negro e Aquidauana, possuindo uma configuração triangular delimitada pelos cursos destes rios (PCBAP, 1997). Apresenta como limites o pantanal da Nhecolândia, ao norte; A cidade de Aquidauana, ao sul; os Pantanaís de Miranda e Abobral, a oeste; e a Serra de Maracaju, a leste.

Abrange as regiões do Taboco, que corresponde a uma área muito alagada com regiões constantemente inundadas, e do Negro, região composta por muitas salinas e muitos brejos, sendo também marcado por fortes inundações, que na época das cheias recebe, através dos corixos, as águas que transbordam do rio Aquidauana.

O Pantanal de Aquidauana pode permanecer inundado por até 6 meses ao ano, mas assim como o pantanal de Miranda, é considerado um pantanal mais alto. Algumas áreas, de relevo plano inclusive, não se alagam. Outras, na região da fazenda Taboco, podem permanecer constantemente alagadas.

Os solos dominantes são os Planossolos e Plintossolos que, em geral, ocorrem associados. Verifica-se a ocorrência de solos arenosos nas proximidades do pantanal da Nhecolândia, representado por Podzóis Hidromórficos e Areias Quartizosas Hidromórficas. Menos significativa é a ocorrência de Solonetz Solodizados e Vertissolos, além de solos Gleí Pouco Húmico nas proximidades dos rios Aquidauana e Negro (PCBAP, 1997). Em algumas áreas, este pantanal é barrento, com solos argilosos.

A vegetação predominante é a savana, os capões e os campos limpos, que são povoados por capim - mimoso (*Axonopus purpusii*), capim-mimosinho (*Reinarochloa brasiliensis*), *Paspalum almun*, *Hermathria altíssima*, *Panicum laxum*.

Apresenta baías, corixos, salinas e vazantes. Em algumas áreas as baías estão dispersas e, em outras, podem estar concentradas. Muitas dessas baías são secas durante um período do ano.

O Pantanal de Aquidauana está fortemente vinculado aos pantanais de Nhecolândia e Abobral. A região do rio Negro é considerada um prolongamento natural da Nhecolândia, sendo formado por salinas, baías, corixos e solos arenosos sobre o qual encontram-se as pastagens, formadas por capim-corona, *Andropogon selloanus*, canjiqueira e lixeira. A vegetação ao longo do rio Negro é semelhante à vegetação da Nhecolândia, com campos, savanas e capões, além do carandá.

Segundo Silva (2000) os pantanais de Aquidauana e Nhecolândia são os que apresentam maiores e melhores condições ambientais (classes de vegetação) para a bovinocultura de corte.

Neste pantanal vem ocorrendo um processo intenso de fragmentação das propriedades rurais, nos limites leste e oeste da unidade, portanto, as unidades de produção são consideradas pequenas se comparadas às demais sub-regiões do pantanal. Este desmembramento é acompanhado por um processo de transformação de muitas fazendas em fazendas-hotéis, o que significa um intenso crescimento do turismo rural e do ecoturismo na unidade como um todo, excetuando, apenas, a região do Taboco. O turismo está geralmente associado à atividade pecuária e serve como uma complementação de renda.

Um outro aspecto interessante neste pantanal refere-se à diversificação da produção, com a difusão da produção do boi orgânico na região do rio Negro e do vitelo pantaneiro. Embora as demais sub-regiões também estejam diversificando a produção pecuária, no pantanal de Aquidauana esta diversificação é pioneira e intensa.

Pantanal do Abobral

O pantanal de Abobral possui dimensões pequenas, limita-se a norte, com o pantanal de Nhecolândia, sendo os rios Aquidauana e Negro, divisores naturais; ao

sul, com os pantanais de Miranda e Nabileque; a leste, com o pantanal de Aquidauana; e a oeste, com o rio Paraguai.

É um pantanal mais baixo que se alaga totalmente durante as cheias, sendo um dos primeiros a encher. Os campos podem permanecer alagados por até 6 meses do ano. Possui muitos corixos, pequenas lagoas, capões e cordilheiras, que servem de refúgio para os animais.

O pantanal do Abobral é formado por solos arenosos e argilosos, com ocorrência de Planossolos, que se distribuem por toda a unidade, Glei Pouco Húmico, nas áreas de inundação dos rios Miranda e Paraguai, Areia Quartizosas, Areia Quartizosas Hidromórficas e Solonetz Solodizados.

A vegetação predominante são savanas e campos semelhantes fisionomicamente ao pantanal de Aquidauana/ rio Negro. Nesta unidade observa-se grandes extensões de campos limpos intercalados com pequenos capões (bosques) e campos levemente sujos, recobertos por capim-mimoso (*Axonopus purpusii*), capim-mimoso-de-talo (*Hemarthria altíssima*) e capim felpudo, excelente pastagem natural amplamente utilizada pelos fazendeiros locais.

Nesta unidade o turismo vem crescendo, o que estimula o ordenamento desta atividade por parte dos atores sociais envolvidos. Constitui um pantanal belíssimo, com grande diversificação da fauna, porém é preciso preservar as áreas florestais e proibir o desmatamento nos capões deste pantanal. Neste sentido, há um interesse de se criar uma área de proteção ambiental/APA na unidade.

A pecuária local é extensiva, mas há um processo de modernização, implantado em algumas propriedades rurais do Abobral, geralmente adquiridas por empresários de fora da região.

Pantanal do Miranda

Esta unidade compreende as terras inundáveis limitadas a leste, pelo pantanal de Aquidauana; a oeste, pelo Nabileque; ao norte, pelo pantanal do Abobral; e ao sul, pelas terras altas do município de Porto Murtinho.

Os solos deste pantanal são argilosos e arenosos, com acentuada predominância dos solos argilosos. O que predomina na área são os Planossolos, Vertissolos, Solonetz Solodizados, Plintossolos e Glei Pouco Húmico.

Os solos argilosos, de baixa permeabilidade, facilitam as inundações que ocorrem de 4 a 6 meses ao ano. É considerado um pantanal de transição entre o pantanal de Nabileque e Abobral, é um pouco mais alto, com vegetação de savana, mata, campos, carandá, canjiqueira e, especialmente, o paratudo (*Tabebuia caraíba*), este formando os paratudais, fisionomia que se destaca na unidade.

As pastagens deste pantanal são principalmente povoadas por *Panicum laxum*, *Hymenachne amplexicaulis*, Capim-mimoso-de-talo (*Hemarthria altíssima*), *Leersia hexandra* e *Paspalum alnum*, consideradas ótimas pastagens para o gado.

Em áreas onde existem solos arenosos, aparecem as mesmas forrageiras características dos pantanais de Aquidauana, Nhecolândia, Abobral, com a presença de *Axonopus purpussi* e *Reimarochloa spp.*

Há um intenso processo de modernização da pecuária de corte neste pantanal, com a presença de grandes empresas rurais voltadas para esta atividade. Paralelamente o turismo vem crescendo fortemente na área. Esta unidade também se destaca como área de produção de arroz irrigado.

As peculiaridades da geografia física do Pantanal Sul influenciam o processo de ocupação e uso da terra da região. A associação do clima tropical, com chuvas fortes no verão que caem nas cabeceiras dos rios e na própria planície, ao relevo plano marcado pela falta de declividade, aos solos hidromórficos facilmente alagáveis, a rede fluvial sinuosa com o rio Paraguai e seus tributários cortando toda a região, a vegetação de savana, e a geologia que oferece controles geológicos ou embasamento rochosos acoplados a morrarias que correm ao longo do rio Paraguai¹³, no conjunto respondem pela dinâmica das inundações, e acabam favorecendo o desenvolvimento da pecuária, atividade econômica viável nessas condições.

¹³ Segundo o RADAMBRASIL esses controles geológicos estão localizados na região do Amolar, Porto da Manga e Fecho dos Morros, e constituem barragem natural para o escoamento da água.

2.3 - O processo histórico de ocupação do Pantanal

A história do Pantanal de Mato Grosso do Sul se confunde com a pecuária, principal atividade econômica da região desde o início da sua ocupação. O gado foi introduzido no sul do antigo estado de Mato Grosso¹⁴ no final do século XVI por colonos espanhóis e, no século XVII, por religiosos da Companhia de Jesus, que buscavam manter a conservação dos povoados que haviam se formado na região. Desde então, o gado passou a se dispersar alcançando as terras alagadas do Pantanal Sul, onde pode se multiplicar livremente devido a presença de imensos campos de pastagem natural altamente nutritivos em função dos ciclos das enchentes (Esselin, 2003).

“O regime pastoril foi o grande fator de civilização, de desbravamento e de expansão geográfica dessas terras a oeste do Brasil” (Sodré, 1941:68).

O crescimento do efetivo de bovinos, a imensa quantidade de terras devolutas e uma Política de Ocupação do Solo do governo da Capitania¹⁵ representaram os fatores de atração de alguns poucos aventureiros que instalaram fazendas na região, ainda no fim do século XVIII. Dentre as mais importantes, destacam-se as fazendas Caiçara, Casalvasco e São Lourenço, no norte do Pantanal, atual estado do Mato Grosso, e as fazendas Miranda, Betione, Poeira e Albuquerque no Pantanal Sul (Esselin, 2003).

Ao mesmo tempo, a preocupação com a defesa da soberania nacional na região de fronteira ainda em disputa apesar dos tratados firmados a partir de 1750, impulsionou a vinda de militares para o Pantanal sul, no fim do século XVIII, e a

¹⁴ O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1777 dando origem, ao sul, ao estado de Mato Grosso do Sul. Neste processo de divisão, o estado de Mato Grosso do Sul ficou com 60% da área do Pantanal.

¹⁵ A Política de Ocupação do Solo adotada por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres, que governou a Capitania de Mato Grosso de 1772 a 1789, estimulou a vinda de posseiros. O objetivo desta política era a doação de sesmarias que no Pantanal correspondia a 13 068 hectares. A descoberta de ouro em Cuiabá no início do século XVIII, por bandeirantes que penetravam nestas terras em busca de índios, chamou a atenção da Coroa Portuguesa para a região, sendo fundamental para o estabelecimento da Primeira Colonização permanente em Mato Grosso (Nogueira, 1990).

construção de várias fortificações às margens dos rios ao longo da fronteira, dando início a ocupação territorial.

Entretanto, até o começo do século XIX, o território que corresponde ao Pantanal Sul era quase que totalmente uma área indígena composta por Guaranis, Caiowás, Terenas, Cadiwéus, Guatós, Paiaguás, Guaicurus, entre outros (Bittar, 1999).

“O povoado de Miranda apresentava, em 1840, uma população de 200 habitantes, na sua maioria mulatos e alguns poucos brancos. Porém, a maior parte da população era constituída de índios que, em número de 4 a 5 mil, viviam espalhados pelas redondezas” (Esselin, 2003: 142).

Os índios eram autônomos, desenvolviam na região a criação de bovinos não só para a produção de carne, como também para a utilização do couro na fabricação de vários utensílios, e estabeleciam relações comerciais importantes com os brancos: vendiam produtos que os brancos não produziam e, ao mesmo tempo, aprendiam o uso de técnicas mais sofisticadas, e o cultivo de plantas européias. Até os anos de 1840, quando começa a colonização mais efetiva de população branca no Pantanal Sul, brancos e índios conviviam em certa harmonia.

“Albuquerque¹⁶ era um núcleo português que se situava às margens do rio Paraguai, no meio de uma planície. Ainda em 1810 não passava de uma fazenda real, guardada por quatro soldados comandados por um cabo, tendo passado à povoação em 1826 e à freguesia em 1833. Possuía cerca de setenta casas (...). Contava com setenta e seis moradores, incluindo a guarnição que era formada por quarenta soldados. A cidade era comumente visitada por dois mil índios moradores das cercanias” (Castelnau, 1949, T.2 *Apud* Esselin, 2003: 146).

¹⁶ Segundo Corrêa Filho (1955: 17), Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres fundou o forte Coimbra e a fazenda Albuquerque (ancestral de Corumbá) para conter definitivamente os ataques dos índios Paiaguás no vale do rio Taquari.

A fazenda Albuquerque representava um importante núcleo populacional e abrigava um expressivo rebanho bovino. O mesmo aconteceu com as fazendas situadas na região de Miranda. Nas margens do rio Paraguai, encontrava-se um outro núcleo populacional importante, o Forte Coimbra, erguido pelos portugueses na década de 1770. O Forte contava em 1826 com, aproximadamente, 84 pessoas e nas imediações com uma aldeia de índios Guaicurus, com cerca de 800 pessoas. Ainda às margens do rio Paraguai, os portugueses fundaram em 1778, o vilarejo de Corumbá para ser ponto de apoio do Forte Coimbra e pólo colonizador. Em 1841, o povoado contava com 100 habitantes entre brancos, negros e índios, e tinha como principal atividade econômica a extração de cal. Esses núcleos formariam mais tarde os primeiros centros urbanos do Pantanal Sul (Esselin, 2003; Florence, 1977).

O início da ocupação esteve atrelado à preocupação com a defesa, tendo na atividade pecuária a base de sustentação econômica do povoamento. A atividade de criação de bovinos possibilitou, inclusive, a expansão da conquista territorial. Durante o século XIX, a pecuária bovina tornou-se progressivamente a principal atividade econômica da região e, em pouco tempo, todo o Pantanal foi ocupado com fazendas de gado, que a partir do norte se expandiram pela planície, alterando radicalmente o modo de vida das populações indígenas.

A partir de 1840 intensifica-se o fluxo migratório e a colonização mais efetiva desta região. Em 1834 explode em Cuiabá a Rusga¹⁷, movimento nativista de emancipação. A derrota do movimento proporcionou o deslocamento de fazendeiros do norte da Capitania de Mato Grosso para o Pantanal Sul.

“Dos pantanais avançaram as boiadas para o sul, em rumo de Miranda, conduzidas pelos exaltados de 1834, que se exilaram espontaneamente de Cuiabá, depois da tragédia de 30 de maio” (Corrêa Filho, 1926: 21).

¹⁷ Assim como ocorria no cenário nacional, dois grupos políticos disputavam o poder na província de Mato Grosso. O Partido Liberal (que fundou a Sociedade dos Zelosos da Independência), pretendia tomar o poder que estava com o Partido conservador (que fundou a Sociedade Filantrópica). Do ponto de vista ideológicos, os dois grupos tinham poucas diferenças entre si, suas discordâncias eram apenas produtos da ambição pelo poder.

As comitivas que deixavam o norte de Mato Grosso eram muito numerosas, com famílias inteiras, parentes, amigos, compadres, agregados e alguns escravos. Pessoas que possuíam destaque na política e na economia de Cuiabá e, portanto, reuniam condições que lhes permitiam a fundação de fazendas (Corrêa Filho, 1926; Esselin, 2003). Ribeiro (1984) cita que o Pantanal é a única área de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que foi colonizada pelos próprios mato-grossenses, pelos *cuiabanos, poconeanos, livramentanos e cacerences*.

As famílias que foram chegando, a partir de 1840, reproduziram os mesmos processos políticos a que estavam afeiçoados no norte e trataram logo de tomar posse de grandes áreas, herança do Brasil colonial, onde quem dispunha de terras era considerado rico, poderoso e respeitado e gozava do prestígio social. Almeida (1951) cita como exemplo a fazenda Bracinho, fundada em 1845 com uma área de 736 928 hectares. Assim, as grandes fazendas de gado foram ocupando o espaço pantaneiro, que foi sendo construído com base em enormes latifúndios e reduzida população.

À frente desses latifúndios emergiu um grupo de proprietários que enriqueceu ao longo dos anos com a criação de bovinos, passando a deter o poder econômico e o poder político na região¹⁸. A justificativa para incorporar grandes áreas no Pantanal era a de que durante as cheias, como parte das terras ficava alagada, necessitava-se de outro terreno correspondente, inacessível às enchentes, para onde o gado pudesse ser remanejado. Ao mesmo tempo, o sistema extensivo de produção exige grandes áreas, e essas áreas tornam-se exíguas na época das cheias fluviais.

A realidade local levou, pois, à concentração da posse da terra, uma vez que não era possível a prática da pecuária em outros moldes que não fosse a extensiva. Aproveitando o capital natural (terra abundante e gado “selvagem”), a lucratividade do empreendimento seria garantida com custos baixíssimos. Os investimentos necessários a uma prática intensiva, ou seja, construção de cercas, plantio de pastagem artificial e outros, eram, naquele momento, impraticáveis. Os bovinos eram criados à solta até as primeiras décadas do século XX, num sistema ultra-extensivo de produção, pois não havia cerca para deter o avanço do gado. O rebanho procurava, instintivamente,

¹⁸ Muitas destas famílias estão até hoje no poder político, mesmo com um certo enfraquecimento econômico.

melhores pastagens, com isto os proprietários iam incorporando essas novas terras ao seu patrimônio e requerendo junto às autoridades estaduais.

Corrêa Filho (1955: 23) apresenta alguns latifúndios do Pantanal Sul, formados no final do século XIX e no início do século XX, são eles:

Fazenda	Área (hectares)	Situação	Ano de fundação
Fazenda Palmeiras	106.025	legalizada	03/12/1894
Fazenda Rio Negro	118.905	legalizada	03/09/1893
Fazenda Firme	176.853	legalizada	27/08/1899
Fazenda Taboco	344.923	legalizada	24/04/1899
Fazenda Barranco Branco	500.000	legalizada	-
Fazenda Rodrigo	384.950	legalizada	-
Fazenda Rio Branco	384.292	legalizada	22/06/1901

Fonte: Corrêa Filho (1955: 23)

A ocupação do Pantanal Sul se deu através de grandes propriedades rurais, voltadas para a prática da pecuária bovina de corte, com utilização da mão-de-obra indígena, paraguaia e negra em menor proporção. As características físicas do Pantanal Sul foram fundamentais na organização geoeconômica da região, pois o regime de inundações foi o fator determinante das possibilidades de uso e ocupação de toda a planície, que se restringiu praticamente ao aproveitamento das pastagens nativas com pecuária extensiva.

No interior das fazendas, a primeira tarefa do proprietário era a de reunir o gado espalhado por todo o Pantanal, descendentes dos rebanhos introduzidos séculos antes por jesuítas e colonos espanhóis, num processo chamado de Bagualeação (Barros, 1998).

“Eugênio Gomes, neto do barão de Vila Maria, conta que nos primeiros tempos da Fazenda Firme, seu pai Nheco, organizava

comitivas de bagualeação que permaneciam por mais de 15 dias internadas no Pantanal, a grande distância” (Barros, 1998: 78).

Em seguida, esse gado era mantido próximo ao núcleo da fazenda, sob os olhos dos criadores. Como não havia cercas, os fazendeiros cortavam a ponta dos cascos dos animais para que a dor da pisada os impedisse de fazer longas caminhadas. Por outro lado, as fêmeas eram colocadas próximas às crias junto à sede das fazendas (Proença, 1958).



Foto 7: Processo de Bagualeação - bagualeação corresponde ao serviço de recuperação do gado, uma atividade típica do Pantanal Sul. Foto extraída de Lacerda (2004: 56).

O rebanho recebia marcação a ferro, o que determinava a propriedade do animal. O gado que não possuía marcação era gado bravo e poderia ser aprisionado por qualquer pessoa. Concomitantemente a marcação, os bois eram castrados, enquanto as vacas que estivessem em período de lactação eram separadas (Maciel, 1922).

Ao lado da atividade pecuária uma pequena agricultura era desenvolvida nas fazendas para garantir a subsistência das famílias que ali viviam. Praticamente produzia-se todo o necessário não havendo a necessidade de sair da propriedade rural. Cultivava-se feijão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, abóbora, dentre outros alimentos. Além do peixe e da carne que faziam parte da mesa das famílias no núcleo rural (Nogueira, 2002).

A mão-de-obra utilizada nas fazendas era, de início, a indígena numa relação de semi-escravidão¹⁹, em seguida o negro e os paraguaios que chegam ao Pantanal no final do século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870). O vaqueiro pantaneiro se originou, portanto, do índio, do negro e do paraguaio, absorvendo-lhes os traços fisionômicos e os costumes (Proença, 1997).

As fazendas eram muito pouco modificadas ficando na condição em que eram encontradas, com poucas benfeitorias e construções simples (Sodré, 1941). As grandes extensões das unidades produtivas garantiam renda aos proprietários rurais. O trabalho era muito rudimentar com mínimas intervenções, já que a criação se fazia naturalmente, à custa da fertilidade da natureza. A presença de uma vegetação que permitia boa forragem proporcionou a expansão rápida do rebanho bovino, comumente conhecido como boi pantaneiro²⁰ (Taunay, 1923).

A organização do espaço nesta segunda fase da ocupação manteve-se vinculada a grandes propriedades, aos grandes estoques de gado bovino pantaneiro e ao sistema de produção ultra-extensivo, herança dos tempos anteriores.

2.4 – Crescimento econômico e organização do Espaço

As fazendas estabelecidas no Pantanal Sul até meados do século XIX viviam uma economia praticamente fechada, com lavouras para subsistência e criação de gado que não encontrava mercado, Valverde (1972:106) cita que:

“Cuiabá não tinha sequer capacidade para consumir o desfrute potencial do rebanho bovino de seus arredores (...). O caminho

¹⁹ Nas primeiras décadas do século XIX os índios eram livres e economicamente autônomos. Com o processo mais efetivo de colonização do Pantanal, foram expropriados de suas terras e tiveram o seu gado confiscado, sendo submetidos ao trabalho nas fazendas através de extrema violência (Proença, 1997).

²⁰ O gado europeu, após séculos de reprodução no Pantanal adquiriu características próprias, tais como couro grosso, dando origem à variedade pantaneira (Corrêa Filho, 1946).

para São Paulo e Minas Gerais era precário, os países do Prata eram, eles próprios, pecuaristas (...).”

O primeiro surto de crescimento comercial no Pantanal Sul, ocorreu no período de 1850 – 1864, momento em que a ocupação se consolidava com o estabelecimento da propriedade privada pelos colonos que vieram do norte do Mato Grosso a partir de 1834 e subjugarão os índios ao trabalho nas fazendas. O volume de gado existente estimulou o desenvolvimento do comércio, dando início a um canal de comercialização, de gado em pé, entre os criadores pantaneiros e os invernistas mineiros e de São Paulo, que engordavam o gado e vendiam para os abatedouros paulistas e do Rio de Janeiro.

“Em 1850 os boiadeiros do Triângulo Mineiro, conhecedores já do sertão sul-mato-grossense para onde passavam atravessando o Paranaíba, abaixo da barra do Rio Grande, iniciaram suas viagens periódicas a estas paragens, fazendo negócios de gado com criadores estabelecidos nas margens do Miranda, Apa e Planos de Vacaria” (Almeida, 1933: 2).

A expansão comercial, entretanto, encontrava obstáculo na dificuldade de comunicação e de acesso da planície, cuja abertura natural se faz para o Paraguai (Valverde, 1972). Até meados do século XX, isolamento do Pantanal era praticamente absoluto dificultando a integração e o desenvolvimento. A principal dificuldade era os meios de transporte, que se resumiam à navegação fluvial, extremamente penosa em função da precariedade das embarcações, da dificuldade de navegação pelos rios que apresentavam cachoeiras e corredeiras em alguns trechos de acesso a planície, e os corixos e vazantes no interior do Pantanal que confundiam os navegadores; e aos caminhos por terra estabelecidos pelos próprios fazendeiros que abriam, com esforços próprios, estradas para carros de boi e comitivas de gado, caminhos que ligavam o Pantanal Sul aos mercados de Minas e São Paulo.



Foto 8: Carro-de-boi utilizado para transporte no Pantanal Sul (Lacerda, 2004: 20).

Volpato (1993) acredita que a situação mato-grossense era peculiar, face ao desenvolvimento capitalista verificado nas demais áreas do país na segunda metade do século XIX. A perspectiva de desenvolvimento da região passava pela questão da distância entre a Província e a Corte. Embora tenha analisado a realidade do norte mato-grossense, a autora destaca que a presença da economia regional era ínfima no contexto econômico do país naquele momento.

“No momento, progresso para Mato Grosso significava a criação de uma forma de comunicação mais rápida e mais efetiva com a corte, e a alternativa vista como mais viável era a obtenção da livre navegação do Prata” (Volpato, 1993: 42).

O rio da Prata, juntamente com seus tributários, Paraná, Paraguai e Uruguai, formam uma bacia que equivale a uma área de 1 400 000 Km², isto é, 16,6% do território brasileiro. É um amplo corredor fluvial perene para o Atlântico Sul, com águas profundas próprias para o estabelecimento portuário, permitindo a comunicação interna e mais curta com o interior da América do Sul. Para o Pantanal Sul, esta comunicação se faz através do rio Paraguai, o mais importante rio da planície, com mais de dois mil km de extensão até desaguar no rio da Prata, dos quais, 1 693 km se situam em território brasileiro.

A pecuária já se afirmava, no século XIX, como principal atividade econômica da região exportável, e o destino era o Sudeste, especialmente Minas Gerais e São Paulo. Esse fluxo foi interrompido pela Guerra com o Paraguai (1864 – 1870), que paralisou o processo de desenvolvimento econômico do Pantanal. A navegação

fluvial pelo Rio Paraguai foi fechada, os núcleos urbanos foram destruídos e a população que ficou foi dizimada.

Em 1864, as tropas Paraguaianas invadiram a província de Mato Grosso, cujo território o Paraguai acreditava ser seu²¹. Francisco Solano Lopez ambicionava os terrenos limítrofes com o Brasil, em litígio na sua fronteira setentrional. Objetivava, ainda, reabrir o comércio de Chiquito, ligando o porto de Corumbá à antiga missão jesuítica de Santiago, visando, com isso, assegurar uma saída via Pacífico passando pela Bolívia e Peru. Para o governo imperial brasileiro havia dois objetivos básicos: a manutenção de sua integridade territorial, com a manutenção da região pantaneira, e a unidade imperial.

Após a guerra houve um surto de desenvolvimento na região. O governo Imperial tomou uma série de medidas para estimular a economia local, dentre elas destacam-se: investimentos de capital para financiar a recuperação das áreas destruídas proporcionando a recuperação de núcleos urbanos e das fazendas; desenvolvimento da navegação fluvial, com a livre navegação pelo rio Paraguai e seus afluentes, fato que estimulou a instalação de indústrias navais e o desenvolvimento portuário; estímulo à imigração, principalmente de paraguaios, e ao retorno das famílias pantaneiras com o objetivo de ocupar rapidamente a fronteira; recuperação das colônias militares; construção do estaleiro da Marinha do Brasil em Ladário.

O transporte fluvial²², extremamente penoso no começo do século XIX, se desenvolveu. Várias empresas de navegação, nacionais e estrangeiras, se instalaram na região visando o transporte marítimo e de cabotagem, de carga e passageiros, com a utilização das embarcações a vapor, melhorando a comunicação do Pantanal e da província do Mato Grosso como um todo com o Rio de Janeiro e com os países do Prata (Reynaldo, 2004).

Neste processo, Corumbá se desenvolveu tornando-se a porta de entrada e de saída da província de Mato Grosso para os mercados nacional e internacional. Todo

²¹ Referindo-se à Guerra com o Paraguai, Hobsbawm (1988: 95-96), precisa: “transformada num dos episódios de carnificina e destruição incontroláveis (...). A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do rio da Prata na economia mundial da Inglaterra”.

²² De 1870 a 1930 o transporte fluvial viveu seu apogeu no Pantanal Sul. Na década de 1930 a navegação foi perdendo importância em Mato Grosso, tanto por causa da expansão econômica de São Paulo e conseqüentemente do aumento de sua demanda por alimentos (gado em pé, charque), como pelo fato de que a crise da economia agroexportadora (1929 - 1930) deixou em segundo plano certas matérias-primas do setor primário, até então exportadas por Mato Grosso (Reynaldo, 2004: 124).

o comércio de importação e exportação de Mato Grosso passava pelo porto de Corumbá. Era ali que se processava o transbordo para as embarcações menores com ligações a Cuiabá, Cáceres, Miranda, Coxim, Aquidauana, etc. A cidade passou a desempenhar o papel de capital do rio Paraguai, tornando-se um entreposto comercial e principal área de escoamento da produção do Pantanal Sul (Leite, 2003; Rocha, 1977).

“Em Corumbá, por exemplo, a liberação da navegação trouxe importantes contribuições para o crescimento urbano. A cidade pode estabelecer importantes relações comerciais intra e extra-nacionais. Seu ar “cosmopolita” em pleno coração pantaneiro, só viria a sofrer novos abalos por volta de meados do século XX” (Leite, 2003: 57).

O fim da Guerra do Paraguai marcou, ainda, a reestruturação de outros núcleos urbanos pantaneiros, como Miranda e Aquidauana. O espaço agrário foi sendo reconstruído com a recuperação das fazendas de gado e a atividade pecuária retomou o crescimento.

No cenário internacional, os anos seguintes a 1870 marcam a expansão do capitalismo monopolista e do imperialismo, implicando em reestruturação econômica dos países desenvolvidos, os quais buscavam novos mercados e novas áreas de influência para expansão do capital. Pretendiam, também, importar a baixo custo matérias-primas e alimentos.

Para Mato Grosso²³ e para o Pantanal Sul, essa rearticulação da geoeconomia mundial significou a inserção da região no comércio importador/exportador internacional, através da exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados.

Muitos comerciantes e investidores estrangeiros foram atraídos para a região pantaneira, desenvolvendo a indústria, o comércio e investindo em infra-

²³ Borges (2001) classifica o desenvolvimento econômico mato-grossense, considerando a exportação, da seguinte forma: 1) 1870 – 1890 – período inexpressivo de exportação; 2) 1890 – 1914 – predomínio de produtos extrativos (erva mate e borracha); 3) 1914 – 1930 – predomínio da pecuária (gado em pé, charque e derivados).

estrutura. O interesse do capital financeiro internacional manifestava-se na área de extração de ouro, ferro e manganês e na exploração dos ervais nativos e da madeira.

Em 1906, o governo brasileiro concedeu o direito de exploração do minério de ferro e manganês a duas empresas belgas que iniciaram o aproveitamento industrial das jazidas no Maciço do Urucum (Corumbá – MS) para a produção de aço. Coincidentemente, parte dos capitais que financiaram a rede ferroviária também era belga. Algumas empresas nacionais também obtiveram concessão para a exploração mineral do ferro no morro do Urucum (Esselin, 2003).

A exploração da erva-mate inicia-se na região Sul de Mato Grosso no final do século XIX, tornando-se um dos principais produtos de exportação do Pantanal Sul. A mais famosa empresa de exploração da erva-mate foi a Companhia de Mate Laranjeira, de capital argentino e brasileiro. No Pantanal Sul, a Cia Laranjeira se instalou às margens do rio Paraguai em Porto Murtinho e proporcionou o desenvolvimento do extremo sul da região, com a criação de um porto, intensificando o intercâmbio comercial e, ao mesmo tempo, estimulando o crescimento populacional desta área.

No setor pecuário, houve uma diversificação da produção pantaneira com a industrialização da carne, o comércio do couro, de extrato e caldo de carne, de chifres e de outros componentes da pecuária, empreendidos por empresas estrangeiras, de capital belga e inglês principalmente, e por empresas nacionais.

O mercado favorável à industrialização da carne estimulou a instalação da indústria de charque, a partir de 1884, atingindo seu real desenvolvimento de 1905 em diante. Até a década de 1920, a grande maioria das indústrias de charque que se instalaram em Mato Grosso, o fizeram no Pantanal Sul (Esselin, 2003) (tabela 2.3).

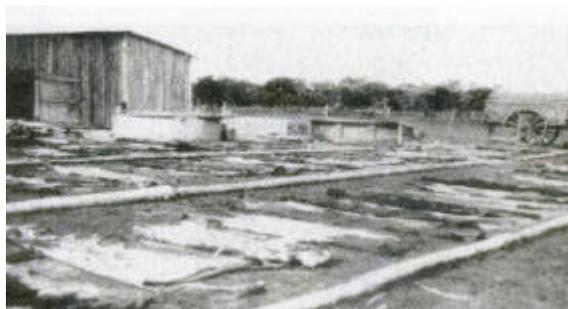


Foto 9: produção de charque no Panatanal no início do século XX. Saladeiro Descalvado (Lacerda, 2004: 71).

Tabela 2.3

SALADEIROS PRODUTORES DE CHARQUE EM MATO GROSSO NA DÉCADA
DE 1920

ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO
Saladeiro Descalvado	São Luiz de Cáceres
Saladeiro Bagoary	Corumbá
Saladeiro Corumbá	Corumbá
Saladeiro Rebojo	-
Saladeiro Barraco Branco	Porto Murtinho
Saladeiro Matto Grosso	-
Saladeiro Alegre	Coxim
Saladeiro São João	Poconé
Saladeiro Cuiabá	Cuiabá
Saladeiro Pedra Branca	Miranda
Saladeiro Aquidauana	Aquidauana
Saladeiro Campo Grande	Campo Grande
Saladeiro Rio Pardo	-
Saladeiro Esperança	-

Fonte: Marques (1923) In: Borges (2001: 85 - 86)

O charque produzido no Pantanal Sul foi comercializado internamente para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará e, externamente, na região do Prata, Cuba e Inglaterra abastecendo, portanto, o mercado interno e externo principalmente. Com a I Guerra Mundial (1914 – 1918), a produção cresceu em função do aumento da procura no mercado internacional.

“Com a escassez de carne na Europa é sabido que a indústria de exportação das carnes congeladas ou resfriadas tomou grande incremento em todos os mercados; e assim que devemos esperar desse movimento uma salutar animação para os criadores e exportadores de gado que vêm seus produtos valorizados de dia para dia²⁴ (Borges, 2001: 85).

A pecuária, no período de 1910 a 1930, começou a se sobressair de forma intensa. Dentre os 11 principais municípios de Mato Grosso com mais de 100 000 cabeças de gado bovino, em 1920, 4 municípios pertencem ao Pantanal Sul (tabela 2.4)

²⁴ Mensagem dirigida pelo Exmo. Senhor General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, presidente do Estado do Mato Grosso à Assembléia Legislativa em 1916 (Borges, 2001).

Tabela 2.4

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE GADO BOVINO EM MATO
GROSSO (CABEÇAS DE GADO – 1920)

MUNICÍPIO	NÚMERO DE CABEÇAS
Campo Grande	372.919
Ponta Porã	239.089
Bela Vista	212.732
Corumbá	202.042
Coxim	195.746
Aquidauana	187.510
Três Lagoas	164.153
Miranda	177.198
Poconé	159.959
Nioaque	158.474
São Luiz de Cáceres	123.779

Fonte: Recenseamento do Brasil (1924: 401)

O crescimento da pecuária no Pantanal Sul, neste período, foi resultado da incorporação cada vez maior de novas terras. As principais propriedades destinadas à criação, foram controladas por Companhias estrangeiras, que tornavam mais intenso o processo de concentração fundiária. A empresa Brazil Land Cattle and Packing possuiu uma propriedade em Corumbá com 763.508 hectares e mais três propriedades em Mato Grosso. The Brazilian Meat Company possuía uma propriedade em Aquidauana com 500.000 hectares, a Fomento Argentino Sud-Americano dispôs em Corumbá de 726.077 hectares. A empresa Franco – Brasileira possuía duas propriedades no Pantanal sul, uma em Miranda com 242.456 hectares e outra em Corumbá, com 172.352 hectares. A Sud-Américaine Belge S/A possuiu em Corumbá 177.060 hectares, The Miranda Estância Company controlou em Miranda 219.506 hectares, a Sociedade Anônima Rio Branco deteve em Corumbá 549.156 hectares (Borges, 2001).

No início dos anos de 1930, o Brasil caracterizava-se por ser um país agrário exportador, formado por várias economias regionais desarticuladas entre si. Não existia, até o início do século XX, uma divisão regional do trabalho, portanto, havia uma valorização do mercado externo, com geoeconomia interna realizando um “crescimento para fora” (Becker, 1972). O Pantanal Sul representava uma dessas economias regionais, desarticulado com o resto do país, mas articulado com o mercado internacional. A produção tinha como base o gado bovino e seus subprodutos, com destaque para o charque, produto que se tornou o ponto de referência da economia pantaneira no mercado externo nas duas primeiras décadas do século XX.

A partir da década de 1930 o Brasil modificava-se, dando origem a uma nova estrutura espacial, voltada para viabilizar a industrialização nacional. Este processo foi marcado pelo rompimento na organização do espaço com as chamadas “ilhas econômicas” voltadas “para fora”, e o início de uma nova estrutura espacial caracterizada pela polarização centro e periferias (Becker, 1972). A indústria nascente, centralizada no Sudeste brasileiro, notadamente, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, exigia a articulação espacial interna, com a produção de áreas periféricas destinadas à produção de matérias-primas para o centro industrial. Assim, a nova lógica espacial, levou à construção das periferias espaciais, encarregadas de suprir o centro dinâmico do país com bens primários.

A reestruturação da geoeconomia brasileira nos anos de 1930 promoveu a transferência dos negócios pantaneiros, até então voltados para os países da bacia do Prata e para os países da Europa, para o Sudeste brasileiro. Verifica-se neste período a falência das empresas de charque²⁵, e o crescimento da venda de gado em pé para a Região Sudeste do país. Neste sentido, o Pantanal Sul se encaixou neste novo sistema espacial brasileiro como uma região periférica, voltada para a produção pecuária bovina, fornecendo bois magros e musculosos para serem engordados e abatidos em São Paulo.

Para viabilizar e dinamizar esta conexão, o sistema de transporte do Pantanal Sul foi alterado, com a substituição da navegação fluvial, que articulava as escalas local e mundial, pelo sistema ferroviário, que ligava o Pantanal Sul a região

²⁵ A partir de 1925 as exportações de charque foram decrescendo (Esselin, 2003).

sudeste do Brasil. A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil²⁶ foi a principal ação do Estado para a inserção da região pantaneira ao projeto de desenvolvimento nacional, calcado na substituição de importações, iniciado na década de 1930.

A implementação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil promoveu uma mudança de eixo na articulação da região. Com a estrada de ferro, o Pantanal Sul passou a se articular com o centro dinâmico do país, representando uma das regiões periféricas que compunham a organização espacial brasileira, o Pantanal Sul supria o sudeste, São Paulo, sobretudo, de bois magros, transportados através da ferrovia. Internamente, a inércia espacial dominava o comportamento da estrutura espacial pantaneira, entretanto, o centro da organização espacial interna deixa de ser a cidade de Corumbá, que entra em decadência com a mudança no sistema de transporte, e passa a ser Campo Grande, que assume as funções de entreposto comercial e centro difusor.

“A ferrovia e as estradas de rodagem venceram os rios. Expressão material da vitória da ferrovia foi o desenvolvimento intenso de Campo Grande, enquanto a decadência de Corumbá foi reflexo dramático da derrota dos rios” (Alves, 1984: 70).

Com a implantação do Estado Novo (1937 – 1945), a tônica nacionalista do governo Getúlio Vargas reprimiu investimentos estrangeiros no Pantanal Sul e nacionalizou²⁷ as diversas fazendas da região pertencentes a grupos estrangeiros. Ao mesmo tempo, estimulou a iniciativa privada nacional a investir na região, com benefícios governamentais. Paralelamente, a política de colonização do governo Vargas fomentou uma das etapas da “Marcha para o Oeste” no Pantanal Sul. A estratégia geopolítica de Vargas visava o povoamento, a formação de expressivas lideranças políticas na área e a integração com o Sudeste. Em visita a Corumbá em 1941, Getúlio Vargas expressa o desejo de crescimento da região no seguinte pronunciamento:

²⁶ A expansão do sistema ferroviário brasileiro atingiu o Pantanal Sul com a finalização da ferrovia Bauru – Porto Esperança às margens do Rio Paraguai, em 1914, com 1251 km de extensão. Em 1952, a ferrovia chega a Corumbá.

²⁷ A palavra nacionalização tem o sentido de proteção ao nacional, ou de submissão do estrangeiro às leis nacionais, como se pode ler na constituição de 1934.

“Conjugando empreendimentos particulares com a ação dos poderes públicos estadual e federal, dando-lhes estímulo, quando o mereçam, melhorando a exploração da pecuária, fomentando culturas nativas de rendimento promissor, alcançaremos, com passo firmes, ritmo idêntico ao das zonas mais adiantadas do país” (Benevides e Leonzo, 1999:5).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a industrialização brasileira se intensifica e se diversifica com a instalação de indústrias de base e de bens de consumo duráveis, exigindo um mercado de dimensões nacionais.

“A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no “centro” passava a exigir mais mercados, não apenas fora, mas também dentro do país” (Santos e Silveira 2001: 44).

Neste sentido, o Estado brasileiro adota uma política em favor do projeto de desenvolvimento nacional, sendo necessária à difusão da modernização para todo o sistema espacial. A busca de um novo modelo de acumulação, de uma nova forma de investimentos de capital, de uma nova estrutura produtiva, passou a tomar conta dos agentes da economia política que atuavam no Brasil. É importante destacar que, mesmo buscando ampliar o mercado interno, o Estado brasileiro volta às ações para o mercado externo (Oliveira, 2003).

Esta nova dinâmica foi estimulada pela reestruturação da ordem econômica internacional, baseada no capitalismo monopolista, que favoreceu o fortalecimento do espaço regional para estratégias que levassem a acumulação ampliada do capital (Becker, 1986).

Com a expansão do mercado interno, houve uma melhora no preço da carne, e a absorção do excedente produzido na própria fazenda pelo mercado, o que levou ao crescimento dos rendimentos dos pecuaristas locais, que começaram a incorporar novas técnicas ao processo de produção da pecuária.

O gado pantaneiro passou a ser lentamente misturado com o gado Zebu, de origem indiana, cujas características são a adaptabilidade, a capacidade de produzir carne e a rusticidade²⁸. Ao lado da melhoria racial, o arame farpado começou a aparecer nas fazendas do Pantanal e, aos poucos, as pastagens eram divididas, iniciando a seleção dos animais. O sistema ultra-extensivo foi sendo, aos poucos, substituído pelo sistema extensivo de produção.

Como resultado, a década de 1960 corresponde a um período de crescimento econômico para o Pantanal Sul, marcado pelo aumento da produção em função da expansão da demanda e do avanço técnico. A partir da década de 1970, a produção de bovinos no Pantanal Sul passa por mudanças mais efetivas, reflexo das transformações da economia brasileira iniciada desde meados do século XX.

O país iniciou uma política de desenvolvimento regional buscando romper com os desequilíbrios gerados por uma estrutura espacial polarizada do tipo centro-periferia.

“Processo cumulativo de crescimento, a industrialização provocou forte concentração de investimentos nas cidades do Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo, cujo dinamismo tornou o resto do país obsoleto” (Becker, 1972: 104).

Para romper com as desigualdades espaciais, a idéia de planejamento regional ganha força e se efetiva com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e do Ministério do Interior, na década de 1960. Nesta perspectiva, o Estado brasileiro buscou a formulação e implantação de políticas regionais que expressassem o propósito de redistribuição de renda e de recursos (Becker, 1972; 1986).

“A construção de Brasília simbolizava a ânsia de uma nação que, secularmente concentrada na faixa costeira, volta os olhos para o imenso interior despovoado, que se valoriza diante da conjuntura internacional” (Becker, 1972: 111).

²⁸ Os animais se adaptaram ao clima tropical, podem ser criados extensivamente, não necessitam de muitos cuidados e são extremamente precoces.

Os interesses do Estado brasileiro e do setor empresarial interno e externo, voltam-se para a integração do país como um todo. A construção de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Cuiabá - Santarém e a Belém - Brasília, são expressões desse propósito. Paralelamente, a criação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, como a SUDAM e a SUDENE, simbolizava as intenções governamentais.

O Estado, nos diferentes níveis de atuação, forneceu suporte financeiro, instalou infra-estrutura, objetivando a integração dos sistemas rodoviário, energético, urbano e de telecomunicações, ofereceu incentivos fiscais, além de produzir diretamente insumos intermediários indispensáveis à industrialização (Becker e Egler, 1993).

Do dinâmico centro nacional do Sudeste partiram os estímulos para a modernização das regiões periféricas brasileiras. Naquele momento, o Centro Oeste representava uma fronteira de recursos (Becker, 1972), uma extensa região periférica subpovoada e subutilizada pelo sistema econômico - espacial. A necessidade de integração do espaço nacional e a demanda interna e externa por matérias-primas foram os fatores fundamentais para a modernização da região.

A incorporação desse espaço ao sistema produtivo nacional ocorreu a partir dos anos de 1970, graças a uma política de incentivos fiscais, créditos subsidiados e a implantação de um grande projeto de modernização da agropecuária regional, com a introdução do complexo agroindustrial voltado para o cultivo de milho e soja, principalmente (Bernardes, 1996), e para a modernização e industrialização da atividade pecuária, tradicionalmente desenvolvida na região. O governo brasileiro coloca em prática um conjunto de programas com a finalidade de reestruturar a produção no meio rural, acelerando a substituição da agropecuária tradicional por uma agropecuária moderna.

Após organizar as linhas básicas para a circulação, com a instalação de grandes rodovias ligando a região ao centro dinâmico do país, o governo implementou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, com a perspectiva de incorporar 1,8 milhões de hectares de cerrado à agricultura moderna e cerca de 1,2 milhões de hectares para a pecuária (Silva, 1998).

As ações centraram-se na expansão da fronteira agrícola, desencadeando um processo de invasão-sucessão com a entrada de novos atores sociais, oriundos do sul

do país, que promoveram, com o apoio do Estado, a substituição das lavouras tradicionais por monoculturas voltadas para o mercado externo, desenvolvidas em grandes propriedades rurais com o emprego de tecnologia moderna (Bernardes, 1996).

A atuação espacial do Estado foi, entretanto, seletiva, privilegiando áreas de cerrado, como é o caso das zonas produtoras de soja. O processo de seletividade espacial isolou o Pantanal Sul da reestruturação econômica e espacial que ocorreu em diferentes áreas do estado de Mato Grosso do Sul, nesse período. Algumas poucas inovações foram introduzidas na região, mas não alteraram a vida do lugar.

No Mato Grosso do Sul, a fronteira agrícola se instalou na região da Grande Dourados, área que abrigou varias etapas da cadeia produtiva da agroindústria e evidenciou, também, a alta concentração de capitais e a modernização dos processos produtivos.

Em relação à pecuária, as transformações econômicas iniciam-se com a expansão da pecuária de corte no estado e com alterações nos mecanismos que determinam sua reprodução. Há uma modernização nos sistemas de criação, inicia-se a fase de engorda de gado, novas pastagens são introduzidas para melhorar as gramíneas naturais, formam-se áreas de pastos artificiais, ocorre a divisão dos pastos, frigoríficos são instalados e há uma preocupação com o controle sanitário dos rebanhos.

Um conjunto de ações estatais foi gerado beneficiando tais mudanças. Dentre as mais importantes, destacam-se: o crédito rural, os incentivos fiscais e os programas especiais para a agropecuária, executado por órgãos federais e estaduais. Em 1968, o Governo Federal cria o Conselho de Desenvolvimento para a Pecuária (CONDEPE), com escritório em Campo Grande, com o objetivo de aumentar a produtividade da pecuária de corte, principalmente na fase de cria. Paralelamente, as ações voltam-se para a instalação de infra-estrutura com o apoio creditício à iniciativa privada, no setor de industrialização da carne e com a concessão de prioridades para a construção imediata de uma rede rodoviária conjugada com um sistema de estradas vicinais e obras de saneamento, preconizadas no Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) (IBGE, 1977).

Paralelamente, ocorre a organização da cadeia produtiva da soja na área, desenvolvida em bases modernas voltada para uma produção em escala. As primeiras mudanças na ordem espacial ocorreram no período de 1970 -1980 e foram destinadas a

viabilizar a penetração da soja na região de cerrado (Silva, 1998). Dentre as medidas tomadas, destacam-se a implantação de infra-estrutura, a construção de um sistema rodoviário conjugado às áreas portuárias, o crédito rural, os incentivos fiscais e os programas de assistência técnica.

As bases para a produção em larga escala voltada para o mercado externo foram criadas, determinando mudanças no acesso e uso da terra. Houve um aumento no fluxo de população e capital e novos métodos de gerenciamento foram introduzidos para garantir a chegada da soja ao cerrado em condições de produção intensiva.

A partir de 1968, a estrutura fundiária do sul do estado começou a sofrer modificações. Os incentivos governamentais oferecidos através da infra-estrutura para a viabilização dos interesses agro-exportadores e o fluxo migratório vindo principalmente do sul do Brasil, provocou a elevação do preço das terras, estabelecendo a tendência à formação de médias e grandes propriedades em detrimento das pequenas (Lomoso e Silva, 1997).

Os anos de 1980 marcaram a expansão do complexo agroindustrial propriamente dito, com a construção de indústria de processamentos, armazéns, organização de centros comerciais e financeiros e de novas indústrias de insumos, fomentando o processo de coesão espacial no município de Dourados, onde se instalaram as maiores empresas do setor agropecuário: a CEVAL, a SADIA e a AVIPAL.

Cresce a rede urbana e o número de municípios, sobretudo no sul do estado. Conseqüentemente há um crescimento extraordinário das cidades de Dourados e Campo Grande, que serviram ao longo do tempo como “pólos regionais” de atração.

Na década de 1970, uma rede de cidades se estruturou no Mato Grosso do Sul, com base nos serviços da agricultura e da pecuária. Campo Grande torna-se um pólo econômico e o centro da organização do espaço do novo estado, coordenando a distribuição da produção regional. Em segundo lugar, a cidade de Dourados, torna-se um centro polarizador no extremo sul do estado. As cidades estão interligadas, as estradas estão asfaltadas. Ao rodar por elas, surgem na paisagem as monoculturas e as atividades de criação, entremeadas por fragmentos de cerrado.

O resultado de todo esse processo de reestruturação econômica e espacial foi o papel privilegiado alcançado pelo estado no que se refere não só à produção de grãos como em relação à pecuária.

No Pantanal Sul os reflexos desta modernização levam a alterações nos mecanismos que determinam a reprodução da atividade pecuária. Mesmo não sendo uma área prioritária de investimentos, há uma modernização nos sistemas de criação, com a introdução de novas pastagens para melhorar as gramíneas naturais, em decorrência de estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi introduzida a brachiaria, principalmente a *Brachiaria decumbens* e a *Brachiaria humidicula*, notadamente nas cordilheiras, com vistas a sua utilização como pastagem de reserva. A divisão dos pastos, iniciada na década de 1930 com a introdução do arame farpado, atinge praticamente todas as propriedades rurais da região. Entre 1961 – 1973, os criadores do Pantanal Sul completaram a melhoria do rebanho bovino. Hoje o rebanho é constituído de gado Zebu com vários graus de sangue, predominando a raça Nelore.

Há a criação da Embrapa Gado de Corte, com sede em Campo Grande, da Embrapa Pantanal com sede em Corumbá, e cria-se o IAGRO, órgão responsável pela defesa sanitária animal no estado. Paralelamente, as ações voltam-se para a instalação de infra-estrutura com o apoio creditício à iniciativa privada, no setor de industrialização da carne e com a concessão de prioridades para a construção imediata de uma rede rodoviária conjugada com um sistema de estradas vicinais e obras de saneamento, preconizadas no Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) (IBGE, 1977).

Como consequência ocorre a construção da rodovia BR 262, ligando Campo Grande a Corumbá e a construção da Rodovia Transpantaneira, ligando Coxim à cidade de Cuiabá. Essas ações foram importantes no processo de articulação do Pantanal, mas não chegaram a representar uma integração.

Na década de 1980, a atividade pecuária do Pantanal Sul entrou em crise devido a fatores econômicos e naturais que levaram à perda da competitividade do gado produzido na região frente a outras áreas de produção.

A crise econômica está relacionada à queda do preço do boi gordo aliada à elevação dos custos de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de

investimentos e de custeio dos produtores e, em consequência, uma forte descapitalização do setor.

Paralelamente, o período de 80 – 2000 registrou três das quatro maiores cheias da região: a cheia de 1982, de 1988 e de 1995. Estas inundações agravaram os problemas econômicos, pois o aumento das terras inundadas pela água e a profundidade das enchentes gerou perda de bovinos, diminuição da área de pasto e uma dificuldade de acesso à região, culminando em problemas sociais como desemprego, emigração e empobrecimento da população do Pantanal Sul.

No início da década de 1990, o Pantanal Sul apresentava o seguinte quadro: pecuária extensiva realizada em extensas áreas com pouca interferência humana, baixa capacidade de suporte comportando uma cabeça de gado para cada 3,3 ha, apenas uma cabeça e baixos índices zootécnicos. As grandes propriedades rurais sempre garantiram renda aos produtores, apesar da baixa produtividade. Em paralelo, as distâncias enormes²⁹ dificultaram a integração e o desenvolvimento, característica que reflete um caráter mais estático do que dinâmico à região.

A partir dos anos de 1990, sobretudo na segunda metade desta década, inicia-se um processo de reestruturação produtiva e espacial no Pantanal Sul. As mudanças constituem um processo lento de ajuste ao novo momento do modo de produção capitalista, portanto, vinculam-se ao processo de globalização da economia mundial.

Além das transformações na produção pecuária, a região passa a concentrar, a partir dos anos de 1990, um segundo vetor de dinamização geoeconômica: a atividade turística. As belezas naturais existentes e o modo de vida essencialmente rural fomentaram o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo rural, duas modalidades que crescem inter-relacionadas no espaço rural. O turismo enquanto atividade econômica representa para o Pantanal Sul uma fonte de renda para os pecuaristas menos capitalizados e de empregos para a população rural, sendo mais um componente de inserção do local no global.

²⁹ Mesmo com o desenvolvimento do transporte, tanto o marítimo quanto o ferroviário e, mais tarde, com as rodovias, a dificuldade de locomoção permanece como um problema crucial do Pantanal sul. Até os anos de 1970, as distâncias entre as fazendas eram percorridas com carros de boi, predominantemente, e as comitivas são significativas até hoje.

CAPÍTULO III - O ESPAÇO E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNDO CAPITALISTA

“Não há esquema prévio válido de uma vez por todas, não há guia infalível para mostrar o caminho a percorrer”.

Rosa de Luxemburg

3.1 – O conceito de espaço para a geografia

A geografia é uma ciência que sempre esteve preocupada em compreender o espaço. Contudo, como se trata de uma categoria básica para a existência humana, o espaço desperta o interesse de outras disciplinas científicas, que imprimem sobre ele diferentes olhares. Na perspectiva geográfica, o eixo fundamental de análise volta-se para a construção do espaço e sua organização (ou seja, porque um lugar é assim e o outro não?), dentro de um modo de produção determinado.

Para a geografia o espaço não é um objeto físico, com existência em si mesmo, onde a sociedade se encontra. Ele é fruto de relações. Assim, um imóvel rural³⁰ não está no espaço, ele é espaço, existindo porque nele se realizam sistemas de relações entre todos os seus elementos (Lefébvre, 1976; Coraggio, 1987). Ele é produzido por relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, cujos limites são estabelecidos pela sociedade que a ocupa.

O geógrafo Milton Santos (1996) define o espaço geográfico como sendo o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Segundo Santos

³⁰ Define-se “Imóvel Rural” o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina a exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada (LEI nº. 4.504, art. 4º de 1964).

(1996), o sistema de objetos é o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes numa dada área e pelos acréscimos que os homens lhes impuseram. Para o autor, os objetos espaciais não podem constituir isoladamente o espaço, pois sua realidade vem apenas da materialidade, enquanto *“o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”* (1996: 51).

Por sua vez, o sistema de ações, são sistemas de processos dotados de propósitos que só fazem sentido para a geografia quando relacionados aos sistemas de objetos.

“Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (Santos, 1996: 52).

O espaço é, portanto, um sistema de objetos povoado por um sistema de ações. Uma cidade, um porto, uma montanha, uma plantação são objetos geográficos. A forma como foram produzidos e suas mudanças interessam à geografia. Nessa perspectiva, o espaço é uma construção e, simultaneamente, uma moldagem das relações sociais, e deve ser concebido como uma instância da sociedade³¹, onde cada ação humana contribui para a sua produção. Nas palavras de Milton Santos *“produzir é produzir espaço”*.

“Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem trabalho, viver para o homem é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso a geografia estuda a ação do homem” (Santos, 1988: 88).

³¹ Contendo e sendo contido pelas demais instâncias sociais (Santos, 1988: 1).

A produção do espaço vincula-se ao nível das forças produtivas, uma vez que sua construção envolve a utilização dessas forças e das técnicas existentes (Bernardes, 1995). Essa produção não é aleatória, ao contrário, apresenta uma lógica, uma organização coerente com as necessidades do modo de produção dominante em cada momento histórico. Esta organização é importantíssima, pois é a maneira como o espaço está organizado que vai permitir que determinadas ações se produzam e se reproduzam (Gomes, 1997; Santos, 1996; Soja, 1993). Neste sentido, o trabalho do geógrafo consiste em compreender a lógica da disposição física dos objetos geográficos e, simultaneamente, entender as ações e os significados que envolvem esta organização em diferentes momentos históricos (Gomes, 1997). Isto envolve uma interpretação do relacionamento existente entre forma (aspecto visível de uma coisa), função (atividade ou tarefa de uma forma), estrutura (inter-relação entre as partes de um todo) e processo (ação contínua que envolve tempo e mudança) (Santos, 1985: 50).

A organização espacial pode ser definida como um conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos pela superfície da terra (Corrêa, 1986: 55). Tal organização é constituída por diferentes usos, articulados entre si. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial. De acordo com Santos (1985) a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, estando ele isolado ou em conjunto, formando um padrão espacial. Essas formas espaciais são dotadas de conteúdo e não devem ser analisadas isoladamente, pois a forma isolada é somente uma aparência. Segundo Lefébvre (1991) *não há conteúdo sem forma e não há forma sem conteúdo*.

Cada forma espacial desempenha um papel fundamental na reprodução das condições de produção e das relações de produção. Ao longo do tempo, ao produzir e reproduzir espaços, o homem cria as condições necessárias à sua própria existência, pois, o espaço de vida e de trabalho vai adquirindo formas dotadas de conteúdo que, somados, condicionam as práticas sociais. Ao mesmo tempo, as práticas sociais criam novas formas com novos sentidos e significados, ou ainda, oferece às formas preexistentes um novo conteúdo.

Formas espaciais herdadas do passado, que Milton Santos define de rugosidades, podem estimular a reprodução de um padrão espacial existente. Ao mesmo tempo, as vantagens de uma determinada forma espacial, como a coesão, por exemplo,

pode induzir a reprodução do padrão espacial (Corrêa, 2001). Para Lefébvre (1976) este é o papel mais importante da organização espacial *“a totalidade do espaço se converte no lugar da reprodução das relações de produção”*.

A sociedade estabelece, assim, relações vitais com o seu espaço, onde este é um agente importante de reprodução e transformação social.

“O espaço é matéria por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social” (Santos, 1986: 137).

A sociedade com todo o seu dinamismo materializa-se no espaço, imprimindo-lhe uma forma-conteúdo. Como o espaço é um produto histórico, o espaço herdado se impõe à sociedade atual, sendo uma condição para a organização da sociedade (Lipietz, 1977; Santos, 1986; Bernardes, 1995). Neste sentido, a localização das atividades tende a se adaptar às formas espaciais pré-existentes.

No universo das relações sócio-espaciais *“o espaço e a organização política do espaço expressam as relações sociais, mas também reagem contra elas”* (Harvey, 1980: 97). Neste sentido, o espaço e sua organização condicionam, mas também refletem a sociedade, contendo as ações que se realizam no presente, e aquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas na paisagem (Corrêa, 2001). As características de cada sociedade, seu modo de vida, sua cultura estão presentes no espaço como uma identidade.

Como afirma Corrêa (1993) o espaço geográfico é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. Cada forma espacial é resultado de processos espaciais desencadeadas por diferentes atores sociais, como o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários e os diferentes grupos sociais.

Tais processos representam um conjunto de ações que criam formas-conteúdos distintas sobre a superfície terrestre, e que, ao longo do tempo, produzem

mudanças numa dada organização espacial e contribuem para a definição da localização, realocação e permanência de atividades e da população no espaço. Neste sentido, os processos espaciais possibilitam avaliar as transformações que ocorrem no espaço ao longo do tempo, refletindo as características da sociedade em cada momento histórico.

Corrêa (2001) apresenta o conjunto dos processos espaciais responsáveis pela espacialização da sociedade. São eles: os processos de centralização, de descentralização, de coesão, de segregação, de invasão-sucessão e de inércia.

3.1.1 – Os processos espaciais responsáveis pela organização do espaço

Na organização espacial da sociedade capitalista, percebe-se a existência de lugares centrais como elementos de diferenciação de áreas. Esses lugares centrais resultam do processo de centralização. Tal processo leva à especialização funcional de uma atividade ou rede de atividades num mesmo espaço (Castells, 1983; Duarte, 1974).

A escala em que o processo de centralização ocorre pode variar desde a dimensão mundial até a organização interna de uma cidade ou de uma área rural, alterando a concepção de lugar central. Todavia, as áreas centrais representam centros de gestão em todas as escalas geográficas. O processo de centralização, ao produzir uma área central no sistema espacial, passa a organizá-lo a partir de uma relação de “autoridade - dependência” exercida pelo centro.

São áreas que concentram investimentos, abrigam os setores mais dinâmicos da economia e possuem um forte mercado de trabalho e de consumo. A acessibilidade também é uma característica das áreas centrais, permitindo que a circulação aconteça da maneira mais rápida possível. Isto atrai o interesse do capital por essas áreas, visto que a circulação faz parte da composição do valor das mercadorias.

Na organização do espaço capitalista, as cidades representam um ponto de referência central, independentemente de seu tamanho e de sua complexidade, sendo vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos

de força de trabalho e dos padrões de consumo (Soja, 1993). Neste sentido, a cidade representa em si mesma a centralidade.

Nas áreas rurais, a função política de uma cidade sede do município, lhe proporciona uma centralidade, exercendo a função administrativa – gerencial sobre a totalidade do espaço. Sua centralidade é definida pela sua capacidade de oferecer bens e serviços para o conjunto espacial, estabelecendo deste modo áreas de influência (Souza, 2003).

Ao contrário do processo de centralização, o processo de descentralização espacial envolve ações que impulsionam alguns setores econômicos para fora da área central, em todos os níveis de organização do espaço, alterando as funções do sistema nas escalas de ocorrência do processo.

Tal processo iniciou-se em razão das deseconomias geradas pelo processo de centralização. Ao mesmo tempo, a mobilidade das atividades tornou-se viável com o desenvolvimento tecnológico que permitiu uma libertação (ainda que em alguns casos) em relação às condições geográficas (Castells, 1983). Entre estas, o desenvolvimento do sistema de transporte representa um fator importante para a dinamização do processo de descentralização espacial. A rapidez, a diversidade e o aumento na capacidade de carga criaram a possibilidade de afastamento, permitindo a gestão à distância.

Hoje, com o fenômeno da globalização, observa-se a rapidez da informação, aproximando os lugares, tornando possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos (Santos, 1997). Inicialmente foi a ferrovia, em seguida a rodovia, a telegrafia, a telefonia e, hoje, a teleinformática, o transporte aéreo, elementos que aproximam os lugares. As distâncias se contraem e se anulam pela instantaneidade das transmissões, e as informações produzidas a cada segundo são tratadas e encaminhadas num tempo cada vez mais veloz (Dias, 1995). Neste sentido, as inovações nos transportes e nas comunicações possibilitaram o acesso rápido às informações e a propagação dos padrões de consumo, sendo fundamental para a flexibilização locacional.

Com isso, alguns locais periféricos tornam-se, em menor escala, muito parecidos com as áreas centrais. Como consequência, verifica-se uma maior complexidade espacial (Corrêa, 1993).

Obviamente que as áreas não centrais precisam apresentar condições favoráveis à ocupação. Isso abrange a implantação de infra-estrutura, acessibilidade, incentivos fiscais, disponibilidade de mão-de-obra adequada e preços mais baixos de aluguéis, imóveis e terrenos.

Embora sendo um processo que data do início do século XX, há atualmente, uma tendência à intensificação da descentralização espacial das atividades e da população em todos os níveis de organização espacial.

Esta descentralização é, entretanto, seletiva, em termos de atividade, tempo e divisão territorial das funções (Corrêa, 2001). Em relação às atividades econômicas, por exemplo, algumas empresas já nasceram espacialmente descentralizadas, outras possuem suas matrizes localizadas centralmente e descentralizam as filiais. A gestão dos negócios raramente deixa a área central, mas por outro lado, as corporações industriais descentralizam-se com mais facilidade.

De uma maneira geral, o processo de descentralização pode ser vantajoso para as áreas periféricas em todas as escalas geográficas, não só pela geração de emprego e renda para a população, como também, pela diversificação das atividades no espaço. Cria a necessidade de novos investimentos em infra-estrutura e ampliação dos sistemas de transporte e de comunicação.

Do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, a descentralização das atividades no espaço torna-se um meio de manter e, em alguns casos, elevar a taxa de lucro que a área central não é mais capaz de fornecer (Corrêa, 1993; Souza, 1996). É legítimo presumir, portanto, que o processo de descentralização espacial seja imprescindível no atual momento do modo de produção capitalista, pois cria as condições necessárias para a auto-expansão do capital.

Neste processo, porém, os espaços geográficos são reestruturados, o que provoca alterações na paisagem, na demografia, na economia, na vida social, econômica e política. Esse movimento contém a noção de ruptura com uma ordem espacial vigente, onde um número considerável de objetos e ações dominava o seu comportamento. Essa mudança em direção a uma nova ordem gera, inicialmente, uma instabilidade que se propaga sobre o movimento total da sociedade, criando um novo comportamento (Altvater, 1995; Coelho, 1996).

A descentralização espacial poderá se tornar, assim, uma fonte de desordem, que resulta no agravamento dos conflitos sociais. O acesso diferenciado às condições de existência e reprodução, em suas mais variadas dimensões; terra, habitação, equipamentos de consumo coletivo, são expressões desse comportamento.

O terceiro processo importante na organização do espaço é o processo de coesão que está intrinsecamente relacionado aos processos de centralização e descentralização. Consiste em ações que impulsionam as atividades do mesmo tipo a se localizarem juntas, mesmo que não mantenham negócios entre si. É possível observar o processo de coesão espacial em áreas centrais e não centrais (Corrêa, 2001).

O processo de coesão espacial gera economias de aglomeração em diferentes escalas. A presença de um grupo de atividades em um mesmo local cria uma escala que possivelmente uma única empresa não teria.

Na economia globalizada, a flexibilização da produção cria a necessidade de interdependência, onde cada unidade produtiva depende da outra para sobreviver, estabelecendo uma organização em torno de redes interligadas e hierarquizadas de empresas multilocalizadas.

Alguns fatores locacionais são reforçados, como por exemplo, a proximidade com os fornecedores de insumos e serviços, agilizando a solução de possíveis problemas. A existência de empresas próximas umas das outras tende a representar uma vantagem para a reprodução das condições de produção e das relações de produção, criando a possibilidade de aumentar, ao máximo, as taxas de lucro. A concentração geográfica pode gerar, ainda, um ambiente de intensa inovação tecnológica. Tal aspecto estimula a coesão espacial.

Porter (1991) cita que a concentração geográfica de uma atividade ou de um grupo de atividades inter-relacionadas em espaços relativamente pequenos representa um fator fundamental de vantagem competitiva, pelo fortalecimento da capacidade de inovação, pelo estímulo à ampliação da concentração e pelo aumento da pressão por investimentos.

Por outro lado, o processo de coesão espacial pode gerar impactos negativos no espaço. A tendência aglomerativa resulta no crescimento da demanda por instalação de infra-estrutura, o que implica investimentos de capital. Ao mesmo tempo, à medida que a malha viária se multiplica, visando vencer as distâncias, aumenta o

processo de migração para estas áreas, que pode estar além da sua capacidade de absorção da população nas atividades produtivas. Como resultado deste processo, pode ocorrer um aumento do desemprego, do tráfico de drogas e da prostituição.

O processo de produção do espaço é, assim, heterogêneo e desigual e, em geral, a alocação de recursos públicos em infra-estrutura segue os interesses do capital. Isto provoca um incremento nas desigualdades, e leva a um estado permanente de desequilíbrio espacial. Este dado levanta um ponto importante: algumas áreas, geralmente áreas onde a população possui mais recursos financeiros e educacionais, estão mais preparadas para as mudanças do que outras, ajustando-se mais rapidamente à reorganização que ocorre dentro delas (Harvey, 1980).

Por outro lado, a organização do espaço pode apresentar áreas onde há a manutenção, ao longo do tempo, de uma forma e de um conteúdo espacial construídos num dado momento da história do processo produtivo. Essa forma-conteúdo se mantém, apesar de terem cessado as causas que, no passado, justificaram a sua existência (Corrêa, 1993; 2001). O processo de inércia caracteriza-se, assim, pela cristalização de certos usos da terra na organização do espaço. Resulta tanto da resistência à mudança quanto de fatores que levam à permanência.

A permanência de uma forma-conteúdo na organização do espaço explica-se, por fatores culturais e comportamentais, tais como: resistência psicológica de alguns grupos que, por medo do novo, freiam mudanças; fatores de ordem simbólica, que envolvem valores culturais e influenciam as ações em direção a uma nova ordem espacial; sentimentos pessoais que dificultam alterações na forma e no uso da terra, preservando as características preexistentes, dotadas de lembranças com significados para o grupo.

O processo de inércia desenvolve-se, ainda, em razão do aparecimento de economias de aglomeração, que valorizem formas passadas e que garantam vantagens, estimulando a manutenção de determinados usos, pela inexistência de conflitos de terra e pela força de determinados usos e funções, impossibilitando a reestruturação espacial, mas contribuindo para a reprodução social (Corrêa, 1993).

Este processo, entretanto, não ocorre com frequência na organização do espaço capitalista, pois, como o espaço é formado por um conjunto indissociável de objetos e ações, as formas materiais ainda que refletindo tempos mais antigos, estão

sempre em processo de refuncionalização, para que atendam às determinações atuais da sociedade (Santos, 1996). Corrêa (1993) alerta que muitas vezes o que pode parecer um processo de cristalização, trata-se na verdade de um lento processo de mudança, difícil de ser percebido. A inércia espacial retrata a manutenção da forma e do conteúdo de um tempo passado ou a sua não mudança no tempo presente.

“O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas da forma com mudança do conteúdo, pois isso seria, em realidade, o processo de substituição ou invasão-sucessão” (Corrêa, 1993: 76).

Entretanto, é possível ocorrer uma manutenção da forma, mas com mudança de conteúdo e de funções. Neste caso, trata-se não mais de inércia, mas de um processo de invasão-sucessão ou de substituição.

O processo de invasão-sucessão pode ocorrer com diferentes setores da atividade econômica em função, por exemplo, de uma reconversão de atividades em uma determinada área.

Está associado, também, à questão residencial. Ocorre quando uma área, ocupada por um determinado grupo social, sofre a invasão de outro grupo. Inicia-se então, a saída da população inicial e a chegada de um novo contingente populacional, com características diferentes, relacionadas à raça, etnia, renda, etc. (Corrêa, 1993).

Neste processo tanto pode haver uma mudança da forma e do conteúdo no espaço, como uma manutenção da forma com mudança apenas de conteúdo.

A segregação espacial refere-se ao processo pelo qual o conteúdo social no interior de uma dada área torna-se homogêneo, se diferenciando das demais áreas. Segundo Castells (1983), a segregação é um processo espacial que produz áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas. É, portanto, um reflexo da sociedade capitalista no espaço.

Pode ocorrer no espaço um processo de auto-segregação ou de segregação induzida pela pobreza. No processo de auto-segregação é a população de alta renda que opta por áreas mais sofisticadas, com infra-estrutura adequada e com qualidade de vida. Por outro lado, na segregação induzida pela pobreza, a população não

tem opção, tendo que ocupar áreas desprezadas pelo resto da população (Castells, 1986; Corrêa, 2001).

“Estas áreas segregacionadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional, instrução, etnia, fase do ciclo da vida e migração” (Corrêa, 2001: 80).

Esta divisão social do espaço apresenta uma lógica que reproduz as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, onde as relações de produção moldam a sociedade, havendo uma predominância do fator econômico e o espaço aparece como uma mercadoria. “*O poder econômico pesa sobre os indivíduos, sobre o trabalhador, sobre a sociedade inteira*” (Lefévre, 1991: 64).

O espaço emerge como um reflexo da sociedade, fortemente dividido em áreas segregadas, evidenciando uma complexa estrutura social de classes, cuja característica fundamental é a desigualdade. A diferenciação entre grupos sociais sejam elas econômicas ou culturais, se reproduz no espaço influenciando ou mesmo determinando onde cada grupo pode viver.

Neste sentido, a localização e a distribuição dos grupos sociais “homogêneos” envolve, geralmente, o acesso diferenciado às condições de qualidade de vida, materiais (como os recursos oferecidos pelo espaço: água, luz, esgoto, acessibilidade, amenidade), e não materiais (como prestígio e poder).

No espaço rural o processo se concretiza na dicotomia latifúndio / minifúndio, nos assentamentos rurais, nas áreas de pequena produção e nas áreas destinadas às grandes empresas agropecuárias. No espaço urbano, esta diferenciação se concretiza em áreas residenciais diversificadas em termos de forma e conteúdo.

Assim, o processo de segregação produz fortes discontinuidades em estruturas espaciais socialmente dadas, contribuindo para a construção de áreas com vizinhanças distintas. Em alguns casos, esta discontinuidade pode ser facilmente transposta, mas em outros, pode agir como barreiras ao movimento no espaço (Harvey, 1980).

A presença do Estado é fundamental enquanto um dos provedores de serviços públicos, tais como sistema viário, calçamento, água, iluminação, coleta de lixo, esgoto, etc., viabilizando a existência desses espaços. Sua atuação espacial é, entretanto, desproporcional, investindo mais recursos nas áreas mais sofisticadas. Este ator, que deveria ser o grande provedor de equidade na alocação dos recursos públicos, cria e reforça a segregação.

Como o espaço é um condicionante social, o comportamento social deve sempre estar relacionado com a forma espacial (Harvey, 1980; Corrêa, 1993; Lefévre, 1991; Santos, 1978).

“Uma vez criada uma forma espacial particular ela tende a institucionalizar-se e, em alguns casos, determinar o futuro do processo social” (Harvey, 1980: 17).

O trabalho social transforma diferentemente a natureza, criando formas espaciais diversas sobre a superfície terrestre resultantes dos processos espaciais mencionados. Tais formas espaciais possuem um papel fundamental na reprodução das condições de produção e das relações de produção. A concentração de atividades no espaço representa, pelo fato de estarem juntas, um fator que viabiliza a continuidade da produção, ou seja, permite a reprodução das condições de produção. O processo de segregação e de invasão-sucessão, ao produzir áreas distintas, reflete uma sociedade dividida e, ao mesmo tempo, tem um papel considerável na reprodução dessas relações. Age como um condicionante social, pois fornece meios distintos para a interação social, a partir do qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos e costumes, levando à reprodução e permanência de grupos sociais distintos dentro da estrutura espacial (Corrêa, 1993).

O espaço é, portanto, simultaneamente reflexo e condicionante social, fragmentado em diferentes usos com articulações entre si. Campo de realização da vida e dos conflitos intrínsecos a ela. Sua organização só pode ser entendida através da sociedade e a sociedade só se torna concreta e só se reproduz através do espaço.

3.2 – A organização do espaço capitalista

O modo de produção necessita do espaço para se concretizar, definindo uma organização de acordo com os seus interesses. Como menciona Santos (1985), as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção. No caso específico do modo de produção capitalista, vários autores citam que o sistema se mantém através da diferenciação de áreas, retalhando o espaço em numerosas regiões.

3.2.1 – Regiões: espaços diferenciados

No capitalismo, a organização do espaço geográfico envolve divisões do trabalho criando formas-conteúdos espaciais diferentes sobre a superfície terrestre, porém, inter-relacionadas e subordinadas ao modo de produção. Segundo Coraggio (1987), essa divisão do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali, e como será produzido, representa a configuração de subconjuntos produtivos, relativamente especializados em regiões diferenciadas e interligadas. Assim, uma cidade ou uma área rural especializada representa formas diferenciadas de organização do espaço, construídas para desempenhar determinadas funções.

Esta característica permite a análise da organização do espaço como um sistema espacial, formado por vários subsistemas, aqui denominados de subespaços ou regiões, que se unem e estabelecem relações generalizadas. Como se trata do modo de produção capitalista, este relacionamento é hierarquizado por relações de dominação. Bernardes (1995) aponta que esta estrutura espacial hierarquizada é definida por diferentes variáveis, tais como diferenciação de níveis tecnológicos, relações de produção distintas, nível de forças produtivas, capacidade de investimentos em infraestrutura, taxas de lucro e de incidência de lutas de classes e diferentes níveis de inversão de capital.

“O sistema capitalista aparece, pois, como um todo, como uma estrutura hierárquica de distintos níveis de produtividade e de acumulação, correspondendo a cada nível hierárquico uma determinada função na divisão social e espacial do trabalho” (Bernardes, 1995: 249).

Para Milton Santos a organização do espaço capitalista é composta por espaços hegemônicos e espaços não-hegemônicos. Os espaços hegemônicos caracterizam-se por conterem “*as forças que regulam as ações em outros lugares*” (1997: 32).

“Quanto ao espaço, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares” (Santos, 1997: 32).

Sendo um conjunto indissociável de objetos e ações, os espaços hegemônicos são construídos pelas ações dos agentes hegemônicos da política, da economia e da cultura, e contém objetos sofisticados, organizados para que os fluxos hegemônicos corram livremente, de modo a garantir máxima racionalidade, fluidez e competitividade.

Por outro lado, os espaços não-hegemônicos apresentam uma organização espacial determinada pelos agentes hegemônicos internos, mas fortemente influenciada pelo modo ao qual se inserem no sistema espacial global. Em geral, a organização de espaços não-hegemônicos está voltada para atender as necessidades das áreas que estão no centro do sistema espacial.

Neste sentido, desde o século XVIII, com a formação e expansão do modo de produção capitalista, a geografia mundial tem sido organizada em espaços hegemônicos e não-hegemônicos, com base no modelo centro-periferia. Essa estrutura

espacial caracteriza-se por estabelecer no sistema espacial uma relação de autoridade – dependência exercida pelos espaços centrais. O centro captura os recursos naturais e humanos da periferia, ao mesmo tempo em que difunde os impulsos do desenvolvimento, como capital, tecnologia e inovações para todo o sistema (Becker, 1972). Com o tempo, este modelo tornou-se mais complexo (para alguns, obsoleto), em razão do surgimento de novos centros e do aprofundamento das diferenças entre as periferias.

“Nós mudamos do modelo de centro-periferia clássico para uma situação onde todas as cidades de maior importância no mundo fazem parte do novo centro e todas as cidades pequenas e áreas rurais estão fora do mesmo” (Claval, 1997: 151,152).

Becker (2004) aponta um rompimento da estrutura centro-periferia tradicional em que os espaços periféricos abasteciam os espaços centrais com mão-de-obra e matérias-primas e recebiam recursos e inovações. Segundo a autora houve um processo de modernização com a industrialização em algumas áreas periféricas, que passaram a comercializar produtos industrializados, inclusive para as áreas centrais, em diferentes escalas geográficas. Por outro lado, as áreas centrais sofreram um processo de desindustrialização e de crescimento de bolsões de pobreza.

Com a Terceira Revolução Industrial, o avanço no sistema de comunicação, o acesso rápido às redes de informação, o redimensionamento da percepção da distância, a unicidade técnica, a internacionalização da produção e do produto, a mobilidade do capital e os grandes fluxos migratórios, criam a perspectiva de uniformidade espacial. A globalização expressa pela idéia de economia unificada, de uma cultura hegemônica e de um processo de reprodução social global produz a perspectiva de fim das diferenças. Do ponto de vista espacial, estaríamos vivendo o fim das regiões pela homogeneização do espaço ou pela uniformidade das relações sociais (Lipietz, 1977).

Entretanto, o processo de reestruturação atual da geoeconomia mundial reduziu as distâncias e aumentou as semelhanças entre as áreas hegemônicas e não-hegemônicas, mas paralelamente, houve um aprofundamento dos processos de

diferenciação e integração de áreas que marcam a divisão territorial do trabalho, reafirmando o processo de regionalização do espaço.

“A tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação” (Gomes, 1995: 72).

Corrêa (2001) revela que no atual momento do modo de produção capitalista, a região se recompõe como uma “particularidade dinâmica” articulada à totalidade do sistema. A regionalização é, pois, a forma espacial da sociedade capitalista, e a região a forma espacial de um subconjunto social / natural (Coraggio, 1987; Santos, 1985). Cada região estabelece relações generalizadas com as demais. Essas relações são hierarquicamente construídas e variam com o tempo, mas perpetuam relações de dominação. Para Corrêa (1986: 42), a região “*é a dimensão espacial da lei do desenvolvimento desigual*”. A região se constitui em um espaço diferenciado onde a reprodução do capital se processa de forma particular (Oliveira, 1978). A existência ou inexistência das condições gerais de produção em uma dada região define circuitos completos ou incompletos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (Bernardes, 1995).

A organização do espaço capitalista é, portanto, retalhada em numerosas regiões, cada uma delas pode ser vista como um subespaço de um subsistema social, que possui um domínio territorial definido por sua posição, sua localização, sua extensão, sua configuração e por apresentar um conteúdo (social e natural) particular (Coraggio, 1987). Cada uma delas configura-se a partir das diferenças em relação às outras e do papel diferenciado que exerce no conjunto da sociedade e do espaço. As regiões são espaços diferenciados que refletem e condicionam relações sociais específicas, definidas por características culturais, políticas e de racionalidade funcional, que ocorrem sobre uma base territorial concreta.

Castro (1992) analisa a região como um subsistema espacial com relações internas autônomas que lhe confere um caráter próprio.

“Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças” (Castro, 1992: 32).

Cada região adquire identidade econômica, cultural e política. A maneira com que cada espaço nacional se insere no sistema capitalista mundial assume uma dinâmica específica nas diferentes regiões (Becker, 2004).

“As regiões são expressões espaciais e territoriais concretas do Estado-Nação, são construídas pela apropriação de parcelas do espaço por arranjos específicos de atores que conformam sociedades locais, que são a expressão social da região” (Becker, 2004: 15).

Com organização interna própria definida pelos agentes hegemônicos internos, em consonância com a sua posição na ordem espacial nacional e global, cada região se constitui em um subespaço produtivo diferenciado e organizado para determinadas funções. Suas características naturais contribuem para a definição do seu papel na divisão territorial do trabalho, condicionado à sua inserção no sistema de produção (Coraggio, 1987).

Becker (1997b, 1999) menciona que uma das características do capitalismo atual é a potencialização dessas diferenças e a valorização das vantagens comparativas de cada subespaço. A globalização intensifica a competitividade entre as empresas e entre espaços produtivos em todos os níveis escalares na busca por investimentos, o que enaltece as características do espaço geográfico.

“Vantagem que decorre, em parte, da inserção em um sistema logístico de âmbito planetário alimentado pelas redes de informação e comunicação, que integram o local diretamente ao

espaço internacional e, em parte, das condições particulares do território em termos de seus recursos e de sua iniciativa política” (Becker, 1999: 31).

Como o espaço é condição geral de cada forma de produção, de acordo com Santos (1985: 67) cada subespaço aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades, pela inércia presente na sua organização, que se converte em vantagem para a reprodução das relações de produção e pelas suas características naturais e sociais.

No atual momento do modo de produção capitalista, o acirramento da competitividade entre espaços fortalece as vantagens comparativas de uma determinada região, ou seja, os fatores de produção como terra, capital, mão-de-obra e recursos naturais e, também, as vantagens competitivas baseadas em fatores que levem à criação de um ambiente de negócios inovador (universidades, instituições de pesquisas) que estimulem a competição (Porter, 1989; Possas, 1996). Porter (1989) afirma que a competitividade implica em produtividade. Neste sentido, empresas e espaços competitivos precisam elevar a produtividade, produzindo com mais eficiência e oferecendo produtos de maior qualidade. Segundo o autor, a concentração espacial das empresas estimula o desenvolvimento de inovações.

A organização do espaço capitalista revela que cada região, isto é, cada subespaço é diferenciado por conter um sistema de objetos e de ações específico, vinculado ao seu mecanismo de inserção no processo de reprodução ampliada do capital. Em cada subespaço, hegemônico ou não, há uma tendência a especializações produtivas, fruto de uma valorização seletiva do território.

Segundo Becker (1995) a seletividade territorial integrada ao sistema espacial é uma característica do sistema capitalista que se acentua na fase atual deste modo de produção, marcada pela revolução científico-tecnológica.

“A inovação tecnológica representada pelas redes transnacionais de circulação e comunicação permite a um só tempo a globalização com diferenciação espacial, induzida tanto pela

lógica da acumulação como pela lógica cultural, resultando na valorização seletiva de territórios” (Becker, 1995: 287).

A organização do espaço no capitalismo é, portanto, marcada por uma acentuada divisão e especialização do trabalho em todas as escalas geográficas, formando subespaços produtivos relativamente especializados em regiões diferenciadas e interligadas (Coraggio, 1987). O sistema se expande pelo mundo articulando a escala local, nacional e global, através do desenvolvimento desigual e combinado, cuja lógica reside na integração/diferenciação de áreas. Neste sentido, cada país ou região apresentará uma estrutura espacial coerente com o seu estágio de desenvolvimento, embora com feições particularizadas devido às especificidades regionais, mantendo as relações de centro e periferia (Becker, 1974; AITVater, 1995; Bernardes, 1995; Harvey, 1996).

Com a globalização, as mudanças na produção (mudanças tecnológicas, organizacionais e de gerenciamento), a sofisticação dos sistemas de transporte, de comunicação e de informação, a expansão nas atividades de serviços e o crescimento da produção de alta tecnologia, vêm alterando a organização territorial do capitalismo. Esse movimento se expressa na reestruturação dos espaços e na incorporação de novas áreas ao sistema produtivo mundial.

A política macrorregional implementada pelos Estados Nacionais na década de 1960 cede lugar a uma nova regionalização do espaço, implementada pelo grande capital, e que se caracteriza por privilegiar locais selecionados, desconsiderando os limites políticos - administrativos (Becker, 1986, 2004).

Neste sentido, o novo padrão de organização espacial valoriza as economias regionais, representadas pelas áreas rurais especializadas, pelos distritos industriais especializados, pelos sistemas industriais localizados, pelos pólos de alta tecnologia e pelos centros de serviços, todos com tendências aglomerativas.

As relações de produção são alteradas, na busca de maior lucratividade. Alguns fatores locacionais são reforçados, como por exemplo, a proximidade com os fornecedores de insumos e serviços, agilizando a resolução de possíveis problemas.

Várias práticas espaciais são estabelecidas pelas empresas, de acordo com os seus interesses, que podem ser traduzidos em máxima eficiência na acumulação

de capital e reprodução de suas condições de produção. As práticas representam um conjunto de ações espacialmente localizadas, que incluem seletividade, fragmentação e remembramento, antecipação, marginalização e reprodução (Corrêa, 1992). Nesse processo, o espaço vai sendo organizado a partir de uma lógica de diferenciação/uniformização, em todas os níveis de organização. As relações de dominação entre espaços hegemônicos e não-hegemônicos se acentuam.

A produção torna-se flexível, e esta flexibilização acentua a especialização do trabalho. Cada unidade de produção depende da outra para sobreviver, estabelecendo uma organização em torno de redes interligadas e hierarquizadas de empresas multilocalizadas, o que implica uma complexa espacialidade.

Há uma estruturação em torno de redes não materiais, através das quais, circulam informações diretamente associadas à acumulação capitalista. A concentração geográfica é estimulada, possibilitando a diminuição dos custos de produção e, ao mesmo tempo, gerando um ambiente de intensa inovação tecnológica e produtiva, criando novos arranjos territoriais.

A questão ambiental é valorizada, e com isto a preservação dos recursos naturais existentes emerge como uma estratégia fundamental para a sobrevivência da humanidade. Buscam-se, hoje, tecnologias alternativas menos agressivas ao meio ambiente, sistemas de produção sustentáveis e utilização mais racional dos recursos naturais. À medida que o novo modo de produzir valoriza a natureza como capital de realização atual e futura, a reorganização sócio-espacial inclui áreas a serem preservadas. Como o desenvolvimento se realiza de modo descontínuo e não simultâneo no sistema espacial, as áreas de preservação localizam-se nos países periféricos, mais atrasados em seus sistemas industriais (Becker, 1996; Altivater, 1995).

“Os países centrais, detentores da tecnologia, pressionam sobre diversas formas os países periféricos, detentores da natureza, a preservá-la segundo um padrão de desenvolvimento sustentável, cujas bases não estão claramente definidas. Por sua vez, os próprios Estados centrais disputam entre si as reservas da natureza” (Becker, 1997: 424, 425).

A valorização da natureza como capital de realização atual e futura leva a uma menor utilização do volume de matérias-primas e energia e, ao mesmo tempo, valoriza a biodiversidade, “*fonte de informação crucial para a biotecnologia*” (Becker, 1997b: 424). Em paralelo, a diversidade social é respeitada como fonte inestimável de saber local (Becker, 1997b; 1999). Essa bio-sócio-diversidade é um fator importante de valorização regional.

Becker (1996) cita que as transformações vinculadas ao atual momento do modo de produção incluem a passagem de um modelo de desenvolvimento que se difundiu como industrialismo, baseado na economia de fronteira, que fixava sua atenção à estrutura produtiva, para um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado no tripé eficiência econômica/equidade social/prudência ecológica, cujas bases são definidas por Becker (1999: 32): a) poupança e uso refinado dos recursos naturais mediante informação, conhecimento e tecnologia; b) valorização das diferenças dos lugares; c) descentralização governamental, com ações participativas de todos os atores interessados no processo de desenvolvimento de uma dada região.

Neste contexto, a autora, ao analisar a dinâmica regional brasileira, e da Amazônia em especial, a partir da década de 1980, identifica novos vetores de transformação regional. Tais vetores surgiram com o enfraquecimento do Estado e com a sua dificuldade de atuação espacial, em função da crise econômica, fiscal e financeira³². O esgotamento da geopolítica estatal baseada no projeto nacional-desenvolvimentista iniciado na “Era Vargas” e aprofundado no período de 1950 -1985, cujo objetivo centrava-se na apropriação física e no domínio do território nacional, foi acompanhado pelo fortalecimento da sociedade civil, com o surgimento de uma multiplicidade de organizações³³.

Em 1985 o vetor tecno-ecológico (VTE) passa a atuar na região amazônica através de projetos preservacionistas e conservacionistas inseridos na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os principais atores deste vetor são: a sociedade civil organizada, igrejas e partidos políticos, governos e contam com o apoio financeiro de instituições internacionais e de países centrais. Por outro lado, em meados da década de 1990, surge o vetor tecno-industrial (VTI) que atua através de projetos

³² A crise do Estado brasileiro associa-se, internacionalmente, à crise do petróleo (décadas de 1970 e 1980) e a consequente elevação das taxas de juros e da dívida externa.

³³ Berta Becker “Mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio” (mimeo).

desenvolvimentistas. Os principais atores deste vetor são: bancos e empresários nacionais, regionais e internacionais e governos estaduais.

O Estado redefine o seu papel e passa a atuar em parcerias com atores sociais e governos estaduais e municipais nos dois vetores de desenvolvimento, agindo em projetos de conservação e preservação e, paradoxalmente, em grandes projetos de desenvolvimento centrados na eficiência econômica e competitiva de uma região no mercado globalizado.

“O Estado tem que dialogar com as suas regiões, com os interesses políticos específicos especializados e regionalizados, que são ele mesmo, em última análise, e negociar formas diferenciadas para poder agir” (Becker, 2004:15).

Segundo Becker (1997a, 1999, 2004) o Estado brasileiro mantém sua proposta desenvolvimentista, mas com o compromisso social e ambiental que, aliás, é fundamental para a aquisição de recursos externos. A implantação da Legislação Ambiental Brasileira (1986), a criação do Instituto do Meio Ambiente – IBAMA (1989), do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA (1990/91) e do Ministério do Meio Ambiente, são expressões deste processo.

3.2.2 – Sistema mundo e organização do espaço

Bunker (1985) analisa a organização do espaço capitalista a partir do posicionamento de cada país ou região no contexto de uma economia mundo, atentando para os efeitos que isto lhes acarreta em termos de desenvolvimento sócio-espacial.

Neste sentido, a geografia mundial se divide em economias de produção, desenvolvidas e ricas, e economias extrativas, subdesenvolvidas e pobres (Bunker, 1985).

“A riqueza é medida pelo grau de industrialização e pelo que ela possibilita em termos de bens de consumo e utensílios” (AITVater, 1995: 23).

As economias de produção vendem, prioritariamente, bens industrializados. Do outro lado, as economias extrativas são as grandes responsáveis pela exportação de bens primários.

A partir da década de 1970, algumas dessas economias extrativas modernizaram suas estruturas produtivas através da industrialização planejada pelo Estado e subsidiada por créditos externos. Entretanto, não conseguiram eliminar condições de pobreza e carência:

"A distância entre os países que querem se tornar fit (eficientes), e aquelas sociedades que já estão fat, ou seja, ricas, não diminuiu” (AITVater, *ibid* : 22).

As primeiras, ao exportarem matérias-primas e energia simplificam os ecossistemas, produzindo desequilíbrios que comprometem irreversivelmente sua capacidade competitiva. Ao mesmo tempo, aumentam a complexidade e o poder das economias de produção, que se tornam cada vez mais ricas (Bunker, 1985). Segundo Mandel (1975), a transferência geográfica do valor é uma consequência do desenvolvimento desigual e combinado.

Essa configuração revela que o mundo capitalista baseia-se e move-se pelas contradições que geram, necessariamente, relações desiguais entre países, regiões, ou entre economias de produção e economias extrativas. Neste processo, há vencedores e perdedores, pois a produção de benefícios para uns gera, inevitavelmente, prejuízos para outros que, embora ricos em recursos imprescindíveis ao desenvolvimento, permanecem pobres (Wallerstein, 1999; AITVater, 1995). Como as relações de produção se modificam no tempo, a organização do espaço também se altera, refletindo as características da sociedade em cada momento histórico.

No modo de produção capitalista, a organização do espaço se caracteriza por um contínuo processo de reestruturação. Soja (1993) cita que este aspecto vem garantindo o predomínio do sistema. Segundo o autor reestruturação significa:

“A noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma nova ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (Soja, 1993: 194).

Coelho (1996) acrescenta que as mudanças que se processam no espaço provocam, inicialmente, uma instabilidade, que pode se transformar em uma fonte de desordem que originará um novo comportamento no sistema espacial. A autora introduz os conceitos físicos de sintropia (ordem) e entropia (caos) para discutir o processo de reestruturação do espaço.

O espaço está em constante movimento de reorganização desencadeado por processos espaciais que atendem as necessidades mutáveis do modo de produção capitalista na busca incessante por melhores estruturas para a acumulação ampliada de capital. Desta dinâmica emergem conflitos e desequilíbrios sócio-ambientais difíceis de serem recuperados, provocando uma diminuição da ordem no sistema espacial (aumento da entropia). No momento seguinte há um retorno a uma ordem, não à mesma ordem, mas a uma nova ordem espacial.

As transformações progressivas que marcam as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marcam, também, mudanças no espaço. Santos (1977) afirma que as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção. Em cada momento histórico tem-se uma forma de organização espacial, que se destaca como um componente fundamental do processo de acumulação de capital e garante a sobrevivência do sistema capitalista, pois o espaço é a base para a materialização da sociedade.

A década de 1970 marcou o início de um novo processo de reestruturação do modo de produção capitalista, com a passagem do modelo fordista de produção para um modelo baseado na acumulação flexível, desencadeando mudanças na estrutura produtiva, na economia, na política, na sociedade e no espaço. Estas

alterações caracterizam uma Terceira Revolução Industrial, comumente conhecida como globalização.

A inserção efetiva do Brasil no processo de globalização inicia-se em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo. Conjuntamente ao processo de globalização, o país estabelece acordos regionais de integração, tais como o Mercosul, buscando o fortalecimento de sua economia frente aos mercados internacionais. Em consequência da globalização houve um intenso processo de privatizações, de investimentos em infra-estrutura e de elevação da produtividade das empresas nacionais.

Considerando o Pantanal Sul no interior desse sistema espacial, tem-se um subespaço não-hegemônico especializado na produção pecuária bovina de corte e, mais recentemente, no turismo. O caráter de sua integração econômica aos mercados nacional e internacional sempre foi o da subordinação.

No interior deste subespaço, a criação extensiva de gado bovino, com base em um sistema tradicional de produção, típico do Pantanal, resultou em uma organização espacial em grandes propriedades rurais, dominado pelas oligarquias rurais locais, que se articularam aos espaços centrais do capitalismo. Esta articulação se deu, até os anos de 1930, com o mercado externo. Naquele momento, o Pantanal representava uma economia regional ligada diretamente ao centro do capitalismo mundial, através da venda de produtos da pecuária, com destaque para o charque. A cidade de Corumbá representava o centro da organização do espaço pantaneiro, exercendo a função de entreposto comercial por onde se efetivava, através do rio Paraguai, a exportação e importação de produtos.

A partir dos anos de 1950, o Brasil inicia um novo processo de estruturação espacial visando promover a integração do território nacional e expandir o desenvolvimento econômico à totalidade do espaço geográfico brasileiro. Contudo, a atuação espacial do Estado brasileiro foi seletiva e variada, afetando a estrutura regional de maneira diferente. No recém criado estado de Mato Grosso do Sul, os investimentos privados e governamentais foram concentrados em áreas favoráveis ao desenvolvimento de monoculturas de exportação, com destaque para a soja. Em consequência, houve um desequilíbrio interno, marcado pela consolidação de áreas dinâmicas e capitalizadas, especializadas na produção de commodities em bases modernas, com crescente inserção

no mercado internacional e, por outro lado, pela presença de áreas deprimidas, onde os investimentos não foram capazes de alterar a estrutura geoeconômica dominante.

Houve, portanto, um processo de seletividade espacial, que selecionou e beneficiou áreas de cerrado, propícias ao cultivo de grãos voltados para a exportação. A inserção dessas áreas no processo de desenvolvimento regional, enquanto fronteiras de produção agropecuária, promoveu um expressivo fluxo migratório, sobretudo de sulistas, que substituíram as culturas tradicionais por culturas de exportação, desencadeando o processo de invasão-sucessão na organização espacial.

O Pantanal Sul se insere nesse momento do capitalismo no Brasil, como uma região periférica subordinada ao centro dinâmico do país. O domínio do capitalismo monopolista sobre a região transfere o seu eixo de articulação da Região Platina para o Sudeste brasileiro. Essa mudança teve início na década de 1930, com a decadência das exportações de charque e o incremento da venda de gado em pé para a Região Sudeste. O marco desta nova articulação foi a expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que possibilitou o comércio regular de boi vivo para o Estado de São Paulo. A ferrovia chega a Porto Esperança (localizado no Pantanal do Nabileque às margens do Rio Paraguai) em 1914, e em 1952 chega à Cidade de Corumbá. A década de 1970 marca a integração rodoviária, com a BR 262 ligando Corumbá a Campo Grande.

A região ficou à margem do processo de modernização da agropecuária que se processou em algumas áreas de Mato Grosso do Sul na década de 1970. Algumas inovações foram introduzidas, mas não alteraram a estrutura espacial, econômica e social existente. A inércia espacial é a característica mais marcante do Pantanal, com a cristalização de uma forma – conteúdo na organização do espaço, marcada por grandes propriedades rurais especializadas na fase de cria de bovinos em sistema extensivo de produção e venda de bois magros para o Sudeste brasileiro.

A partir da década de 1990, com a globalização da economia mundial e brasileira, o Pantanal Sul passa a ser alvo de investimentos mais agressivos, capazes de transformar a estrutura interna e desencadear novos processos espaciais na organização do espaço regional.

O aumento da demanda por matérias-primas, incluindo a carne bovina, e a valorização da atividade turística, especificamente do turismo de natureza e do turismo rural, foram os fatores fundamentais para a dinamização da região. As

especificidades das características naturais representam uma vantagem locacional importante de valorização do espaço pantaneiro para o desenvolvimento dessas duas atividades em bases modernas. O turismo (rural e de natureza) e a bovinocultura de corte moderna são as especializações produtivas deste subespaço, ditadas pelo sistema capitalista através da lógica da diferenciação de áreas. As vantagens comparativas foram fundamentais para a inserção e articulação da região ao sistema global.

Os vetores tecno-ecológico e tecno-industrial atuam no espaço regional de forma distinta e contam com o apoio do Estado e do governo estadual. De um lado, o vetor tecno-ecológico, representado pelos pecuaristas tradicionais e pelos empresários do setor turístico, que contam com o apoio de países centrais e de instituições financeiras internacionais. Este vetor atua no Pantanal desenvolvendo projetos conservacionistas e preservacionistas. Suas ações no espaço são expressas pela criação de Unidades de Conservação, de Estradas – Parques e de Parques Nacionais e Regionais, como o Parque Nacional Regional do Pantanal (projeto desenvolvido através de parceria entre o governo estadual e a França). Do outro lado, verifica-se a presença do vetor tecno-industrial, representado por empresários rurais e do setor de mineração, que implementam ações desenvolvimentistas, voltadas para a produção intensiva. Como exemplo de atuação deste vetor de desenvolvimento temos o projeto de construção do pólo minero-siderúrgico e gás-químico no município de Corumbá e projetos de construção da hidrovía Paraná-Paraguai, contida nos planos do governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse movimento embute a noção de ruptura com a inércia espacial existente, provocando um aumento da entropia no Pantanal Sul. Assim, a entrada do Pantanal Sul na nova divisão do trabalho que caracteriza a globalização, implica em mudanças na organização espacial interna, que pode levar a uma reestruturação do espaço a partir de novos padrões culturais, de consumo e de organização política, econômica e social.

3.2.3 – A articulação do espaço regional com o espaço global

As transformações sociais encontram correspondência na adequação do espaço, que é condição geral de produção (Sanchez, 1991; Bernardes, 1995; Santos, 1985). A globalização ao articular o local e o global acarreta a internacionalização do capital e a mundialização do espaço geográfico, conseqüentemente, ocorrem transformações marcantes na sociedade.

Segundo Ianni (2003), na base da internacionalização do capital que caracteriza o capitalismo na atualidade, está a generalização do processo produtivo e das relações sociais de produção, atingindo todos os subespaços inseridos na atual divisão do trabalho. Com a globalização, a tecnificação das relações sociais universaliza-se, gerando os processos necessários para a valorização do dinheiro.

Os laços de cada subespaço com as áreas centras são reforçados. Cada área exerce sua função segundo uma lógica global. O processo de acumulação é acelerado e a localização das atividades mais rentáveis torna-se mais seletiva.

Como o espaço é produto das ações humanas, a relação global – local, produz transformações no lugar que se realizam, não mais no plano do vivido (Carlos, 1996), mas sim a partir de relações que se estabelecem fora do lugar. Esta inserção é, portanto, muito complicada, pois a racionalidade espacial pode romper com as identidades territoriais tradicionais.

“Na mesma proporção em que se dá o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo, generaliza-se a racionalidade formal e real, inerente ao modo de operação do mercado, da empresa, do aparelho estatal, do capital, da administração das coisas, de gentes e idéias, tudo isso codificado nos princípios do direito. Juntam-se aí o direito e a contabilidade, a lógica formal, e a calculabilidade, a racionalidade e a produtividade, de tal maneira que em todos os grupos sociais e instituições, em todas as ações e relações sociais, tendem a predominar os fins e os valores constituídos

no âmbito do mercado, da sociedade vista como um vasto e complexo espaço de trocas (...)” (Ianni, 2003:21).

Considerando o Pantanal Sul, as relações sociais e sócio-ambientais estavam estruturadas nas tradições da pecuária de corte e na valorização da natureza, resultando em um conjunto de símbolos e crenças historicamente construídos que moldavam as relações sócio-espaciais. Com as transformações decorrentes de novas formas de acumulação de capital, ocorre uma mudança nas relações tradicionais e uma convivência simultânea entre o novo e o velho. Neste processo, a sociedade local pode perder a sua identidade territorial construída ao longo do tempo. Novas relações definidas pela lógica do mercado são estabelecidas, e o espaço é racionalizado dentro das possibilidades da geografia física da região.

Para Milton Santos o período tecno-científico atual é marcado pela emergência do espaço racional, tanto em regiões hegemônicas, quanto em regiões não-hegemônicas.

“O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre ação pretendida e o objeto disponível se dê com máxima de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e nas ações. A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados” (1996: 239).

A globalização leva a universalização do sistema técnico e do modo de produção e consumo capitalista, transformando o lugar num espaço da economia internacional (Santos, 1996; Ianni, 2003; Vieira, 1997; Moretti, 2000). Neste processo, as diferenças são mantidas e reforçadas, mas ao mesmo tempo, os espaços produtivos são homogeneizados por processos que levem à racionalidade espacial. Ou seja, a lógica integração/diferenciação de áreas que rege a divisão internacional do trabalho é mantida.

“Se o espaço se torna uno para atender as necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (Santos, 1997: 46).

Com o processo de racionalização espacial, os lugares se tornam singulares a partir de uma visão macroespacial, por características particulares que os diferem dos demais. Porém, internamente, eles se transformam em um outro lugar, completamente diferente do anterior e, ao mesmo tempo, muito parecido com os demais.

Este é um aspecto interessante da realidade atual, pois é justamente a diferença que garante a valorização do Pantanal Sul no mundo da globalização. Entretanto, o desenvolvimento da região depende de condições de competitividade.

Como o espaço é a base para a produção, precisa ser reestruturado a cada novo momento ou a cada novo modo de produção, o que implica em mudanças generalizadas nas relações que são estabelecidas. Em espaços até então excluídos este processo dissolve características seculares, que são padronizadas de acordo com novos modelos (Sachs, 1986; Rossetto, 2004).

A partir desta análise, pode-se concluir que o processo de globalização, ao inserir o local no global, gera a destruição de modos tradicionais de produção, praticados em diferentes lugares.

“A globalização pode assim ser entendida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (...). A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão

lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço” (Giddens, 1991: 69 – 70).

Sobre o assunto, Giddens afirma que a idéia de tradicional contrasta com a modernidade.

“Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade” (1991: 44).

Para Santos (1997), vivemos um período de transição e, portanto, de convivência simultânea de dois momentos do modo de produção capitalista, a sociedade industrial e a sociedade informacional.

“O fato de que o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a presunção do futuro” (1997: 121 – 122).

“Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante relações sociais do presente que nele se realizam” (Santos, *Ibid.*, 122).

Essa convivência entre o antigo e o novo resulta em conflitos entre os elementos que resistem às inovações³⁴ e aqueles que as adotam. O novo representa a

³⁴ A dificuldade em mudar vincula-se a valores culturais e econômicos (Sachs, 1986; Claval, 2001).

transformação das técnicas, das relações de trabalho, dos hábitos e comportamentos e das relações com a natureza.

Santos (1997: 50) apresenta a nova ordem espacial do mundo globalizado. Resumidamente, suas principais características são:

- a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
- a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície;
- a aceleração de todas as formas de circulação;
- a produtividade espacial como um dado de escolha da localização;
- o recorte horizontal e vertical do território³⁵;
- o papel da organização e dos processos de regulação na constituição das regiões;
- a tensão crescente entre localidade e globalidade.

Com a globalização os espaços geográficos são reestruturados, o que provoca alterações na paisagem, na demografia, na economia, na vida social, cultural e política. Esse movimento embutiu a noção de ruptura com uma ordem espacial vigente, onde um número considerável de elementos, ou de objetos e ações, dominavam o seu comportamento. Essa mudança em direção a uma nova ordem gera, inicialmente, uma instabilidade que se propaga sobre o movimento total da sociedade, criando um novo comportamento.

“Hoje, objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas” (Santos 1997: 49).

³⁵ As horizontalidades representam os subespaços da produção cotidiana territorialmente partilhado com a tendência de criar suas próprias normas. A verticalidade se associa aos processos de cooperação que articula diferentes escalas geográficas (Santos, 1997: 55).

Isto se reflete nos mecanismos de dominação e organização do espaço. Novos atributos são introduzidos para atender aos interesses dos agentes hegemônicos da economia e da sociedade, articulando mais facilmente as escalas local e global. Como cada subespaço é dotado de sentido e significado para aqueles que o habitam (Claval, 2001), as mudanças rompem com o equilíbrio que caracteriza muitas sociedades, alterando a atuação do homem sobre o seu sistema ecológico.

A reestruturação do espaço poderá se tornar, assim, uma fonte de desordem, que resulta no agravamento dos conflitos sociais. O acesso diferenciado às condições de existência e reprodução, em suas mais variadas dimensões; terra, habitação, equipamentos de consumo coletivo, são expressões deste processo.

Desta perspectiva partimos para a compreensão da reestruturação do espaço do Pantanal Sul. As mudanças no sistema de produção da pecuária de corte e o crescimento da atividade turística levaram à incorporação desta região ao circuito produtivo mundial, através da lógica da especialização do território.

Até o início dos anos de 1990, o Pantanal Sul representa uma ilha de sintropia. Possuía uma estrutura sócio-espacial estável, caracterizada por grandes latifúndios, poucos núcleos urbanos e reduzida população. As oligarquias rurais locais detinham o poder econômico e político, controlando a região. A atividade econômica baseada na pecuária bovina era desenvolvida de forma extensiva, com baixos níveis de produtividade. A produção voltava-se para a fase de cria e venda de boi magro para o Sudeste brasileiro, principal centro consumidor do país. O isolamento, o subpovoamento e a falta de investimentos e de infra-estrutura marcaram a história local por mais de trezentos anos de ocupação.

A abertura econômica promoveu a valorização de certas regiões a partir de vantagens comparativas e competitivas das mesmas. É nesse contexto que o Pantanal Sul se valoriza. Em termos de produção bovina de corte, a região possui um grande rebanho e, ainda, apresenta condições para a produção de baixo custo. Em relação ao turismo, a região possui uma paisagem belíssima, muito preservada e com grande biodiversidade.

O desenvolvimento do turismo, a partir do crescimento da importância dessa atividade no atual momento do modo de produção capitalista, e das características peculiares do Pantanal Sul (natural, social e cultural únicas), cria a possibilidade de

diversificação da produção regional, a região assume uma nova função, a função turística, transformando a sua participação na divisão territorial do trabalho.

Quanto à bovinocultura de corte brasileira de maneira geral³⁶, e do Pantanal em particular, a abertura comercial e financeira impõem a necessidade de uma maior competitividade produtiva, de forma a atender as exigências do mercado global. Nessa lógica, a produção pecuária do Pantanal tende a adotar o padrão de organização espacial e produtivo característico da globalização.

A década de 1990 marca um momento de mudança. Várias ações desencadeadas pelos vetores estão sendo implementadas para inserir a região no mundo globalizado. Dentre elas, este trabalho destaca a modernização da pecuária bovina de corte e do turismo.

A reestruturação econômica da região se reflete no espaço, através de mudanças na organização espacial em prol da racionalidade. Esse movimento rompe com relações tradicionais, estabelecidas por mais de três séculos de ocupação.

A presença de condições naturais favoráveis, apresentadas pelo Pantanal e o crescimento do consumo mundial de todas as *commodities* do âmbito alimentar, com forte demanda por carnes, estimulam a introdução de inovações no sistema de produção da pecuária de corte, de modo a proporcionar máxima racionalidade e eficiência ao subsistema espacial. Neste processo, o manejo tradicional, baseado na experiência de sucessivas gerações, é alterado, produzindo abalos que levam à entropia do sistema.

Ao mesmo tempo, a valorização mundial da natureza e de modos de vida não urbanos, vem estimulando o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo rural na região pantaneira, gerando a necessidade de transformações internas para viabilizar o desenvolvimento desta nova atividade.

As mudanças em curso geram ações impactantes nos processos de trabalho, hábitos de consumo e configuração geográfica do Pantanal Sul. O tempo é acelerado pelas novas tecnologias, que se sobrepõem aos recursos naturais e aos recursos humanos.

³⁶ A bovinocultura de corte brasileira apresenta o maior rebanho comercial do mundo.

CAPÍTULO IV – PANTANAL SUL: TRANSFORMAÇÕES GEOECONÔMICAS

“Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa”.

Marx, K. e Engels, F.

A organização espacial do Pantanal Sul sempre esteve atrelada à pecuária bovina de corte, principal atividade econômica da região. Neste sentido, o espaço foi produzido com base em grandes propriedades rurais voltadas para a produção de bovinos de corte, reduzida população e poucos núcleos urbanos. Ao mesmo tempo, as distâncias enormes no interior da região, as inundações cíclicas e a dificuldade de integração e de desenvolvimento geraram um certo isolamento da região, mesmo estando articulado aos mercados. Este processo produziu na organização espacial do Pantanal Sul, uma inércia espacial.

Nesse espaço organizado em grandes propriedades rurais, a produção pecuária se desenvolveu, ao longo dos séculos, através de um sistema tradicional de produção, adequado às características naturais, com pouca interferência humana. Esse sistema tradicional contém e perpetua a experiência de sucessivas gerações de pantaneiros, moldando e refletindo as relações sócio-espaciais existentes.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, ao longo do século XX, algumas ações atingiram o Pantanal Sul, sem, contudo, alterar a estrutura geoeconômica interna. Ao longo desse período, as mudanças focaram o sistema de transporte e comunicação, alterando o eixo de articulação da região e o centro de sua organização espacial. A pecuária de corte foi beneficiada com programas de assistência

técnica, mas manteve o sistema tradicional de produção, responsável por baixos índices de produtividade e rentabilidade.

Até a década de 1930, o Pantanal Sul representava uma “ilha econômica” articulada ao mercado externo, através do rio Paraguai e pouco articulada ao mercado interno. A região era especializada na produção de charque e outros produtos da pecuária e vendia, prioritariamente, para o mercado externo. Internamente o charque produzido no Pantanal Sul foi comercializado para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Para. A cidade de Corumbá, localizada às margens do rio Paraguai, representava o centro da organização espacial, exercendo a função de entreposto comercial e porto fluvial.

O processo de integração nacional com base na industrialização do país, produz mudanças na organização do espaço brasileiro, de maneira geral, e do Pantanal Sul em particular. Nos anos de 1930 as charqueadas entram em decadência e a região volta-se para o mercado interno abastecendo o Sudeste, sobretudo São Paulo, de bois para engorda.

Para facilitar essa integração o governo brasileiro construiu a Ferrovia Noroeste do Brasil ligando em 1914, Porto Esperança (Pantanal Sul) ao município de Bauru (SP). Em 1952, a ferrovia é expandida até a cidade de Corumbá (Pantanal Sul). Na década de 1960, inicia-se a construção da rodovia BR 262³⁷, ligando Corumbá ao Porto de Vitória, com um traçado paralelo à estrada de ferro. Essa mudança no sistema de transporte (declínio do transporte hidroviário e incremento do ferroviário e rodoviário) permitiu um fluxo comercial regular de gado em pé entre Pantanal Sul e o Sudeste.

Em conseqüência, a cidade de Campo Grande, localizada no centro do estado de Mato Grosso do Sul, assume as funções de entreposto comercial, local de moradia dos fazendeiros e centro difusor da organização do espaço pantaneiro.

A década de 1960 foi próspera para os pecuaristas pantaneiros, pois a construção da rodovia intensificou o processo de comercialização de gado em pé para as invernações³⁸ de São Paulo. O rebanho cresceu e algumas melhorias iniciadas nas

³⁷ A rodovia BR 262 é o principal eixo de articulação do Pantanal Sul com o mercado interno. Até a década de 1980 a rodovia achava-se pavimentada até a cidade de Aquidauana. Em 1986 foi inaugurada uma nova BR 262 de Campo Grande até Corumbá e a estrada foi totalmente pavimentada. A antiga rota através de Porto Manga foi transformada em “Estrada Parque”.

³⁸ Divisão dos pastos normalmente por cercas, no interior da unidade de produção.

décadas de 40 e 50 foram complementadas, como a substituição do gado mestiço – “pantaneiro” pelo nelore e a divisão dos pastos no interior das unidades de produção.

Nos anos de 1970, com o objetivo de modernizar e ampliar as áreas periféricas, o Estado brasileiro inicia o planejamento regional, estabelecendo uma série de políticas públicas para as grandes regiões brasileiras. No Centro-Oeste, as ações centraram-se na expansão da fronteira agrícola, desencadeando um processo de invasão-sucessão com a entrada de novos atores sociais, oriundos do sul do país, que promoveram, com o apoio do Estado, a substituição das lavouras tradicionais por monoculturas voltadas para o mercado externo, e desenvolvidas em grandes propriedades rurais com o emprego de tecnologia moderna.

Para o Pantanal, o governo brasileiro, criou o Programa de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN (1974 – 1979), com o objetivo de promover a economia local. Para tanto, pretendia-se modernizar a pecuária local e criar um sistema viário integrado capaz de articular o Pantanal Sul às demais regiões do país, e ao Sudeste principalmente. No setor pecuário algumas poucas inovações foram introduzidas, mas não alteraram o sistema tradicional de produção. O destaque vinculava-se à melhoria nas pastagens, à expansão do crédito rural e à assistência técnica. Em relação à instalação de infra-estrutura, o objetivo centrava-se na ampliação do transporte terrestre, considerado fundamental para o desenvolvimento da região. Neste sentido, o PRODEPAN buscava construir rodovias no interior da região, criando a possibilidade de articulação mais eficiente com o mercado consumidor. Esse objetivo não foi concretizado, pois somente a construção da Rodovia Transpantaneira teve início neste período.

As principais metas do Programa de Desenvolvimento do Pantanal - PRODEPAN não chegaram a se consolidar e a região manteve um certo isolamento do restante do país. As principais dificuldades estavam atreladas aos altos custos dos investimentos em infra-estrutura de transporte na região, devido ao regime de cheias, e a resistência dos pecuaristas tradicionais em modernizar a atividade.

Como a região não representava um pólo de desenvolvimento, o processo de marginalização espacial isolou o Pantanal Sul da reestruturação econômica e espacial que ocorreu em diferentes áreas do estado de Mato Grosso do Sul nesse período.

Contudo, a reestruturação geoeconômica ocorrida nas áreas de planalto da Bacia do Alto Paraguai, afetou a planície pantaneira, produzindo impactos ambientais e sócio-econômicos na região. A década de 1980 registrou um forte período de cheias no Pantanal Sul, fato que prejudicou a atividade criatória, gerando uma crise econômica. As fortes inundações deste período são associadas ao desenvolvimento da agricultura de exportação no planalto adjacente à planície. A abertura de estradas e o desmatamento para o plantio de monoculturas contribuíram para o assoreamento de rios da região, como o Rio Taquari, por exemplo, fato que contribuiu para o aumento do volume das cheias.

Em função da crise na pecuária, nos anos de 1980 a atividade turística começa a ser explorada como uma alternativa econômica para a região pantaneira, porém, o seu desenvolvimento ocorre de forma bastante precária, com ênfase para o turismo de pesca.

A década de 1990 marca um período de revitalização econômica. Com a globalização do capitalismo mundial, iniciada vinte anos antes nos países centrais, houve uma valorização da escala local, gerando a perspectiva de inserção do Pantanal Sul no processo de reprodução e acumulação atual. A região passa a apresentar elementos para a sua inclusão no chamado processo de globalização. A inércia presente na organização espacial, associada às características naturais da região, destacam-se como os elementos fundamentais de estímulo para a inclusão do local no global. Como diria Milton Santos (1996:162) esses fatores representam “*as coordenadas que orientam as novas ações*” que levam à internacionalização e à integração.

No Pantanal Sul, essa inserção do local no global se faz através de duas atividades econômicas extremamente valorizadas no mundo capitalista atual, e de fácil desenvolvimento no Pantanal Sul em função das características locais: a pecuária, atividade tradicional da região; e o turismo, atividade que ganha um novo impulso e que surge com força na região a partir dos anos de 1990.

Considerando a pecuária bovina de corte, a vantagem locacional expressa, sobretudo, pela qualidade das pastagens naturais³⁹, impulsionou a valorização do Pantanal Sul como uma área de produção de gado de corte. Justamente no momento

³⁹ Dentre as vantagens da pastagem natural destacam-se: a redução dos custos de produção, a qualidade do produto desenvolvido em áreas de pasto nativo e a possibilidade de diversificação da produção (boi verde, boi orgânico).

em que a abertura dos mercados, a crise de abastecimento internacional em função dos problemas de sanidade, e o crescimento do mercado interno contribuíram para o aumento da demanda por esse produto.

Para atuar de forma competitiva no mercado globalizado inicia-se, em meados da década de 1990, um intenso processo de modernização da atividade, aspecto que representa uma das características mais marcantes da reestruturação geoeconômica em prol da integração e da internacionalização. As ações voltam-se, prioritariamente, para dois vetores de modernização: um novo sistema de produção, com a introdução de um novo modelo tecnológico, e uma nova organização espacial.

Em paralelo, os anos de 1990 marcaram a dinamização da atividade turística no Pantanal Sul. Este crescimento se justifica pela vasta oportunidade que tal ambiente proporciona para o desenvolvimento do turismo rural e do turismo de natureza. Neste sentido, constitui-se em uma das atividades que atrai um grande volume de investimentos de capitais, principalmente quanto à reorganização do espaço, visando o consumo da natureza, que passa a ser valorada enquanto atrativo turístico.

Dentro da lógica da integração/diferenciação de áreas que caracteriza a organização espacial capitalista em todos os seus momentos, o Pantanal Sul passa a ser valorizado como um subespaço do sistema mundial, de grande potencial turístico e de produção de gado bovino de corte.

Esse movimento leva a modernização da região, articulando modernas formas de produzir com o sistema tradicional de produção que caracterizou a vida no Pantanal Sul por mais de três séculos. Em consequência, os processos produtivos e as relações sociais de produção se alteram e são homogeneizados, reforçando os laços da região com a economia mundial, o espaço é racionalizado no interior da unidade de produção e fora dela, de forma a responder mais rapidamente à exigência por maior produtividade e lucratividade.

Como um lugar não é igual ao outro, mesmo com a generalização dos processos produtivos, algumas características locais são reforçadas, diferenciando o “como produzir” no interior de cada especialização produtiva do Pantanal Sul, em comparação com outras regiões do mundo. Considerando a pecuária pantaneira, como exemplo, percebe-se que o processo de modernização em andamento está se adaptando à complexidade do ecossistema local (pulso das inundações, diferentes paisagens

naturais, etc.). O sistema tecnológico empregado prioriza a intensificação dos processos produtivos, através de técnicas desenvolvidas fora da região e utilizadas amplamente na produção pecuária mundial, mas com especificidades para atuar no sistema ecológico em questão. As diferentes paisagens naturais que compõem o conjunto de *habitats* do Pantanal Sul, como os capões, as cordilheiras, as lagoas e baías, os corixos e as vazantes, interferem, por exemplo, nas estratégias de manejo, em função da disponibilidade de pastagem natural, em quantidade e qualidade, variável de acordo com cada áreas. Em relação ao turismo, as particularidades locais são reforçadas e transformadas em mercadoria única que só pode ser consumida naquele local.

Percebe-se que o Pantanal Sul vive hoje um período de transição e, portanto, de convivência simultânea entre o antigo e o novo. O novo representa a modernização da pecuária e a introdução do turismo, dois processos que ocorrem no Pantanal Sul e que promovem a racionalidade e a seletividade espacial.

Considerando a atividade turística, sua expansão espacial não ocorre de forma homogênea, estando concentrada nos Pantanaís de Nhecolândia, Aquidauana, Abobral, Miranda e Paraguai, áreas que contém o maior número de atrativos e de maior acessibilidade. No Pantanal do Paraguai destaca-se o turismo de pesca esportiva, nos demais, o ecoturismo e o turismo rural. As cidades de Corumbá e Miranda representam os centros da organização do espaço turístico, exercendo a função de centros de serviços. Mas, o crescimento espacial da atividade turística é descentralizado em razão das modalidades privilegiadas: o ecoturismo e o turismo rural. A descentralização espacial da atividade turística é acompanhada pelo processo de coesão espacial de fazendas-hotéis, de atrativos e de hotéis no espaço rural.

O processo de descentralização espacial da atividade turística levou à reestruturação do espaço rural, com a implantação de infra-estrutura e disponibilidade de mão-de-obra adequada. O Estado foi fundamental neste processo. A atuação deste, em todos os níveis da administração, volta-se para a melhoria das estradas e rodovias, para a instalação de infra-estrutura de transporte, energia elétrica e comunicação, para o treinamento de mão-de-obra, para a criação de unidades de conservação e “estradas-parques”, para a regulamentação da atividade e do uso da natureza e para a criação de órgãos de controle e divulgação da atividade turística no Pantanal Sul.

Com o objetivo de integrar definitivamente a região aos mercados interno e externo, o Estado investiu, prioritariamente, na acessibilidade com a construção e melhoria dos meios de transporte inter-modais. Neste sentido, instalou, e mais recentemente, ampliou, o Aeroporto Internacional de Corumbá, construiu um aeroporto no município de Bonito, tem projeto para a construção de um aeroporto no município de Porto Murtinho, construiu e pavimentou a rodovia BR – 262, que faz a ligação entre as cidades de Corumbá e Campo Grande, atravessando o Pantanal de leste a oeste em toda a sua extensão, transformou varias estradas que cortam o interior da região em “estradas-parques”, de manutenção permanente, e construiu pontes facilitando o acesso rodoviário. Essas ações visam beneficiar não só a atividade turística como também o setor da pecuária de corte.

Um outro agente importante no processo de reestruturação espacial pela atividade turística é a iniciativa privada. Dentre as ações promovidas por esta destacam-se: a construção de uma rede de serviços nas áreas urbanas e no espaço rural, com hotéis, fazendas-hotéis⁴⁰, restaurantes, boates, atrativos, empresas de turismo, todos com tendências aglomerativas.

A iniciativa privada e os municípios estão criando a possibilidade de um trabalho em parceria, com o objetivo de oferecer novos pacotes turísticos e, com isto, aumentar o fluxo de turistas e o tempo de permanência na região pantaneira e nos municípios peri-pantaneiros que desenvolvem a atividade.

No meio rural, o processo de coesão espacial das fazendas-hotéis cria uma economia de escala que resulta no fortalecimento da capacidade de atuação e reivindicação por investimentos de capitais em instalação de infra-estrutura, favorecendo o desenvolvimento rural. Neste sentido, há um estímulo à ampliação da concentração nos pantanais de Aquidauana, Miranda, Abobral e Nhecolândia.

O processo de invasão-sucessão pode ser observado no distrito de Albuquerque, sub-região do Nabileque, distante 70 quilômetros da cidade de Corumbá. Segundo Fernandes (2001), o distrito caracterizou-se tradicionalmente pela prática da pecuária e pela agricultura de subsistência, desenvolvida por posseiros, pouco capitalizados, que ali residiam. Entretanto, a grande piscosidade dos rios Paraguai e

⁴⁰ O termo fazenda-hotel é utilizado para designar fazendas que continuam com suas atividades produtivas e rotinas originais, mas, instalam hotéis na fazenda voltados para o turismo rural (Graziano da Silva, 1999: 101).

Miranda conferem ao lugar um grande potencial turístico dificilmente alcançado em outras regiões do Pantanal Sul, característica que atraiu a implantação de empreendimentos turísticos voltados para a atividade de pesca. Como resultado, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência desaparecem, e Albuquerque passou a desempenhar uma única função: a função turística.

O turismo promove o crescimento no número de empregos não agrícolas no meio rural pantaneiro, em atividades como o turismo e os serviços gerais. Empregos capazes de reter o fluxo migratório da população rural pobre e de elevar a sua renda.

No caso da bovinocultura de corte, em algumas sub-regiões, como o Pantanal do Nabileque e o interior do Pantanal de Nhecolândia, o processo de modernização é menos intenso em função do isolamento e da dificuldade de integração que caracteriza essas áreas no período das chuvas. Por outro lado, no Pantanal do Miranda, este processo já se completou totalmente, por ser um pantanal um pouco mais alto, de dimensões pequenas, com ótimas pastagens naturais e de grande acessibilidade.

A organização espacial é alterada por processos que levem à maior racionalidade e eficiência. Os atores responsáveis por estas alterações são o Estado e os empresários do setor pecuário.

As ações dos pecuaristas são mais centradas no interior das unidades de produção, e incluem a implantação de áreas com pasto plantado, o aperfeiçoamento do manejo, e o aumento da produtividade. O aporte de novas tecnologias se faz de “fora para dentro”, estando direcionado para a intensificação da produção, através do aumento da produtividade, dentro da lógica do mercado global. Isso inclui a redução do tempo de abate, a diversificação da produção, a busca pela melhoria da qualidade da carne, a melhora genética, a preocupação com a sanidade animal, a rastreabilidade do gado, a certificação e novos métodos de gerenciamento e comercialização. Ao mesmo tempo, prioriza-se a cadeia de produção como um todo.

O Estado atua em infra-estrutura, modernizando os sistemas de transporte, energia e comunicação, em assistência técnica e em políticas públicas de apoio ao agronegócio, incluindo marketing e divulgação dos produtos da pecuária pantaneira no mercado internacional.

A preocupação com a acessibilidade está fortemente presente nas políticas de desenvolvimento regional, tornando-se um dos aspectos mais importantes

para o crescimento econômico da região. Neste sentido, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul criou o Fundo de Desenvolvimento das Estradas de Mato Grosso do Sul (FUNDERSUL), para recuperar e ampliar a rede de rodovias que integra a região aos mercados. O FUNDERSUL é financiado pelos pecuaristas locais, com base no número de animais que circulam pelas principais rodovias, e pelo setor frigorífico, com base no número de animais abatidos⁴¹.



Foto 10: Ponte sobre o rio Paraguai inaugurada em 2004. A ponte representa o prolongamento da BR 262 e tem por objetivo agilizar a acessibilidade à Corumbá. Até aquele momento, o acesso à cidade de Corumbá ocorria através de balsas que atravessavam o rio (trabalho de campo, março de 2005).

Com o objetivo de criar as condições para a integração com o mercado externo, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em parceria com o Governo Federal, está modernizando e ampliando a estrutura portuária existente ao longo do Rio Paraguai. A modernização das instalações e dos procedimentos do Porto de Corumbá, voltado para a exportação de matérias-primas e alimentos e para o turismo, e a ampliação e modernização portuária de Porto Murtinho, voltado para a exportação de carne e grãos, são expressões deste processo. Deve-se destacar que a expansão portuária está atraindo a concentração da indústria frigorífica para essas áreas, indústrias que se organizam de forma coesa no espaço.

⁴¹ Esta não é uma iniciativa exclusiva do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Vários estados da nação adotaram fundos estaduais semelhantes para ampliação e recuperação de estradas. No Mato Grosso do Sul o valor pago por animais é de R\$ 3,00 para cada um dos agentes responsáveis pelo financiamento (pecuaristas, agricultores, frigoríficos e agroindústrias).



Fig. 4.1: Obras de ampliação da estrutura portuária de Porto Murtinho, 2004.
Fonte: Governo de Mato Grosso do Sul⁴²

A ênfase na integração através da reestruturação e consolidação de uma nova logística de transporte faz parte dos três últimos programas de governo no âmbito federal (Brasil em Ação; Avança Brasil; Brasil um país de todos). Para o Pantanal Sul, são previstas a construção da hidrovia Paraná-Paraguai, além da construção de mais duas hidrovias nos Rios Taquari e Miranda.

Segundo os empresários do setor e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a adequação dessas vias naturais é fundamental para a integração competitiva da economia regional, pois significa uma redução nos custos de transportes. Por outro lado, organizações não-governamentais e empresários do setor turístico, alertam para os danos ambientais que estas obras acarretariam à região. São inúmeros os problemas apresentados, desde modificações no pulso das inundações até a mortandade de peixes.

No setor de energia elétrica, desde 1995 as fazendas pantaneiras têm sido beneficiadas com a ampliação da eletrificação rural. Entretanto, algumas áreas ainda

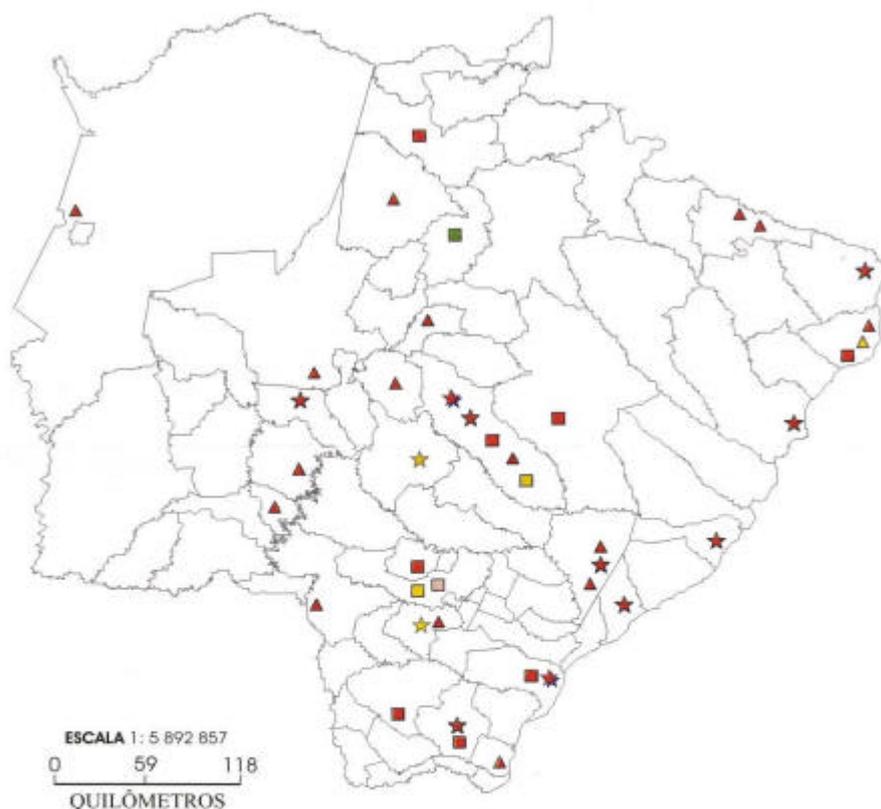
⁴² Disponível na internet via <http://www.ms.gov.br>.

não foram beneficiadas, como é o caso do Pantanal da Nabileque, que se constitui na sub-região mais isolada do Pantanal Sul.

Conjuntamente, os anos de 1970 marcam a desconcentração espacial da indústria frigorífica, e o seu conseqüente deslocamento de São Paulo para o Oeste brasileiro, notadamente Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. No Mato Grosso do Sul há uma concentração de matrizes e filiais das cinco maiores indústrias frigoríficas exportadoras de carne bovina do país: os frigoríficos Independência, Bertin, Friboi, Marfrig e Margem. O estado concentra, ainda, um grande número de pequenas indústrias articuladas ao mercado estadual e, portanto, dependente das oscilações na demanda local. Há uma desconcentração espacial da indústria frigorífica no estado. No Pantanal Sul, o Frigorífico Independência é o maior comprador de carne bovina da região destinada ao abate.

Mapa 4.1

ESPACIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



INDÚSTRIAS DE CARNES SOB INSPEÇÃO FEDERAL		
HABILITAÇÕES		ESPÉCIES
☆	União Europeia / Estados Unidos	Bovina
☆	União Europeia	Suína / Bovina
□	Lista Geral	Suína
△	Mercado Interno	Aves

Fonte: Ministério da Agricultura e Abastecimento
| Mapa / Superintendência Federal de Agricultura - SFA/MS

Neste processo de reestruturação para a integração, o espaço rural está cada vez mais urbanizado, com luz elétrica, telefone, fax, internet, além de uma rede de serviços de hotéis, fazendas – hotéis e transporte, para atender as necessidades emergentes da pecuária e do turismo.

Ao mesmo tempo, há uma diversificação das atividades no espaço rural, intensivas e de pequena escala que funcionam como uma alternativa de renda para os proprietários da região. Algumas destas atividades estão vinculadas à pecuária de corte, atividade tradicional da região, e foram desenvolvidas em função de demandas diferenciadas de nichos de mercado do país e do exterior. É o caso do boi orgânico, do vitelo orgânico do Pantanal e do novilho precoce. Outras atividades são inteiramente novas no espaço rural pantaneiro como é o caso da produção de jacarés. Ao mesmo tempo, o turismo rural e o ecoturismo são atividades novas no espaço rural pantaneiro.

A concentração fundiária permanece como a característica mais marcante da organização do espaço pantaneiro. Entretanto, há alteração na estrutura fundiária regional, com a diminuição do tamanho médio das propriedades, seja pela venda da terra ou pelo desmembramento por herança.

No município de Aquidauana, por exemplo, dados do INCRA revelam que entre 1985 e 2000 houve uma diminuição do número de estabelecimentos com mais de 750 hectares, considerados como grandes propriedades rurais no Mato Grosso do Sul. Em 1985 haviam 207 estabelecimentos com mais de 750 hectares. Em 2000, este número cai para 180. Neste mesmo período o número de pequenas e médias propriedades aumentou. Entretanto, a concentração de terras continua. As 180 propriedades com mais de 750 hectares ocupam uma área de 1 219 757 ha, enquanto os 435 minifúndios (até 50 ha), ocupam uma área de apenas 9309 hectares (tabela 4.1).

Tabela 4.1:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA (PANTANAL SUL)

	Imóvel rural 1985	Área 1985	Imóvel rural 2000	Área 2000
Minifúndios (até 50 ha.)	772	5699	435	9309
Pequenas propriedades (50 a 200 ha.)	85	8291	133	24090
Médias propriedades (200 a 750 ha.)	47	14764	116	86949
Grandes propriedades (mais de 750 ha.)	207	1304087	180	1219757

Fonte: INCRA-MS⁴³ - Ana Paula C. de Araujo (org.)

O desmembramento da propriedade rural no Pantanal Sul é acompanhado por alterações na posse e uso da terra. Em paralelo, há um processo de reconcentração fundiária nas mãos de novos proprietários rurais.

Considerando o espaço urbano, as cidades do Pantanal Sul são adaptadas às demandas do mundo rural, no que se refere tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo ligado a produção. Atualmente, algumas delas estão implantando uma nova racionalidade urbana voltada para a atividade turística e para o agronegócio. Observa-se no espaço urbano dos municípios pantaneiros um crescimento no número de hotéis de médio e grande porte, restaurantes, boates, cyber cafés, agências de viagem, escritórios de serviços especializados, empresas de exportação, localizados de forma coesa na área central das cidades pantaneiras. Ao mesmo tempo, há uma melhora nos serviços e na infra-estrutura urbana, especialmente concentrado nessas áreas centrais.

⁴³ Certificação de cadastro rural

Paralelamente, nos últimos quinze anos, o processo de urbanização e de crescimento das cidades foi intensificado. Isso implica em investimentos em infraestrutura e nos setores vinculados direta ou indiretamente à produção de habitação.

Entretanto, o crescimento das cidades pantaneiras não é acompanhado por um planejamento urbano, conseqüentemente, surgem alguns problemas que estão intimamente relacionados, como o crescimento da pobreza urbana, a segregação residencial e a degradação ambiental.

O processo de transformação geoeconômica do Pantanal Sul inclui, ainda, a valorização da natureza como estratégia fundamental para a obtenção de recursos financeiros de organismos internacionais, para o fortalecimento do marketing dos produtos do agronegócio pantaneiro no mercado mundial e para a dinamização do ecoturismo local. As ações incluem a criação de unidades de conservação, de RPPNs, de “estradas-parques” e de parques regionais e nacionais de preservação. Na esfera da produção, tem-se uma variedade de produtos da pecuária orgânica desenvolvidos com o emprego de tecnologias sustentáveis e a valorização do ecoturismo.

A análise do Pantanal Sul evidencia que as mudanças na organização espacial são fundamentais para a expansão do volume de negócios vinculados às atividades de pecuária e de turismo. A região, que sempre apresentou um caráter estático, com o quadro natural impondo condições ao desenvolvimento econômico, torna-se dinâmica. A implantação de infra-estrutura (telefonia, energia, telecomunicação), a construção e ampliação do sistema rodoviário conjugado às áreas portuárias, o crédito rural e os programas de assistência técnica destacam-se como os elementos fundamentais para a produção pecuária em larga escala voltada para o mercado interno e externo, e para a dinamização da indústria do turismo.

A reestruturação gera, entretanto, transformações na ordem existente, alterando a vida do lugar. Essa mudança é natural, pois faz parte do processo de integração de uma área que se constituiu como uma periferia de recursos, até então à margem do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Mas, por outro lado, provoca, no primeiro momento, uma instabilidade ao sistema como um todo.

Vários são os problemas que surgem em função da reestruturação geoeconômica. O crescimento populacional nos municípios que compõem o Pantanal Sul foi intenso na última década. Dados do Censo Demográfico do IBGE revelam que

de 1991 a 2000, a taxa de crescimento populacional do Pantanal foi de 2,49%, enquanto no estado de Mato Grosso do Sul este índice é de apenas 1,86%. O crescimento urbano também é evidente, e com ele ocorre o aumento da prostituição, do tráfico de drogas e dos índices de criminalidade. Soma-se a isto a elevação do custo de vida nas áreas urbanas.

No espaço rural, os fazendeiros transformam a sede da fazenda, tornando-a mais moderna e sofisticada. Assim, as fazendas pantaneiras, que até o passado recente não dispunham de luz, possuem hoje sauna, piscina, ar – condicionado, internet, TV a cabo, dentre outros elementos que alteram e comprometem a vida do lugar. Nos hotéis-fazendas, além dos componentes citados, surgem novos equipamentos, como estacionamentos, sanitários, telefones, postos de venda de produtos, alojamentos, lagos para pesca recreativa, trilhas ecológicas e mirantes.



Foto 11: com o desenvolvimento da atividade turística as fazendas pantaneiras estão cada vez mais sofisticadas, padronizando serviços e atendimento (Fazenda Santa Inês – Pantanal Sul / trabalho de campo, julho de 2004).

A natureza é urbanizada. Sua modificação visa facilitar a produção pecuária e o acesso e a contemplação de atrativos turísticos, criados para atender aos interesses do turista. Os aspectos considerados desagradáveis são eliminados, rompendo com a ordem natural existente.

A vida rural, particularizada por fundamentar-se essencialmente nas tradições da pecuária de corte é transformada, com mudanças nos hábitos e costumes locais atingidos e alterados pela integração com o mundo globalizado. As relações sociais de produção são racionalizadas dentro da lógica capitalista, pautada na produtividade e na competitividade. Isto provoca a (des)territorialização do pantaneiro, que está cada vez mais distante do seu ambiente, mesmo sem sair do lugar (Moretti, 2000).

Neste processo, surgem conflitos de interesse, como por exemplo, os conflitos entre os pecuaristas modernos e tradicionais, em torno da atividade pecuária. O centro do conflito é o processo de modernização, que rompe com aspectos culturais que integram um modo de produzir praticado por mais de trezentos anos, sem comprometer a sustentabilidade do ecossistema. Para uns, a modernização da pecuária e a conseqüente reestruturação da ordem espacial é um processo inexorável. Para outros, representa o fim do Pantanal Sul.

Para agravar a situação o custo de produção aumenta, com elevação do preço de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de investimentos e de custeio dos produtores tradicionais e, em conseqüência, esses pecuaristas sofrem uma forte descapitalização.

Curiosamente, o processo de modernização da pecuária pantaneira, em particular, a nacional tem contribuído para a queda do preço do boi gordo, provocando uma crise no setor. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entre janeiro e julho de 2005, o valor pago pelo gado no mercado interno caiu 11,76%, enquanto os custos operacionais totais (COT) subiram 5,04%. Como resultado desse desajuste, tem-se a queda da capacidade do pecuarista de investir no rebanho e na propriedade, comprometendo as possibilidades futuras de expansão do negócio. A solução para o problema tem sido a busca por mercados externos, o que pode ser comprovado pelo aumento das exportações de carne bovina do país.

No mercado externo, apesar da grande importância desta commodity, as economias especializadas em exportá-la tem sido menos desenvolvidas, menos estáveis e mais sujeitas às condições do comércio internacional.

A convergência desses fatores revela que a pecuária, principal atividade econômica do Pantanal, apesar do crescimento físico do rebanho e das melhorias na produtividade, tem sido drasticamente afetada por problemas de custo de produção. Isto é extremamente preocupante, pois a sobrevivência da atividade pecuária, mesmo com a utilização de modernas técnicas de produção, está diretamente relacionada à sustentabilidade econômica e dos recursos naturais do Pantanal, sobretudo no que se refere às pastagens naturais, que representam uma vantagem locacional em termos de redução de custos competitivos na produção da carne. Conjuntamente o seu desenvolvimento é extremamente dependente dos preços do produto no mercado.

Os conflitos envolvem, ainda, os diferentes grupos de atores sociais, como os empresários do turismo e os fazendeiros que não desenvolvem a atividade, os empresários e os órgãos de gestão ambiental, entre os municípios, entre o estado e os municípios, em torno da gestão da natureza e do desenvolvimento econômico dos empreendimentos.

A questão central vincula-se à possibilidade de estabelecer um parâmetro de desenvolvimento que viabilize preservação com exploração econômica. As respostas residem em um conjunto de políticas e programas voltados para a implementação do desenvolvimento sustentável na região e que, ao mesmo tempo, permitam a participação competitiva do Pantanal na divisão territorial do trabalho. Dentre os projetos, as políticas e os programas de desenvolvimento para a região dos últimos anos, destacam-se:

- Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAB

O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP foi produzido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com várias instituições de pesquisa e ensino dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O Plano teve como resultado final a elaboração de um diagnóstico detalhado sobre a Bacia do Alto Paraguai (aspecto físico, biótico, sócio-econômico e jurídico-institucional). A partir

deste diagnóstico, foram apresentados os principais problemas ambientais existentes nas áreas de planalto e na planície do Pantanal, e estratégias de ação, a partir de uma perspectiva conservacionista foram propostas.

No Pantanal Sul, o PCBAP desaconselhou os grandes projetos voltados para a integração da região e as obras de melhorias de infra-estrutura, tais como estradas pavimentadas, linha de transmissão de energia elétrica, grandes pontes de concreto, ferrovias, canais hidroviários, construção de diques, canais de drenagem e barragens nos principais rios e nos seus afluentes.

Contudo, as metas estabelecidas pelo PCBAP não foram absorvidas pelos programas de planejamento dos estados pantaneiros de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o que evidencia o objetivo de adequar e integrar a região, o mais rapidamente possível, visando a sua participação no sistema global competitivo.

No Mato Grosso do Sul especificamente, o governo lançou o programa “MS 2020”, um plano de desenvolvimento para os próximos 20 anos. O programa incorpora a questão ambiental, propondo o desenvolvimento sustentável para o estado, mas privilegia diretrizes desenvolvimentistas. Para o Pantanal, o programa MS 2020 busca o “desenvolvimento sustentável” através da implantação do pólo industrial de Corumbá, da instalação de usinas de álcool na borda da planície pantaneira, da expansão das vias de transporte e da pavimentação dos principais acessos da região, do estabelecimento de zonas portuárias modernas ao longo do rio Paraguai e de seus afluentes.

- Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal – Programa Pantanal

O Programa Pantanal foi elaborado pelo governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, organizações não-governamentais, universidades públicas e privadas e comunidade local.

O programa tem por objetivo estabelecer uma série de diretrizes para promover desenvolvimento com sustentabilidade na planície, através do fomento à atividade pecuária extensiva, ao ecoturismo e à atividade pesqueira. Isto fica evidenciado no seu objetivo geral:

“Promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai através do gerenciamento e da conservação dos recursos naturais, incentivando atividades econômicas compatíveis com o ecossistema e promovendo melhorias na qualidade de vida da população pobre” (Programa Pantanal, 1999).

Para alcançar este objetivo o Programa Pantanal foi estruturado em quatro vetores de atuação: Gerenciamento de Bacias, Meio Ambiente Urbano, Promoção de Atividades Sustentáveis e Áreas de Conservação.

Gerenciamento de Bacias

Neste tópico o Programa Pantanal estabelece um modelo de gestão ambiental com a participação das comunidades locais no desenvolvimento de políticas de planejamento. A área da Bacia do Alto Paraguai foi dividida em sub-bacias visando melhorar o sistema de monitoramento ambiental, ampliando a base de dados sobre a área, com ênfase na qualidade da água, na implantação de uma política estadual de recursos hídricos, no monitoramento das cheias, no fortalecimento das unidades de gestão ambiental e das instituições ligadas ao meio ambiente, na regulamentação e controle da mineração e na redução da degradação dos solos e dos recursos hídricos.

Meio Ambiente Urbano

Este aspecto do Programa envolve ações voltadas para a redução dos déficits em saneamento básico (água, esgoto, etc.), procurando melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis

As propostas contidas neste item buscam estimular atividades econômicas ambientalmente sustentáveis no Pantanal Sul, por meio dos seguintes sub-componentes:

- Gestão dos recursos pesqueiros;
- Planejamento e apoio do ecoturismo;
- Desenvolvimento da agricultura e pecuária em bases sustentáveis;
- Criação de áreas de conservação.

As ações incluem a criação de Unidades de Conservação e de Estradas-Parques e incentivos à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com o objetivo de preservar a biodiversidade e os recursos genéticos do Pantanal Sul.

Na porção sul-mato-grossense do Pantanal, são consideradas Estradas-Parques os trechos das rodovias MS 178 ligando o município de Bonito a Bodoquena, com 70 km de extensão localizados na borda da planície pantaneira; MS 450, Palmeira – Piraputanga, com 24,6 km de extensão, localizada no município de Aquidauana; MS 184 e MS 228 que cortam o Pantanal Sul, perfazendo 118 km de extensão passando pelos pantanais de Abobral e Nhecolândia; e BR 262, que liga Campo Grande a Corumbá, na altura do Passo do Lontra, no Pantanal de Abobral. As unidades de conservação são o Parque Estadual do Rio Negro; o Rio Coxim; e o Parque Estadual da Nascente do Taquari.

Todas estas unidades de conservação são belíssimas, possuindo um imenso potencial ecológico, paisagístico, cultural e recreativo, de grande importância para estratégias que busquem a dinamização da atividade turística no Pantanal Sul e nos municípios próximos.

Para o desenvolvimento da atividade turística no Pantanal Sul, as ações globais do Programa Pantanal contribuem para a dinamização do ecoturismo e do turismo rural. A criação de unidades de conservação e de estradas-parques, contidas no componente Área de Conservação, representam exemplos nesta direção. Ao mesmo tempo, o Programa partiu para a capacitação de mão-de-obra, criando um centro de

treinamento e formação de profissionais na cidade de Corumbá, e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTUR, como meta de mostrar o Pantanal para o Brasil e para o mundo e, conseqüentemente, atrair turistas para a região.

Com relação à atividade pecuária, as propostas contidas no Programa apontam para a valorização da pecuária orgânica em sistema de produção extensivo, como alternativa para o desenvolvimento local com equilíbrio ecológico. A pecuária orgânica desenvolve práticas produtivas de baixo impacto ambiental, sendo permitido somente o uso de adubação verde, sem utilização de produtos químicos ou sintéticos e sem o emprego de uréia. O tratamento veterinário é feito com produtos fitoterápicos e homeopáticos, onde somente a vacinação é permitida. O uso das queimadas como sistema de manejo de pastagens é proibido.

Dentro desta perspectiva surgiu o Projeto Vitelo Orgânico do Pantanal – VITPAN, e o incentivo à produção do boi orgânico, buscando criar condições de estímulo ao produtor rural da planície, para continuar a exploração extensiva. O projeto propõe que a produção pecuária orgânica seja realizada em bases empresarias, com o aprimoramento constante de tecnologias sustentáveis, que não agridam o ecossistema pantaneiro.

Paralelamente, há uma preocupação com o processo de comercialização desta produção diferenciada, buscando implementar estratégias integradas aos aspectos do mercado, que atendam aos interesses do consumidor interno e externo. Neste sentido, há um esforço para a divulgação da marca Pantanal no mercado internacional, uma marca que inclui a produção de animais criados em pastagens naturais, com o emprego de sistemas de produção orgânico ou convencional.

Para a região Centro-Oeste, uma série de ações governamentais em infraestrutura de transporte, energia e comunicação estão sendo implementadas para a inserção competitiva da região no mercado global. Algumas dessas ações estão inseridas no Pantanal Sul, como é o caso da hidrovia Paraná – Paraguai, do gasoduto Bolívia – Brasil, dos Pólos industriais minero-siderúrgico e gás-químico, e dos projetos de energia elétrica para o meio ambiente rural.

- Projeto de Apoio Criação do Parque Natural Regional do Pantanal - PNRP

O Parque Regional Natural do Pantanal resulta de um projeto de cooperação técnica entre o Brasil e a França, elaborado ao longo de dez anos e que visa delimitar uma área de preservação permanente dentro do Pantanal Sul, a sub-bacia hidrográfica do Rio Negro, perfazendo um total de seis milhões de hectares e uma população de 14 mil habitantes.

O objetivo do Projeto criação do Parque é implementar, nesta área, uma política de proteção e valorização sustentável do Pantanal, criando condições para um crescimento econômico com preservação ambiental e cultural, a partir de alternativas econômicas para a pecuária, com ênfase no sistema orgânico de produção, e na dinamização do ecoturismo.

Considerando a realidade do Pantanal Sul hoje, percebe-se o anseio da população local e do poder público pelo desenvolvimento econômico. Se os projetos de cunho conservacionistas caminham nesta direção, percebe-se o apoio e a participação das comunidades locais. Caso contrário, as políticas públicas encontram forte oposição das organizações de classe do Pantanal Sul, tornando-se ineficazes.

Analisando o processo de modernização da pecuária e de desenvolvimento da atividade turística a partir de uma perspectiva espacial, percebe-se transformações na ordem existente que podem comprometer os objetivos de preservação ambiental e cultural. O espaço é reorganizado em favor de uma nova racionalidade econômica que altera a estrutura tradicional. Neste contexto, as propostas de desenvolvimento sustentável podem se tornar inviáveis, pois o lugar e suas características seculares estão sendo transformadas.

CAPÍTULO V – O PANTANAL SUL E A PECUÁRIA

“As técnicas são um conjunto de meios de toda a espécie que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores. Técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço”.

Milton Santos

A pecuária de corte desenvolvida no Pantanal Sul, e no Brasil, vive um momento de transformação que envolve a introdução de novas tecnologias, novos métodos de manejo e novas formas de informação e de gestão. Este processo de mudança associa-se a um novo padrão de comportamento do mercado consumidor e às suas novas exigências, e resultam de transformações mais profundas na economia, na sociedade e na política, que marcam o atual momento do modo de produção capitalista.

5.1 – A pecuária bovina brasileira

A atividade pecuária bovina de corte teve início no Brasil no período colonial. Desde então cumpriu um papel econômico importante proporcionando transporte, alimentos e vestuário para as regiões que se formavam nos diversos momentos da história do país. Porém, a atividade sempre foi considerada secundária

frente aos produtos de exportação. Neste sentido, as terras mais férteis eram destinadas à agricultura, cabendo à pecuária bovina aquelas em condições geográficas e de fertilidade inferiores às áreas agrícolas, o que prejudicava os índices de produtividade.

Neste contexto, a atividade foi fundamental no processo de ocupação de vastas áreas do interior do país, contribuindo para a colonização e expansão territorial das regiões brasileiras. Sua expansão se deu a partir de centros urbanos, com a ocupação de regiões próximas, acompanhando o trajeto dos mineradores e o desenvolvimento de novos povoados. A capacidade de deslocamento dos animais em busca de pasto nutritivo intensificou o processo de ocupação e colonização a partir do Nordeste em direção às demais regiões do país, adensando-se ao longo dos rios, vias naturais de penetração e nas proximidades dos povoados, atendendo a demanda por alimentos, vestuário e transporte (Prado Jr., 1981; Andrade, 1995; Costa, 1997).

Esse movimento foi acompanhado pela formação de grandes latifúndios nas áreas dedicadas à pecuária em função do caráter extensivo da atividade. Ao longo do tempo, as condições de criação não sofreram grandes mudanças, predominando o caráter extensivo com poucas melhorias tecnológicas, mas compensadas pelas grandes extensões de terras cobertas com pastagens naturais (Michels, 2000).

A pecuária brasileira vive uma situação de crescimento progressivo do rebanho, acentuado nos últimos anos em função do aporte de novas tecnologias. Neste sentido observa-se um aprimoramento genético e tecnológico das unidades de produção, que leva à melhoria da qualidade e sanidade dos produtos. Ao mesmo tempo, a cadeia de produção da bovinocultura de corte se moderniza, elevando o nível de competitividade do setor.

5.1.1 – Produção

A pecuária de corte brasileira está se tornando uma atividade cada vez mais empresarial. A abertura do mercado externo conduz ao aumento da competitividade, com reflexos em incremento de custos, diminuição de lucro e aumento

de risco. Nesta perspectiva, os sistemas de produção e o nível gerencial do empreendimento pecuário tornam-se mais eficientes.

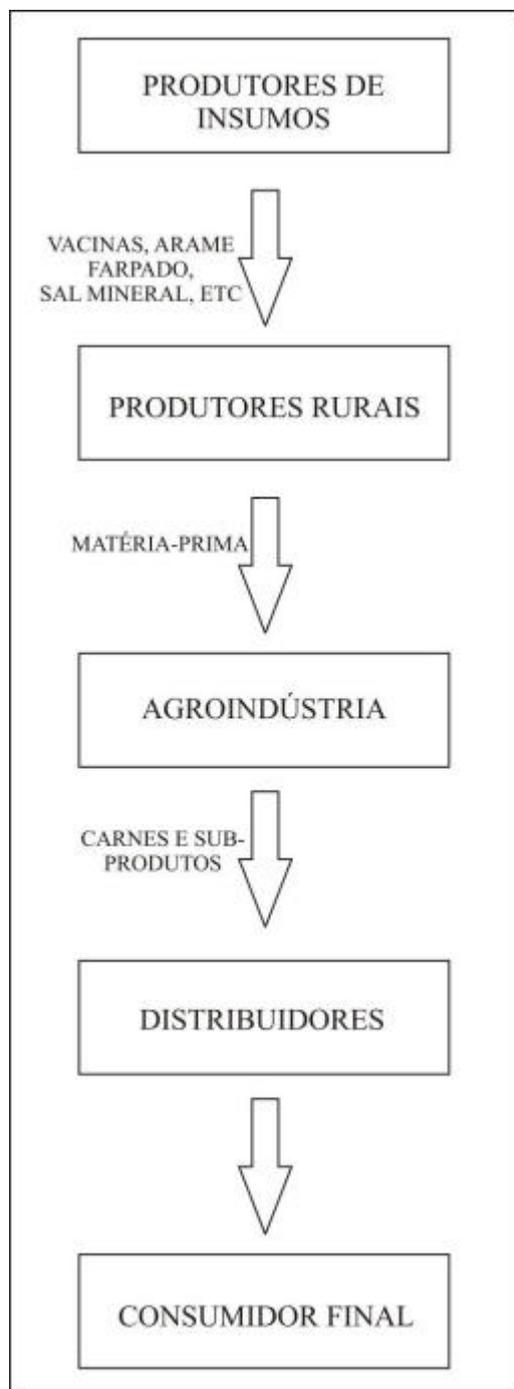
Como a produção de gado de corte está inter-relacionada com os demais segmentos da cadeia de produção da carne bovina⁴⁴, sua modernização exige uma cadeia de produção moderna, alinhada às novas exigências do mercado. Segundo Michels (2000) a cadeia produtiva da carne bovina sempre se caracterizou por apresentar uma estrutura desorganizada, carente de coordenação e de definição de rumos e estratégias de ação. Entretanto, nos últimos anos, em função da ampliação dos mercados, encontra-se em processo de transformação que envolve não só a modernização tecnológica dos setores de produção, distribuição e abate como, também, maiores cuidados sanitários, identificação do rebanho, selo de origem e selo de qualidade do produto.

Os principais elos da cadeia de produção da carne bovina são: o fornecimento de insumos industriais para a produção, a produção em si, a transformação, e a distribuição (figura 5.1).

⁴⁴ A produção, a transformação, o armazenamento, o transporte e a comercialização de produtos e subprodutos fornecidos pela pecuária movimentam um grande número de agentes e estruturas, da indústria à fazenda; da fazenda à indústria e ao comércio. O fluxo de insumos e produtos e as interações entre os agentes e as estruturas envolvidas neste processo, compõem a cadeia de produção da pecuária bovina de corte (EMBRAPA GADO DE CORTE, 2000).

Figura 5.1

CADEIA DE PRODUÇÃO DA BOVINOCULTURA DE CORTE



O fornecimento de insumos é dominado por grandes empresas, em geral transnacionais, que estabelecem monopólios e oligopólios. Tais empresas competem entre si por alguns produtos, mas por outros detêm o poder completo sobre o mercado (Michels, 2000). O setor de abate envolve a indústria frigorífica, composta por um pequeno número de grandes empresas que controlam o maior volume de negócios e as exportações e, por um grande número de pequenas empresas, de origem local, com menor capacidade de abate e que atende aos mercados estadual e municipal. O setor de transformação envolve, ainda, indústrias de carne processada e cozinhas empresariais. O processo de distribuição envolve diferentes agentes, dos açougues e *boutiques* de carne a grandes supermercados e frigoríficos de exportação. O setor de transporte de animais e de carne/carcaça e de derivados é um segmento importante no processo.

Todos os agentes envolvidos na cadeia de produção da carne bovina são de fundamental importância para o aumento da competitividade do setor no mercado mundial. Neste sentido, as ações convergem para a modernização e integração dos diversos setores.

Nesta direção, os bovinos exportados passam obrigatoriamente por um processo de rastreabilidade, denominado Sistema Brasileiro de Identificação e de Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), que foi implantado em 2002 pelo governo federal. A identificação do animal é feita no nascimento e contém o sexo, o grupo genético e a data de nascimento, permitindo o seu monitoramento completo do nascimento ao abate.

Quanto à sanidade do rebanho bovino, o maior problema do país é a febre aftosa. Neste sentido, o governo brasileiro através do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA), e estruturou o Serviço de Defesa Sanitária Animal federal que atua em parceria com os órgãos de defesa sanitária dos estados. Como resultado houve um aumento da área livre da doença no país (MAPA, 2005) (mapa 5.1).

Atualmente, mais da metade do território brasileiro é reconhecido pela Organização Internacional de Epizootias (OIE)⁴⁵ como Zona Livre de Febre Aftosa Com Vacinação, é o caso dos estados do Acre, Amazonas (municípios de Boca do Acre e Guajará), Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia, Rio de Janeiro, Tocantins e Distrito Federal. O estado de Santa Catarina é o único reconhecido como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação (MAPA, 2005).

Em dezembro de 2005 e janeiro de 2006 foram registrados focos de aftosa no sul do estado do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo. Em função da ocorrência do problema nesta área a União Européia, importadora de 37% da carne brasileira, suspendeu por 6 meses as importações de carne bovina dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Após este prazo, os bovinos poderão ser novamente exportados para a região.

Em relação ao setor da produção de carne, no interior das unidades de produção há uma tendência à especialização das fases da pecuária de corte (cria, recria e engorda) o que facilita a administração, diminui os custos de produção e aumenta a eficiência do sistema.

O sistema extensivo, com o uso de pastagem nativa e plantada, é predominante no país. A adoção do sistema extensivo representa uma vantagem competitiva, pois significa custos mais baixos de produção e um fator de segurança alimentar. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), 98% do gado brasileiro é alimentado a pasto, o chamado "boi verde", com a proibição do uso de hormônios, fato que impede a propagação de inúmeras doenças (Tadano, 2004).

Em paralelo, a produção pecuária se moderniza, com um crescente aporte de novas tecnologias intensivas em capital que elevam os índices de produção e produtividade, e aumentam a qualidade do produto. As ações dos pecuaristas no interior das unidades de produção centram-se em investimentos em melhoramento genético, em inovação tecnológica, no aperfeiçoamento do manejo, na implantação de pastagens e na

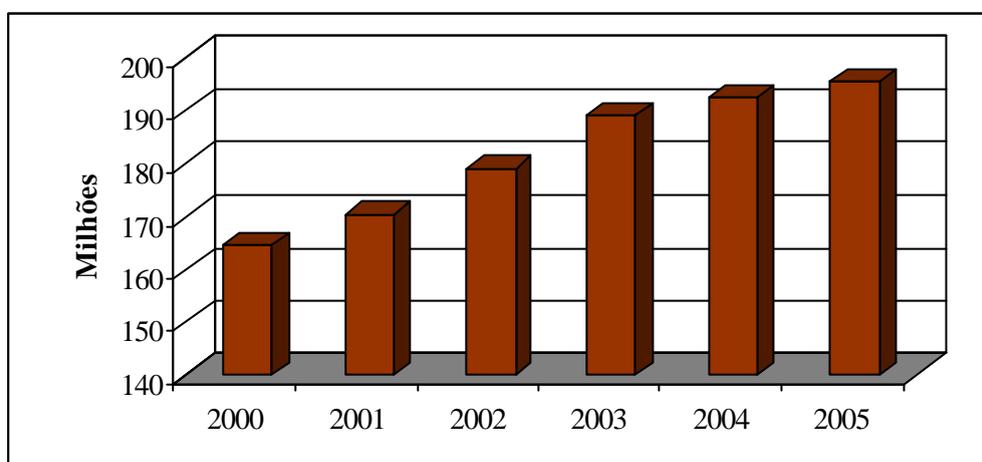
⁴⁵ A Organização Internacional de Epizootias (OIE) tem o propósito de tratar dos aspectos da sanidade animal em âmbito mundial, objetivando controlar e mesmo erradicar doenças animais, transmissíveis ou não. É um órgão vinculado à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras instituições internacionais (Michels, 2000).

qualidade sanitária do rebanho. Além disso, os produtores investiram na modernização da gestão, obtendo maior eficiência em todas as fases da produção.

Em consequência, o rebanho brasileiro tem avançado numa média anual de 3 milhões de cabeças nos últimos cinco anos, situando-se hoje em 195,5 milhões de animais (CNA, 2005) (gráfico 5.1).

Gráfico 5.1

EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO BRASILEIRO



Fonte: MAPA/CNA, 2005

O crescimento do rebanho bovino brasileiro resulta de investimentos em tecnologia, que proporcionam o aumento da produtividade e da produção e, também, da expansão da área destinada à atividade nas regiões Centro-Oeste e Norte.

5.1.2 - Mercado

Em relação à comercialização da produção, o principal eixo de atuação da pecuária brasileira sempre foi o mercado interno. Somente em momentos específicos

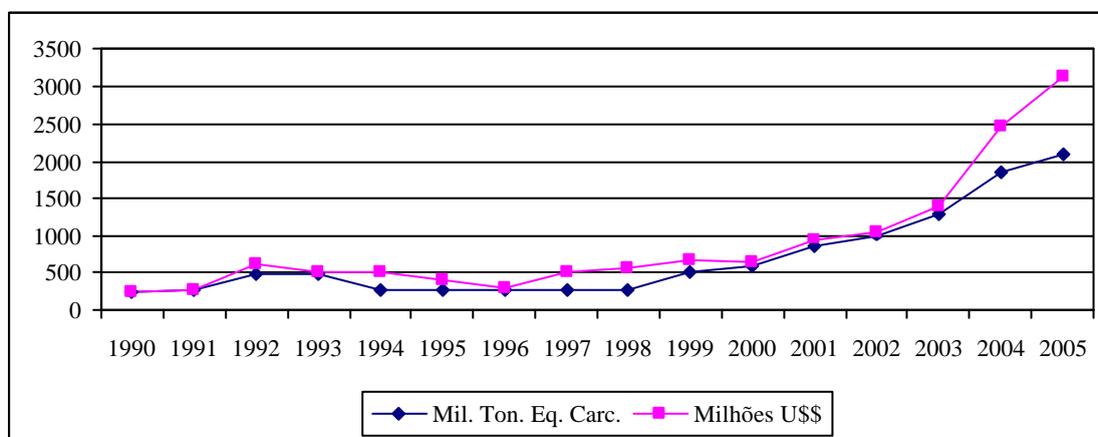
e mais recentemente nos anos de 1990, que o mercado externo fica em evidência (Michels, 2000).

O crescimento das exportações deve-se ao aprimoramento da cadeia de produção com produtos de qualidade e sanidade, o que tem levado o Brasil a manter a posição de líder nas exportações mundiais de carne bovina nos últimos quatro anos (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Pecuária e Abastecimento / MAPA, 2005).

Dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Pecuária e Abastecimento (MAPA), revelam que em 2004 as exportações brasileiras de carne bovina totalizaram US\$ 2,457 bilhões e em 2005 a marca chegou a US\$ 3,124 bilhões (gráfico 5.2).

Gráfico 5.2

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA



Fonte: ABIEC/CNA/MAPA

O gráfico 5.2 demonstra a expansão das exportações a partir de 2000, o que pode ser explicado pela abertura de novos mercados, com destaque para a Rússia (tabela 5.1), grande compradora de carne *in natura* brasileira, pela política adotada pelo governo federal que incentiva a exportação de carne e pelo desenvolvimento de produtos diversificados e de qualidade.

Tabela 5.1

EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA POR PAÍS IMPORTADOR

Mercado *	Carne In natura		Carne Industrializada		Miúdos		Total	
	Toneladas	US\$ (000)	Toneladas	US\$ (000)	Toneladas	US\$ (000)	Toneladas	US\$ (000)
Rússia	294.653	555.272	1.328	2.314	7.704	9.588	303.685	567.174
R. Unido	65.936	181.661	52.510	130.399	89	220	118.535	312.280
Egito	146.444	252.714	2.621	5.392	3.473	3.738	152.538	261.844
Holanda	41.722	191.485	8.631	22.514	262	831	50.615	214.830
EUA	149	292	51.613	205.682	81	110	51.843	206.084
Itália	46.893	152.685	8.201	31.319	94	122	55.188	184.126
Chile	66.596	139.981	810	848	54	41	67.460	140.870
Alemanha	17.630	79.706	4.814	13.671	182	121	22.626	93.498
Argélia	41.985	75.692	89	164	2	4	42.076	75.860
Hong Kong	22.204	43.738	1.089	1.243	31.971	30.287	55.264	75.268

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, 2005.

*Dez maiores importadores em ordem decrescente do valor importado.

Nos últimos quatro anos a exportação de carne bovina brasileira sofreu uma significativa ampliação com a abertura de novos mercados, como a Rússia, a China, o Chile, o Oriente Médio e a Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, manteve as exportações para países tradicionais como os Estados Unidos e a Inglaterra. O crescimento nas vendas de carne *in natura* significa uma estabilidade na remuneração média por tonelada, mesmo com a queda nos preços internacionais (Beling ed., 2004). Por outro lado, o aumento nas vendas de carne industrializada representa maior valor agregado, elevando a rentabilidade do agronegócio pecuário (Zylbersztajn e Jank, 1996).

Apesar das medidas protecionistas, sobretudo na União Europeia e nos Estados Unidos (para carne *in natura*) e das restrições sanitárias de alguns países, a

tendência é que a carne brasileira ocupe mais mercados (Michels, 2000). De acordo com a CNA, a carne bovina brasileira hoje tem qualidade e preço e apesar de ainda estar fora de 70% do mercado mundial, o Brasil é líder nas exportações de carne, dominando 26% do total deste mercado. Diante deste cenário a carne bovina tende a se tornar uma das principais commodities do país.

Para ampliar a participação da carne bovina no mercado internacional, governo e empresários do setor investem em propaganda e marketing. Dentre as ações que têm contribuído para o crescimento dos negócios no exterior estão a promoção comercial com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores; a participação de empresas em feiras internacionais, os *workshops* para importadores no exterior promovidos pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec)⁴⁶; e a atuação da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex) (Rigon *et al.*, 2005).

Todo esse impulso associa-se ao estabelecimento de uma política de controle da qualidade da carne para a conquista de mercado, com a adoção de medidas estratégicas, como o rastreamento de bovinos, através do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), e a vacinação do gado.

Em paralelo, o setor está modernizando toda a cadeia produtiva da carne bovina e ajustando-se às exigências dos compradores internacionais. Os importadores de carne bovina brasileira exigem um produto livre de doenças e de resíduos de medicamentos veterinários que prejudiquem a saúde humana. Segundo Carolina Barreto⁴⁷, gerente de marketing do Frigorífico Independência, principal empresa exportadora do estado de Mato Grosso do Sul, “*o mercado externo quer carne macia, saborosa, magra, dentro do conceito de produto saudável e com condições de sanidade, padronização e oferta contínua de matéria-prima*”.

Contudo, o maior mercado para a carne bovina brasileira continua sendo o mercado interno que consumiu em 2005, 76% da carne bovina produzida no país (tabela 5.2). O processo de modernização da produção eleva a qualidade do produto

⁴⁶ Desde 2001 a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) desenvolve ações com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex) para estimular a venda de carne bovina para o mercado externo.

⁴⁷ Entrevista de campo, 2005.

consumido internamente. Neste sentido, grandes redes de supermercados do país, como os grupos Carrefour e Pão de Açúcar, passam a estabelecer programas de qualidade da carne, segmentados para os diferentes grupos de clientes (Michels, 2000). Este segmento da cadeia produtiva da carne bovina está impulsionando a modernização da cadeia desde a produção até o setor de transporte.

Tabela 5.2

BALANÇO DA PECUÁRIA BOVINA DE CORTE – 2000 a 2005

ITEM	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População (milhões de habitantes)	169,8	172,3	174,4	177,4	180,0	182,6
Rebanho bovino (milhões)	164,3	170,6	179,2	189,1	192,5	195,5
Taxa de abate(%)	19,80	19,83	19,82	19,91	21,51	22,03
Abate (milhões)	32,5	33,8	35,5	37,6	41,4	43,1
Produção / carne (mil t. equiv. carcaça) ⁴⁸	6.650,0	6.900,0	7.300,0	7.700,0	8.350,0	8.750
Consumo <i>per capita</i> (Kg eq. carcaça)	36,3	35,3	36,6	36,4	36,4	36,7
Consumo interno (mil t. equiv. carcaça)	6.158,0	6.091,0	6.394,7	6.462,9	6.548,9	6.700
Exportação (mil t. equiv. carcaça)	591,9	858,3	1.006,0	1.300,8	1.854,4	2.100

Fonte: MAPA, IBGE, CNA

Conforme demonstra a tabela 5.2 o mercado consumidor interno absorve a maior parte da carne bovina produzida no Brasil, 6 700 toneladas de carne. Contudo, o

⁴⁸ Em mil toneladas equivalente a carcaça. A carcaça bovina inclui o animal morto sem cabeça, víceras, patas, rabo e couro.

crescimento do rebanho bovino e da produção de carne é acompanhado por um aumento nas exportações, que nos últimos cinco anos cresceu 254,8%, passando de 591,9 para 2 100 toneladas.

O consumo interno se mantém constante, com uma média de 6 392, 58 toneladas por ano, tendo um crescimento de 2000 a 2005 de 8,8%. O consumo interno *per capita* manteve uma média de 36,33 Kg/hab/ano e representa um potencial significativo de crescimento. Segundo Rigon *et al.* (2005) na década de 1990 o brasileiro consumia 42Kg per capita/ano e 22Kg de carne de frango. Hoje o consumo de carne bovina caiu para 36,33 Kg/ano e o de frango aumentou para 32 Kg/hab/ano. Além do poder aquisitivo, outros fatores, como o preconceito com a carne vermelha e a disponibilidade de outras carnes no mercado justificam esta situação. Para promover e estimular o consumo interno, os diversos setores da cadeia de produção da pecuária de corte uniram-se para criar o Serviço de Informação da Carne (SIC)⁴⁹ que tem por objetivo melhorar a visão que a população tem da proteína animal.

Apesar dos avanços no setor, Batalha e Silva (1999) apontam que a cadeia produtiva da carne bovina é heterogênea, com agentes econômicos extremamente competitivos no cenário nacional e internacional, e agentes que ainda não superaram padrões mínimos de qualidade e competitividade. Os autores dividiram o sistema agroindustrial da carne bovina brasileira em dois sistemas distintos. O Sistema A, formado por pecuaristas que utilizam técnicas avançadas de produção, frigoríficos modernos e bem equipados e sistema de distribuição avançado. E o Sistema B que reúne os agentes menos competitivos da cadeia, sendo formado por pecuaristas menos capitalizados, que empregam pouca tecnologia, frigoríficos e abatedouros de pequeno porte (geralmente municipais), com instalações precárias e os abates clandestinos. A distribuição é realizada via açougues e feiras livres.

Em função desta dualidade, surgem conflitos de interesses ao longo da cadeia, dificultando ações e políticas públicas e privadas que contemplem o conjunto de agentes do setor e elevem a competitividade da pecuária bovina de corte como um todo.

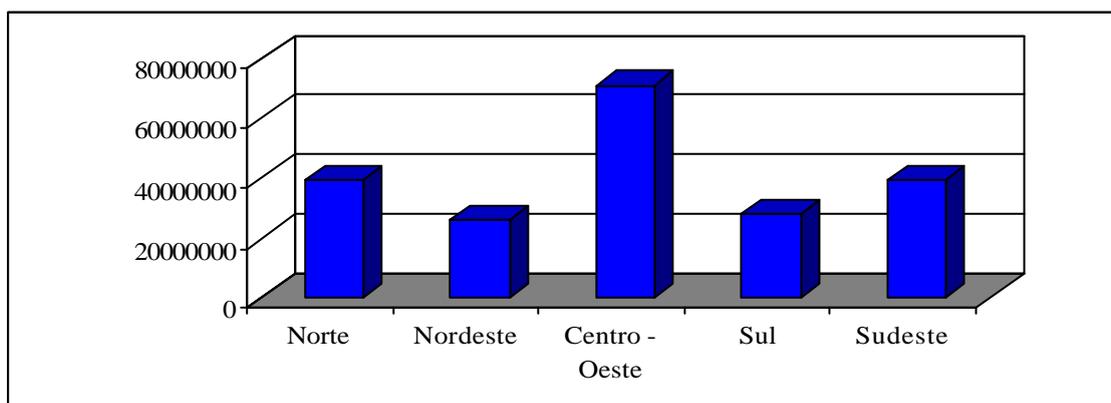
⁴⁹ Disponível na Internet através do site <http://www.sic.org.br>.

5.1.3 – O mapa da carne

Em relação à distribuição espacial da pecuária bovina brasileira, observa-se a importância da região Centro-Oeste, que se destaca por abrigar o maior rebanho bovino nacional contando com 71168853 cabeças, o que representa 34,79% do total de bovinos do país. A região superou a região Sudeste (19,25%) e Sul (13,79), áreas tradicionais de produção. Esta importância adquirida pela região Centro-Oeste pode ser explicada pela expansão da fronteira agrícola na década de 1970, com ações públicas e privadas que fomentaram o desenvolvimento da atividade. A disponibilidade de terras e o seu custo competitivo, aliado a um clima favorável, são fatores que também favoreceram o crescimento do rebanho nos estados do Centro-Oeste. Um outro aspecto relevante foi a opção pela raça Nelore, animal de grande rusticidade e que se adaptou muito bem às grandes extensões de cerrado (Rigon *et al.*, 2005) (gráficos 5.3 e 5.4).

Gráfico 5.3

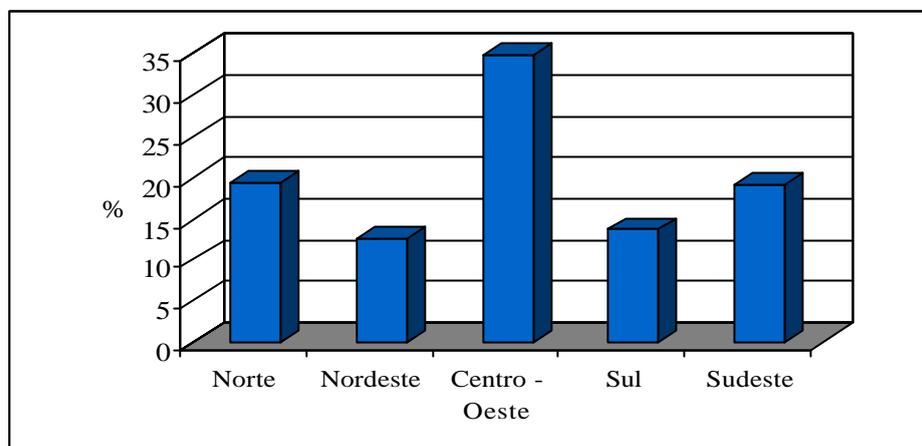
REBANHO BOVINO POR REGIÕES



Fonte: IBGE, 2004

Gráfico 5.4

REBANHO BOVINO POR REGIÕES – PERCENTUAL



Fonte: IBGE, 2004

O percentual apresentado pela região Norte (19,45% do total) também é significativo, o que pode representar uma expansão da produção em direção a Amazônia. Estados como Rondônia e Tocantins já surgem no cenário nacional como grandes criadores. A evolução do número de bovinos no estado de Mato Grosso, que em 2004 ultrapassou o estado de Mato Grosso do Sul em número de cabeças, reafirma esta tendência (tabela 5.3).

Tabela 5.3

REBANHO BOVINO POR ESTADO (milhões de cabeças)

ESTADO	2004	2003	2002	2001	2000	(%)*
Mato Grosso do Sul	24,715	24,983	23,168	22,619	22,205	12,0
Mato Grosso	25,918	24,613	22,183	19,921	18,924	12,6
Minas Gerais	21,622	20,852	20,558	20,218	19,975	10,6
Goiás	20,419	20,178	20,101	19,132	18,399	10,3
Rio Grande do Sul	14, 669	14,581	14,371	13,871	13,601	7,4
São Paulo	13,765	14,046	13,700	13,257	13,091	7,2
Paraná	10,278	10,258	10,048	9,816	9,645	5,2
Bahia	10,466	10,146	9,856	9,855	9,556	5,1
Rondônia	10,671	9,392	8,039	6,650	5,664	4,8
Tocantins	7,924	7,659	6,979	6,570	6,142	3,9
Brasil	204,5	189,1	179,2	170,6	164,3	100

Fonte: IBGE

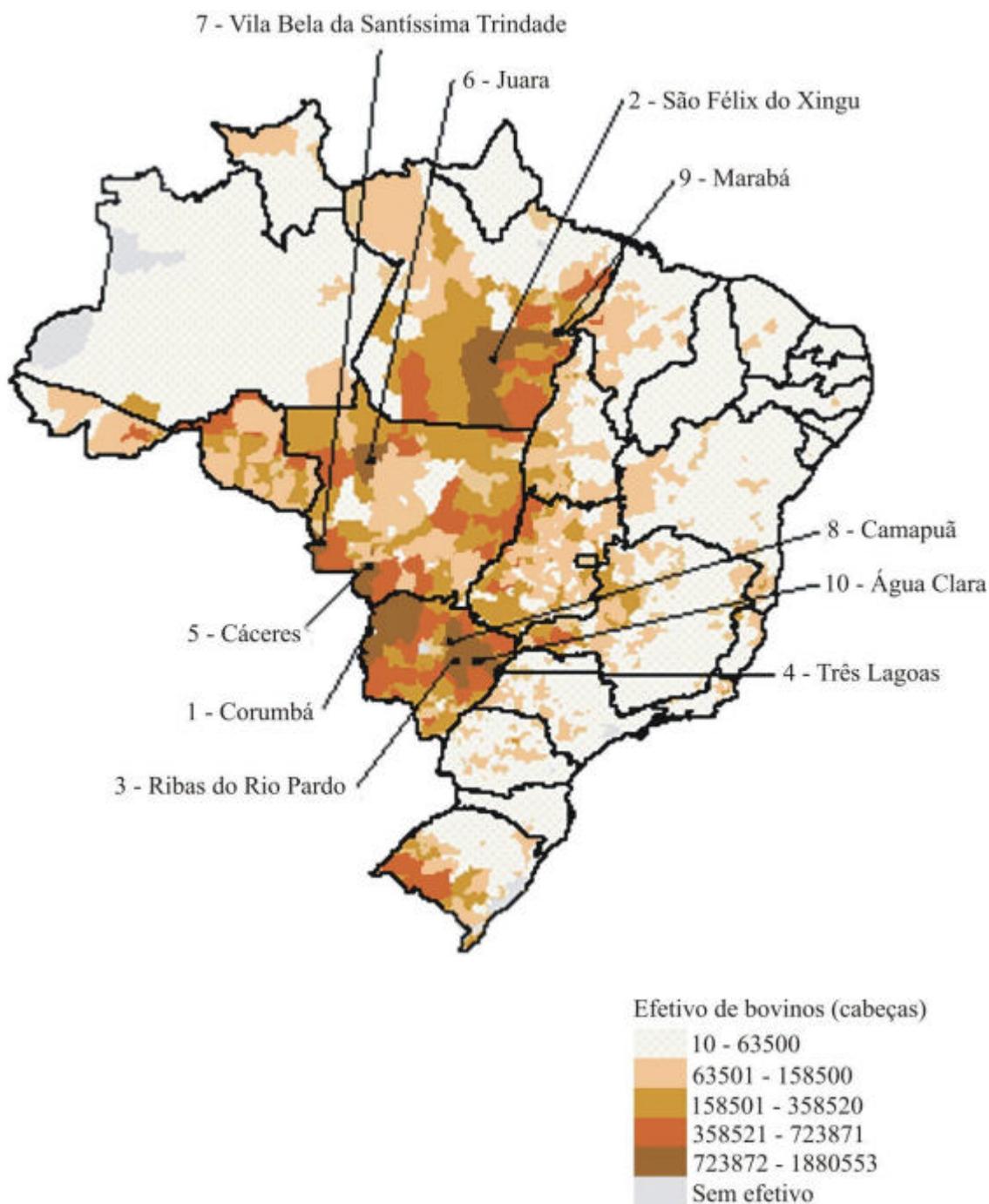
* Participação no total do rebanho brasileiro

Os dados da tabela 5.3 revelam a importância da participação do Centro-Oeste quando se retrata o efetivo de bovinos. Na região, o estado de Mato Grosso do Sul é um grande produtor, com um rebanho de 21,7 milhões de cabeças (IAGRO, 2004), o que representa cerca de 12% do rebanho nacional.

O estado é considerado uma referência na produção de carne, com criadores que investiram em genética, em tecnologia e em práticas de manejo, conseguindo altos índices de produtividade. Dos dez principais municípios produtores de bovinos do país, cinco estão em Mato Grosso do Sul (mapa 5.2).

Mapa 5.2

EFETIVO DE BOVINOS NO PAÍS, SEGUNDO OS DEZ PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES



Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2004

A pecuária de corte de Mato Grosso do Sul representa um dos principais segmentos da economia do estado, contribuindo com cerca de 5% do PIB estadual (SEPROD). A atividade é exercida por 39 960 produtores e ocupa uma área de 21 810 708 hectares (IBGE, 1995/1996). Está fortemente presente em todas as microrregiões e ocupa os mais diversos ecossistemas do estado.

Do total do rebanho, são abatidas anualmente uma média de 4 milhões de cabeças dentro e fora do estado⁵⁰ (IAGRO, 2005), o que representa uma produção de cerca de 860 000 toneladas de carne, com um valor de mercado de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão. A produção destina-se, prioritariamente para o mercado interno, mas nos últimos anos, seguindo a tendência nacional, é crescente a participação do estado no mercado externo (tabela 5.4).

Tabela 5.4

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE DE MATO GROSSO DO SUL

Ano	Carnes desossadas refrigeradas		Carnes desossadas congeladas	
	US\$	Kg	US\$	Kg
2000	14 165 907	4 098 711	43 208 117	19 183 220
2001	48 264 098	18 227 728	84 966 173	49 692 764
2002	15 101 546	6 274 011	31 358 328	21 238 208
2003	27 878 659	7 053 320	30 387 314	15 437 529
2004	33 774 307	7 927 692	84 077 866	42 049 859
2005	58 139 356	14 898 585	225 869 931	111 709 011

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX⁵¹

Considerando o ano de 2001 como atípico, observa-se um crescimento expressivo das exportações a partir de 2003. Em termos de receita, o crescimento percentual no período de 2002 a 2005 foi de 511,3%. De 2003 para 2004 a receita com

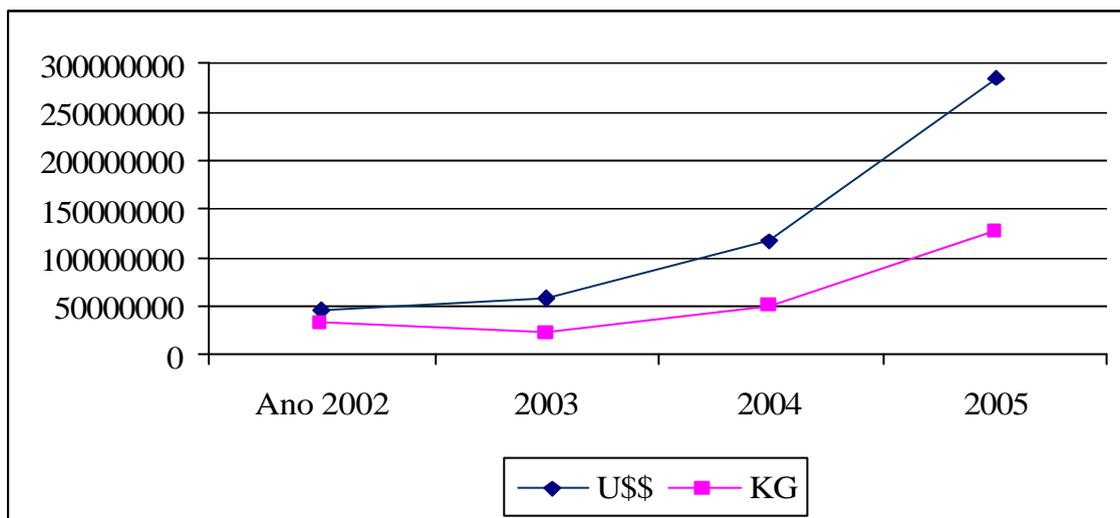
⁵⁰ Do total de animais em trânsito com a finalidade de abate, uma média de 80% são abatidos no estado de Mato Grosso do Sul e 20% são abatidos fora do estado.

⁵¹ Secretaria de Comércio Exterior

as exportações apresentou um crescimento percentual de 102,3%. De 2004 para 2005, este crescimento foi de 141% (gráfico 5.5).

Gráfico 5.5

TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA (MS)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX

Em termos de receita, a carne bovina congelada e refrigerada (in natura) representa o principal produto de exportação de Mato Grosso do Sul, com um faturamento de US\$ 284 009 287, seguido pela soja em grãos US\$ 235 119 827 (SECEX, 2005).

No ano de 2005, a participação do estado de Mato Grosso do Sul no total das exportações de carne bovina brasileira foi de 11,9% para miudezas, 12,3% para carne in natura, 0,14% para carne industrializada e 17,0% para couro. Os principais mercados compradores de carne de Mato Grosso do Sul são: Holanda, Itália Alemanha, Reino Unido, Espanha, Rússia, Arábia Saudita, Líbano, Egito, Chile e Hong Kong.

5.2 – A pecuária de corte do Pantanal Sul

A pecuária bovina de corte é a principal atividade econômica do Pantanal Sul. Iniciada no século XVIII foi a grande responsável pela ocupação e pelo povoamento. Alguns aspectos contribuíram para o seu desenvolvimento, o primeiro deles refere-se à disponibilidade de terras a baixo custo (tabela 5.5).

Tabela 5.5

VALOR DA TERRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – PECUÁRIA DE CORTE⁵²

	Valor em Reais (R\$)	Área (ha)
Pantanal Sul	500,00	1
Planalto – sul do estado	15 000,00	1
Planalto – norte do estado	6 500	1

Fonte: trabalho de campo, 2004

Mesmo com o processo de modernização da pecuária de corte, principalmente da “porteira para dentro”, o preço da terra no Pantanal Sul constitui-se em um elemento importante de explicação do desenvolvimento da atividade.

A pecuária de corte é desenvolvida em grandes propriedades rurais (tabela 5.6). A concentração fundiária é uma característica da organização do espaço rural, que se justifica, segundo os pecuaristas da região, pelas enchentes cíclicas que inviabilizam grandes extensões de terras anualmente.

⁵² O valor pago por hectare de pecuária de corte varia de acordo com o preço da arroba do boi ou, em regiões que a pecuária se desenvolva juntamente com a soja, pelo preço do saco de soja.

Tabela 5.6

ESTRUTURA FUNDIÁRIA – PANTANAL SUL

Grupo de área total (ha)	Estabelecimento	Área
Menos de 10	1 748	2 829
De 10 a menos de 100	1 070	33 654
100 a menos de 1000	944	391 569
1000 a menos de 10 000	1 084	4 254 583
10 000 a menos de 100 000	256	4 871 299
100 e mais	2	304 424

Fonte: IBGE, 1995

Os dados da tabela 5.6 confirmam esta concentração. Os 2 818 estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupam uma área de 36 483 hectares. Por outro lado, os 258 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, preenchem uma área de 5 175 723 hectares.

As características naturais da região foram fundamentais para o aproveitamento da pecuária como atividade econômica básica. A maior parte da planície é constituída por solos hidromórficos, a maioria de baixa fertilidade natural, o que dificultou o desenvolvimento agrícola. Ao mesmo tempo, a diversidade de ambientes mais ou menos úmidos ocupados por uma variedade de plantas, possibilita pasto diversificado e de boa qualidade para os bovinos. Neste sentido, o desenvolvimento da pecuária pantaneira esteve atrelado a grande disponibilidade de terras, ricas em pastagens naturais.

A disponibilidade de pastagem natural de qualidade varia de acordo com as diferentes paisagens que compõem a região, como os capões, as cordilheiras, as lagoas e baías, os corixos e as vazantes. Nas baixadas, por exemplo, encontram-se as áreas com melhor pasto nativo e, portanto, mais utilizadas para a pecuária. Estas diferenças interferem nas estratégias de manejo.

Ao mesmo tempo, o pulso das inundações, ou seja, o regime anual de seca e cheia, também influencia a atividade. No período das cheias (verão e outono), há uma redução da área de pasto, conseqüentemente, os animais perdem peso nesta época. Com o rebaixamento da água, surge uma pastagem viçosa e de alta qualidade, promovendo um aumento no peso dos animais (Pott *et. al.*, 1989; Santos *et. al.*, 2002; Cardoso, 2004).

Neste sentido a pecuária bovina é desenvolvida por mais de trezentos anos sem comprometer a sustentabilidade do ecossistema. A atividade possui técnicas próprias de manejo adaptadas ao sistema ecológico, caracterizando um sistema tradicional de produção, onde a interferência humana requer um conhecimento do ecossistema local. Esse sistema baseia-se na experiência empírica, mantida e transmitida por sucessivas gerações.

Entretanto, como se trata, antes de qualquer coisa, de um empreendimento econômico, voltado para a geração de lucro e renda, há uma pressão crescente por mudanças no sistema que levem à maior eficiência e competitividade. Para Euclides Filho (2000: 13), “*tal exigência engloba uma tendência inexorável de intensificação*”. Mesmo que o processo de intensificação não ocorra de forma homogênea, sua implantação é fundamental para a manutenção da pecuária como um empreendimento econômico atraente no atual momento do modo de produção capitalista.

No Pantanal Sul, as mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional da carne, face à globalização, atingiram a região a partir de meados da década de 1990, e sinalizaram um processo de modernização da pecuária pantaneira com a introdução de novas técnicas, e a intensificação do processo produtivo.

A abertura do mercado internacional da carne e a potencialidade de crescimento do mercado interno conduz à modernização da atividade e, conseqüentemente, à intensificação da produção. As prioridades centram-se na sanidade animal, no atendimento das exigências nutricionais nas diversas fases da vida reprodutiva, na exploração do potencial genético, no aumento da produtividade da terra e em novos métodos de gerenciamento e comercialização. Com isso busca-se otimizar a produção local, elevando a competitividade do agronegócio, adaptando-se às condições emergentes do mercado.

5.2.1 – A modernização da pecuária pantaneira

Os anos de 1990 marcaram o início da modernização da pecuária pantaneira, com a introdução de novas tecnologias que provocaram alterações no sistema tradicional de produção, ao qual se atribui índices de produção e produtividade relativamente baixos.

Este movimento de mudança que se instalou no Pantanal Sul vincula-se ao processo de inserção do Brasil na economia globalizada, neste período, que trouxe como conseqüências a abertura do mercado e a reestruturação de diversos setores produtivos da economia brasileira, com a intenção de torná-los mais competitivos no cenário internacional.

No setor da bovinocultura de corte as prioridades centraram-se em dois vetores inter-relacionados de atuação:

1 – o controle e erradicação da febre aftosa, condição imprescindível para alcançar novos mercados;

2 – a modernização dos sistemas de produção de bovinos de corte, com a introdução de novas técnicas, buscando o aumento da produção e da produtividade, da qualidade dos produtos e a diversificação da produção.

No Pantanal Sul a modernização da bovinocultura de corte desenvolvida na área está atrelada a estes dois vetores, e representa a consolidação da região como uma área de produção, capaz de abastecer em condições de competitividade, os mercados interno e externo.

A condução da pecuária pantaneira a um novo perfil tecnológico, com o uso mais intensivo de capital, envolve a presença de novos atores sociais, em geral empresários de fora da região, mais capitalizados e com novos modelos de gestão e de gerência.

“Para manter o meu empreendimento competitivo e rentável nas condições atuais de mercado, que impõe produtos de qualidade e preço com oferta durante todo o ano, três aspectos são fundamentais: tecnologia, administração e Marketing” (Pecuarista moderno, proprietário de terra no Pantanal do Paiaguás – Entrevista realizada em fevereiro de 2004).

Esses novos atores sociais combinam atividades agropecuárias com atividades ligadas a outros setores da economia. Circulam neste universo, grandes grupos econômicos, como por exemplo, o grupo Votorantin e o grupo Vicunha, possuidores de grandes extensões de terras no Pantanal Sul, administradas a partir de uma nova racionalidade produtiva, econômica e espacial.

Esta nova racionalidade envolve a reorganização das relações de trabalho em busca de maior competitividade. As relações de trabalho tornam-se mais flexíveis para a mão-de-obra mais qualificada⁵³, responsável pela administração e gerência do agronegócio pecuário. É crescente o número de emprego para estes profissionais, principalmente, para administradores de empresas, economistas, veterinários e agrônomos, que recebem altos salários e, ainda, participam, em alguns casos, dos lucros da empresa. Estes profissionais são estimulados a atualizações constantes, com as empresas custeando cursos de mestrado, especializações, MBAs, que levem ao maior dinamismo empresarial.

Paralelamente, cresce o número de empregos especializados nas propriedades rurais do Pantanal Sul, realizados em alguns períodos do ano, e voltados para a mão-de-obra técnica, como tratoristas e inseminadores, que prestam serviço em várias propriedades.

A mão-de-obra menos qualificada, como peões e capatazes, é responsável pela execução do trabalho. Estes trabalhadores são os que possuem os salários mais baixos, mas como adicional recebem moradia e alimentação⁵⁴.

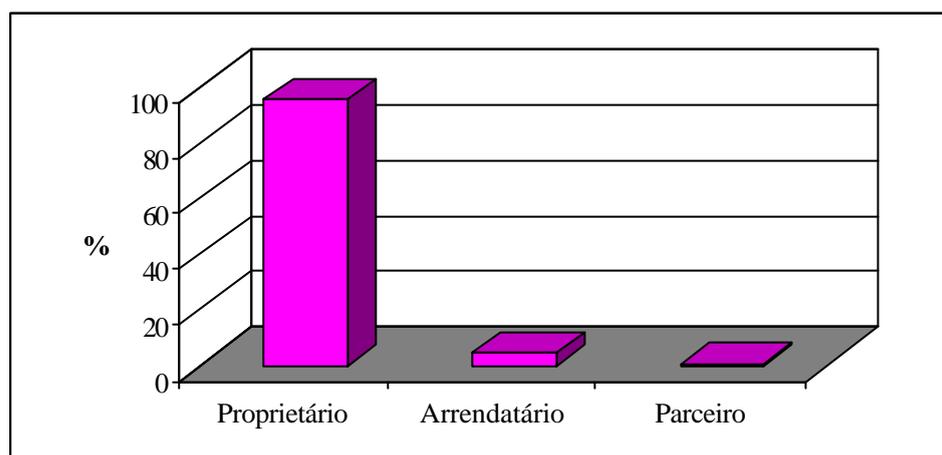
⁵³ Dados de campo revelam que o salário pago a mão-de-obra qualificada que atua na atividade pecuária varia de 15 a 30 salários mínimos, de acordo com a função exercida pelo profissional. Além disso, a fazenda oferece inúmeros benefícios.

⁵⁴ Um “peão” no Pantanal Sul recebe, em média, R\$ 300,00/mês, mais alimentação e moradia. Um “capataz” recebe o dobro deste salário, com as mesmas vantagens.

As fazendas pantaneiras são conduzidas pelo proprietário da terra e podem ser estruturadas da forma mais simples que envolve o capataz e os peões, à mais complexa envolvendo administradores, gerentes, gerentes setoriais, veterinários de campo, capatazes e peões. Relações como arrendamentos de terras e parcerias não são comuns no Pantanal Sul, arrendatários e parceiros optam por atividades de retorno mais rápido. Quando ocorrem, são estabelecidos contratos de trabalho que não envolvem o dinheiro em espécie, mas a arroba do boi gordo (gráfico 5.6).

Gráfico 5.6

CONDIÇÃO DO PRODUTOR – PANTANAL SUL



Fonte: IBGE, 1995

A modernização da pecuária de corte atinge também os pecuaristas pantaneiros tradicionais. Percebe-se, nas gerações mais novas (filhos e netos), a convicção da necessidade de mudanças através de um novo aporte de tecnologias e de medidas mais intensivas de produção. Isso exige maiores recursos financeiros, nem sempre viáveis em função da descapitalização do setor, acentuada pela redução da capacidade produtiva de muitas fazendas devido à constante divisão da terra por venda ou herança. Como solução, os mais jovens tentam convencer os mais velhos a vender parte do rebanho para investir na produção. Como consequência, surgem conflitos familiares entre os membros que apóiam a manutenção do sistema tradicional e aqueles

que desejam modernizar a atividade. Neste processo, o saber tradicional, transmitido por várias gerações da família é desvalorizado, por ser considerado inviável economicamente, face às novas exigências por produtividade e qualidade de um mercado cada vez mais competitivo.

Este aspecto novo da realidade local é interessante, pois no Pantanal Sul, independentemente das características dos grupos sociais e das sub-regiões, há uma transferência de conhecimento entre as gerações das famílias pantaneiras:

“Tudo que sei aprendi com meu pai, e passei para os meus filhos. Mas eles já não se interessam mais, preferem o conhecimento de fora, estão cheios de novas idéias e preferem morar nas cidades” (Pecuarista tradicional, proprietário de terra no Pantanal de Aquidauana – Entrevista realizada em dezembro de 2003).

Embora a evolução do conhecimento ocorra naturalmente, os pantaneiros mais jovens, muitos com diploma de nível superior (Veterinária e Agronomia, principalmente), buscam novos conhecimentos para melhorar e modernizar sua atividade em novas redes de comunicação e de informação como a Internet, as feiras de agronegócios e os programas destinados ao meio rural transmitidos pela televisão. O conhecimento prático de produtores mais experientes representa uma fonte de informação, porém, os pecuaristas mais jovens tendem a introduzir conhecimentos mais técnicos (César, 2000).

Ao analisar as transformações culturais do Pantanal Norte (MT), Rossetto (2004) concluiu que a antiga sociedade tradicional que desenvolveu um sistema de técnica e de conhecimento próprios, articulado ao equilíbrio do ecossistema em que vivem, cedem paulatinamente lugar às inovações. Deve-se destacar que este processo exige uma adaptação ao ecossistema local.

Neste sentido, e diante deste novo cenário de mudanças generalizadas, a pecuária pantaneira está se integrando ao que Graziano da Silva (1999) denomina de Novo Rural Brasileiro.

5.2.1.1 - O sistema de produção moderno

A nova dinâmica geoeconômica que ocorre no Pantanal Sul desde meados dos anos de 1990, apresenta como um dos aspectos mais importantes do processo, a reorganização do sistema de produção de gado de corte, entendido como um conjunto de técnicas e práticas de manejo, bem como o tipo de animal, a raça, o propósito da criação e a ecorregião onde a atividade é desenvolvida (Euclides Filho, 2000).

Uma nova racionalidade se impõe sobre um modo de produzir que se caracterizou pela criação extensiva em pastagens naturais com baixo uso de tecnologia e de insumos industriais, com baixos índices zootécnicos e de produtividade, resultando em bois magros e musculosos, comercializados com mais de quatro anos, e peso vivo médio de 10 a 11 arrobas, para fins de engorda em outras regiões. A grande extensão das unidades de produção garantia renda aos pecuaristas locais, apesar da baixa produtividade.

Com o crescimento do mercado interno e a abertura dos mercados no mundo, a competitividade por preço, por qualidade e variedade dos produtos e subprodutos da pecuária bovina, impõe mudanças na produção que levem ao aumento da competitividade regional no cenário nacional e internacional.

Como o sistema de produção sempre se baseou na dependência quase que exclusiva de pastagens naturais, o primeiro indicador de intensificação desse sistema está no aumento da área com pastagem plantada, mesmo em áreas constantemente alagadas (tabela 5.7)

Tabela 5.7

ÁREA DE PASTAGEM NATURAL E PLANTADA (PANTANAL – MS)

Pastagem	1985	1996
Natural	5 928 105 ha	4 869 220 ha
Plantada	2 048 268 ha	2 743 855 ha

Fonte: IBGE, 1985 – 1996

Atualmente verifica-se um crescimento mais acelerado da área com pasto plantado. Infelizmente não há dados estatísticos mais atualizados sobre o assunto, nas estatísticas federal e estadual, mas segundo dados coletados em campo, a área com pastagem plantada abrange, nas propriedades consideradas modernas, de 30 a 50 % da área total da fazenda.

As pastagens cultivadas são utilizadas em associação com as pastagens nativas da região, servindo para complementar e conservar o pasto natural existente. Assim, mesmo com o aumento da área de pastagem plantada, as pastagens naturais continuam sendo importantes no sistema de produção de gado do Pantanal Sul, por apresentar um alto valor nutritivo, por garantir uma excepcional qualidade da carne e do couro, por reduzir a utilização de produtos químicos, e por resultar ainda em vantagem comparativa, pois viabiliza custos de produção relativamente baixos.

Dentre as espécies exóticas, as mais utilizadas na região pantaneira são: *Brachiaria humidicula*, *Brachiaria decumbens* e *Brachiaria brizantha*. A escolha de uma ou outra varia segundo fatores locais como características climáticas, de solos (fertilidade, topografia, drenagem) e de nível tecnológico empregado. Como no Pantanal Sul predominam os solos arenosos, de baixa fertilidade, e com alto grau de umidade, a *Brachiaria humidicula* se adaptou com mais facilidade às condições existentes e se tornou a espécie mais utilizada na formação de pasto cultivado, cobrindo solos mal drenados (inclusive os permanentemente alagados) e de baixa fertilidade. A segunda espécie mais utilizada é a *Brachiaria decumbens*, adaptada aos solos de baixa fertilidade, porém mal drenados. A *Brachiaria brizantha* (regionalmente conhecida como maradu, brizantão e braquiarão) ocorre em áreas restritas, pois é uma espécie que só pode ser cultivada em solos não sujeitos a inundações e com fertilidade de média a alta, o que não é muito comum no Pantanal Sul.

As práticas de manejo variam de acordo com o tamanho da invernada. Em invernadas grandes utiliza-se, em geral, o pastejo contínuo com alternância de pasto, para proporcionar descanso àqueles mais intensamente utilizados. Esse sistema de pastejo é o mais comum no Pantanal Sul. Em invernadas menores, com subdivisões, o

sistema de rotação de pasto é o mais empregado. A veda⁵⁵ representa um método empregado para a recuperação de áreas degradadas (Cardoso *ed.*,2004).

Segundo a EMBRAPA PANTANAL⁵⁶, de uma maneira geral, a capacidade de suporte⁵⁷ de cada uma dessas espécies é de: *Brachiaria humidicula* suporta 2,1 novilhos por hectare; *Brachiaria decumbens* – 2,3 novilhos por hectare; *Brachiaria brizantha* – 2,5 novilhos por hectare (tabela 5.8).

Tabela 5.8

CAPACIDADE DE SUPORTE DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES EXÓTICAS
UTILIZADAS NO PANTANAL SUL

Espécie	Capacidade de Suporte (Novilho de 250 Kg)
<i>Brachiaria humidicula</i>	2,1 novilhos/hectare
<i>Brachiaria decumbens</i>	2,3 novilhos/hectare
<i>Brachiaria brizantha</i>	2,5 novilhos/hectare

Fonte: pesquisa de campo, 2004

Dados de campo revelam que a taxa de lotação média para *Brachiaria humidicula* é de 0,8 unidade animal⁵⁸ (UA) por hectare, podendo chegar a 1 unidade animal por hectare no período chuvoso, quando ocorre maior disponibilidade de pasto. Em pasto nativo a taxa de lotação média anual cai para 0.33UA/ha, ou seja, 1 UA para cada 3 hectares. Em invernadas⁵⁹ com área superior a 4000 hectares, os valores são ainda maiores, com capacidade de suporte de, em média, 1UA para 4.2 hectares (tabela 5.9).

⁵⁵ A veda é um método de pastejo no qual uma área não é utilizada por um período de tempo. Este método é utilizado para recuperar áreas degradadas ou ainda para reserva de forragem para épocas de restrição alimentar (Cardoso *ed.*, 2004).

⁵⁶ Entrevistas realizadas em março e setembro de 2004.

⁵⁷ Capacidade de suporte é a capacidade de produção de forragem de uma determinada área de pastagem, que mantenha uma certa quantidade de animais de forma sustentável, ou seja, é o uso de uma taxa de lotação que permita um ganho por animal e por área e, simultaneamente, a manutenção do estado de conservação da pastagem ao longo do tempo (Corrêa, 1996).

⁵⁸ No Pantanal Sul, a Unidade Animal (UA) representa 1 animal com cerca de 350 Kg. Considera-se que uma vaca de cria corresponda a 1UA/ha, 1 bezerro 0,25UA/ha e, um touro, 1,25UA/ha.

⁵⁹ Subdivisões de área de pastagem.

Tabela 5.9

CAPACIDADE DE SUPORTE EM PASTAGEM NATURAL E PLANTADA -
PANTANAL SUL

Tipo de pastagem	Capacidade de Suporte
Nativa	1UA/3hectares
Plantada (B. humidicula)	1UA/1hectare

Fonte: trabalho de campo, 2004

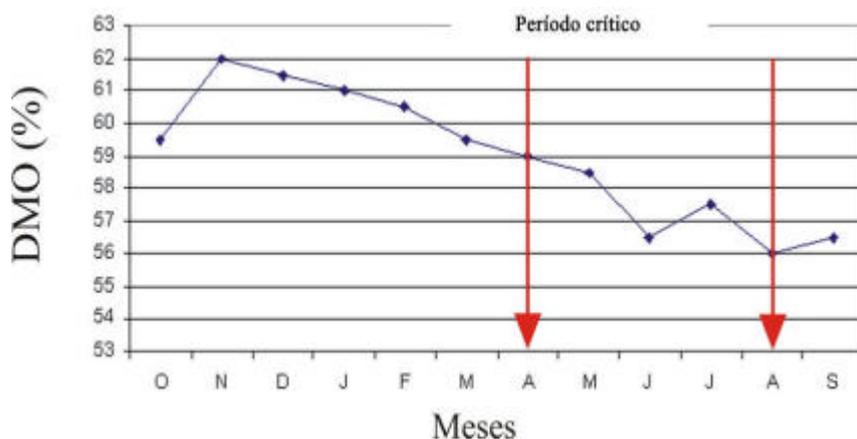
A manutenção da produtividade do pasto natural e plantado é efetuado através de estratégias de manejo como o uso de consorciação de culturas – ou seja, utilização de diferentes espécies vegetais para pastagens – aplicação de corretivos, e utilização de cobertura morta (palhagem). Como a maioria dos solos são arenosos, facilmente lixiviados pela ação das chuvas, a adubação é pouco empregada na região.

Segundo os pecuaristas e os técnicos da EMBRAPA, a formação de pasto plantado, mesmo com custos elevados, é um investimento de alto retorno. Além de possibilitar a maior capacidade de suporte de animal por hectare, como demonstram as tabelas 5.8 e 5.9, aspectos como desmama antecipada de bezerros, antecipação da vida reprodutiva de novilhas de reposição, fortalecimento de touros em descanso e de vacas de cria após a lactação, são evidenciados com a utilização de pastagem plantada no Pantanal Sul. Portanto, pode-se afirmar com clareza que esta técnica promove o desenvolvimento de sistemas mais eficientes e competitivos.

Outro elemento importante de modernização do sistema de produção da pecuária pantaneira é a utilização de suplementação alimentar no período seco, momento em que a produção de pastagem não é suficiente para atender as necessidades alimentares que garantam o crescimento permanente do animal (gráfico 5.7).

Gráfico 5.7

DENSIDADE DE MATÉRIA ORGÂNICA POR PERÍODO DO ANO



Fonte: Santos e Camastri Filho (2002: 29)

A suplementação alimentar é importantíssima para o processo de intensificação do sistema, pois permite a manutenção de ganhos de peso durante a estação seca e influencia positivamente a capacidade de suporte. Ao mesmo tempo, atende as novas exigências do mercado expressas, principalmente, pela necessidade pela demanda de produto de qualidade de forma homogênea durante todo o ano.

Essa suplementação alimentar é feita no próprio pasto, misturado com a pastagem e em cochos cobertos, e em sistemas de semi-confinamento⁶⁰ e confinamento⁶¹. Deve-se destacar que do total de questionários aplicados nesta pesquisa (331), a técnica de confinamento foi encontrada em apenas quatro fazendas pantaneiras, mas sinaliza um processo de intensificação produtiva da região historicamente sem precedente. Vários nutrientes como cálcio (Ca), fósforo (P), magnésio (Mg), cobre (Cu), zinco (Zn) e sal mineral, são utilizados, variando sua composição para cada sub-região do Pantanal Sul, em função de características específicas de solo e pastagem.

⁶⁰ O semi-confinamento é uma técnica de produção em que os animais são suplementados em curral, durante um determinado período de tempo e, então, são liberados para pastagem.

⁶¹ O confinamento é um sistema de criação em que os animais são colocados em piquetes ou currais com área restrita, e onde os alimentos e a água, necessários, são fornecidos em cochos.



Foto12: sistema de confinamento utilizado para engorda de bovinos. Fazenda Arara/Pantanal Sul.

Os ganhos de peso variam de acordo com o sistema empregado, com o tipo de alimento e com a quantidade utilizada, mas são muito expressivos, intensificando o processo de engorda do animal (tabela 5.10).

Tabela 5.10

GANHO DE PESO ESPERADO, POR CABEÇA, NA ENGORDA EM SISTEMAS DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR.

Sistema	Ganho de peso
Suplementação a pasto	600 g
Confinamento	700 a 1200 g

Fonte: Cardoso *ed.*, 2004

Os sistemas de confinamento e semi-confinamento são utilizados, também, para a produção de gado puro de origem (PO) e puro de origem importada (POI) e na terminação de animais. Em alguns casos, a terminação em confinamento é terceirizada, existindo alguns produtores dedicados, exclusivamente, a esta fase do processo de produção.

Mesmo sendo uma tecnologia cara, a utilização desses sistemas proporciona a redução da idade de abate do gado oriundo do Pantanal Sul. No sistema tradicional, a engorda de bois nelores é iniciada aos 30 a 36 meses de idade, enquanto que em sistemas mais intensivos, a engorda começa aos 24 meses e o boi nelore pode ser abatido com idade entre 30 e 36 meses e peso vivo médio de 450 Kg (30 arrobas⁶²).

A redução do tamanho médio das unidades de manejo, comumente conhecidas como invernadas ou piquetes, se constitui em mais uma medida de otimização da produção de bovinos de corte no Pantanal Sul. Nas fazendas modernas, o pasto é dividido em invernadas menores, cujo tamanho varia de 25 a 100 hectares. O rebanho é separado por categoria de sexo e idade, adotando-se um sistema de manejo que ajusta a lotação à capacidade de produção da pastagem.

Todas as invernadas (e conseqüentemente a área total da propriedade) são mapeadas por fotografias aéreas ou imagem de satélite *landsat* (figura 5.2) onde são identificadas as unidades de relevo que compõe cada uma, podendo-se associar o tipo de fisionomia ao tipo de vegetação existente. Através deste procedimento é possível estimar a capacidade de suporte de cada invernada e definir o procedimento de manejo de pasto mais apropriado para cada período do ano, por categoria de animal e pelo tipo de animal trabalhado.

⁶² Uma arroba corresponde a 15 Kg.

Figura 5.2

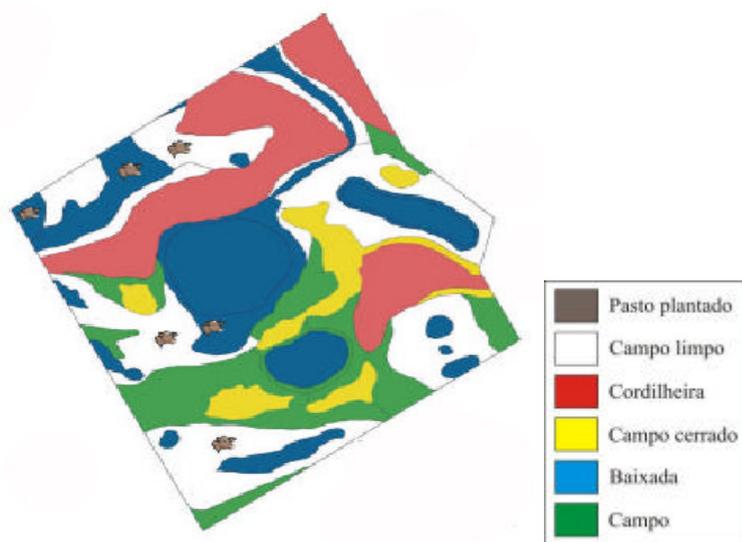


Fig. 5.2 Exemplo de invernada do Pantanal, mapeada em diferentes unidades de paisagens (Santos e Camastri Filho, 2002).

Em muitas fazendas, estas invernadas são subdivididas em piquetes menores, de 10 a 12 hectares, separados por cercas elétricas, onde são construídos centros de manejo intensivo para o rebanho. Estes centros correspondem a verdadeiras praças de alimentação contendo ração, água, suplementação mineral, *creep-grazing*⁶³ e *creep-feeding*⁶⁴, técnicas modernas de alimentação de bezerros que antecipam a desmama e a idade de abate do animal (figura 5.3).

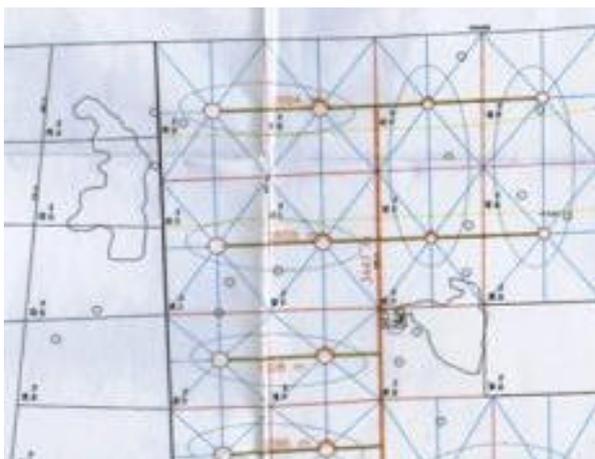


Fig. 5.3 Exemplo de invernada subdividida em áreas menores com *creep-grazing* – Fazenda Fronteira Pantanal Sul.

⁶³ É uma técnica de pastejo rotativo com pastagem especial de alta qualidade para bezerros em aleitamento, normalmente utilizada na alimentação de bezerros enquanto ainda estão com a mãe em pastos-maternidades.

⁶⁴ Representa uma técnica na qual somente os bezerros, em fase de amamentação, têm acesso à áreas com ração concentrada fornecida em cochos.

A modernização da atividade pecuária no Pantanal Sul envolve a implementação de novas práticas de manejo reprodutivo, com a finalidade de elevar a eficiência reprodutiva do rebanho, medida pelo número de bezerros desmamados por ano em relação ao número de fêmeas em idade de reprodução. O estabelecimento de uma estação de monta de curta duração (2 a 3 meses), a implementação de uma estação de monta para novilhas e a inseminação artificial são as práticas mais utilizadas no Pantanal Sul, em fazendas modernas. Essas novas técnicas de manejo reprodutivo associadas à nutrição adequada têm proporcionado o aumento da taxa de natalidade, o aumento da taxa de desmame do rebanho e a diminuição da taxa de mortalidade dos bezerros.

Paralelamente, está ocorrendo o melhoramento genético do rebanho. Como a raça Nelore é predominante no Pantanal Sul, em algumas propriedades, touros e fêmeas de elite de alta seleção genética são produzidos em sistema de produção intensivo. Ao mesmo tempo, novas raças estão sendo introduzidas na região para cruzamento e, conseqüente, melhoramento genético, como é o caso da raça Brangus, cujo número de touros vem crescendo na região. Segundo os pecuaristas, o melhoramento genético possibilita, dentre outras coisas, maior maciez à carne bovina.



Foto 13: Touro Brangus. Touro de elite de alta seleção genética – Porto Murtinho / Pantanal Sul.

Técnicas como inseminação artificial e transferência de embriões (TE), que permitem potencializar a capacidade reprodutiva e multiplicar, no caso da transferência de embriões, o material genético garantindo qualidade genética e aumento do número de bezerros estão sendo utilizadas no Pantanal Sul.

A necessidade de obtenção de maior rentabilidade e maior giro de capital associado à necessidade de produção durante todo o ano, com qualidade e preço tem

como conseqüências a adoção deste sistema moderno de produção pecuária, que emprega novas tecnologias, capazes de acelerar a produção de bovinos, e a preocupação contínua com a sanidade animal, adequando a pecuária pantaneira às exigências atuais do mercado consumidor interno e externo.

Produção e Mercado

O efetivo total de bovinos do Pantanal Sul é de 4 688 117 cabeças (IAGRO, 2004). O município com maior número de bovinos é Corumbá, com 1 285 765 cabeças (tabela 5.11).

Tabela 5.11

EFETIVO DE BOVINOS, POR MUNICÍPIOS DO PANTANAL SUL (2004)

	Efetivo de bovinos	Número de propriedades
Pantanal Sul	4 688 117	5267
Aquidauana	600 952	990
Corumbá	1 285 765	1346
Ladário	4 540	44
Miranda	348 754	473
Coxim	560 575	788
Rio Verde	606 351	996
Porto Murtinho	693 378	630

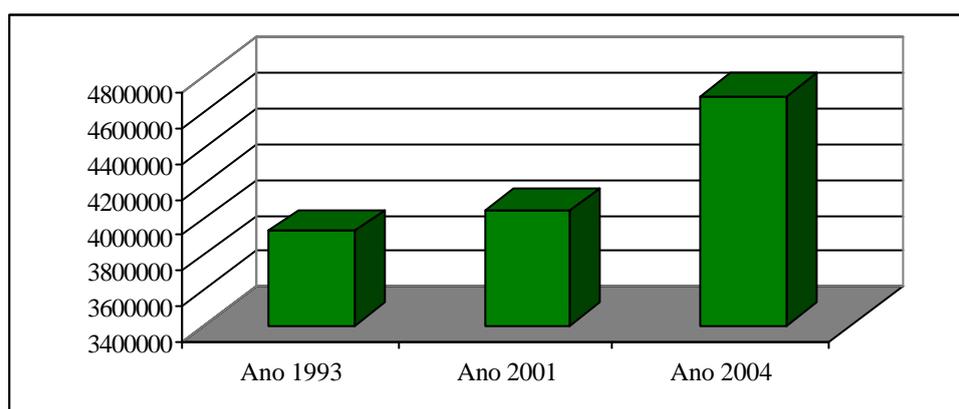
IAGRO, 2004

Com a melhoria das pastagens, que possibilitou o aumento da capacidade de suporte por hectares e com a adoção de novas tecnologias, observa-se um crescimento

contínuo no efetivo de bovinos do Pantanal Sul, passando de 3 926 663 cabeças em 1993, para 4 688 117 cabeças em 2004 (gráfico 5.8).

Gráfico 5.8

EVOLUÇÃO DO EFETIVO DE BOVINOS - PANTANAL SUL

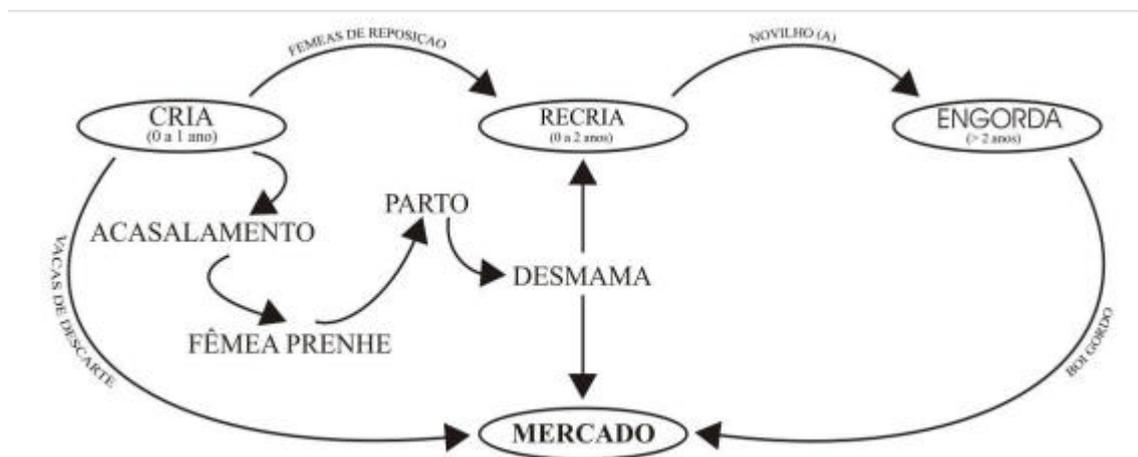


Fonte: IAGRO

O sistema de produção, até então especializado na fase de cria vem, nos últimos 15 anos, envolvendo as três fases: cria, recria e engorda (figura 5.4). Novas práticas de manejo nutricional, reprodutivo e sanitário viabilizam o desenvolvimento desses novos segmentos. As fases de cria e recria são predominantes e representam uma especialidade produtiva da região. Em função da geografia física do Pantanal a engorda é realizada em áreas de Pantanal alto, não sujeita a inundações, e de maior acessibilidade.

Figura 5.4

CICLOS DA PRODUÇÃO DE BOVINOS



A fase de cria se constitui na etapa inicial da atividade. Neste momento dois fatores são fundamentais: terra e capital para investimento. Seu produto final é o bezerro, para chegar até ele passa-se pela inseminação, natural ou artificial, gestação, nascimento e amamentação, até que o animal passa a ser desmamado, com 5 a 7 meses (em sistemas tradicionais, o desmame ocorre com 1 ano ou mais). Nesse momento, o novilho já tem valor comercial para abate⁶⁵ (Cardoso *ed.*,2004).

Com o fim da fase de cria inicia-se a recria, que é uma fase intermediária voltada para a criação de bezerros de 5 meses a 1 ano até 24 a 36 meses, quando será chamado de garrote ou boi magro. Os animais de recria devem ser mantidos em boa pastagem, com suplementação mineral adequada. Machos e fêmeas devem ser recriados separadamente a partir de 12 meses de idade. As fêmeas de recria representam uma

⁶⁵ O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, pela Portaria nº. 193/84 estabeleceu a seguinte classificação para bovino destinado ao abate: VITELLO e VITELA – macho e fêmea até doze meses de idade, terminados para abate; TOURINHO – macho não castrado, com dentes de leite e peso mínimo de carcaça de 195Kg; NOVILHOTE – macho castrado, com dentes de leite e peso mínimo de carcaça de 150 Kg; NOVILHO PRECOCE – macho jovem, castrado, com até dois dentes, e peso mínimo de carcaças de 210 Kg; NOVILHO – macho castrado, com até seis dentes e peso mínimo de carcaça de 220Kg; NOVILHA – fêmea com mais de 12 meses, até seis dentes e peso mínimo de carcaça de 180 Kg; NOVILHÃO – macho adulto, castrado, com mais de seis dentes e peso mínimo de carcaça de 225 Kg; VACA – fêmea adulta com mais de seis dentes; TOURO – macho adulto.

categoria importante do rebanho, pois serão as futuras matrizes. Nesta fase os cuidados sanitários são fundamentais.

Terminada a fase de recria o gado entra na fase de engorda, que começa no período de 24 a 30 meses em sistema de produção mais intensivo e, em período de 36 meses ou mais em sistema tradicional⁶⁶, até a terminação do animal. A terminação pode ser feita a pasto ou em sistema de confinamento ou semi-confinamento. A engorda a pasto é realizada no período chuvoso com o boi levando, em média, 6 meses nesta fase. O boi gordo possui peso vivo de aproximadamente 500 Kg e peso morto de 270 Kg. Esta fase é determinante na qualidade da produção, pois os animais mais jovens e bem acabados apresentam carne de melhor qualidade (tabela 5.12).

⁶⁶ O prolongamento da fase de recria é responsável pela idade tardia de abate na criação extensiva.

Tabela 5.12

FASES DE CRIAÇÃO DE BOVINOS

CRIA (0 – 1 ano)	RECRIA (de 1 a 2 anos)	ENGORDA (a partir de 2 anos)
A melhor época do ano para o nascimento de bezerros é o período seco, quando são menores as incidências de doenças e parasitas.	A idade da primeira monta em regime extensivo é de 30 meses. Com a intensificação a idade cai para 24 meses.	Em sistema tradicional a engorda é iniciada entre 30 e 36 meses. Em sistema mais intensivo, a engorda começa com 24 meses e o gado pode ser abatido com 30 meses.
A gestação de nelore abrange cerca de 290 dias.	O peso ideal da primeira monta gira em torno de 300 Kg.	O pecuarista que se dedica somente a esta fase é chamado de “invernista”.
O intervalo entre partos é de 20 a 24 meses em sistema extensivo e 12 a 13 meses em sistemas intensivos.	A redução da idade da primeira monta é um dos fatores que contribui para o aumento da produtividade na fase de recria.	
Uma vaca deixa, em média, de 4 a 5 bezerros, contudo, essa produtividade pode ser acelerada com a redução da idade da primeira cria de 4 anos para 3 - 4 anos (sistema melhorado) e 2 - 3 anos (sistema avançado) e a redução do intervalo entre os partos- de 21 meses (média brasileira) para 18 meses (sistema melhorado) e 14 meses (sistema avançado).	O procedimento de manejo é o mesmo para machos e fêmeas, porém, após 12 meses, machos e fêmeas devem ser separados.	
Em média, um touro cobre vinte vacas, tendo um período de vida útil de 10 a 12 anos. São sempre remanejados de pasto para evitar que cubram suas filhas.		
Nos rebanhos comuns de cria, recria e engorda, a proporção de vacas em rebanho de gado de corte é de 35% e a de bezerros, gira em torno de 20%. Com o aumento da eficiência reprodutiva do rebanho, há uma diminuição na proporção de vacas e aumenta a proporção de bezerros, ocorrendo o inverso em rebanhos de baixa eficiência reprodutiva.		

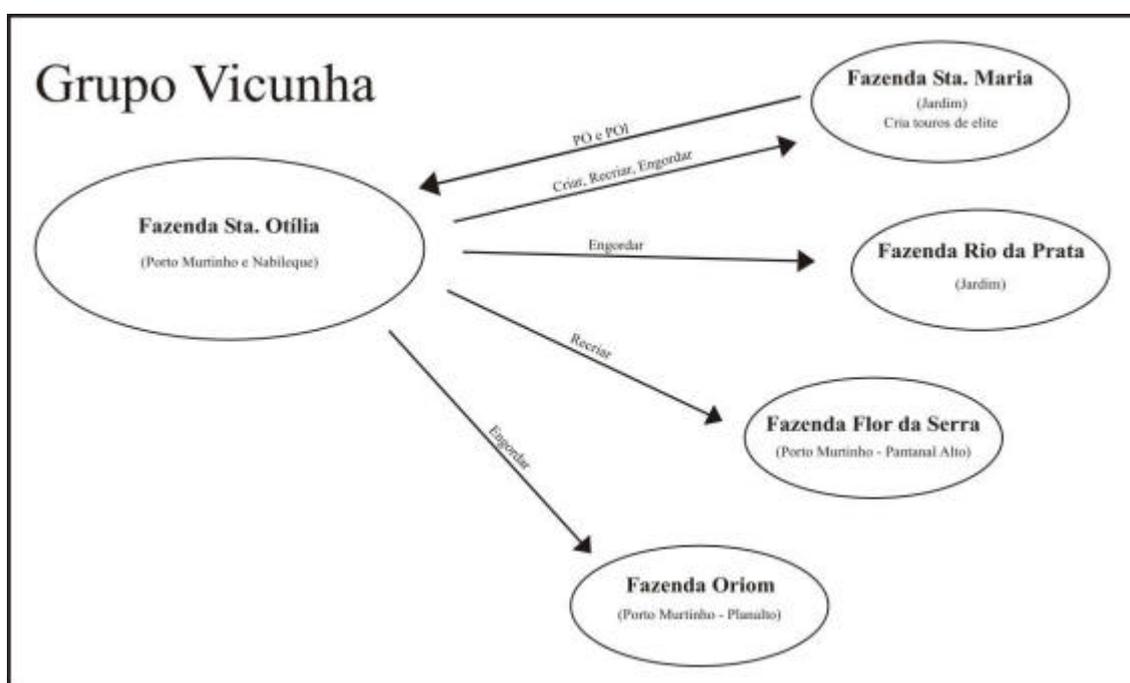
Fonte: pesquisa de campo

No Pantanal Sul, as fases de cria, recria e engorda podem ser realizadas por um único proprietário ou separadamente, com o proprietário se especializando em apenas uma das fases. No primeiro caso, o pecuarista estabelece uma produção vertical,

sendo responsável por todas as etapas de produção do gado de corte. Como em algumas regiões do Pantanal Sul a engorda é dificultada por fatores físicos, o processo de verticalização da produção exige a aquisição de uma rede de propriedades, multilocalizadas e articuladas entre si, para a realização de cada uma das etapas (Figura 5.5). Esta verticalização permite facilitar o controle sobre a qualidade do produto e, ao mesmo tempo, ficar menos sujeito às variações de preço do mercado.

Figura 5.5

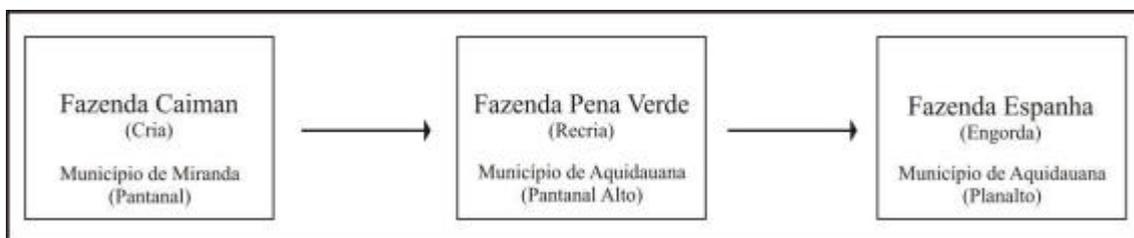
REDE DE FAZENDAS MULTILocalIZADAS



No segundo caso, o produtor adota uma produção horizontal, sendo responsável por apenas uma das etapas de produção (figura 5.6). A compra e venda de animais entre produtores e entre áreas (planície pantaneira e planalto adjacente) é intensificada, acentuando a divisão e a especialização do trabalho.

Figura 5.6

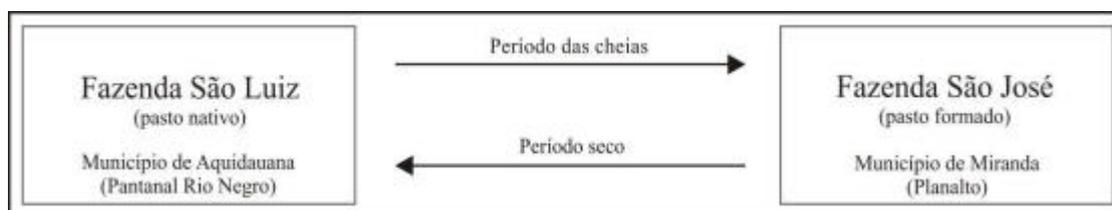
ESPECIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO POR UNIDADES PRODUTIVAS



A forma de utilização das pastagens naturais e plantadas em sistemas de cria, recria e engorda varia de acordo com a localização das propriedades. Nas fazendas onde o nível de inundação é mais baixo, o gado permanece nas pastagens durante o ano todo. Nas propriedades cortadas por rios, corixos e baías, onde as inundações são mais profundas, o gado é obrigado a migrar das partes mais baixas para as partes mais altas, com um deslocamento inverso na medida do recuo das águas (figura 5.7). Em propriedades localizadas nas partes mais baixas da planície, o gado só é colocado durante o período sem inundações.

Figura 5.7

ARTICULAÇÃO DA PRODUÇÃO – PLANALTO E PLANÍCIE



Um outro vetor importante de modernização é a diversificação da produção do Pantanal Sul, com a produção do novilho precoce, do vitelo pantaneiro, do vitelo orgânico pantaneiro (VITPAN), do boi orgânico e do boi verde.

Novilho precoce

Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o novilho(a) precoce representa o animal pronto para o abate com menos de 2 anos de idade. O novilho precoce deve ser castrado, ter até dois dentes definitivos e peso mínimo de carcaça de 210 Kg. A novilha precoce deve ter mais de 12 meses e peso mínimo de carcaça de 180 Kg. A produção do novilho (a) precoce representa um segmento da produção de gado que exige uma exploração intensiva capaz de acelerar o ciclo reprodutivo (alto ganho de peso em um curto espaço de tempo). É comum a segmentação das etapas de produção (produção de matrizes para a produção do bezerro/recrta e engorda de bezerros) em propriedades diferentes, de acordo com a aptidão dos solos e da infra-estrutura. A carne, considerada de excelente qualidade, é processada e distribuída adequadamente e comercializada com selo de qualidade, selo de origem e identificação do animal.

Vitelo

Segundo o MAPA, o Vitelo(a) representa o animal de até doze meses de idade, terminado para abate. Por ser um animal muito jovem, a carne é considerada de excelente qualidade, com pouca gordura e de grande aceitação no mercado externo.

Vitelo Orgânico do Pantanal (VITPAN)

Trata-se da produção de bezerro, macho ou fêmea, criado exclusivamente em pasto natural, em sistema orgânico de produção, que ao desmamar entre 7 e 12 meses, deve apresentar um peso de 170 a 180 Kg. Pode produzir o VITPAN todo o produtor rural da planície pantaneira filiado a uma entidade de classe da região e participante do projeto de apoio à criação do Parque Natural Regional do Pantanal⁶⁷. O produtor deve seguir as orientações técnicas preconizadas no programa e atender às normas da certificadora responsável. O projeto do VITPAN, também conhecido como Vitelo Pantaneiro foi

⁶⁷ O Parque Natural Regional do Pantanal é resultado de um projeto de cooperação técnica bilateral, entre Brasil e França, que tem por finalidade estimular o desenvolvimento sustentável através do ecoturismo e de um novo modelo de produção pecuária moderno e estruturado de forma tal, que mantenha a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

lançada em 2001, na Fazenda Caimã, de propriedade do Grupo Klabin, com a participação do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, de embaixadores da Comunidade Européia, EUA, Canadá, Japão e Coréia, do cantor Almir Sater, um dos idealizadores do projeto, e de cozinheiros europeus. Em seguida foi lançado na Europa, com noites de degustação na Alemanha e em Londres. Atualmente, a produção do Vitelo Pantaneiro conta com 45 produtores pantaneiros e cerca de 35 mil matrizes.

Boi Orgânico

A produção do boi orgânico deve ser realizada em sistema orgânico de produção, caracterizado pelo emprego de tecnologias agroecológicas que otimizam o uso dos recursos naturais e sócio-econômicos. Sua produção necessita de certificação, ou seja, de uma garantia de que foi produzido dentro das normas estabelecidas para produtos orgânicos, tais como: uso de pastagem natural sem agrotóxicos, sem utilização de fertilizantes químicos e uréia, sem o uso de queimadas. O uso de vacinas e sais minerais é permitido, porém, antibióticos e medicamentos alopáticos só podem ser empregados curativamente. A produção pecuária orgânica do Pantanal Sul conta com 20 produtores, envolvendo uma área de 285 000 hectares e um rebanho de 90 587 cabeças. Entre 2000 e 2004 a Associação Brasileira de Pecuária Orgânica – ABPO, produziu 15 000 animais orgânicos, dos quais 5% provenientes do Pantanal Sul. Exportaram aproximadamente 900 toneladas de cortes de carne orgânica neste período (100% dos traseiros e 50% dos dianteiros para exportação). O principal mercado é a União Européia, que paga de 15 a 20% a mais pela carne orgânica.

Boi Verde

Animal produzido em pastagens naturais, de preferência em sistemas agroecológicos, onde são permitidos o uso de antibióticos e medicamentos alopáticos, uréia, fertilizantes industriais, alimentos de produção convencional, inseminação artificial e transferência de embriões.

A produção do Vitelo Pantaneiro, do VITPAN, do boi orgânico e do boi verde, estimula a produção extensiva no Pantanal Sul em moldes empresariais, com o uso de tecnologias sustentáveis que harmonizem com o ambiente natural.

Ao mesmo tempo, disponibiliza no mercado uma produção diferenciada e de excelente qualidade dentro da cadeia produtiva da carne bovina, possibilitando ao produtor agregar valor a produtos de forte apelo “mercadológico” que são a marca PANTANAL e a conservação da natureza.

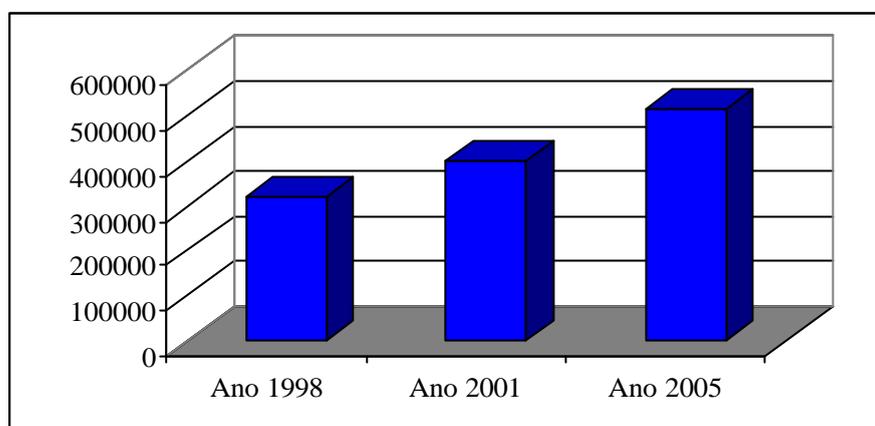
“A marca Pantanal é importante, na verdade é um grande *marketing* comercial no mundo inteiro, porque a palavra Pantanal é milagrosa, mágica. Com a marca Vitelo Pantaneiro, encontraremos portas abertas no mercado internacional” (Discurso do Senador Juvêncio da Fonseca – PMDB/MS, 2001).

É importante destacar que no mercado internacional há uma valorização de animais criados em pastagens naturais (*natural beef*). Diante deste cenário, os produtores da região estão aproveitando esses nichos de mercado para aumentar a lucratividade da criação de gado nas condições naturais do Pantanal Sul, investindo em estratégias de marketing que valorizem a criação de bovinos em pasto nativo, de modo a incentivar e ampliar o mercado consumidor.

Considerando a produção de carne, observa-se o crescimento do número de animais abatidos oriundos do Pantanal (gráfico 5.9). Deve-se destacar que a região é especializada nas fases de cria e recria, fornecendo animais que são engordados em outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 5.9

TOTAL DE BOVINOS ABATIDOS ORIUNDOS DO PANTANAL SUL



Fonte: IAGRO

A expansão do rebanho é acompanhada pelo crescimento do número de animais abatidos, como demonstra o gráfico 5.8, confirmando a intensificação da produção pecuária pantaneira. Segundo empresários do setor frigorífico de Mato Grosso do Sul, 30% da carne proveniente do Pantanal Sul destina-se ao mercado externo, na categoria de miúdos e carne congelada e refrigerada. Os principais compradores internacionais de carne pantaneira são Hong Kong, Cingapura, Rússia e Chile. Os demais 70% são destinados ao mercado interno.

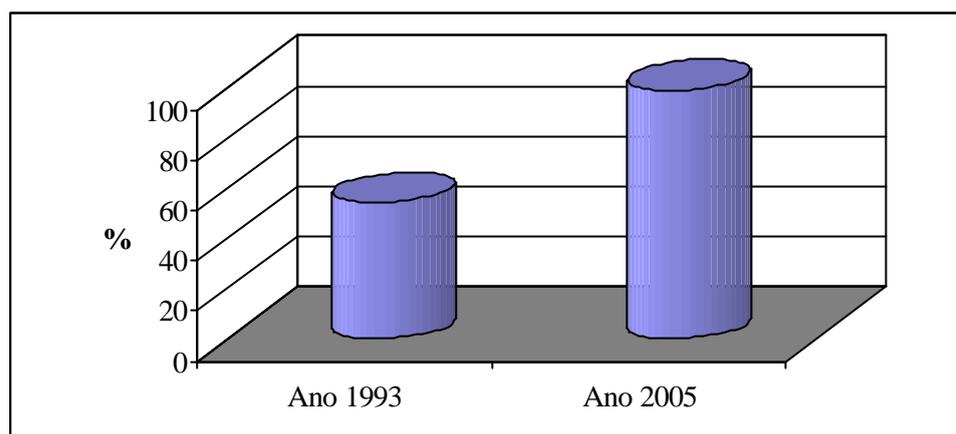
A questão sanitária passa a ser prioridade, tornando-se de fundamental importância para a sustentabilidade deste novo modelo de organização da produção, pautada em um volume muito maior de capital e que, portanto, implica em maiores riscos. A saúde financeira do pecuarista depende da saúde do seu rebanho. Neste sentido, a sanidade animal tem uma relação direta com o desenvolvimento da atividade como um todo, pois representa a garantia de um rebanho mais produtivo.

Dentre as doenças que geram maior preocupação estão a raiva, a brucelose, o botulismo e, principalmente, a febre aftosa. Deve-se ressaltar que o mercado está cada vez mais rigoroso em relação à questão sanitária, exigindo garantias de sanidade do rebanho e de qualidade do produto, sobretudo, no que diz respeito à febre

aftosa. Atento às exigências sanitárias internacionais, o Pantanal Sul vem mantendo um controle rigoroso da doença (gráfico 5.10).

Gráfico 5.10

ANIMAIS VACINADOS CONTRA FEBRE AFTOSA - PANTANAL SUL



Fonte: IAGRO

Em 2005, 99,5% dos animais do Pantanal Sul foram vacinados, fator fundamental para a conquista de novos mercados. O calendário de vacinação estabelecido pelo IAGRO, órgão de defesa sanitária do estado, segue a seguinte recomendação: a vacina contra a febre aftosa deve ser feita, opcionalmente, nas campanhas de maio ou de novembro, ficando a critério do produtor a escolha da melhor data, sendo que todo o rebanho deve ser vacinado, inclusive os recém-nascidos, e o animal a ser transferido para outra região deve ser revacinado. A vacina contra aftosa é obrigatória e deve ser comprovada com o documento de aquisição de vacina e devolução dos frascos vazios; a vacina contra a raiva é obrigatória para todo o rebanho, sendo aplicada uma vez por ano, e sua comprovação deve ser feita mediante a apresentação da nota fiscal de compra da mesma; a vacinação contra a brucelose deve ser realizada somente em fêmeas com idade entre 3 e 8 meses, sendo comprovada através do atestado do médico veterinário (IAGRO, 2005⁶⁸).

⁶⁸ Entrevista realizada em setembro de 2005.

Além da sanidade, um outro aspecto importante na conquista de mercados para a carne do Pantanal Sul é a rastreabilidade. Na região, a identificação animal por meio da aplicação de brincos contendo os códigos Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina), ainda é pouco utilizada havendo uma resistência por parte dos criadores em função do custo e das dificuldades de cumprir as normas estabelecidas pelo sistema. Das 331 fazendas estudadas no Pantanal Sul, 30% estão implantando ou já implantaram o Sisbov.



Foto14: sistema de rastreamento de bovinos – Sisbov, o selo de identificação permite a rastreabilidade do animal do nascimento ao abate.

A modernização da pecuária de corte pantaneira está articulada à uma reestruturação da cadeia de produção da carne bovina, que também se moderniza, e à reorganização do espaço regional, onde se prioriza um novo sistema logístico, de modo a facilitar a acessibilidade e o escoamento da produção.

5.2.1.2 – O sistema tradicional de produção

Ao lado de sistemas modernos de criação pecuária, há ainda fazendas que mantêm sistemas tradicionais de produção. As técnicas tradicionais de produção de gado no pantanal Sul refletem as condições sócio-econômicas e culturais da região. Esse sistema se baseia no sistema extensivo, dependente de pastagens naturais que são restritas no período seco, contribuindo para índices zootécnicos relativamente baixos (Cardoso, 2004). Foi desenvolvido a partir da experiência do homem pantaneiro, cujo conhecimento é transmitido pelas diversas gerações da família.

O pantaneiro sabe interpretar a natureza, tendo um conhecimento minucioso dos processos naturais que regem o Pantanal Sul. Consegue, por exemplo, diferenciar o pantanal onde vive dos demais a partir de características como inundação, fauna, vegetação.

“Como minha propriedade aqui no Abobral alaga 90%, num período de cheia normal, eu posso manter, numa área de seis mil hectares de 1000 a 1300 cabeças na cheia e 2500 a 3000 cabeças na seca que não vai fazer diferença, pois a pastagem natural tem volume para isto. Já na propriedade do Pantanal de Aquidauana (seis mil hectares) eu tenho muita mata e pouca pastagem nativa, a fazenda está sendo formada com pasto plantado (dois mil hectares), permitindo o aumento da capacidade de suporte e manter a propriedade” (Pecuarista tradicional, proprietário de terras nos Pantanaís de Abobral e Aquidauana - Entrevista realizada em abril de 2004).

A partir deste conhecimento, são determinados com muita propriedade, os locais destinados para moradias, currais, bretes, enfim, toda a infra-estrutura necessária à produção. As residências, por exemplo, são construídas nas cordilheiras ou próximas às baías, evitando a água das inundações cíclicas.

O isolamento da região fortaleceu o modo de vida pantaneiro, criando uma cultura própria baseada nas tradições da pecuária de corte, que determinam as ações voltadas à produção. As estradas que cortam o Pantanal Sul, nem sempre transitáveis no período das águas, dificultam o deslocamento. Como solução, é comum

no Pantanal a utilização de barcos, chalanas e bitolas. Rossetto (2004) menciona que sem energia até meados dos anos de 1990, a comunicação com o mundo externo dava-se por meio do rádio de pilha, e pelo deslocamento para as áreas urbanas.

Em termos gerais, quase não há diferença na forma de administração e no sistema técnico empregado nas sub-regiões do Pantanal Sul. O modelo tradicional de manejo inclui o sistema extensivo de produção, com os animais criados soltos nos campos de pastagem natural.

As fazendas são divididas em unidades de manejo comumente conhecidas como invernadas ou piquetes. Em função das inundações, as invernadas são divididas de forma perpendicular aos corpos d'água, principalmente rios e corixos (foto 15) (Santos e Camastri Filho, 2002). No sistema tradicional, essas invernadas apresentam grandes extensões, de 500 hectares em média, embora seja comum encontrar invernadas de 1000 hectares ou 2000 hectares. A justificativa para divisões tão grandes está na sazonalidade climática. Segundo os produtores, na época das chuvas o gado segue em direção aos capões e cordilheiras, que lhes serve de abrigo. No período seco, é necessário que o gado tenha liberdade para se deslocar livremente em busca de água e pasto.



Foto15: cerca perpendicular ao curso da água – Pantanal Sul.
Foto retirada de Santos e Camastri Filho, 2002.

Este é um aspecto interessante da organização do espaço pantaneiro, pois representa um dos vetores mais explícitos das transformações em curso para a produção

do espaço racional. Até bem pouco tempo, as relações de vizinhança baseada na confiança, exigiam poucas cercas para a delimitação das propriedades, os espaços com água e pasto nativo eram usados de forma comum entre vizinho, de acordo com a necessidade no período de seca ou cheia.

Com o processo de modernização, intensificam-se as cercas e os elementos da natureza passam a ter um valor de troca. As relações de amizade e de compadrinamento são substituídas por relações comerciais, como por exemplo, o arrendamento de pasto.

No sistema tradicional, os animais são criados em pastagens naturais. Várias espécies nativas são usadas na alimentação dos bovinos. O capim-mimoso (*Axonopus purpussi*), o capim-fino (*Axonopus paraguayensis*), o capim-felpudo (*Paspalum plicatulum*), o capim-colonião (*Rottoboelia exaltata*), a grama-do-carandazal (*Panicum laxum*), a grama-do-cerrado (*Mesosetum chaseas*), o mimoso-peludo (*Paratheria prostrata*) e o mimosinho (*Reimarochloa spp*), são alguns exemplos. Nos períodos de restrição alimentar⁶⁹ é comum a utilização de suplementação mineral e sal, em cochos e no solo, misturado com o pasto nativo.

As pastagens nativas são renovadas naturalmente pela alternância das águas. No período das cheias, os capins menos resistentes morrem, incluindo algumas espécies invasoras como a canjiqueira (*Byrsonima orbignyana*) e o cambará (*Vochysia divergens*). Com o fim das cheias, as plantas renascem mais viçosas e nutritivas.

“A pastagem nativa reduz custos e garante a sustentabilidade econômica da fazenda” (Pecuarista tradicional, proprietário de terra no Pantanal de Nhecolândia – Entrevista realizada em junho de 2004).

As queimadas são muito utilizadas no Pantanal Sul no período seco, como uma estratégia eficiente e de baixo custo para a limpeza das áreas. Esta técnica de manejo tradicional possibilita a renovação do pasto e a eliminação de plantas invasoras.

⁶⁹ No Pantanal Sul os períodos de restrição de pasto nativo são: o período de pico até o fim da cheia e o período que vai do meio até o fim da estação seca (agosto e setembro).



Foto16: Queimada –
Pantanal da Nhecolândia –
município de Corumbá.
Trabalho de campo
novembro/2004.

Vários estudos foram realizados sobre os efeitos das queimadas no Pantanal. Alguns autores afirmam que este processo, efetuado durante séculos, não alterou a diversidade de espécies vegetais. Outros, por outro lado, afirmam que a queima anual reduz a disponibilidade de vegetais e gera a degradação dos solos (Rossetto, 2004; Santos e Camastri Filho, 2002; Cardoso, 2004).

O Governo Federal vem regulamentando o uso das queimadas no Pantanal Sul, com a finalidade de evitar grandes incêndios. Segundo a EMBRAPA, o fogo no Pantanal pode ser empregado como técnica de manejo, de forma controlada, a cada dois ou três anos, em áreas de grande ocorrência de ervas daninhas, exceto nas áreas baixas, como as vazantes, as baías e as baixadas, onde as pastagens apresentam um alto valor nutritivo. Os pecuaristas locais resistem às recomendações e criticam a necessidade de se obter autorização do IBAMA para efetuar a queima.

A forma de utilização das pastagens naturais varia de acordo com a localização das propriedades. Nas fazendas onde ocorre o alagamento de origem pluvial, onde o nível de inundação é mais baixo, o gado permanece nas pastagens durante o ano todo. Nas propriedades cortadas por rios, corixos e baías, onde as inundações são mais profundas, o gado é obrigado a migrar das partes mais baixas para as partes mais altas, com um deslocamento inverso na medida do recuo das águas. Em propriedades localizadas nas partes mais baixas da planície, o gado só é colocado durante o período seco.

O procedimento de manejo inclui o sistema de rotação de pastagem, que segundo os pecuaristas é dificultado pelo tamanho das invernadas e pelo custo das cercas, e o manejo contínuo sem rotação, que é o mais utilizado. Os trabalhos com o gado incluem ferrar, vacinar, castrar, marcar, entre outras atividades.

A taxa de lotação usada no Pantanal Sul em sistema tradicional de produção é considerada baixa. Em geral, os pecuaristas adotam 1 animal para cada 3 hectares (1/3ha) em áreas de pasto de melhor qualidade, e 1/5ha em áreas de pasto de pior qualidade.

No sistema tradicional a divisão do rebanho em categorias (sexo e idade) é ajustada ao sistema extensivo utilizado e a disponibilidade de recursos financeiros. Como as invernadas são grandes e as cercas são caras, a maioria dos produtores não distribui o rebanho, sendo comum a mistura de idades diferentes e de sexos, em uma mesma invernada (Figura 5.8).

Figura 5.8

MODELO DE SISTEMA DE MANEJO TRADICIONAL DE CRIA E RECRIA DE BOVINOS DE CORTE – PANTANAL SUL

CRIA Até 1 ano (1000 ha)	CRIA Até 1 ano (1000 ha)
RECRIA De 1 a 3 anos (500 ha)	

Fonte: trabalho de campo, 2004

A eficácia reprodutiva é considerada baixa neste sistema. A taxa de parição é de 60% em média. O tempo de vida útil das vacas nelore no Pantanal Sul em sistema tradicional de criação é de 10 anos em média, neste período a produção é de 6 a 7 bezerros, com uma taxa de mortalidade de 20% até o desmame, por ano. Os

pecuaristas adotam, geralmente, uma estação de monta natural, evitando o nascimento de bezerros no período das cheias. Um touro Nelore cobre, em média, de 10 a 30 vacas (EMBRAPA PANTANAL, entrevista de campo, 2003).

Segundo a SEPROD⁷⁰, a pecuária tradicional representa um entrave ao desenvolvimento da região pantaneira. A baixa rentabilidade econômica associada à falta de competitividade, são incompatíveis com as exigências atuais do mercado. Neste sentido, a modernização da pecuária, pela introdução de novas técnicas gera, no lugar, a idéia de desenvolvimento, medida pela perspectiva de progresso e crescimento econômico.

Deve-se destacar que em todas as fazendas estudadas observa-se algum tipo de modernização, como, por exemplo, a diversificação da produção com a produção de produtos orgânicos ou de novilhos. Do total de fazendas estudadas nesta pesquisa, 30% foram consideradas totalmente modernas, pois, utilizam-se do sistema moderno de produção, empregando novas técnicas e novos modelos de administração.

⁷⁰ Secretaria de Produção do Estado de Mato grosso do Sul – Entrevista de campo.

CAPÍTULO VI – TURISMO NO PANTANAL SUL

“No Pantanal não se pode passar régua sobre muito quando chove. Régua é existidura de limites e o Pantanal não tem limites. Aqui, bonito é desnecessário. Beleza e glória das coisas o olho é que põe”.

Manoel de Barros

O turismo é um fenômeno complexo que pode ser definido como o deslocamento de pessoas de seu lugar de residência, por um tempo determinado independente da motivação da viagem (Fonseca, 2004). Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (1998: 44):

“O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e permanência em lugares distintos ao seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócios e outros”.

A partir desta definição pode-se destacar que a prática do turismo não se limita a viagens de lazer, embora o turismo de lazer seja cada vez mais praticado no mundo por um número crescente de pessoas que se deslocam do seu espaço local.

Esta atividade sempre foi praticada no mundo, inicialmente voltava-se para as classes de elite, entretanto, no Pós - Segunda Guerra a atividade se expande atingindo um número maior de pessoas, em função da queda nos preços dos pacotes turísticos, do aumento da renda da população (incluindo férias remuneradas) e do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação. O modelo fordista de

produção é inserido na atividade dando origem ao “turismo de massa”, caracterizado por pacotes rígidos voltados para um público indiferenciado, envolvendo economia de escala onde se priorizava a quantidade em detrimento da qualidade do produto turístico (Fayos-Sola, 1994 In: Fonseca, 2004).

Com o processo de reestruturação do capitalismo mundial, a atividade turística sofreu alterações adequando-se aos novos padrões de competitividade do mundo globalizado. As mudanças envolvem a produção flexível, com flexibilidade para compra e venda, para sistemas de reservas e para alterações de pacotes; a segmentação da demanda, atendendo as diferenças de gosto e necessidade do mercado consumidor; e a integração sistêmica do setor possibilitando agilidade de atendimento, conforto e preços mais acessíveis (Fonseca, 2004).

A reestruturação da atividade define uma Nova Era do Turismo (NET) ditada pela globalização, onde a competitividade entre as empresas e entre espaços se acentua. Neste processo, os fatores de produção (clima, praia, montanha) que definem vantagens comparativas são valorizados, juntamente com novos fatores, como qualidade do serviço prestado, respeito ao meio ambiente e oferta de produtos diferenciados que definem vantagem competitiva ao destino.

“A educação e formação específica para a atividade turística, a melhoria de canais e meios de informação do destino, o esforço permanente por induzir inovações, são as grandes linhas de atuação que permitem melhorar a competitividade no momento atual” (OMT, 1998:202).

A OMT indica os elementos fundamentais de competitividade turística, sendo eles: fidelização dos clientes, satisfação dos clientes, qualidade do produto, atendimento às expectativas geradas, *marketing* interno, políticas públicas de fomento que promovam o desenvolvimento da atividade.

O papel exercido pelo poder público e pelos empresários do turismo na organização dos espaços turísticos para a constituição de um ambiente competitivo é fundamental. O poder público, em todos os níveis de administração, atua na promoção de infra-estrutura, na preservação de ambientes, na regulação do uso dos recursos

disponíveis, na mediação de interesses entre os diferentes agentes econômicos e entre a população, e na promoção dos destinos.

“O governo central deve preocupar-se com a política macroeconômica e especificar o peso ou a relevância da atividade turística na economia nacional, estabelecendo os objetivos a serem alcançados e as estratégias utilizadas para alcançar estes objetivos. Cabe também ao governo federal a promoção do país no exterior. Ao governo estadual, por sua vez, cabe adaptar a política central a uma realidade mais concreta (...), como também promover o destino no âmbito nacional e internacional. O governo local deve assumir uma das funções mais importantes que é a de gerir o território onde se efetiva a atividade turística(...). Cabe ao poder municipal definir o uso e ocupação do solo, autorizar a instalação de atividades, promover a infra-estrutura básica, incentivar as manifestações culturais, dentre outros” (Fonseca, 2004: 58).

O espaço é um elemento fundamental para o desenvolvimento da atividade, sendo um fator de produção na medida em que a atividade utiliza-se de seus atributos físicos (clima, relevo, biogeografia) e humanos (cultura, sociedade). Suas formas-conteúdo e suas rugosidades são definidores de competitividade.

As qualidades inerentes ao espaço, ou seja, seus recursos turísticos naturais e culturais, constituem a base para o desenvolvimento da atividade, entretanto, não representam uma condição suficiente para que um local desempenhe a função turística. Neste sentido, é necessário que os atrativos turísticos naturais e culturais sejam transformados em produto turístico e que, ao mesmo tempo, seja construída toda a infra-estrutura necessária à dinamização do setor (aeroporto, vias de acesso, meios de hospedagem, agências de viagem, transporte), no destino e no seu entorno (Palomeque, 2001; Rodrigues, 2001; Moretti, 2001; Machín, 2001; Fonseca, 2004). Segundo Machín (2001: 34), o produto turístico:

“Deve oferecer ao consumidor um conjunto de utilidades funcionais e psicológicas, sendo que as primeiras satisfazem as necessidades básicas e as segundas as necessidades relacionadas ao valor simbólico concedido pelo turista ao lugar ou atividade elegida e ao valor social frente a grupos de referência”.

O produto turístico engloba meios de hospedagem, serviços, equipamentos, serviços de apoio (saúde, segurança), atrativos, infra-estrutura urbana e rural, qualidade do meio ambiente (Fonseca, 2004). A oferta de produto turístico de qualidade e que atenda às expectativas do mercado consumidor garante competitividade ao destino.

Segundo Sánchez (1991), o espaço produzido pelo e para o turismo assume uma nova função produtiva, a função turística. Nesses espaços, os elementos naturais, de domínio público, como o sol, o rio, o mar, são transformados em produtos e devem ser preservados para garantir competitividade.

A competitividade de um destino turístico se faz, portanto, por vantagem comparativa e competitiva. No momento atual, espaços turísticos são mais competitivos se aliarem vantagem comparativa com preço, qualidade, flexibilidade e produto turístico diferenciado. As ações dos diferentes atores sociais envolvidos com a atividade podem fortalecer o desenvolvimento da atividade.

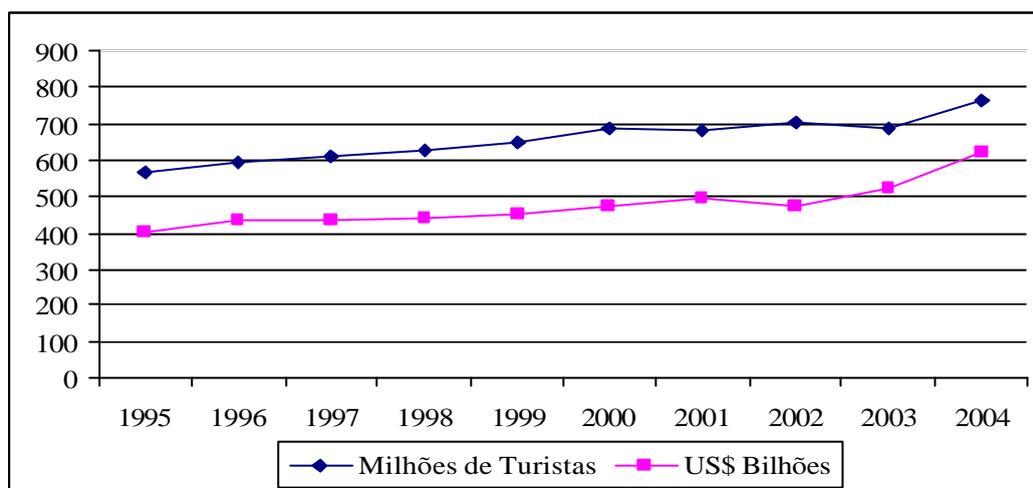
6.1 – O crescimento da atividade turística no Mundo

A expansão do turismo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, com a globalização a atividade passa a ser uma das que mais crescem no mundo, não só ligada ao lazer como, também, aos negócios. Milhares de pessoas visitam lugares no mundo inteiro e consomem os bens e serviços produzidos. Dados da

Organização Mundial do Turismo (OMT) revelam a importância econômica do setor (gráfico 6.1).

Gráfico 6.1

FLUXO DE TURISTAS E RECEITA GERADA COM O TURISMO INTERNACIONAL



Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT, In: EMBRATUR, 2005

O gráfico demonstra a evolução da receita e do fluxo de turistas mundiais. O fluxo de turistas nas últimas décadas ultrapassou o número de 600 milhões atraídos por um número crescente de espaços turísticos espalhados pelo mundo, com conteúdos atrativos e diversificados, construídos para atender a um mercado consumidor cada vez mais segmentado. Em paralelo, no mundo globalizado, o desenvolvimento dos sistemas de informação, comunicação e transporte⁷¹ associado a novos padrões demográficos e sociais⁷² são os fatores fundamentais de dinamização da atividade turística, que passa a ser valorizada como um componente importante no processo geral de ampliação da produção e acumulação capitalista.

⁷¹ O avanço técnico e informacional que permite a operação de agências de turismo em rede, conectando rapidamente as partes mais distantes do mundo. Ao mesmo tempo, permite a utilização de uma moeda única em qualquer parte do mundo, através de um sistema financeiro integrado (Moretti, 2000).

⁷² Os novos padrões demográficos e sociais incluem o aumento da expectativa de vida, o crescimento do número de aposentadorias, a melhoria na saúde e na longevidade e a elevação da renda, o aumento do tempo livre e a construção da necessidade de viajar.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que até o ano de 2020, o mundo terá 1,6 bilhões de turistas visitando diferentes lugares anualmente, com estimativa de arrecadação superior a dois trilhões de dólares.

Neste sentido, a atividade caracteriza-se por uma crescente massificação e diversificação de modalidades com o objetivo de atender a um público cada vez mais diferenciado em termos de renda e interesses.

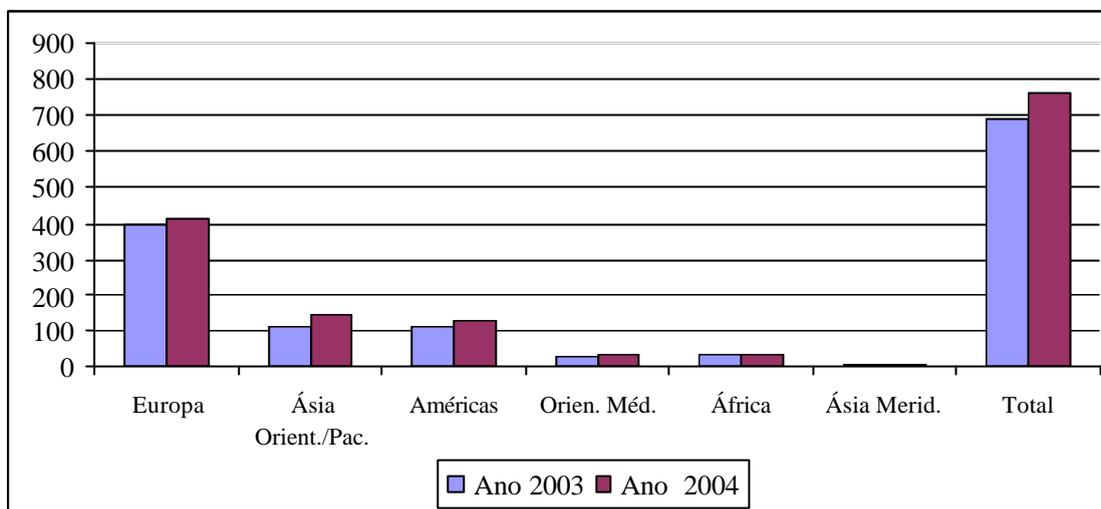
Em função desta massificação e, ao mesmo tempo, para que ela ocorra, espaços são construídos e ofertados em condições de pagamento cada vez mais acessíveis. Criam-se paraísos tropicais, parques temáticos, cidades históricas, centros de cultura, de religião e de negócios, espaços fundamentados no esoterismo, no misticismo, na aventura e na natureza. A diferenciação espacial é valorizada pela atividade turística que está centrada na busca pelo “outro”, pelo “diferente”. Haesbaert (1999) afirma que no mundo globalizado há uma valorização das particularidades do espaço geográfico que, por sua vez, são reforçadas pela atividade turística de forma a possibilitar a atração de visitantes.

“Uma das áreas que mais tem estimulado a diversidade territorial, através da valorização e/ou recriação da diferença (quando não do exótico) é o turismo, um dos setores mais dinâmicos da economia contemporânea” (Haesbaert, 1999:17).

Como o turismo “*é um fenômeno social de natureza espacial*” (Palomeque, 2001: 112), formas-conteúdo diferenciadas e articuladas são transformadas em mercadoria, valoradas a partir de suas diferenciações (Soneiro, 1991; Haesbaert, 1999; Fonseca, 2004). Neste movimento, o turismo expande-se pelo mundo apropriando-se de inúmeras áreas do espaço mundial, e se tornando uma das principais atividades econômicas de espaços hegemônicos e não – hegemônicos (gráfico 6.2).

Gráfico 6.2

CHEGADA DE TURISTAS INTERNACIONAIS POR REGIÕES



Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT In: EMBRATUR, 2005

Observa-se no gráfico 6.2 a importância da Europa no turismo mundial. No ano de 2004 a região foi responsável por 54% das chegadas de turistas internacionais, fluxo superior à soma das demais regiões do mundo. Aspectos como maciças campanhas publicitárias (sobretudo nos Estados Unidos e Japão, dois grandes emissores de turistas), renda elevada da população europeia (que viaja pelo próprio continente), espaços turísticos diferenciados dotados de infra-estrutura e equipamentos turísticos de qualidade (vias de acesso, aeroportos, portos, entretenimento), são responsáveis pela vantagem competitiva europeia.

Em consequência, dos dez principais países receptores de turistas no mundo, seis estão na Europa (tabela 6.1). A França é o país que mais recebe turistas por ano (75 milhões de visitantes em 2004), a atividade é uma das que mais movimentam a economia francesa em grande escala concentrando investimentos que tornam o país o mais competitivo no setor.

Tabela 6.1

PRINCIPAIS PAÍSES RECEPTORES DE TURISTAS INTERNACIONAIS - 2004

Países	2004
França	75,1
Espanha	53,6
Estados Unidos	46,1
China	41,8
Itália	37,1
Reino Unido	27,7
Hong Kong	21,8
México	20,1
Alemanha	20,1
Áustria	19,4

Fonte: OMT In: EMBRATUR, 2005

O crescimento do fluxo turístico na Ásia, sobretudo em Hong Kong e China, pode ser explicado pelo crescimento econômico dessas áreas e, no caso da China, pela crescente abertura para os mercados do ocidente.

Na América do Norte, Estados Unidos e México apresentam uma grande estrutura turística e promovem intensas campanhas para captar mais mercados, principalmente na Ásia, continente que apresenta um grande potencial de crescimento. Quanto a América do Sul, sua participação no movimento receptivo mundial ainda é pequena (2,09% em 2004) (tabela 6.2). Alguns fatores justificam essa atuação modesta, como a instabilidade econômica e política, a insuficiência de infra-estrutura, e a ausência de campanhas agressivas de “marketing” nos grandes pólos emissores do turismo internacional (Rodrigues, 2001). Entretanto, observa-se um esforço em prol do desenvolvimento da atividade, percebida pelos países sul-americanos como grande geradora de emprego e renda. As ações incluem investimentos públicos e privados voltados para o planejamento da atividade e para a melhoria da qualidade dos serviços

prestados (incluindo a maior capacitação da mão-de-obra), a criação de centros turísticos bem estruturados para atender ao turista estrangeiro, campanhas de *marketing* que divulguem os países nos meios pertinentes e a captação de eventos internacionais importantes como o *São Paulo Fashion Week*, por exemplo.

Em relação ao Brasil, verifica-se um maior desenvolvimento da atividade turística nos últimos dez anos, promovendo-se o turismo (internacional e doméstico) com o objetivo de elevar a participação deste setor na economia nacional. Em 1996, o governo federal instituiu a Política Nacional do Turismo (PNT) com a finalidade de “promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento sócio-econômico do país” (EMBRATUR, 2000. In: Fonseca, 2004: 66). Uma série de ações estão sendo implementadas, contribuindo para tornar a atividade mais planejada e organizada, oferecendo ao turista um produto de qualidade. Neste sentido, vantagens competitivas somam-se às vantagens comparativas que o país oferece.

No ano de 2004 o país recebeu 4,7 milhões de turistas internacionais o que corresponde a 0,6% do fluxo mundial de turistas, um percentual pequeno se pensássemos no potencial turístico que o país oferece. Observa-se, entretanto, que nos últimos dez anos a participação brasileira no cenário turístico mundial e sul-americano apresentou um crescimento, sobretudo entre 1995 e 1998, no período seguinte manteve-se constante. No ano de 2002 o país apresentou uma ligeira queda na entrada de turistas internacionais (de 4,7 milhões de turistas em 2001 para 3,7 milhões em 2002), recuperando nos anos seguintes. Esta queda na chegada de turistas internacionais ocorre na América do Sul como um todo (de 14,4 em 2001 para 12,5 milhões em 2002), mas não ocorre mundialmente, o que pode sugerir uma migração de turistas internacionais para outras regiões (tabela 6.2).

Tabela 6.2

**PARTICIPAÇÃO DAS CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS NA
AMÉRICA DO SUL, MUNDO E BRASIL – 1995 – 2004.**

CHEGA DE TURISTAS						
Ano	No Mundo (em milhões)	América do Sul (em milhões)	No Brasil (em milhões)	Participação da América do Sul no Mundo (%)	Participação do Brasil na América do Sul (%)	Participação do Brasil no Mundo (%)
1995	565,5	11,8	1,9	2,09	16,88	0,35
1996	596,5	12,9	2,6	2,16	20,66	0,45
1997	610,8	13,5	2,8	2,21	21,11	0,47
1998	626,6	15,5	4,8	2,47	31,08	0,77
1999	650,2	15,1	5,1	2,32	33,82	0,79
2000	688,0	15,2	5,3	2,21	34,96	0,77
2001	684,1	14,4	4,7	2,10	33,14	0,70
2002	702,6	12,5	3,7	1,78	30,28	0,54
2003	688,8	14,2	4,1	2,06	29,10	0,60
2004	762,6	16,3	4,7	2,14	29,41	0,63

Fonte: OMT. In: EMBRATUR, 2005

A participação do Brasil no fluxo de turistas internacionais pode ser considerada pequena se comparada aos principais países receptores de turistas internacionais, porém verifica-se um crescimento na entrada de turistas estrangeiros no país, como demonstra a tabela 6.2. Em 1995 o país recebia 1,9 milhões de turistas, em 2004 passou a receber 4,7 milhões. Dados da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR revelam que o número de turistas estrangeiros no país em 2005 foi de 5,3 milhões, o que representa um crescimento de 14% em relação ao ano de 2004 (gráfico 6.3). Em consequência, a geração de receita em 2005 foi de US\$ 3,861 bilhões, um crescimento de 19,83% em relação a 2004, quando foram gerados US\$ 3,222 bilhões (gráfico 6.4).

Gráfico 6.3

Entrada de Turistas Estrangeiros no Brasil
(milhões de turistas)

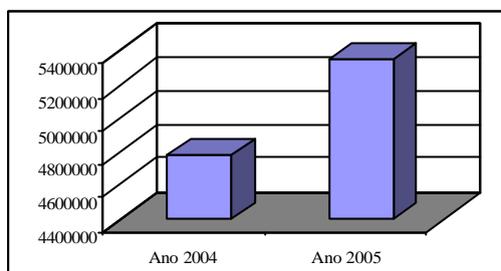
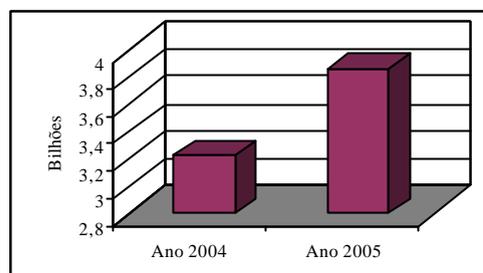


Gráfico 6.4

Geração de Receita (US\$)



Fonte: EMBRATUR, 2006

Considerando a diversidade do espaço brasileiro, a geração de receita pelo turismo pode crescer ainda mais e contribuir para a ampliação das divisas nacionais. Campanhas publicitárias agressivas nas principais áreas emissoras de turistas são fundamentais neste processo.

Os principais fluxos de tráfego internacional de turistas para o Brasil saem da Europa e da América do Sul, cerca de 2 milhões de turistas de cada um deles. Participando com menos da metade, a América do Norte aparece em seguida, enviando cerca de 1 milhão de turistas para o Brasil (tabela 6.3). Da Europa os fluxos se dirigem principalmente para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, e para o Nordeste, com destaque para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Em relação à América do Sul, os fluxos são oriundos principalmente dos países fronteiriços e destinam-se aos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo (EMBRATUR, 2006).

Tabela 6.3

ENTRADA DE TURISTAS NO BRASIL, SEGUNDO A REGIÃO DE RESIDÊNCIA
PERMANENTE – 2005.

Regiões	Entrada de Turistas
África	75 676
América Central	40 081
América do Norte	941 777
América do Sul	2 016 202
Ásia	151 358
Europa	2 069 221
Oceania	26 023
Oriente Médio	35 138
Países não especificados	2 694
Total	5 358 170

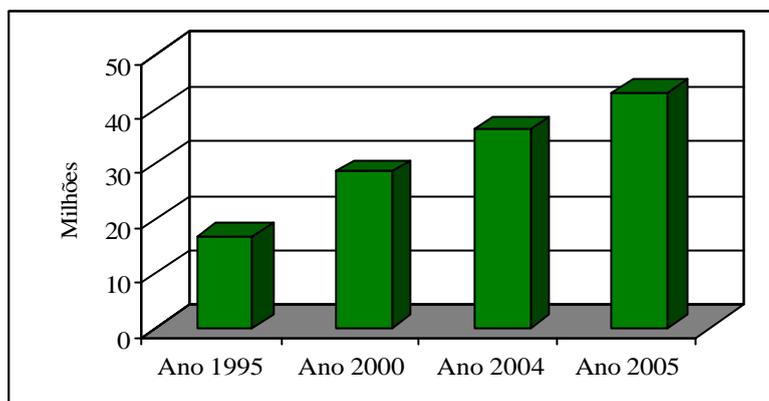
Fonte: EMBRATUR, 2005

Considerando o turismo doméstico, dados da EMBRATUR revelam que o fluxo de turistas que viajam pelo país subiu de 36,5 milhões em 2004 para 43,1 milhões em 2005, um crescimento de aproximadamente 18%. Nos últimos dez anos, envolvendo o período de 1995 a 2005, este crescimento foi de aproximadamente 40,0%, passando de 16,8 milhões de turistas nacionais em 1995 para 43,1 milhões em 2005. Além dos fatores citados anteriormente, como a diversificação de produtos turísticos, o aumento da qualidade do produto turístico, a propaganda, a acessibilidade, dentre outros, contribui para este crescimento a integração de todo o “*trade*”⁷³ turístico nacional que promoveu a redução nos preços dos pacotes turísticos internos, estimulando o turismo pelo país (gráfico 6.5).

⁷³ O *trade* turístico inclui todos os agentes envolvidos com a atividade.

Gráfico 6.5

EVOLUÇÃO DO FLUXO DE TURISTAS DOMÉSTICOS EM AEROPORTOS DO BRASIL



Fonte: EMBRATUR, 2006

O bom desempenho do setor turístico impulsiona o mercado de trabalho, com a ampliação no número de empregos diretos e indiretos em atividades como hotéis, restaurantes, agências de viagens, aluguéis de automóveis, atividades recreativas, transportes. Empregos que atendem a diferentes níveis de escolaridade, absorvendo uma grande parcela da população brasileira. A tabela 6.4 apresenta o crescimento numérico de agências de viagens e de serviços oferecidos pelo setor, dados que podem ser relacionados com a expansão da oferta de empregos diretos produzidos pelo turismo.

Tabela 6.4

AGÊNCIAS DE TURISMO E PRESTADORAS DE SERVIÇOS CADASTRADAS
NO MINISTÉRIO DO TURISMO, POR REGIÕES DO BRASIL.

Região	Agência de Turismo		Meios de Hospedagem		Transportadora de Turismo		Organizadoras de Eventos	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Norte	326	380	139	190	69	74	15	19
Nordeste	1146	1346	669	875	380	402	77	90
Sudeste	3766	3845	1097	1206	2186	2478	255	259
Sul	2003	2080	804	1086	2613	2670	125	157
C. Oeste	683	770	307	507	552	640	99	119
Total	7924	8421	3016	3864	5800	6264	571	644

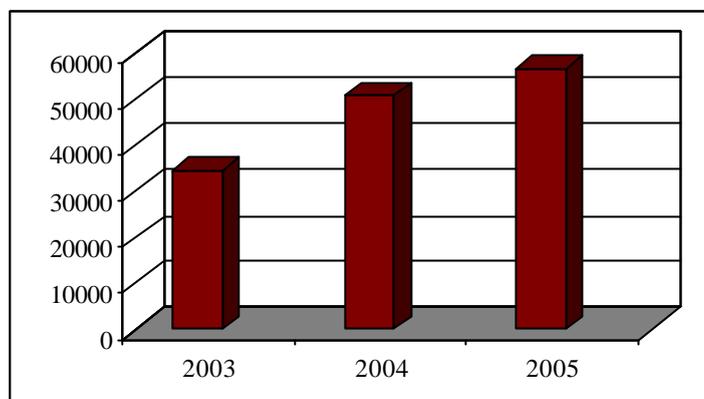
Fonte: EMBRATUR, 2005

Os dados demonstram o crescimento de todos os prestadores de serviços citados na tabela 6.4 em todas as regiões do país, com destaque para a região Sudeste que concentra o maior número de agências de turismo e prestadores de serviços. A região é a que mais investe em infra-estrutura turística, concentrando o maior fluxo de visitas do país, sendo seguida pelas regiões Nordeste e Sul.

Em relação à região Centro Oeste, a exploração do turismo é recente, tendo um número menor de agências do que as regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Mesmo assim, há uma expansão do setor turístico na região, o que pode ser observado pelo aumento do número de agências de viagem e prestadoras de serviços turísticos, que de 2003 para 2004 cresceu 24%. No caso específico de Mato Grosso do Sul uma série de ações estão sendo implementadas para a expansão do turismo no estado, notadamente no Pantanal Sul e no município de Bonito. Como consequência, verifica-se o crescimento da atividade no estado, nas modalidades turismo de negócios (agropecuária e mineração), ecoturismo e turismo rural (Gráficos 6.6 e 6.7).

Gráfico 6.6

ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO MATO GROSSO DO SUL

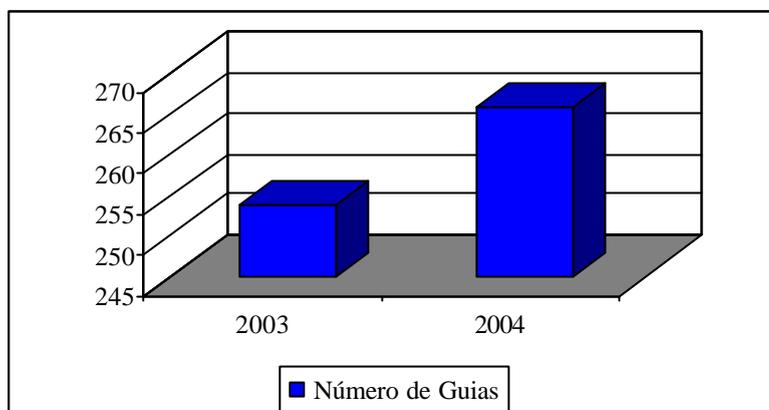


Fonte: EMBRATUR, 2006

Seguindo a tendência nacional, o estado de Mato Grosso do Sul apresentou um aumento na entrada de turistas estrangeiros. Entre 2003 e 2005 houve um crescimento de aproximadamente 50% no fluxo de turistas. A divulgação do estado em feiras e eventos internacionais tem sido constante. Em 2003, o Pantanal Sul foi tema de uma escola de samba do Rio de Janeiro, com o governo do estado investindo cerca de um milhão de reais em publicidade internacional. Em paralelo, o estado e os empresários do setor estão desenvolvendo ações na busca de se adequar a atual fase do turismo – Nova Era do Turismo. O gráfico 6.7 demonstra a preocupação com a qualificação da mão-de-obra local, um fator importante de qualidade no conjunto do produto turístico. O estado de Mato Grosso do Sul, em parceria com os municípios, oferece cursos gratuitos para a população que deseja ingressar na atividade de guia de turismo.

Gráfico 6.7

NÚMERO DE GUIAS DE TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL.



Fonte: EMBRATUR, 2005

A atividade turística no estado complementa as demais atividades produtivas e, ao mesmo tempo, se desenvolve em articulação com a agropecuária e, em alguns casos com a mineração. Neste sentido, o espaço é organizado para desempenhar diferentes funções.

Todo esse crescimento do setor turístico, no Brasil e no mundo, é motivado pela mídia através de agressivas campanhas de marketing e de publicidade que vendem espaços como “paraísos”, e criam no indivíduo e na sociedade a necessidade de viajar (Rodrigues, 2001; Moretti, 2001).

“O turismo introduz novos códigos culturais e propõe novos sistemas de símbolos baseados em imagens que substituem a realidade e conduzem a julgamentos segundo códigos impostos pela mídia” (Rodrigues, 2001: 27).

Para Moretti (2001:53) a substituição do real por fantasias voltadas a satisfazer as necessidades de consumo do homem urbano, transforma o turismo em algo imprescindível para a satisfação pessoal. Dentro desta lógica, Urry (1996) cita que a atividade turística está intrinsecamente vinculada aos valores da sociedade capitalista.

“Ser turista é uma das características da experiência moderna. Não viajar é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades modernas (...). A viagem é a marca de status. É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias” (Urry, 1996: 19, 20).

Os espaços destinados ao lazer e ao turismo multiplicam-se no mundo, em função dos interesses do capital, indo ao encontro das aspirações da população que, manipuladas pelos meios de comunicação de massa, é levada a consumir o produto turismo como uma mercadoria (Rodrigues, 2001).

Neste sentido, a importância econômica da atividade turística é notória, não só pela geração de emprego e renda, como também, pela integração de novas áreas, consideradas excluídas ou estagnadas, a economia mundial.

“No âmbito desse comércio internacional de serviços, da sua expansão e da conseqüente divisão internacional do trabalho e especializações regionais decorrentes, o turismo e o lazer surgem como via potencial de integração de alguns países ou regiões periféricas, constituindo-se assim numa nova fronteira modal e territorial do processo de acumulação” (Falcão, 1996: 65).

Novos espaços são inseridos na divisão internacional do trabalho, seguindo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, criando-se uma organização espacial marcada pela conexão de pontos geográficos em diferentes partes do mundo, articulados por fluxos de capital e pessoas. O desenvolvimento técnico e informacional acelera a integração e articulação entre áreas e, ao mesmo tempo, facilita e agiliza a obtenção de informações sobre as localidades. Nos espaços hegemônicos, o aperfeiçoamento do meio técnico promoveu mais rapidamente a expansão do turismo. Posteriormente, espaços não-hegemônicos são inseridos no sistema, desenvolvendo a atividade, porém em escala bem menor.

Segundo Milton Santos (1988a: 77) “*o espaço é formado de fixos e de fluxos*”. Nesta perspectiva, os espaços turísticos representam áreas de deslocamento de fluxos, embora um conjunto de fixos (estradas, aeroportos, infra-estrutura, equipamentos turísticos) seja construído imprimindo formas espaciais distintas sobre a superfície e/ou redefinindo formas pré-existentes.

“Nestes processos de integração econômica, assume importância cada vez maior a circulação de bens imateriais. Eles disseminam sobre o território formas novas de consumo não materiais. O comércio internacional não pode mais ser pensado somente em produtos primários e de bens manufaturados” (Falcão, 1996: 65).

Como menciona Fonseca (2004: 37) no turismo “o consumidor se desloca, o produto não”. As escalas local e global interagem, exibindo uma descontinuidade territorial, na produção de espaços turísticos. Espaços produzidos artificialmente pelo turismo e para o turismo, por grandes corporações internacionais, por empresários locais e pelo Estado.

O turismo valoriza a diferenciação espacial, mas ao mesmo tempo, nos espaços turísticos, paisagens diferentes são padronizadas, com o objetivo de atender aos interesses do mercado, os ambientes, são, portanto, fabricados. Quando um lugar se esgota, procura-se outro reiniciando o processo de produção e consumo de massa⁷⁴. Esse dinamismo é conduzido por processos de seletividade espacial, coesão e invasão-sucesão.

Mesmo em áreas voltadas para o ecoturismo, onde a produção do espaço se dá por meio da interação, da preservação e da valorização da natureza, o ambiente natural é modificado e se urbaniza, para facilitar o acesso e a contemplação. Os aspectos considerados desagradáveis ao turista são eliminados ou marginalizados, redefinindo-se as formas de apropriação espacial. Nesse movimento, a organização espacial pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças, ou se reestruturar totalmente. A

⁷⁴ A atividade turística busca atingir um número cada vez maior de pessoas, estando, portanto, de acordo com a idéia de produção em grande escala para um consumo de massa (Moretti, 2001).

natureza é valorada. Neste processo, o seu valor de uso é transformado em valor de troca.

“Com o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e a generalização das relações de trabalho assalariado, a relação com a natureza é, antes de mais nada, uma relação de valor de troca (...). Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (Smith, 1988: 94).

Dentro desta lógica, na produção de espaços turísticos o processo de seletividade espacial se acentua, através da exclusão de áreas que não atendam aos critérios de racionalização.

“Há um conflito que se agrava entre o espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com objetos e as normas estabelecidas para servi-los” (Santos, 1994: 18).

Atendendo aos interesses da atividade, espaços são requalificados para exercer a função turística, esse dinamismo desencadeia novos processos espaciais no destino e no entorno. Nesse processo, espaços turísticos podem desempenhar exclusivamente a função turística ou podem conter uma variedade de atividades exercendo diferentes funções. Em alguns casos, o turismo é desenvolvido de forma articulada com outras atividades produtivas (turismo rural, por exemplo), em outros pode ocorrer divergências, gerando conflito de interesses. Nestes casos, as ações governamentais são fundamentais na gestão do uso do espaço.

A atividade turística impõe mudanças sócio-culturais e espaciais que provocam desequilíbrios. Novas relações de trabalho, novas formas de organização espacial, carregadas de conflito, que estão no centro da produção espacial deste início

de século. Mas, por outro lado, se apresenta como uma fonte de crescimento econômico para áreas que contenham as características necessárias para a sua transformação como atrativo. Isto é particularmente importante em locais que apresentam estagnação econômica ou estão excluídos do processo produtivo. Desta perspectiva partimos para a compreensão do desenvolvimento da atividade no Pantanal Sul.

6.2 – Turismo no Pantanal Sul

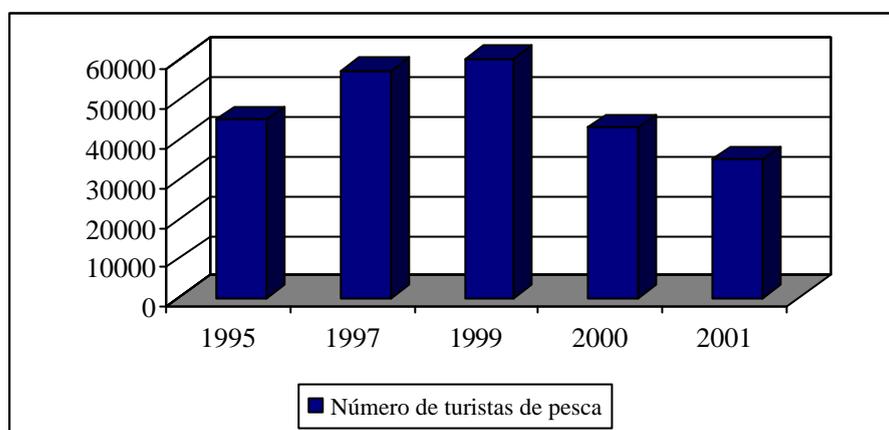
O turismo no Pantanal Sul esteve centrado, inicialmente, na pesca esportiva. A grande piscosidade dos rios, notadamente os rios Paraguai e Miranda, confere à região uma grande potencialidade para o desenvolvimento desta atividade. Em função desta característica, ao longo das décadas de 1980 e 1990 estruturou-se um forte setor turístico pesqueiro no Pantanal Sul, com barco-hotel, pesqueiro, hotel-pesqueiro, camping, acampamentos, rancho de pesca e barcos de passeio.

Observa-se um processo de coesão espacial destes empreendimentos, sobretudo às margens dos rios Paraguai, Miranda e Aquidauana, e em localidades específicas do Pantanal, como a região de Albuquerque, localizada no município de Corumbá, a 70 quilômetros da cidade.

O setor turístico pesqueiro especializou-se em oferecer serviços para um único tipo de cliente, os pescadores esportivos ou amadores, oriundos de Mato Grosso do Sul e de outros estados do País. Entretanto, a partir do ano 2000 o turismo de pesca entrou em crise, com um decréscimo no número de pescadores que visitam a região (gráfico 6.8).

Gráfico 6.8

FLUXO DE TURISTAS DE PESCA



Fonte: Catella e Piovezan⁷⁵

Esta diminuição explica-se pela baixa qualidade do produto turístico e pela falta de infra-estrutura e de planejamento. Assim, o Pantanal Sul apesar de conter vantagem comparativa (rios com volume e variedade considerável de peixes) tornou-se pouco competitivo no início dos anos 2000, recebendo um número cada vez menor de turistas. Em consequência, ocorreu a transformação de muitos campings e pesqueiros em pousadas direcionadas para o ecoturismo.

“Com a crise da pesca esportiva a partir de 2001, resolvi investir no turismo rural e no ecoturismo. Hoje recebo um novo público, bem mais informado e educado. O pescador gastava mais, porém dava mais trabalho” (Empresário do setor turístico, proprietário de hotel e arrendatário de fazenda no Pantanal de Abobral – Entrevista realizada em maio de 2004).

Ao turismo de pesca associa-se uma série de aspectos negativos como a destruição da infra-estrutura dos hotéis e barco-hotéis e o aumento da prostituição

⁷⁵ Disponível na internet via <http://www.cpap.embrapa.br>.

principalmente de crianças e adolescentes nos municípios pantaneiros de maior difusão da atividade. A organização do espaço reflete esta afirmação através da coesão espacial de bares, boates e pontos de prostituição próximos às áreas de hospedagem do turista de pesca.

Interessante destacar que, procurando atrair um maior número de pescadores esportivos para o Pantanal Sul e com o objetivo de tornar a região mais competitiva em relação a outras áreas dedicadas ao turismo de pesca, os empresários do setor passaram a agenciar o trabalho de mulheres para acompanhar os turistas no período de estadia.

Ao mesmo tempo, ofereciam um produto pouco diversificado e de baixa qualidade. Neste sentido, o turismo de pesca desenvolvido no Pantanal Sul até o início da década de 2000, não se adequou às exigências da Nova Era do Turismo, o que promoveu o declínio do fluxo de turistas, a estagnação da atividade e a marginalização deste espaço.

Atualmente, observa-se um esforço integrado por parte do setor público e privado para revitalizar o turismo de pesca na região, a partir de um desenvolvimento associado às novas modalidades de ecoturismo e de turismo rural, dinamizadas a partir de meados dos anos de 1990. O objetivo central é associar vantagem comparativa com vantagem competitiva, oferecendo um produto turístico diversificado e de qualidade, dentro dos padrões definidos pela globalização.

Em relação ao turismo ecológico sua expansão inicia-se na década de 1990, mas os primeiros turistas, ecologistas e naturalistas, chegam à região por volta dos anos de 1970. Foi neste período que, maravilhados, começaram a chamar o Pantanal de “santuário ecológico”. Eles chegaram, de início, em pequeno número, depois em bandos, com mochilas, sacolas, câmeras fotográficas e ar de êxtase e admiração ecológica. E foram fotografando os jacarés, tamanduás, tuiuiús, veados⁷⁶.

Os turistas ecológicos que visitavam o Pantanal nos anos de 1970 e 1980 hospedavam-se em pequenas pousadas ou em barracas, no meio do mato, orientados por locais sem nenhuma relação com agências de viagens ou empresas de turismo. A cidade de Corumbá exercia a função de ponto de referência para estes turistas.

⁷⁶ O Pantanal como um todo apresenta uma densidade média de 4,3 jacarés, 1,8 capivaras e 0,3 cervos por km². Além disto, espécies ameaçadas de extinção como a onça, a ariranha e a arara azul, prosperam na região (Fernandes, 2001).

Na década de 1990, sobretudo a partir da segunda metade, este segmento começa a ganhar força e passa a se organizar, juntamente com o surgimento de uma nova modalidade, o turismo rural. Em paralelo, o setor turístico pesqueiro se reestrutura, com investimentos em planejamento e melhoria de infra-estrutura.

Como conseqüência, o turismo vem se destacando na economia pantaneira, apresentando resultados positivos, acompanhando o desempenho de setores tradicionais, tornando-se um importante fator de desenvolvimento econômico e social para a região. A diversificação de modalidades possibilitou uma adaptação às condições locais e favoreceu o seu crescimento.

Neste processo, o espaço do Pantanal Sul se adapta a uma nova função, a função turística, diversificando suas especializações produtivas. Como resultado há um aumento dos investimentos na região, fortalecendo sua participação na divisão territorial do trabalho.

6.2.1 – As modalidades recentes de desenvolvimento turístico no Pantanal Sul: o ecoturismo e o turismo rural

O Pantanal Sul corresponde a um ecossistema de 89 318 km² de áreas úmidas entremeadas de cerrado. Sua biodiversidade abriga cerca de 3 500 espécies de plantas, 264 de peixes, 652 de aves, 102 de mamíferos, 177 de répteis e 40 de anfíbios (Lourival *et. al.*, 2000, In: Fernandes, 2001). O regime anual de inundações que mantém áreas alagadas na planície representa um fator fundamental de manutenção dessa biodiversidade. O ciclo das cheias determina a disponibilidade de áreas secas e inundadas, que por sua vez, influencia a distribuição sazonal de diversas espécies.

Toda essa variedade de vida contribui para o equilíbrio e estabilidade desse ecossistema, ao mesmo tempo em que é responsável pela inclusão do Pantanal como Patrimônio Nacional na Constituição Brasileira de 1988 e pela inclusão do Pantanal na Convenção RAMSAR de Áreas Úmidas de Importância Internacional.

A beleza natural da região representa o elemento determinante para a sua inclusão no roteiro turístico mundial. A década de 1990 marca a dinamização da

atividade. Inicialmente, a proposta de desenvolvimento turístico na região baseou-se no ecoturismo. Porém, com a crise econômica da pecuária de corte tradicional, é valorizada a perspectiva do uso das fazendas como atrativo turístico. Muitos pecuaristas locais, proprietários de terra, decidem investir nesta atividade como uma fonte alternativa de renda, amenizando a crise econômica citada. Neste processo as tradicionais fazendas de gado, transformam-se em fazendas-hotéis. Fomenta-se, assim, o ecoturismo e o turismo rural, atividades diferenciadas, mas com desenvolvimento integrado no Pantanal Sul.

O ecoturismo envolve uma atividade voltada para a natureza. As ofertas de viagens, propagadas e incentivadas pela mídia, utilizam o marketing de “paraísos”, “eldorados”, “santuários ecológicos”. A natureza, para ser vendida e gerar lucro, precisa estar conservada, portanto, exige cuidados para se manter útil ao capital (Vargas, 1999). Isso indica o desenvolvimento de uma atividade mais planejada e mais coerente com a exploração dos recursos naturais e culturais.

“O ecoturismo é um novo produto turístico de real potencial econômico-social e seu desenvolvimento propiciará a divulgação de nosso patrimônio ambiental aos cidadãos brasileiros e, também, de outras nações, que queira conhecê-lo e conosco compartilhá-lo” (MICT/MMA, 1994 In: Coelho, 1998: 77).

O turismo rural engloba o gozo das férias em fazendas, onde toda a atividade turística acontece no campo. É um produto que atende a demanda de uma clientela atraída pelo consumo de bens e serviços no ambiente rural. Segundo Portuguez (2002), a EMBRATUR define o turismo rural da seguinte forma:

“Atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para a prática agrícola e pecuária” (Portuguez, *Ibid*: 76).

O desenvolvimento do ecoturismo e do turismo rural ocorre de forma articulada no espaço rural pantaneiro e dota a região de uma nova função produtiva, a função turística, que se desenvolve em associação com a função agropecuária. Do total das 331 fazendas de gado estudadas neste trabalho, 91 desenvolvem a atividade turística, o que representa 27,5% do total. Essas fazendas de gado são transformadas em fazendas-hotéis, diversificando os investimentos e agregando valor à propriedade.



Foto 17: atividade turística no Pantanal Sul (foto Ricardo Rodrigues)

A rentabilidade do empreendimento turístico estimula a expansão do negócio nas tradicionais fazendas de gado e, mais recentemente, nas fazendas modernas, diversificando as atividades na fazenda não só em termos de produção como também de setor da atividade econômica.

“Com a divisão da propriedade do meu avô e com a necessidade de maiores investimentos na pecuária, passamos um período de grande dificuldade. Surgiu, então, em 1996 a perspectiva de introduzir a atividade turística como uma alternativa de renda. Inicialmente meu pai foi contra, mas

depois de muita insistência aceitou a idéia, e em 1997 iniciamos a atividade. A introdução do turismo salvou a fazenda e, hoje, representa 50% da nossa receita, meu pai continua torcendo o nariz, mais está felicíssimo com o retorno financeiro” (Empresária do setor turístico, proprietária de uma fazenda-hotel na sub-região de Aquidauana e filha de um pecuarista tradicional da região – Entrevista realizada em agosto de 2003).

É, sobretudo, a partir de meados da década de 1990 que ocorre o fomento do turismo rural e ecológico, inicialmente por iniciativa governamental e, em seguida, pela participação da comunidade. A crise na pecuária sinalizava para a necessidade de um redirecionamento econômico. É quando o turismo é implantado na perspectiva da Nova Era do Turismo, traduzindo-se em uma reação à conjuntura econômica vigente.

Como os atrativos naturais existentes na região são os componentes fundamentais para o desenvolvimento do setor, o turismo desponta como uma atividade promissora, condizente com as propostas de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a dimensão ambiental é incorporada ao processo de desenvolvimento regional, com uma valorização da natureza enquanto elemento integrante da reprodução capitalista.

“A fazenda possui projetos científicos de preservação de espécies ameaçadas de extinção realizados em parceria com universidades, como o projeto arara-azul e o da onça – pintada. As onças representam uma ameaça para o gado, mas o que nós perdemos na pecuária ganhamos com o turista” (Gerente de um empreendimento turístico na sub-região de Miranda – entrevista realizada em novembro de 2004).

No espaço pantaneiro, a atividade turística é desenvolvida em associação com a pecuária. Neste sentido, nas 91 fazendas estudadas que apresentam multiespecialização produtiva, o desenvolvimento das atividades ocorre de forma integrada, compatíveis com a preocupação ambiental. Nessas fazendas, há um estímulo à

produção pecuária extensiva, com o uso de tecnologias sustentáveis que se harmonizem com o ambiente natural. A pecuária orgânica, realizada em sistema orgânico de produção, com emprego de tecnologias agroecológicas, é praticada em 11% dessas propriedades.

Deve-se destacar que a inclusão da dimensão ambiental nas políticas de desenvolvimento é um componente novo e fundamental para a aquisição de financiamento externo. Em consequência, ações conservacionistas são implementadas visando o desenvolvimento em bases sustentáveis. Ao mesmo tempo, contribuem para a valorização do produto interno no mercado internacional.

Dentro desta perspectiva, para estimular o crescimento da atividade, nas modalidades citadas, uma série de ações governamentais e não governamentais são implementadas. Em 1993, sob o clima da Rio - Eco 92, foi oferecido o primeiro curso para guias de turismo ecológico em Bonito. A partir daí, o município investe em infraestrutura, passeios turísticos – ecológicos e qualificação da mão-de-obra, promovendo um empreendimento altamente rentável.

A dinamização da economia de Bonito estimulou os municípios do Pantanal Sul, notadamente Miranda, Aquidauana, Corumbá e, mais recentemente Coxim, a transformarem suas estruturas visando atender aos interesses dessas novas modalidades.

Nesta direção, os municípios, seguindo a Política Nacional de Turismo do Governo Federal, implantaram os Conselhos Municipais de Turismo e as Secretarias Municipais de Turismo. Paralelamente, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul implantou em 1999 o **PDTUR – Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul**, em parceria com instituições públicas e privadas.

O PDTUR tem como premissa “*a promoção do desenvolvimento turístico sustentável entendido como crescimento econômico, equidade social e a conservação da natureza com dimensões diferentes, porém complementares de um processo*” (PDTUR, 1998: 17). Sua proposta de desenvolvimento turístico baseia-se na municipalização, estando de acordo com o Programa Nacional de Municipalização do

Turismo (PNMT) ⁷⁷, desenvolvido pela EMBRATUR em parceria com o Ministério do Turismo. O PDTUR tem como objetivo central:

“Estabelecer as orientações para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos municípios, através do fortalecimento de sua função turística, conduzindo-o de maneira a minimizar seus efeitos prejudiciais e maximizar seus benefícios para a economia e a sociedade local e regional” (PDTUR, 1998: 14).

O planejamento da atividade turística valoriza a participação da comunidade local, a geração de emprego e renda e o crescimento econômico. Nos municípios do Pantanal Sul as ações do PDTUR incluem a capacitação da mão-de-obra, com o objetivo de adequá-la às necessidades da atividade turística; o planejamento da atividade, com a definição de estratégias e ações relacionadas ao desenvolvimento turístico nos municípios e a divulgação da região; o estabelecimento de um calendário turístico com a definição de festas típicas e eventos de caráter permanente visando um fluxo regular de turistas; a divulgação da região; dentre outras.

O segundo grande programa de desenvolvimento regional que inclui propostas de fomento para a atividade turística em bases sustentáveis é o **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal – Programa Pantanal**, elaborado pelo governo federal em parceria com os governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, organizações não-governamentais, universidades públicas e privadas e comunidade local.

Para o turismo, o programa estabelece uma série de diretrizes com o objetivo de promover o ecoturismo, o turismo rural e a atividade pesqueira de forma sustentável. As ações globais do Programa Pantanal incluem a criação de Unidades de Conservação e de Estradas-Parques e incentivos à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com o objetivo de preservar a biodiversidade, a cultura e os

⁷⁷ O PNMT tem como princípios gerais a descentralização, a sustentabilidade, o estabelecimento de parcerias, a mobilização e a capacitação (PNMT, 1999:11).

recursos genéticos do Pantanal Sul. Ao mesmo tempo, o Programa partiu para a capacitação de mão-de-obra, criando um centro de treinamento e formação de profissionais na cidade de Corumbá, e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTUR, como meta de mostrar o Pantanal para o Brasil e para o mundo e, conseqüentemente, atrair turistas para a região.

Fica evidenciado que a busca por um desenvolvimento turístico sustentável é percebida como importante para o bom desempenho da atividade que centra o seu dinamismo no recurso ambiental. A preocupação com o uso do espaço, com a sua forma de ocupação e com a repercussão sobre a qualidade ambiental, é decisiva para a definição de produto turístico de qualidade no Pantanal Sul. Ao mesmo tempo, contribui para a inclusão do local no global.

Os empresários do setor, por sua vez, assimilam as propostas de desenvolvimento sustentável e estão cada vez mais organizados em associações como a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira de Mato Grosso do Sul – ABIH/MS e a Associação das Pousadas Pantaneiras – APPAN. Ao mesmo tempo, investem fortemente na ampliação da capacidade de hospedagem, em infra-estrutura cada vez mais sofisticada, na construção de equipamentos de lazer e, em propaganda e marketing.



Foto 18: conforto das fazendas-hotéis do Pantanal Sul. (foto Ricardo Rodrigues).

Visando atrair um número crescente de turistas para a região os empresários preparam *folders* bilíngües (português e inglês) com os seguintes dizeres:

“Esta é uma ótima oportunidade para o visitante conhecer uma belíssima região do Pantanal Sul, suas matas ciliares, seus rios e

corixos, com safáris fotográficos fluviais, passeios de barco e a cavalo, *trekking* nas planícies pantaneiras, trilhas suspensas sobre enchentes, passeios em carro aberto pelas reservas florestais e campos irrigados, o paraíso do observador de pássaros, enfim, um mergulho de cabeça na flora e na fauna pantaneira”.

Os governos municipais também produzem *folders* bilíngüe (português e inglês), mostrando-se empenhados na divulgação do turismo.

“Localizado no centro do Pantanal Sul, Miranda é um excelente destino para o turista, oferecendo inúmeras opções: turismo ecológico, onde o turista pode desfrutar a beleza da flora e da fauna pantaneira; turismo rural, onde o turista pode participar da vida ativa de uma típica fazenda pantaneira; turismo de pescaria esportiva, longa tradição de bons serviços e peixes em abundância”.

Observa-se um discurso focado na valorização da natureza e na idéia de encantamento voltado para segmentos da sociedade, em geral mais capitalizados, que buscam uma alternativa ao turismo de massa.

O discurso do ecoturismo também está presente na mídia que através da televisão e da imprensa escrita divulga constantemente a região com especiais sobre a preservação da natureza, programas sobre ecoturismo e turismo rural, e nas agências de viagens que conectam a região ao mundo. A imagem do Pantanal Sul divulgada pela mídia e pelas agencias de viagem, tais como “santuário”, “paraíso” é fator fundamental de atração turística. Deve-se destacar que essa imagem assumida pela região atende as expectativas e motivações do turista que visita o Pantanal Sul, repercutindo positivamente na sua divulgação.

“Estou no paraíso respirando ar puro, sossegado. Nunca me senti tão próximo de Deus como aqui neste lugar de céu azul, de muita água, cheio de bichos e com toda essa natureza” (depoimento de um turista de São Paulo extraído do livro de visitas da Fazenda Santa Cruz – Pantanal de Aquidauana, agosto de 2004).

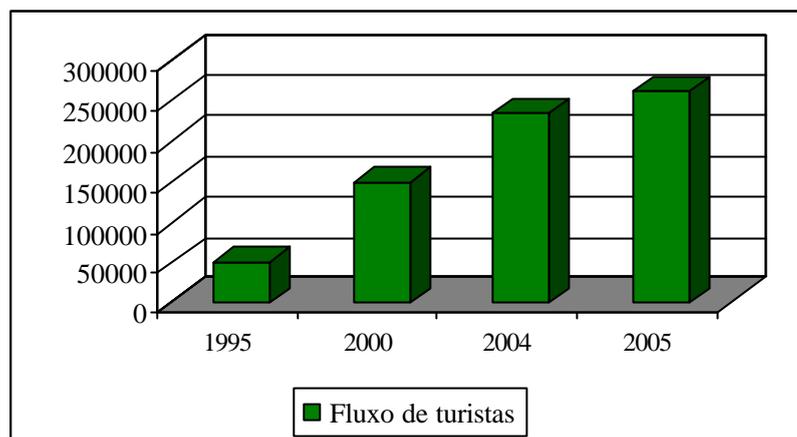
A oferta de um produto turístico de qualidade contida na Nova Era do Turismo envolve não só a consolidação de atrativos que atendam as expectativas criadas pelo turista, como também, a instalação de infra-estrutura. Nesta direção, obras de infra-estrutura ligadas à acessibilidade, maior dificuldade da região em função das cheias periódicas, concentram os investimentos. A pavimentação asfáltica da BR 262 na década de 1980, a construção e manutenção permanente de pontes, a construção do aeroporto de Bonito e a reforma e ampliação do aeroporto de Corumbá, a revitalização do Trem do Pantanal, a revitalização da hidrovia do rio Paraguai, representam ações que fortalecem a função turística deste espaço dinamizando sua inserção no roteiro turístico mundial.

Esses elementos somados aos serviços oferecidos e aos meios de hospedagem que investem cada vez mais em qualidade, assumem um papel importante na definição da competitividade do Pantanal Sul. Soma-se a isto, os recursos naturais da região que são imprescindíveis no processo de sua valorização pelo fato de que só são aproveitados no local. A conjugação de todos os elementos define a competitividade do produto turístico pantaneiro.

Como consequência, observa-se o crescimento do fluxo de turistas no Pantanal Sul. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Mato Grosso do Sul – ABIH/MS, em 2005 o Pantanal Sul recebeu 260 568 mil turistas nacionais e estrangeiros, o que representa uma circulação de aproximadamente R\$ 110 milhões de reais. O número de turistas em 2005 foi 10% superior ao ano de 2004, onde foram registrados 234 512 mil turistas, com uma arrecadação de 90 milhões de reais, aproximadamente (gráfico 6.9).

Gráfico 6.9

NÚMERO DE TURISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIROS HOSPEDADOS NO PANTANAL SUL



Fonte: ABIH/MS, 2005

O gráfico 6.9 demonstra o crescimento contínuo do fluxo de turistas para o Pantanal Sul nos últimos dez anos, com um percentual de crescimento de 80%. Considerando o ano de 1995, do total de turistas que visitaram o Pantanal Sul (50 000 mil turistas) 80% buscaram o turismo de pesca e apenas 20% o ecoturismo e o turismo rural, modalidades que começavam então a se estruturar. A partir dos anos 2000 houve uma inversão neste processo, com a diminuição do fluxo de turistas de pesca e o aumento do fluxo nas demais modalidades. Diante deste cenário, pode-se concluir que o crescimento do fluxo de turistas para o Pantanal Sul, nos últimos dez anos (sobretudo a partir do ano 2000), está vinculado à expansão do ecoturismo e do turismo rural. Como atualmente o setor de pesca esportiva está se adequando às novas exigências do mercado consumidor, e como o setor como um todo desenvolve ações que estão estimulando a expansão da atividade, cria-se a perspectiva de aumento deste percentual.

O crescimento da demanda é acompanhado pela ampliação da oferta. Dados da ABIH/MS demonstram um crescimento de 30% no número de leitos no Pantanal Sul, passando de 4859 leitos em 2000 para 6 938 leitos em 2005. Dados de campo revelam que somente no município de Miranda, 71% das propriedades rurais

localizadas no Pantanal investiram no desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo em associação com a atividade pecuária de corte.

Uma questão central que surge relacionada a esse crescimento contínuo da demanda e da oferta no Pantanal Sul é a de qual a capacidade de suporte ideal para a atividade considerando as peculiaridades da região? Como promover crescimento com sustentabilidade?

Dados de campo revelam que os hotéis e posadas, apesar de estarem ampliando seus negócios, trabalham com uma capacidade ociosa de aproximadamente 40%, fato que permite a hospedagem de um maior número de pessoas.

Por outro lado, há uma concentração espacial da atividade. Embora se tratando de uma região muito extensa, o desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo está concentrado nos pantanais de Aquidauana, Miranda, Abobral e, em menor escala, na Nhecolândia, o que corresponde a aproximadamente 28,3% da área total do Pantanal Sul. Esta concentração espacial vincula-se a vantagens comparativas e competitivas. Nessas sub-regiões as belezas naturais somam-se a maior oferta de meios de hospedagem de qualidade, a diversidade de serviços oferecidos, a maior disponibilidade de infra-estrutura de acesso, sobretudo nos Pantanais de Aquidauana, Miranda e Abobral, e a propaganda intensiva por parte do setor privado ali localizado.

Cresce o número de empregos diretos e indiretos para a mão-de-obra qualificada⁷⁸ com formação em hotelaria, turismo e administração, e para atividades como guias de turismo, cozinheiros, copeiros, piloto⁷⁹. Em 60% das fazendas estudadas, o turismo emprega um gerente, sendo que 85% possuem formação superior e curso de inglês e/ou espanhol. A maioria, cerca de 80%, são de fora da região, deste percentual 40% são oriundos de cidades do estado de Mato Grosso do Sul e 60% de outros estados.

A população também está crescendo. Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento médio da população do Pantanal Sul foi de 2.49% (IBGE, 2000) (tabela 6.5).

⁷⁸ O salário pago para a mão-de-obra qualificada que atua na atividade turística varia de 5 a 10 salários mínimos.

⁷⁹ Mão-de-obra especializada em pilotar barcos.

Tabela 6.5

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO 1999 – 2000.

	1996	2000	TAXA DE CRESCIMENTO
PANTANAL	272 344	296 788	2.49
MATO GROSSO DO SUL	1 927 834	2 075 275	1.86

Fonte: IBGE, 2000

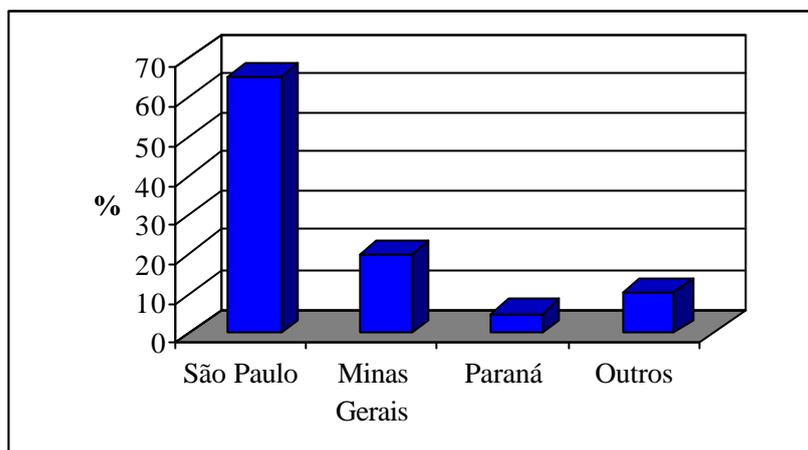
Em relação à origem do turista, dados de campo demonstram que cerca de 65% dos turistas que visitam o Pantanal Sul anualmente são estrangeiros, com destaque para os europeus. Os brasileiros compreendem 35% do total, formados por paulistas da capital principalmente.

O sonho da vida no campo que permeia o imaginário do homem urbano é evidenciado na análise dos dados de campo⁸⁰ referentes à origem dos turistas nacionais (gráfico 6.10) e estrangeiros (gráfico 6.11) que visitam o Pantanal Sul. Os dados demonstram que a maioria reside em áreas com elevados índices de urbanização.

⁸⁰ Os dados de campo sobre a atividade turística foram obtidos através de questionários (91) e entrevistas (9).

Gráfico 6.10

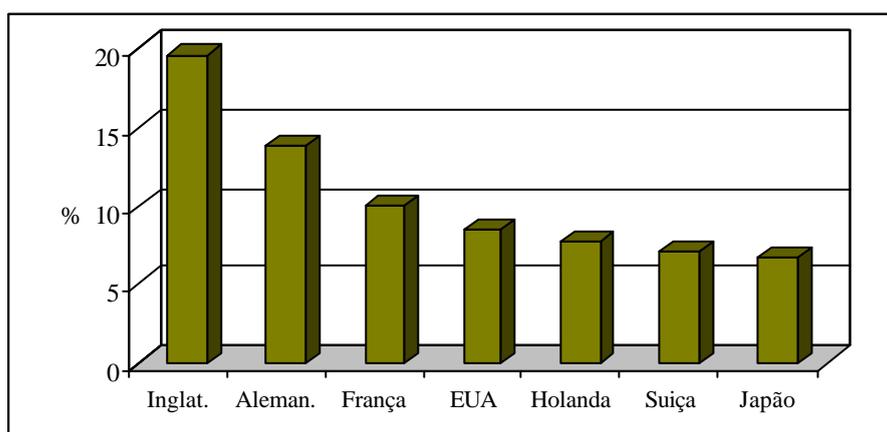
FLUXO DE TURISTAS NACIONAIS PARA O PANTANAL SUL, SEGUNDO O ESTADO DE ORIGEM DO TURISTA – 2004.



Fonte: Trabalho de Campo, 2004

Gráfico 6.11

PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES DE TURISTAS PARA O PANTANAL SUL – 2004.



Fonte: Trabalho de campo, 2004

O turista que visita o Pantanal Sul é atraído pela esperança de descobrir ou encontrar um mundo natural, um mundo não alcançado pelo modernismo capitalista, e ao mesmo tempo, busca desfrutar da vida no campo. A aproximação com a vida no campo (contato com o gado, com cavalos) e com a natureza, representa uma forma de aliviar as tensões diárias as quais estão submetidos. Ao contrário do pescador esportivo, este novo turista valoriza a paisagem natural e a cultura local. Neste sentido, a necessidade de preservação é fundamental para o sucesso do empreendimento.

Contudo, o desenvolvimento da atividade turística em espaços naturais como o Pantanal Sul está condicionado à intervenção e exploração do ambiente natural que é modificado para facilitar o acesso e a contemplação. Os aspectos considerados desagradáveis ao turista são eliminados, rompendo com a ordem natural existente.

O campo se urbaniza para se adaptar à nova atividade. Neste processo, as fazendas são transformadas, tornando-se mais modernas e sofisticadas para atender aos visitantes.

O conforto urbano é uma exigência do próprio turista. Neste sentido, as fazendas pantaneiras, que até 1995 não dispunham de luz, possuem hoje sauna, piscina, ar – condicionado, internet, TV a cabo, fax, frigobar, dentre outros elementos que alteram e comprometem a vida do lugar.

Atrativos turísticos são construídos dentro e fora das propriedades rurais para realizar o sonho da vida no campo, e aproximar de alguma forma, o homem urbano da vida rural pantaneira, baseada nas tradições da pecuária de corte. Surgem novos equipamentos, como estacionamentos, sanitários, telefones, postos de venda de produtos, alojamentos, lagos para pesca recreativa, trilhas ecológicas e mirantes, inter-relacionando o natural e selvagem com conforto e segurança.

Esse movimento é necessário para a inserção do Pantanal Sul no roteiro turístico global cada vez mais competitivo e inerente às influências a que está subordinado, como um espaço não hegemônico. Para se tornar “atrativo” o Pantanal se transforma, padronizando estilo, estética e atendimento⁸¹, para satisfazer ao turista. Apesar das especificidades regionais que torna o Pantanal um espaço diferenciado, de valorização turística, a articulação do local com o global leva à universalização do sistema técnico e à homogeneização do seu espaço produtivo.

⁸¹ Para Luchiari (1999: 131) a atratividade dos lugares turísticos precisa ser vendida, sendo constantemente recriada e padronizada em estilo, estética e atendimento.

Como exemplo pode-se citar a modernização dos hotéis e das fazendas-hotéis que no início da atividade eram rústicos, e hoje tornam-se cada vez mais sofisticados fugindo das características locais que foram determinantes na valorização da região dentro da lógica de integração / diferenciação de áreas. Novas paisagens são criadas no Pantanal Sul, num processo crescente de racionalização e homogeneização do espaço.

Aspectos da cultura local são alterados para atender aos interesses do mercado e vendidos como mais um atrativo turístico da região. Na lista de atrações turísticas do Pantanal o visitante pode, por exemplo, acompanhar por algumas horas, ou até mesmo dias, comitivas de peão de boiadeiro no interior das fazendas (Jornal Folha de São Paulo, 02/03/1998). Essa possibilidade integra o conjunto de transformações que ocorrem no Pantanal Sul, onde o cotidiano rural é inserido numa valorização mercantil, transformando-se em atrativo de lazer para o turista urbano. Essa transformação sobrecarrega o peão de boiadeiro que passa a concentrar o conjunto de afazeres da fazenda com a atividade de guia turístico.

Neste processo os hábitos locais são alterados. Antes, os peões pantaneiros viviam isolados, seus assuntos voltavam-se para onças, cobras, tombos, assombrações. Hoje, com a tv via satélite, fala-se das novelas e do *big brother*. Ao mesmo tempo, os celulares passam a fazer parte do aparato dos peões.

A concepção de ecoturismo e mesmo de turismo rural está integrada à noção de desenvolvimento sustentável, tendo como base a utilização de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação. Contudo, como se trata de uma atividade capitalista que tem por objetivo o lucro, a sustentabilidade pode ser comprometida em função da valorização de elementos que se transformam em mercadoria, e são ajustados aos interesses do mercado.

O espaço é produzido por uma necessidade criada pelo mercado. Neste sentido, o desenvolvimento da atividade turística acaba dotando cada lugar de uma racionalidade econômica, medida pela quantificação do lucro.

Neste cenário de mudanças que vivencia o Pantanal Sul, um dos principais desafios é o de conciliar o crescimento da atividade turística com a conservação do equilíbrio sócio-ambiental e cultural existente na região. Isso exige que as intervenções no local se façam de forma planejada, compatível com a capacidade de

suporte, e com a participação das comunidades envolvidas, mesmo considerando seus objetivos globais. O turismo, como qualquer outra atividade econômica, traz benefícios e malefícios, independentemente da proposta de desenvolvimento sugerida para cada sub-espço.

No Pantanal sul esse planejamento é facilitado porque o turismo é conjugado com a pecuária de corte, duas atividades compatíveis, pois são capazes de conservar os recursos naturais e culturais existentes. Especial atenção deve ser dada para que a expansão do turismo não ocasione a destruição do próprio recurso, como ocorre em algumas áreas, em função do uso inadequado do espaço, da pressão turística na alta temporada, dentre outros problemas.

CONCLUSÃO

A reestruturação do modo de produção capitalista produziu transformações geoeconômicas nas diferentes escalas geográficas. Neste sentido, este trabalho procurou compreender o processo de valorização produtiva do Pantanal sul-mato-grossense e as suas conseqüências na organização do espaço.

O final da década de 1960 marca um novo processo de reestruturação do capitalismo mundial com a passagem do modelo fordista de produção, baseado na acumulação rígida, para um modelo pós-fordista de produção baseado na acumulação flexível que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e do consumo. Esse processo produziu transformações sociais, econômicas, políticas e espaciais dando início à chamada Terceira Revolução Industrial, comumente conhecida como globalização.

Com a globalização, as mudanças na produção (mudanças tecnológicas, organizacionais e de gerenciamento), a sofisticação dos sistemas de transporte, de comunicação e de informação, a expansão nas atividades de serviços e o crescimento da produção de alta tecnologia vêm alterando a organização espacial do capitalismo. Esse movimento se expressa na reestruturação dos espaços e na incorporação de novas áreas ao sistema produtivo mundial, dentro da lógica integração/diferenciação de áreas que caracteriza a divisão territorial do trabalho.

É neste contexto de mudança que o Pantanal Sul é valorizado como uma área rural especializada na produção pecuária e no turismo, atividades que se desenvolvem de forma integrada. As vantagens comparativas da região foram fundamentais para esta valorização. Considerando a pecuária de corte, a presença de vastos campos com pastagens naturais de qualidade, favorece o desenvolvimento de uma produção de bovinos de baixo custo, estimulando investimentos no setor, justamente no momento em que há um crescimento do mercado consumidor nacional e internacional. Em relação ao turismo, o Pantanal Sul constitui uma região belíssima, representada pela exuberância da fauna e da flora e pelo ciclo das águas, onde por mais de 300 anos, o homem desenvolveu sua atividade econômica mantendo o equilíbrio do

ecossistema, o que favoreceu o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo rural no espaço rural pantaneiro.

Entretanto, a presença de vantagens comparativas não foi condição suficiente para a inserção do Pantanal Sul na atual divisão territorial do trabalho, sendo necessário a criação de um ambiente competitivo. Esse processo produziu transformações na ordem geoeconômica vigente, com o objetivo de adaptar a região às novas condições de competitividade. Neste sentido, observa-se, nos últimos quinze anos, um movimento de modernização que rompe com uma estrutura tradicional de produção e com a inércia espacial existente.

Em relação à pecuária de corte, a consolidação da região como uma área de produção de carne bovina de qualidade capaz de abastecer o país e o mundo está condicionada à modernização do sistema de produção, o que significou a introdução de novos modelos de gestão e de gerência e de novas técnicas de manejo, buscando o aumento da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos, assim como a diversificação da produção e a oferta constante. A inserção competitiva da região no mercado exige, ainda, o cuidado com a sanidade animal, que no Pantanal Sul se vincula, principalmente, ao controle da Febre Aftosa.

Neste contexto, a pecuária passa a ser desenvolvida em bases empresariais administrada a partir de uma nova racionalidade produtiva, econômica e espacial, o que exige um volume maior de capital. Este processo é conduzido por empresários rurais de fora da região, em geral mais capitalizados, e que atuam em múltiplos ramos de atividade.

Esses empresários flexibilizam espacialmente a produção através de uma rede interligada de fazendas localizadas dentro e fora do Pantanal Sul. Cada unidade produtiva especializa-se em uma das fases de produção ou em um tipo de produto específico, como a produção de gado puro de origem, por exemplo. Este é um fato interessante, pois permite a diversificação das fases de produção, numa região que até então era especializada na cria e venda de bezerros. A engorda, entretanto, é espacialmente seletiva ocorrendo em áreas não alagadas da planície e de maior acessibilidade.

A verticalização da produção pode, ainda, se concentrar em uma única propriedade rural. Por outro lado, alguns empresários dedicam-se apenas a uma das fases

da produção. Em todas as etapas o aporte de novas tecnologias permite aumentar a produtividade local.

A divisão e especialização do trabalho criam a necessidade de interações espaciais que se realizam através do deslocamento de pessoas, capitais, informações e mercadorias, contribuindo para o desenvolvimento econômico da totalidade do sistema. No Pantanal Sul, verifica-se uma maior articulação espacial no interior da planície, entre os municípios pantaneiros, e entre estes e os não-pantaneiros. Este aspecto é particularmente interessante, pois o isolamento se constituía em uma das características mais marcantes da região até o passado recente.

Em paralelo, observa-se a reorganização das relações de trabalho em busca de maior competitividade. Neste sentido, há um crescimento no número de empregos para a mão-de-obra qualificada que atua no setor de produção animal e na administração do agronegócio e o segmento de profissionais que recebem altos salários e que são estimulados a atualizações técnicas constantes.

No processo de intensificação produtiva, verifica-se a substituição do sistema tradicional de produção, baseado na ocupação de grandes extensões de terras, com baixo nível tecnológico e com baixa produtividade, por um sistema moderno de produção de bovinos de corte que inclui a utilização de tecnologia da computação e da informação, com bancos de dados, sistema integrado de informação, engenharia genética, novas técnicas de manejo reprodutivo que incluem inseminação artificial e transferência de embriões, e novas técnicas de manejo nutricional. Como resultado, tem-se um aumento da produção e da produtividade local com produtos variados e de qualidade sendo ofertados de forma mais homogênea durante o ano atendendo as novas exigências do mercado consumidor e favorecendo ainda mais o agronegócio. Por outro lado, há um aumento da lotação de animais por hectare, o que exige maiores investimentos em manutenção de pastagem, em cuidados com o solo e com a sanidade do rebanho presente.

Para atender as exigências de um mercado cada vez mais segmentado, a produção se diversifica com o desenvolvimento de produtos orgânicos, do vitelo, do novilho precoce e do boi verde disponibilizando no mercado produtos diferenciados e de excelente qualidade. Para divulgar esta produção foi criada a marca PANTANAL que aos poucos vai se consolidando no mercado nacional e internacional, através de fortes

investimentos em propaganda e estratégias de marketing, que valorizam a criação de bovinos em pasto nativo, de modo a incentivar e ampliar o consumo da carne produzida no Pantanal Sul.

O crescimento da produção é acompanhado pela instalação de indústrias frigoríficas de grande, médio e pequeno porte nos municípios pantaneiros, sobretudo a partir de meados da década de 1990. Antecipando-se ao processo de modernização da pecuária, em 1978, o Frigorífico Independência Alimentos Ltda, voltado para o abastecimento do mercado interno e externo, instala-se no Pantanal, esta empresa está entre as cinco maiores do setor no país.

Os pecuaristas pantaneiros tradicionais, por outro lado, enfrentam dificuldades de adaptação às novas tendências do agronegócio pecuário, em função da descapitalização, atribuída ao longo e intenso período de cheias em algumas sub-regiões do Pantanal (1973/74 – 2002/03), à baixa rentabilidade do sistema tradicional de produção pecuária, motivada principalmente pela baixa produtividade da terra e da mão-de-obra e o desmembramento de muitas propriedade rurais por venda ou por herança. Como estratégia, passaram a comercializar o bezerro desmamado de 7 a 12 meses de idade pronto para o abate, conciliando a vocação do Pantanal para a fase de cria de bovinos de corte à maior taxa de retorno de capital e melhor fluxo de caixa. Ao mesmo tempo, diversificaram a atividade econômica no interior da unidade de produção através da introdução do turismo rural e do ecoturismo, agregando valor ao seu negócio.

Deve-se destacar que cresce o número de pecuaristas modernos que também optam por investir na atividade turística, em função da rentabilidade do negócio. Assim, o turismo se expande no espaço rural pantaneiro.

Neste sentido o rural pantaneiro não está mais voltado exclusivamente para a pecuária. O Pantanal, com suas características peculiares, torna-se um lugar atrativo para o desenvolvimento do turismo. O espaço rural passa a ser produzido e consumido pelo turismo.

O crescimento do turismo no Pantanal Sul é recente, data do início dos anos de 1990, e centra-se nas modalidades do ecoturismo e do turismo rural. Em paralelo, o turismo de pesca, tradicionalmente praticado na região, é reestruturado, adaptando-se às exigências da Nova Era do Turismo.

Ao contrário do que ocorre com a pecuária, a dinamização do turismo se dá, sobretudo, a partir das ações dos pecuaristas locais, que encontram na atividade a possibilidade de recuperar o status econômico, elevando a renda da fazenda através da diversificação das atividades, maximizando a utilização dos recursos.

Observa-se o aumento do número de empregos gerados pela atividade turística no espaço rural, fato que evita o êxodo e, ao mesmo tempo, promove o fluxo migratório para a região. A oferta de empregos no turismo é maior que a oferta de empregos na pecuária. Por outro lado, os salários pagos no setor pecuário são superiores aos salários pagos no setor turístico, tanto para a mão-de-obra mais qualificada, quanto para a menos qualificada.

As ações dos empresários do setor voltam-se para a construção e diversificação de atrativos, para a sofisticação da fazenda, criando mais conforto para os hóspedes e para a instalação de infra-estrutura turística no interior da propriedade. Investimentos em propaganda e marketing são comuns.

O poder público atua na instalação de infra-estrutura, na capacitação de mão-de-obra, na divulgação da região no país e no mundo e no desenvolvimento de políticas públicas que estimulem o crescimento do setor. Ao mesmo tempo, a multifuncionalização do espaço exige novos modos de regulação que inclui o controle do uso e ocupação do solo, a definição de unidades de conservação e de áreas de preservação permanente, e políticas ambientais.

Neste processo, o espaço é requalificado para exercer a função turística em condições de competitividade no mercado globalizado. Em consequência a paisagem regional é alterada o que afeta as relações sócio-espaciais. Interessante que o desenvolvimento do turismo ecológico e rural no Pantanal Sul está atrelado ao vetor técnico-ecológico que atua no território através de projetos conservacionistas e preservacionistas. Entretanto, analisando o discurso conservacionista e as ações efetivas implementadas pelo setor público e privado observa-se um contraponto. Por mais que se tente preservar, paisagens são construídas artificialmente para atender as expectativas criadas, o espaço rural perde as suas características, tornando-se cada vez mais parecido com o urbano, e a própria cidade pantaneira se transforma, assumindo feições semelhantes a qualquer outra cidade turística do país.

Deve-se destacar que o desenvolvimento da atividade turística ocorre de forma diferenciada no território pantaneiro, estando concentrada nos Pantanaís de Nhecolândia, Aquidauana, Abobral, Miranda e Paraguai, áreas que contêm o maior número de atrativos e que possuem maior acessibilidade.

Considerando que os Pantanaís de Nhecolândia, Abobral e Paraguai fazem parte do município de Corumbá, na organização do espaço turístico do Pantanal Sul, este município representa o principal produto turístico regional e, portanto, concentra os fluxos e sofre as maiores alterações.

A seletividade espacial não é uma característica exclusiva da atividade turística. O processo de modernização da pecuária também apresenta uma difusão territorial seletiva. Em algumas sub-regiões, como o Pantanal do Nabileque e o interior do Pantanal de Nhecolândia e Paiaguás, o processo de modernização é menos intenso em função do isolamento e da dificuldade de integração que caracteriza essas áreas no período das chuvas. No Pantanal de Miranda, o processo de modernização da pecuária atinge todas as fazendas pantaneiras.

O acesso rápido ao mercado consumidor representa um atributo clássico que não é desperdiçado no Pantanal Sul. Neste sentido, a acessibilidade é uma questão central na organização geoeconômica da região.

O poder público concentra ações para aumentar a acessibilidade e integrar definitivamente o Pantanal ao mercado. Rodovias estão sendo construídas e expandidas, antigas estradas e pontes que cortam o interior das sub-regiões são restauradas, hidrovias são ampliadas nos rios Paraguai, Miranda e Taquari. A estrutura portuária de Porto Murtinho foi ampliada e modernizada para a exportação de grãos e carne, fomentando inclusive projetos de instalação de grandes frigoríficos no município. Em Corumbá observa-se o mesmo processo de modernização portuária, voltado para a exportação de matérias-primas e alimentos e, também, para a atividade turística. As obras de revitalização do Trem Pantanal estão em andamento. O aeroporto de Corumbá que recebe vôos regulares foi ampliado no final dos anos de 1990, ao mesmo tempo, em 2004 foi inaugurado o aeroporto de Bonito, município peri-pantaneiro articulado economicamente ao Pantanal Sul.

A energia elétrica se instala no Pantanal Sul a partir de 1995, junto com ela, a Internet e demais meios de comunicação como o fax, o telefone e telefone celular, que conectam a região ao mundo.

A valorização da natureza representa mais um componente no conjunto de mudanças que envolvem o Pantanal Sul, estando presente nos três grandes projetos de desenvolvimento elaborados para a região nos últimos quinze anos: o Programa de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP, o Programa Pantanal e o Projeto de Criação do Parque Natural Regional do Pantanal. Esta valorização é estratégica, pois, vincula-se à obtenção de recursos financeiros de organismos internacionais, ao fortalecimento do marketing dos produtos do agronegócio pantaneiro no mercado mundial e à dinamização do ecoturismo local.

Esses projetos contidos nas políticas públicas de desenvolvimento para a região apresentam o discurso do desenvolvimento sustentável atrelado à idéia de globalização econômica, refletindo a concepção de desenvolvimento nacional e mundial das últimas décadas. Os interesses do capital são mantidos, através de políticas públicas que visam a atração de investimentos que proporcionem o crescimento econômico e a integração com o mercado nacional e internacional.

As transformações em curso não modificaram a característica mais marcante da organização do espaço pantaneiro: a concentração fundiária. Ocorrem alterações na estrutura fundiária regional, com a diminuição do tamanho médio das propriedades, porém sem alterar o seu caráter concentrado. O desmembramento da propriedade rural, por herança ou por venda, se acentuou nos últimos quinze anos, porém, concomitante ao processo de desmembramento ocorreu um processo de remembramento de terras nas mãos de novos proprietários que chegaram ao Pantanal Sul neste período.

A produção do espaço pelo turismo e pela pecuária moderna gera novos processos espaciais, que buscam uma melhor estrutura para a acumulação. Neste movimento, o espaço é racionalizado para responder mais rapidamente ao objetivo proposto. Como conseqüência, ocorre uma homogeneização do espaço produtivo que se torna muito parecido com os demais.

A inclusão do Pantanal no mundo da globalização competitiva transforma a vida de um lugar que sempre apresentou um caráter mais estático do que

dinâmico. Este processo altera as relações do mundo do trabalho e as relações da sociedade local com a natureza, provocando um distanciamento do homem pantaneiro com o seu ambiente.

As diferenças são mantidas e reforçadas, e a região depende delas como uma estratégia de autovalorização no mercado globalizado. Porém, a racionalização rompe com as relações tradicionais existentes, e o Pantanal se transforma.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. GEOUSP. São Paulo, n. 7, 2000.
- ABREU, U.G.P. de Sistema de produção de gado de corte no Pantanal: importância econômica. In: SANTOS, S.A. (et. al.) Sistema de produção. Corumbá: EMBRAPA, 2002.
- ADORNO, L.F.M. Gestão competitiva, estratégia regional e o Tocantins. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2000. (Tese de Doutorado).
- ALMEIDA, F.F.M. Geologia do sudeste mato-grossense. DNPM-DGM, Bol. 116, 1945.
- ALMEIDA, F.F.M. Traços gerais da geomorfologia do Centro-Oeste brasileiro. In: ALMEIDA, F.F.M.; LIMA, M.A. de. Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato Grossense: guia de excursão. Rio de Janeiro: CNG, 1959. (Congresso Internacional de Geografia).
- ALMEIDA, J. A. de. (et. al.) Novilho precoce: caminho para o sucesso da pecuária. Campo Grande: UFMS ed., 1999.
- ALMEIDA, M. M de. Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.
- ALMEIDA, I.L. de; ABREU, U.G.P. de, LOUREIRO, J.M.F.; COMASTRI FILHO, J. A. Introdução de tecnologias na criação de bovino de corte no Pantanal – Sub-região dos Paiaguás. Corumbá: EMBRAPA – CPAP, 1996.

- ALMEIDA, F.F.M. e LIMA, M.A. de. Planalto Centro-Ocidental e Pantanal Mato Grossense: guia de excursão. Rio de Janeiro: CNG, 1959. (Congresso Internacional de Geografia).
- ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.
- ALVARENGA, C.J.S. de; BOGGIANI, P.C. Faixa Paraguai. In: In: MANTESSO – NETO, V. (et. al.) (orgs.) Geologia do continente sul – americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, 2004.
- ALVES, G.L. Mato Grosso e a história: 1870 – 1929: ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 61, p. 5 – 81, 1984.
- ANDRADE, M. C. de A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDREOTTI, R. (et. al.) Planejamento sanitário de gado de corte. Campo Grande: EMBRAPA, 1998.
- ASSINE, M. L. A bacia sedimentar do Pantanal mato-grossense. In: MANTESSO – NETO, V. (et. al.) (orgs.) Geologia do continente sul – americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, 2004.
- ASSINE, M.L. Sedimentação na Bacia do Pantanal de Mato-Grossense, Centro-Oeste do Brasil. Rio Claro: UNESP, 2003. (Tese de Livre Docência).
- BADUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. Qual paraíso? Turiamo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande: UFMS, 2001.
- BARROS, A. L. Gente pantaneira: crônicas de sua história. Rio de Janeiro: Lacerda, 1998.

BATALHA, M. O. e SILVA, C. A. B. da (coords.) A eficiência econômica e competitiva da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília: CNI/IEL/CNA/SEBRAE, 1999.

BECKER, B. K. A crise do estado e a região. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 43-62, jan./mar, 1986.

_____ Crescimento econômico e reestruturação espacial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 34, n.4, p. 102-115, out. / dez, 1972.

_____ A geopolítica na virada do milênio. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (orgs) Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____ Amazônia: mudanças estruturais e tendências na virada do milênio. (mimeo).

_____ Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B. K., MIRANDA, M. A geopolítica do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ editora, 1997a.

_____ Tendências de transformação do território no Brasil. Revista território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v.1, n.2, jan/jun, 1997b.

_____ Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BECKER, B. K. e EGLER, A. G. C. Brasil: uma nova potência regional na economia - mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BELING, R. R. (ed.) Nossos campos têm mais gado. In: Revista AgroBrasil. Porto Alegre (RS), ano 1, n.1, 65-66, dez. 2004.

_____ Revista AgroBrasil. Porto Alegre. Gazeta Santa Cruz ed., 2005.

BENEVIDES, C.; LEONZO, N. Miranda Estância: ingleses, peões e caçadores no pantanal mato-grossense. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BENI, M. C. Sístur: estudo do turismo face a moderna economia dos sistemas. Turismo e análise. São Paulo, n.1, maio, 1998.

BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E. *et. All.* (org.) Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BICALHO, A.M.S.M. reestruturação rural e participação política no entorno de Manaus. (mimeo).

BITTAR, M. A geopolítica do separatismo na elevação de Campo Grande a capital. Campo Grande: UFMS ed., 1999.

- BOGGIANI, P.C. Faixa Paraguaia. In: . In: MANTESSO – NETO, V. (*et. al.*) (orgs.) Geologia do continente sul – americano: evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida. São Paulo: Beca, 2004.
- BORGES, F. T. de M. Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 – 1930). São Paulo: Scortecci, 2001.
- BUNKER, S. Underdeveloping the amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of them modern state. Chicago and London: University of Chicago Press, 1985.
- _____ Ferro, castanha do Pará e a luta pela terra em torno de um projeto de mineração na Amazônia. Pará: UFPA, (mimeo).
- _____ Parcerias, (joint ventures) em ambientes frágeis. Pará: UFPA, (mimeo).
- BURGESS, E. W. El crecimiento de la ciudad: introducción a um proyecto de investigacción. In: THEODORSON, G. A. (org.) Estudios de ecologia humana. Barcelona: Labor, 1 v., 1974.
- CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: Campo Grande 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz ed., 1999.
- CALHEIROS, S. Q. C. Turismo versus agricultura no litoral meridional alagoano. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2000 (tese doutorado).
- CAMPOS, F. V. de Retratos de Mato Grosso. Campo Grande: UFMS ed., 1960.
- CAMPOS, F. O Estado nacional. In: IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira ed., 1979.
- CARDOSO, E.L. Engorda de bovinos em confinamento. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1996.

CARDOSO, E.L. (ed.) Gado de corte no Pantanal: o produtor pergunta a EMBRAPA responde. Brasília: EMBRAPA, 2004.

CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria. São Paulo: Contexto, 1989.

_____ A cidade. São Paulo: Contexto, 1992.

_____ A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____ A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. de, SILVEIRA, M. L. Território. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

CASTELLS, M. La ciudad y las masas: sociologia de los movimientos sociales urbanos. Madri, Alianza, 1986.

_____ A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ (org.) Estructura de classes y politica urbana en América Latina. Buenos Aires, SIAP, 1974.

CASTRO, Ana C. Novas tendências do agribusiness internacional. In: CASTRO, I. E. de; MIRANDA, M.; EGLER, C. Redescobrimdo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, I. E. de O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CATELLA, A. C., PIOVEZAN, U. Setor turístico pesqueiro: desafios e oportunidades.
[on-line]. Disponível na internet via <http://www.cpap.embrapa.br>.

CESAR, I.M. Os pecuaristas e suas redes de conhecimento e informação. Campo Grande: EMBRAPA GADO DE CORTE, 2000.

CLAVAL, P. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. da, CORREA, R.L. (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Relatório de atividades 2004. Brasília: CNA, 2005.

COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: CASTRO, I. E. *et. All.* (org.) Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____ Política e gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia oriental. Pará: UFPA, (mimeo).

CORAGGIO, J. L. Territórios em transición: crítica a la planificación regional em América latina. Quito: CIUDAD, 1987.

CORIOLOANO, L. N. Do local ao global. O turismo litorâneo cearense. Campinas (SP): Papyrus, 1998.

CORRÊA, A.N.S. (ed.) Gado de corte: o produtor pergunta a EMBRAPA responde. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1996.

CORRÊA, E.S. (et al.) Sistema semi-intensivo de produção de carne de bovinos nelores no Centro-Oeste do Brasil. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2000.

CORRÊA, R.L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.

_____ O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, 21(42), 101-103, 1991.

_____ Corporação, práticas e gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n.3, jul./set., 1992.

_____ O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993.

_____ Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R.L.; ROZENDAHL, Z. Paisagem tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

_____ (orgs.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.

CORREA FILHO, V. Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Serviço de informação agrícola, 1955.

_____ A propósito do boi pantaneiro. Monografias cuiabanas. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

_____ Pantanais mato-grossenses: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE – CNG, 1946.

- _____. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CORRÊIA, A.N.S. A criação do estado de Mato Grosso do Sul. In: Campo Grande 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz ed., 1999.
- COSTA, C. Evolução urbana. In: Campo Grande 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz ed., 1999.
- COSTA, F.P. Pecuária de corte no Brasil Central: o produtor, os recursos produtivos e o manejo das pastagens. Campo Grande: EMBRAPA GADO DE CORTE, 2000.
- COSTA, W. M. da O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DUARTE, A. C. et. al. A área central da cidade do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Geógrafos. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.
- DUARTE, H. S.B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 53 - 135, jan. / mar., 1974.
- ENCARNAÇÃO, R. de O. Estresse e produção animal. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1997.
- ENCARNAÇÃO, R. de O.; THIAGO, L.R.L. de S.; VALLE, E.R. do. Estresse à desmama em bovinos de corte. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1997.

EMBRAPA – Programa Embrapa de carne de qualidade. Campo Grande: EMBRAPA, 2000.

EMBRATUR – Dados turísticos [on line]. Disponível na internet via <http://www.embratur.com.br>.

ESSELIN, P. M. A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal – sul-mato-grossense (1830 – 1910). Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Tese de doutorado).

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL [on-line]. Dados estatísticos do estado. Disponível na internet via <http://www.ms.gov.br>

EUCLIDES, V.P.B; EUCLIDES FILHO, K.; ARRUDA, Z. J. de; FIGUEIREDO, G. R. de. Alternativas de suplementação para redução da idade de abate de bovinos em pastagem de *Brachiaria decumbens*. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1997.

EUCLIDES FILHO, K. O melhoramento genético e os cruzamentos em bovino de corte. Campo Grande: EMBRAPA - CNPGC, 1997.

A pecuária de corte no Brasil: novos horizontes, novos desafios. Campo Grande: Embrapa - CNPGC, 1997.

Melhoramento genético animal no Brasil: fundamento, história e importância. Campo Grande: EMBRAPA GADO DE CORTE, 1999.

Produção de bovinos de corte e o trinômio genótipo-ambiente-mercado. Campo Grande: EMBRAPA GADO DE CORTE, 2000.

FALCÃO, J.A.G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A.F.A., CRUZ, R. de C. A. da (orgs.) Turismo: espaço paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.

FARIA, F. de I. (coord.) Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: ed. Universidade do Amazonas, 2001.

FERNANDES, D. D. Pecuária de corte e desenvolvimento sustentável no Pantanal sul-mato-grossense. Brasília (DF): UNB, 2001. (Diss. mestrado).

FERNANDES, J.I. de S. Turismo e sustentabilidade no Pantanal mato-grossense: o caso de Albuquerque. In: MORETTI, E.C.; JUNIOR, A.B. (orgs.) Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande: UFMS ed., 2001.

FERREIRA, R. C. mercado nacional e internacional da carne bovina. In: V Encontro Nacional do Novilho Precoce. Campo Grande, 4 – 6 jul. 2000.

FIORI-OKA, C. Geomorfologia e dinâmica tempo-espacial da bacia do rio Itiquira: Pantanal Matogrossense (MT, MS). Rio Claro: UNESP/Instituto de Geociências, 2002. (Tese de Doutorado).

FLORENCE, H. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, trad. Do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

FONSECA, M. A. P. da Políticas públicas espaço e turismo: uma análise sobre a incidência espacial do Programa de desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2004. (Tese de doutorado).

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional ed., 1980.

GARDIN, C. Campo Grande: entre o sagrado e o profano. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. (Diss. mestrado).

GAUDEMAR, J.P. de Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa, Estampa, 1976.

GEDDES, P. Cidades em evolução. Campinas: Papirus, 1994.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP ed. 1991.

GOMES, H. A produção do espaço geográfico no capitalismo. São Paulo: Contexto, 1990.

GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, P.C.C. Geografia *fin-de-siècle*: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____ - Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOZZI, G. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N. e PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Edunb, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas (SP): UNICAMP-IE, 1996.

_____ O novo rural brasileiro. Campinas (SP): UNICAMP-IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GUIMARÃES, M. M. M. Técnica e reestruturação do trabalho e do espaço nas áreas de expansão da agricultura moderna na BR 163-MT. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado).

GUSMÃO, R. P. *et. al.* Diagnóstico Brasil – ocupação do território e meio ambiente. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R.L. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____ Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994.

_____ Justice, nature and the geography difference. Oxford: Blackwell, 1996.

HESS, D. R.; AGUIAR, T.C. A apropriação do espaço agrário pela pecuária no Centro-Oeste. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 50(1): 41-60, jan/mar, 1998.

HOBBSAWM, E. A era do capital: 1845 – 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, S. B. de Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IAGRO – Informe de campanha de vacinação contra a febre aftosa. Mato Grosso do Sul, 1990 – 2004.

_____ - Trânsito de bovinos e bubalinos com a finalidade de abate. Mato Grosso do Sul, 2005.

_____ - Trânsito de bovinos e bubalinos com a finalidade de abate. Mato Grosso do Sul, 2001.

_____ - Trânsito de bovinos e bubalinos com a finalidade de abate. Mato Grosso do Sul, 1998 – 1995

IBGE - Geografia do Brasil - região Centro Oeste. Rio e Janeiro: IBGE, v.4, 1977.

_____ - Geografia do Brasil - região Centro Oeste. Rio e Janeiro: IBGE, v.1, 1988.

_____ - Censo agropecuário do Mato Grosso da Sul. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1984.

_____ - Censo agropecuário do Mato Grosso da Sul. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1995 / 1996.

_____ - Anuário estatístico do Mato Grosso da Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____ - Censo demográfico do Mato Grosso da Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____ - Censo demográfico do Mato Grosso da Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

_____ - Produção da pecuária municipal: IBGE, 2002

_____ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [on-line].
Disponível na internet via <http://www.ibge.gov.br>.

JONES, C. A fazenda Miranda em Mato Grosso. Revista Brasileira de Geografia. Ano XII, 364, jul./set.,1950.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes ed., 1991.

_____ De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península ed., 1971.

_____ Espacio y politica. Barcelona, Peninsula ed., 1976.

Lévi-Straus, C. Pantanal. In: Tristes trópicos. Madri, Alcalá, 1973.

LEITE, E. F. Marchas na história: comitivas de peões – boiadeiros no Pantanal. Campo Grande, UFMS ed., 2003.

LENCIONE, S. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 1999.

LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo: Moraes ed., 1988.

LOMOSO, L. P. e SILVA, W.G. da O complexo agro-industrial da suinocultura no município de Dourados (MS). Revista de Geografia. Campo Grande, n. 6, p. 31 –38, jul./dez., 1997.

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo. Turismo e urbanização em Ubatuba (SP). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado).

MACHADO, P. C. Pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1997.

MACIEL, J. de B. A pecuária nos pantanais de Mato Grosso. III Congresso de Agricultura e Pecuária. São Paulo: Imprensa Methodista, 1922.

MACHÍN, C. A. Marketing y turismo. Madri: Sintesis, 2001.

MANDEL, E. Late capitalism. London: New Left Books, 1975.

MARINE, O. J. (*et. al.*) Província Tocantins: setores central e sudeste. In: ALMEIDA, F.F.M., HASUI, Y. (eds.) O pré-cambriano do Brasil. São Paulo: Blucher, 1984.

MARX, K. e ENGELS, F. *The German ideology*. N. York, International Publishers, 1974. In: SANTOS M. , A natureza do espaço. São Paulo, EDUSP/Hucitec, 1996.

MATHIAS, F. (ed.) Revista Voz do Produtor. Campo Grande: Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural, 2006.

MAZZALI, L. O processo recente de reorganização agro-industrial: do complexo à organização em rede. São Paulo: UNESP ed., 2000.

MICHELS, I. L. A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. São Paulo: USP/FFLCH, 2000. (Tese de doutorado).

MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior [on line]. Dados estatísticos. Disponível na internet via <http://www.desenvolvimento.gov.br>.

MORAES, A.C.R. Ideologias geográficas. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MORETTI, E. C. Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e global. Rio Claro (SP): Unesp, 2000. (Tese de doutorado).

MULLER, G. Ambivalência da modernização agrária: ampliação do modo capitalista de produzir e distribuir as atividades agrárias. CEBRAP. São Paulo, n.21, jul., p 168 - 184, 1988.

_____ Formulações gerais sobre o CAI. In: Complexo agro-industrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____ O agrário verde - amarelo, hoje e amanhã. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 54 (4), p. 29 - 47, out. / dez., 1992.

NETO, AF. O. Nas ruas da cidade: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. Campo Grande (MS): UFMS, 1999.

NIMER, E. Clima In: Geografia do Brasil: região Centro Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1989.

NOGUEIRA, A. X. Pantanal: homem e cultura. Campo Grande, UFMS ed., 2002.

_____ O que é o Pantanal. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____ O pantaneiro e sua linguagem. Revista Encontros e reversos. Corumbá (MS), n.1, p. 60-65, 1996.

OLIVEIRA, A. A. Avaliação de impacto ambiental de políticas de desenvolvimento regional. Brasília: UNB / Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2000. (Diss. mestrado).

OLIVEIRA, F. de Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, T.C. M.de Agroindústria e reprodução do espaço. Campo Grande. Ed UFMS, 2003.

OMT - Introdução al turismo. Madri, 1998.

ORTIZ, R. Um outro território: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho D'água, 1996.

PAIVA, M. G. Sociologia do turismo. Campinas: Papirus, 1995.

PALHANO, R. A produção da coisa pública: serviço e cidadania na primeira república: república ludovicence. São Luiz: IPES, 1988.

PARANHOS FILHO, A. Método de análise geo-ambiental multitemporal: um estudo da região de Coxim e da Bacia do Taquarizinho (MS – Brasil). Curitiba: UFPR, 2000. (Tese de Doutorado).

PARQUE REGIONAL DO PANTANAL – Disponível na internet via <http://www.parqueregionaldopantanal.org.br>.

PDTUR - Plano de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: SEBRAE – MS, Superintendência de Turismo de Mato Grosso do Sul, 1998.

PIERCE, J. T. Sustaining rural environments: widening communities of knowledge. In: BOWLER, I. R.; BRYANT, C. R., HUIGEN, P. P. P. (orgs.). Dimensions of sustainable rural systems. Utrecht/Groninger, 1998.

Plano de conservação da bacia do Alto Paraguai (Pantanal) / PCBAP. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia legal. Brasília: PNMA, v. 2, tomo V - A, 1997.

PLANURB. Perfil sócio-econômico de Campo Grande. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB, 2000.

PORTER, M. A vantagem competitiva das nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTUGUEZ, A. P. Agroturismo e desenvolvimento regional. São Paulo: HUCITEC, 2002.

POTT, E. B. (*et. al.*) Períodos críticos de alimentação para bovinos em pastagens nativas no Pantanal mato-grossense. Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília: EMBRAPA, v.1,n.11, p. 1427 – 1432, 1989.

PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROENÇA, A. C. Raizes do pantanal. Belo Horizonte: Itatiaia/INL, 1989.

_____ Pantanal: gente, tradição e história. Campo Grande: UFMS ed., 1997.

PROENÇA, M. C. No termo de Cuiabá. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - INL, 1958.

PROGRAMA PANTANAL – Programa de desenvolvimento do Pantanal. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999.

_____ Programa de Desenvolvimento do Pantanal [on line]. Disponível na internet via <http://www.programapantanal.org.br>

QUEIROZ, P.R.C. As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904 - 1908). Campo Grande: UFMS ed., 1997.

RADAMBRASIL – Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral – Folha Se21 Corumbá. Geologia, geomorfologia, pedologia vegetação e uso potencial da terra. In: Levantamento de recursos naturais, v.27. Rio de Janeiro, 1982.

RECENSEAMENTO DO BRASIL realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística, volume III (1ª parte), 1924.

REZENDE, M. B.G. M. Aspectos teóricos-conceituais da evolução urbana: a cidade de Campo Grande - MS. São Paulo: UNESP, 1982 (monografia).

REYNALDO, N. L. Comércio e na vegação no rio Paraguai: 1870-1940. Cuiabá: UFMT, 2004.

- RIBEIRO, L.R.E. de F. Campo Grande - o homem e a terra. Campo Grande: edição da autora, 1993.
- RIBEIRO, R. A. Tabaco 150 anos: balaios de recordações. Campo Grande, 1984.
- RIGON, L. (*et al.*) Anuário brasileiro da pecuária 2005. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2005.
- ROCHA, E. A. O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá. Revista Dimensão. Corumbá: UFMS/CEUC, 1977.
- RODRIGUES, A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- RODRIGUES, A. B. (org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, J. B. História de Campo Grande. São Paulo: Resenha Tributária ed., 1980.
- RONDON, L. Tipos e aspectos do pantanal. São Paulo: Nobel, 1972.
- ROSSETO, O. C. Vivendo e mudando junto com o Pantanal: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras. Brasília: UNB, 2004. (Tese).
- RUIZ, M.E.; THIAGO, L.R.L. de S.; COSTA, F.P. Alimentação de bovinos na estação seca: princípios e procedimentos. 5. reimp. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1997.
- SANCHEZ, Joan-Eugeni Espacio, economia y sociedad. Madri: Siglo Veintiuno de Espana Editores, 1991.

SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SANTOS, M. O centro da cidade de Salvador: estudos de geografia urbana. Salvador: Livraria Progresso ed./Universidade da Bahia, 1958.

_____ Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: HUCITEC, 1978 a.

_____ Pobreza urbana. São Paulo: HUCITEC, 1978 b.

_____ O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves ed., 1979.

_____ Pensando o espaço do homem. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____ Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ Por uma geografia nova. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____ Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1988a.

_____ O espaço geográfico como categoria filosófica. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n.5, p. 9 – 20, 1988b.

_____ Manual de geografia urbana. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____ A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____ Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____ A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, S.A. (et.al.) Sistema de produção de gado de corte no Pantanal. Corumbá (MS): EMBRAPA, 2002.

SANTOS, S. A.; CAMASTRI FILHO, J. A. Alimentação. In: SANTOS, S. A. (et. al.) Sistema de produção de gado de corte no Pantanal. Corumbá (MS): EMBRAPA, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA
Deslocamento das indústrias cariocas. XXII Assembléia geral da AGB. Franca (SP), 1967.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE [on-line]. Dados estatísticos do município. Disponível na internet via <http://www.ms.gov.br>.

SHIRAIWA, S. Flexura da Litosfera continental sob os Andes centrais e a origem da Bacia do Pantanal. São Paulo: USP, 1994. (Tese de Doutorado).

SILVA, A. A. da O complexo agroindustrial da soja no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: UFRJ / PPGG, 1998.

SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira: Brasília, v.33, p. 1703-1711, out., 1998.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, N. W. Oeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.

SONEIRO, C.J. Aproximacion a la geografia del turismo. Madri: Sintesis, 1991.

SOUZA, L. G. de História de uma região: pantanal e corumbá. São Paulo: Resenha Tributária, v. 1, 1973.

SOUZA, M.J.L. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Ática, 1996.

_____ O abc do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

TADANO, M. Genética, qualidade e sanidade. In: Revista AgroBrasil. Porto Alegre (RS), ano 1, n.1, 58-60, dez. 2004.

TAUNAY, A. Campanhas de Mato Grosso: cenas de viagem. São Paulo: Livraria do Globo, 1923.

URRY, J. O olhar do turista. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VALVERDE, O. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 34(1): 49-144, jan./mar., 1972.

_____ Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

VALLADARES, L. do P. (org.) habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

VALLE, E.R.do; ANDREOTTI, R.; THIAGO, L.R.L. de S. Estratégias para aumento da eficiência reprodutiva e produtiva em bovinos de corte. Campo Grande: EMBRAPA – CNPGC, 1998.

VIEIRA, L. Cidadania e globalização. São Paulo: Record ed., 1997.

VOLPATO, L. R. R. Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 / 1888. São Paulo: Marco Zero / UFMT, 1993.

YUJNOVSKY, O. La estructura interna de la ciudad: el caso latino-americano. Buenos Aires, SIAP, 1971.

ZIMMER, A. H. Consideração sobre os índices de produtividade da pecuária de corte em Mato Grosso do Sul. Campo Grande (MS): EMBRAPA - CNPGC, 1998.

ZYLBERSZTAJN, D.; JANK, M. S. Agribusiness e Mercosul: construindo um novo aparato institucional. In: Seminário Internacional Pensa 1996 – Gerenciamento de Conflitos nos Sistemas Agroindustriais. Canela (RS), 15 – 18 set., 1996.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A. *et all.* (org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1999.

WEINGARTINER, A.A. dos S. Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889 - 1930). Porto Alegre: EST ed., 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de campo - PECUÁRIA

1) Nome do propriet.: Função: Residência:

2) Área da propriedade: Área c/ pastagem:

3) Área c/ lavoura: Tipo:

4) Tipo de pastagem:

5) Tipo de animal (equino, bovino...)

6) N. de cabeças Raça:

7) N. de reprodutores: Raça:

8) Atividade principal: desde: Forma de criação:

9) Tecnologia empregada: desde

Produção:

Tratamento sanitário: desde Frequência para que

Aftosa:

Raiva

Carbúnculo

Carrapaticida

Manqueira

6) N. de empregados: salário médio:

7) Onde vende: Como vende: preço:

APÊNDICE B - Questionário de campo – TURISMO

- 1) Desenvolve a atividade turística na propriedade desde: Porque?
- 2) Quem é o responsável pela atividade? Origem:
- 3) Qual a relação da atividade turística com a fazenda de pecuária?
- 4) Fez algum tipo de mudança na propriedade para atender a nova atividade?
- 5) Número de funcionários envolvidos com a atividade:
- 6) Origem dos funcionários: Escolaridade:
- 7) Capacidade de lotação:
- 8) Atrativos oferecidos:
- 9) Origem do hóspede:
- 10) Período de maior e menor frequência:
- 11) Vantagens e desvantagens:
- 12) Problemas enfrentados:
- 13) O que pode ser feito para o desenvolvimento do turismo na região?

- 21) O Sr.(a) é membro de alguma associação de produtores? Quais, desde, porque.
- 22) Há diferenciação na produção de carne bovina na propriedade? Produção do boi orgânico, vitelo pantaneiro, etc.
- 23) Desde?
- 24) Porque buscou este tipo de produto?
- 25) Como se realiza a produção? Técnicas empregadas, mão-de-obra, área, etc.
- 26) Quais as perspectivas para este tipo de produto?
- 27) Qual o mercado consumidor?
- 28) A pecuária pantaneira é competitiva?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista: técnicos ligados a produção pecuária do Pantanal Sul – veterinários e agrônomos ligados, ou não, aos órgãos de governo estadual e federal

- 1) O que é o Pantanal?
- 2) Quais as subdivisões do Pantanal Sul e sua influência na atividade pecuária?
- 3) O regime de seca e cheia interfere na atividade pecuária?
- 4) As características ambientais do Pantanal interferem nas estratégias de manejo?
- 5) Porque a pecuária de corte é a principal atividade econômica do Pantanal?
- 6) A pecuária pantaneira é competitiva?
- 7) Como se caracteriza o sistema de produção tradicional?
- 8) Como se caracteriza o sistema de produção moderno no Pantanal Sul?
- 9) Quais as principais dificuldades para a incorporação de novas tecnologias na pecuária do Pantanal?
- 10) Quais as vantagens e desvantagens do desenvolvimento da pecuária em bases modernas na região? E em bases tradicionais?
- 11) Na sua opinião, a modernização da atividade compromete o desenvolvimento sustentável da região?
- 12) O que diferencia a atividade pecuária do Pantanal da praticada em outras regiões?
- 13) Quais os tipos de pastagens nativas do Pantanal?
- 14) Em que áreas há o predomínio de pastagem nativa?
- 15) Qual a produtividade da pastagem nativa e da pastagem plantada?
- 16) Qual a qualidade da pastagem nativa pantaneira?
- 17) Qual é a época de restrição alimentar no Pantanal?
- 18) Qual a capacidade de lotação média em pasto nativo?
- 19) Qual o sistema de manejo mais apropriado às pastagens nativas do Pantanal?
- 20) Quais as vantagens e desvantagens da pastagem nativa?
- 21) Quais as vantagens e desvantagens do emprego da queimada?
- 22) Quais as principais causas de degradação de uma pastagem?

- 23) É recomendável à utilização de pastagem cultivada no Pantanal? Em que áreas, quais as melhores pastagens para a região, que tipo de insumos são necessários para o cultivo de pasto plantado.
- 24) Qual o manejo mais recomendado para pasto plantado?
- 25) É viável a utilização de pasto plantado nas áreas mais baixas?
- 26) Que mudanças podem ser apontadas na produção pecuária do pantanal?
- 27) Na sua opinião quais os principais problemas da região?
- 28) Percebe alguma mudança no pantanal nos últimos anos?

APÊNDICE E - Roteiro de entrevista: Associação dos Produtores do Pantanal – SODEPAN e Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul – FAMASUL

- 1) Quantos associados?
- 2) O que é o Pantanal?
- 3) Quais as subdivisões do Pantanal Sul e sua influência na atividade pecuária?
- 4) Porque a pecuária é a principal atividade econômica do Pantanal?
- 5) A produção do pantanal é competitiva?
- 6) Quais os principais projetos para a pecuária pantaneira? Em andamento, realizados e futuros.
- 7) Há mudanças na produção pecuária pantaneira nos últimos anos? Que tipo, porque, quais os problemas que surgem, etc.
- 8) Os pecuaristas locais estão incorporando novas técnicas à produção? Qual a proporção, que tipo de pecuarista, quais as técnicas incorporadas, desde, porque, etc.
- 9) Quais os itens necessários à exportação de carne bovina?
- 10) Como funciona o sistema de rastreabilidade? Qual a opinião do setor?
- 11) Quais os principais mercados da carne pantaneira?
- 12) Qual a evolução e a perspectiva do agronegócio pantaneiro?
- 13) Que fatores contribuíram para a aceleração (ou desaceleração) na taxa de crescimento do setor, no pantanal, nos últimos anos?
- 14) Quais as perspectivas da produção pecuária do Pantanal e do Brasil?
- 15) Percebe alguma mudança no Pantanal nos últimos anos?

**APÊNDICE F - Roteiro de entrevista: trabalhador da atividade pecuária –
“peão”**

- 1) Identificação: nome, idade, escolaridade, tempo de trabalho na atividade, número de filhos, número de filhos ligado à atividade, local de moradia, local de nascimento, origem familiar, etc.
- 2) Atividade desenvolvida: onde trabalha, em que função, desde, horas de trabalho, quanto ganha, quais os benefícios que o proprietário oferece, é registrado, tem dias de folga, etc.
- 3) Quais os pontos positivos e negativos de sua atividade?
- 4) Na sua opinião ha mudanças na atividade? Quais, boas ou ruins, porque, sua função mudou, como, etc.
- 5) Social: Já trabalhou em outra atividade, gosta do que faz, sempre viveu no Pantanal, já saiu do Pantanal, pretende sair, por quanto tempo, seu pai trabalhava na pecuária, e sua família, o que gosta de fazer quando não esta trabalhando.
- 6) O que é o Pantanal?
- 7) O regime de seca e cheia interfere na atividade pecuária?
- 8) Percebe alguma mudança no Pantanal nos últimos anos?

APÊNDICE G - Roteiro de entrevista: trabalhador do turismo

- 1) Identificação: nome, idade, escolaridade, tempo de trabalho na atividade, número de filhos, número de filhos ligado à atividade, local de moradia, local de nascimento, origem familiar, etc.
- 2) Atividade desenvolvida: onde trabalha, em que função, desde, horas de trabalho, quanto ganha, quais os benefícios que o proprietário oferece, é registrado, tem dias de folga, etc.
- 3) Quais os pontos positivos e negativos de sua atividade?
- 4) Transformação social: sempre trabalhou nesta atividade, o que fazia antes, ainda faz, fez algum curso de formação, etc.
- 5) Social: gosta do que faz, sempre viveu no Pantanal, já saiu do Pantanal, pretende sair, por quanto tempo, seu pai trabalhava em que, e sua família, o que gosta de fazer quando não esta trabalhando.
- 6) O que é o Pantanal?
- 7) O regime de seca e cheia interfere na atividade?
- 8) Percebe alguma mudança no Pantanal nos últimos anos?

APÊNDICE H - Roteiro de entrevista: Empresário do turismo

- 1) Identificação: nome, nome da empresa, nome da propriedade, local, é o proprietário, local de moradia, onde nasceu, estrutura familiar, escolaridade, tem outras atividades, etc.
- 2) Há quanto tempo trabalha com o turismo no Pantanal? Já trabalhou com a atividade antes, porque escolheu o turismo no pantanal, deixou a atividade anterior, etc.
- 3) Como estrutura a atividade? Estrutura física, organização do trabalho, estrutura espacial, investimentos, etc.
- 4) Relaciona a atividade com a pecuária?
- 5) O turismo no pantanal é lucrativo?
- 6) A taxa de crescimento da atividade é crescente ou decrescente?
- 7) Quais os fatores que contribuíram para isto?
- 8) O que faz para divulgar a propriedade?
- 9) Que tipo de turismo oferece?
- 10) O que mudou na propriedade?
- 11) Quais os atrativos oferecidos?
- 12) Que tipo de turista é atraído?
- 13) Mão-de-obra: quantos funcionários emprega, função, escolaridade necessária, local de moradia, local de nascimento, idade média, quantos também trabalham na pecuária, que tip de função desenvolvem no turismo, salário médio, etc.
- 14) Na sua opinião quais seriam os maiores problemas da região?
- 15) Que soluções poderiam ser tomadas?
- 16) Que tipos de mudanças o Sr. (a) observa no Pantanal sul?
- 17) Quais as perspectivas para o turismo do Pantanal para os próximos anos?
- 18) Quais os problemas enfrentados pela atividade?
- 19) Faz parte de alguma associação?

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista: Associação das Pousadas Pantaneiras – APPAN

- 1) Quando começou a atividade turística no pantanal?
- 2) Porque?
- 3) Quantas propriedades rurais estão envolvidas com a atividade?
- 4) Como o setor se estrutura?
- 5) Quais os principais programas voltados para a atividade turística no Pantanal?
- 6) Como funciona a relação com o turista? Como o turista é atraído para a região, o que lhe é oferecido, tipo de turista que visita a região, etc.
- 7) Que fatores contribuem para a aceleração (ou desaceleração) na taxa de crescimento do setor?
- 8) Quais as vantagens e desvantagens do desenvolvimento do turismo no Pantanal?
- 9) Como a população local reage à atividade?
- 10) Quantos empregos diretos foram gerados?
- 11) Quais os municípios mais envolvidos? Porque, o que os diferencia, etc.
- 12) Quais as perspectivas para a atividade no Pantanal?
- 13) Percebe alguma mudança no Pantanal nos últimos anos?

APÊNDICE J - Roteiro de entrevista: IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente -Políticas ambientais no Pantanal Sul

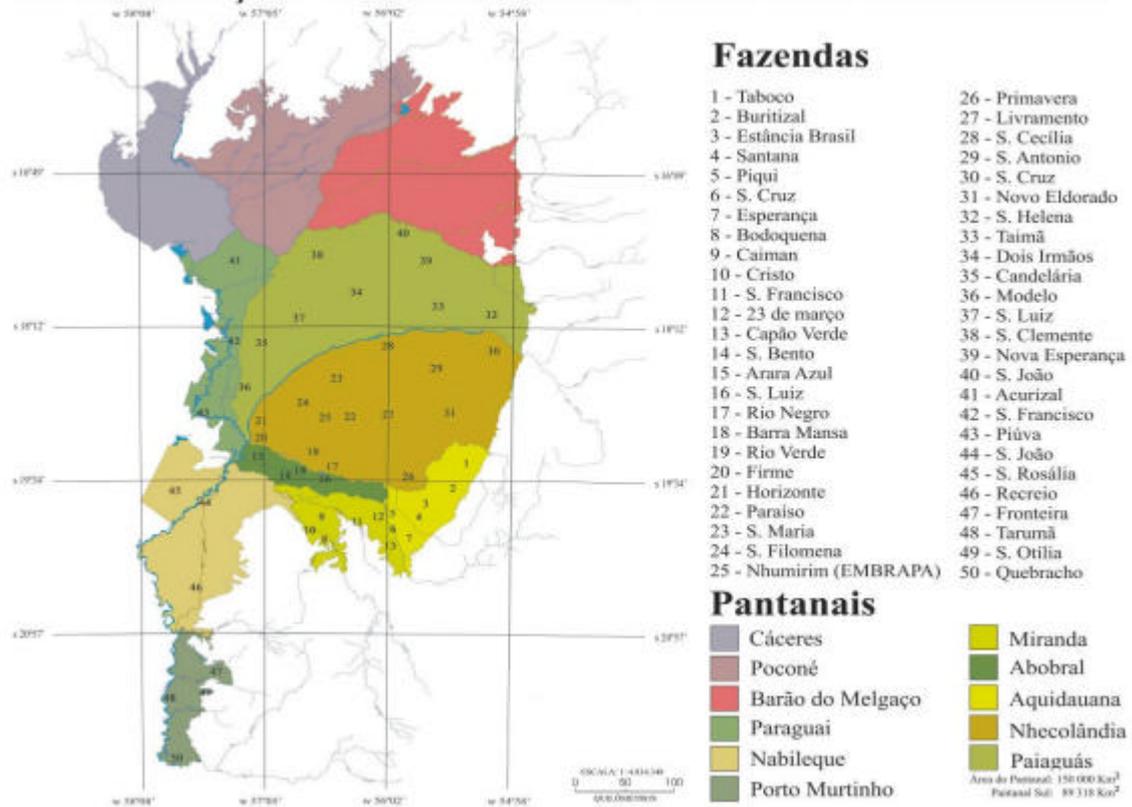
- 1) Quais os projetos ambientais voltados para o Pantanal? Tipo, finalidade, ano de implantação, resultados, como a população participa, etc.
- 2) As leis de proteção à natureza são cumpridas no Pantanal? Quais as dificuldades, o que mais gera polêmica, quais os benefícios, etc.
- 3) Quais as áreas de proteção permanente?
- 4) Na sua opinião, quais os impactos da modernização da pecuária e do desenvolvimento do turismo para o ecossistema pantaneiro?
- 5) Na sua opinião o desenvolvimento do Pantanal sul é sustentável?
- 6) Percebe alguma mudança no Pantanal nos últimos anos?

APÊNDICE K - Roteiro de entrevista: Secretaria de Produção de Mato Grosso do Sul

- 1) Qual a estrutura da secretaria?
- 2) Quais os principais programas de investimentos em modernização da pecuária e melhoria em infra-estrutura rural desenvolvidos pelo Estado de Mato Grosso do Sul, para a região pantaneira?
- 3) O que está sendo feito em obras de infra-estrutura no Pantanal? Custo, recursos, áreas, tipo de obra, etc.
- 4) Com que objetivo?
- 5) Quais os principais projetos para a atividade pecuária? Realizados, em andamento e futuros.
- 6) Quais os principais projetos para a atividade turística? Quais os projetos em andamento, o que foi feito até agora
- 7) Qual a relação da secretaria com os empresários do Pantanal?
- 8) Há problemas fundiários no Pantanal?
- 9) Qual a importância das atividades, pecuária e turismo, para o Pantanal Sul e para o estado de Mato Grosso do Sul como um todo?
- 10) Que tipos de mudanças o Sr. (a) observa no Pantanal sul?

APÊNDICE L

LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS FAZENDAS ESTUDADAS



APÊNDICE M – Pantanal na América do Sul



Fonte: Moretti, 2000

